

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1944

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1944

SUMÁRIO

- A condessa de Barral* – Américo Jacobina Lacombe, **5**
O Dragão. Símbolo Heráldico – David Carneiro, **25**
Quando a família imperial visitou Pernambuco – Mário Sette, **35**
Primeiras medalhas conferidas por D. Pedro II –
Francisco Marques dos Santos, **45**
Os célebres Gobelins “Teinture des Indes” –
Joaquim de Souza Leão Filho, **67**
Sinetes: achegas ao armorial brasileiro – José Heitgen, **87**
Objetos históricos brasileiros na corte de Suécia – Alcindo Sodré, **111**
O casamento de dom Pedro II – Alfredo Teodoro Rusins, **139**
Arquivo do Museu Imperial – Lourenço Luiz Lacombe, **189**
Noticiário, **203**

A CONDESSA DE BARRAL

A condessa de Barral *

Antes de mais nada devo desfazer um equívoco. Não vou fazer uma conferência sobre a figura da condessa de Barral. Um estudo abrangendo toda a influência que teve sobre o nosso meio a *aia das princesas* não poderá ser feito em alguns dias de afogadilho. O perfil que, em páginas de rara elegância e equilíbrio, talvez as melhores de um livro justamente recebido com os mais justos aplausos, traçou Wanderley Pinho, aí está como figura central de um trabalho esplêndido a se fazer sobre a vida na corte do imperador d. Pedro II. Wanderley Pinho conseguiu o milagre naquele livro de reunir a sobriedade do estilo e a leveza da narração à mais honesta e infatigável pesquisa histórica: duas qualidades que raramente se dão as mãos. Eis a razão pela qual o perfil da Barral, que ressalta de suas páginas, é talvez o mais curioso e o mais belo de quantos desfilam naquele cortejo da imponência e da graça imperiais. Porque a personalidade da condessa de Barral não precisa, para ter o interesse de uma grande biografia, senão precisamente disso: sinceridade e respeito. Fidelidade aos fatos e cortesia ao narrá-los. A vida defluiu naturalmente numa seqüência de tal encanto, de tais imprevistos, de tanto romantismo, de tanta graça espiritual, tudo somado a uma dignidade e uma tal delicadeza de atitudes, que bastou ao narrador a função de espelho fiel das imagens que se vão formando no seu espírito. Mais do que nunca se aplica aqui aquele lema dos realistas: não estrague o narrador a beleza própria dos fatos – suma-se o mais possível, não faça o leitor sentir o peso de uma pena ou a colaboração desastrada de uma mentalidade tão fora da época que se estuda. Deixe falar a realidade. Se não os documentos, ao menos a tradição e os ecos que ainda ressoam – ainda mais nestas paredes. A poesia está no desenrolar dos fatos e não no cérebro do intermediário – do *instrumento* ou do artista.

*. Conferência promovida pelo Instituto Histórico de Petrópolis em 16 de março de 1944, no Museu Imperial.

Foi Vigny, se não me engano, que nas suas “Refléxions sur la Verité dans l’Art”, propôs uma sutil e perturbadora distinção entre o *vrai* e a *verité* na história. Esta, a verdade triste e descarnada, resultante das manifestações frias e científicas do laboratório dos historiógrafos implacáveis: verdade improfícua e estéril, horrenda e miserável. Aquele, o verdadeiro, o fenômeno histórico tal como se passou não na cabeça do personagem ou no pequeno quadro em que se desenrolou, mas os reflexos e as repercussões do ambiente, mesmo as deturpações, as incompreensões, as malícias e as interpretações. Aquela, a triste verdade, chega-nos fria e miserável. Este, o fato verdadeiro, vem-nos vivo, alegre, dinâmico, enriquecido pelas contribuições e pelos acréscimos das gerações sucessivas e com os sinais visíveis dos caminhos que percorreu até o nosso encontro. A primeira é um simples ente de razão, sem vida e sem conseqüências. O segundo é uma realidade humana, com sopro e com sangue, com cicatrizes e ressentimentos. A primeira não move uma palha; o segundo move massas humanas, derruba governos, destrói nações e inaugura novas eras.

Tudo isso para que nos preparemos para a leitura de documentos. Há os que lêem e não vêem senão os sinais gráficos que desfilam no papel indiferente. Há os que lêem e vêem sobre as letras os acontecimentos que se sucedem, os espíritos que vivem e os corações que sentem. Há os que lêem e só procuram no fim de página o milênio que a encerra. E há os que lêem e pesquisam através das linhas a alma que as traçou.

O que pretendo fazer é, pois, simplesmente isso: ler algumas linhas dos personagens de um episódio aparentemente doméstico da família imperial: de fato, um acontecimento de muito graves repercussões na sociedade brasileira: a entrada para o paço da aia das princesas. Mas lê-las como quem procura evocar as individualidades que as traçaram e não como o grafólogo ou o arquivista. É simplesmente isto. Se não conseguir despertar qualquer interesse entre os meus ouvintes ao menos resta-me o consolo de entregar à publicidade e ao exame dos estudiosos, algumas peças curiosas para o estudo da monarquia brasileira.

* * *

Estamos em 1855. Não se poderá saber a data porque o documento, que inicia as negociações para vinda da condessa para



A condessa de Barral e Pedra-Branca. Crayon de Winterhalter – pintor da corte de Luís Felipe – de propriedade do marquês de Barral

a corte não está em nosso dossiê. Há de figurar no arquivo de sua família. Deve ser uma carta do mordomo que, por ordem do imperador, se dirigiu à futura aia, então em seu engenho da Bahia.

De 26 de março é a sua resposta, já divulgada por Wanderley Pinho, mas que aqui devemos repetir:

S. João, 26 de março de 1856.

Ex.^{mo} sr.

Estou no engenho, longe da Bahia, e foi aqui que me veio ter uma enigmática cartinha de v. ex.^a pedindo resposta de outra que diz-me ter dirigido há mais tempo, e que até hoje não me veio à mão. Talvez o correio não a quisesse largar por vir *Segura*. Vou mandar remexer os escaninhos dessa detestável administração, para ver se descubro sua carta, e se satisfaço minha curiosidade vivamente despertada. O que poderá v. ex.^a ter que me dizer agora em duas cartas, quando eu espero uma resposta sua há mais de um ano tendo-lhe dado parte da morte de meu pai? Em vez de uma carta sua vou provavelmente encontrar duas no correio, porque parece-me impossível que v. ex.^a nem gastasse comigo uma folha de papel, em troca de tantas recordações de Montmorency e de Paris...

A memória menos rebelde na Bahia de que no Rio, guarda fiel lembrança de seus amigos, e por isso rogo a v. ex.^a o obséquio de apresentar meus afetuosos cumprimentos a sra. d. Francisca, permitindo o meu marido se pôr aos pés de s. ex.^a e de abraçar cordialmente a v. ex.^a de quem sou

mt^o at^a ven.^{ora} e obrg.^{ma},

Viscondessa de Barral.

Esta carta é um modelo de habilidade e de cortesia. O primeiro ato da futura aia em relação ao mordomo é um primor de diplomacia. As clássicas e infalíveis queixas do correio merecem uma explicação. O Brasil, tendo sido dos primeiros países do mundo a adotar o serviço de correios regular, o segundo a expedir selos postais e o primeiro a instalar caixas coletoras de cartas, só muito tarde adotou a entrega domiciliar. Vejam-se a este respeito, as queixas dos viajantes. O capitão Burton, que nada tem de antipático à terra, descreve horrorizado a massa de cartas sobre a mesa da agência de São João d'El-Rei, onde cada interessado ia buscar as que lhe pertencessem. Por isso é que a então viscondessa declara que vai mandar *remexer* os escaninhos dessa *destável administração*, que afinal não era assim tão detestável. Pelo menos fornecia e continua a fornecer excelentes escapatórias

para as faltas mais feias. Esta em que estava o mordomo, p. ex.: de não ter enviado pêsames pela morte do visconde de Pedra Branca, que o acolhera em 1826, quando o então capitão de engenharia Paulo Barbosa fora em viagem de estudos e de lá mandara, por intermédio do nosso ministro em Paris, várias sugestões importantes ao governo, inclusive a adoção do sistema métrico decimal. Por essa época a futura viscondessa de Barral teria 10 anos. Mas em 1829, andou novamente Paulo Barbosa em Paris, em contato com Pedra Branca. Desta vez tratava-se da complicada e enredada negociação de que resultou o segundo casamento de d. Pedro I. Mas *that's another story* como diria Kipling.

Outra vez em 1846, o mordomo passa de novo por Paris e em 1852 aí se instala até 1854. Deve então ter freqüentado o casal dos viscondes de Barral, de outro modo não se compreenderia o conhecimento que revela a cartinha lida, dos respectivos esposos.

O correio, pois, provavelmente carregou as culpas da triste falta em que se encontrava o mordomo, mau correspondente, segundo demonstram as repetidas queixas dos amigos. Mas como o assunto não permitia novos riscos, mesmo em cartas registradas, como parece ter sido a que se perdeu, o mordomo envia duas à viscondessa, por portador. Duas, notem bem, porque, por experiência própria, bem devia saber como o risco do portador particular é duplicado, e mais, apesar de tudo, que os da *detestável administração* dos correios.

Mas Mercúrio desta vez sorriu ao Brasil e uma das duas chegou ao seu destino. A viscondessa veio a saber qual era, afinal, o enigma que a mortificava.

Em 24 de abril de 1856, refere-se ela pela primeira vez, ao magno assunto do convite do imperador, em nova e não menos interessante carta que aqui está:

“Ex.^{mo} sr.

Minha curiosidade tão vivamente despertada pelo empenho que V. Ex.^a tinha em haver uma resposta minha tanto à carta vinda pelo sr. Aguiar como por outra sua ao coronel Bezerra, ficou satisfeita ontem somente, pondo-me na mais cruel perplexidade não sabendo como responder a tão bonitas expressões, a tantas coisas honrosas e lisonjeiras a meu amor próprio. Confesso-lhe de todo o meu coração que foi a coisa mais inesperada possível, e se não fosse a humilde opinião que de mim tenho, me teria tornado de re-

penete a pessoa mais vaidosa do mundo. Agora diga-me v. ex.^a como meu velho amigo, como poderia eu aceitar semelhante cargo! Sou casada com um francês, e só morei na Bahia enquanto ele por sua bondade me permitiu de fazer companhia a meu velho pai nos seus últimos anos de vida; Deus, depois de me pôr velha quis dar-me uma grande consolação mandando-me do céu um anjinho por filho; dele com amor de mãe e cegueira quase de avó, vivo ocupada de dia e de noite; devemos infalivelmente voltar para a França e se não fossem uns negócios atrapalhados do Alexandre Borges (que quer se fazer reconhecer filho de meu pai sem que nesse sentido falasse seu testamento) já estaríamos na Europa. Nossas propriedades, nossa fortuna, estão na Bahia e em França, como poderíamos de repente largar tudo para começar vida nova no Rio? Que peso faz v. ex.^a cair sobre meu coração dizendo que não aceitando eu esse cargo caber-me-ia parte da responsabilidade dos males que podem vir ao Brasil!... Essa única consideração me faz hesitar se a consciência do meu pequeno mérito não afogasse os fogachos que v. ex.^a quis acender. Meu marido hoje quase brasileiro, se se capacitasse da verdade de seu dito não recuaría diante dos grandes sacrifícios, mas entretanto, para não incorrer na pecha de precipitada não respondo ainda hoje oficialmente a v. ex.^a e para fazê-lo devo-lhe pedir todos os esclarecimentos possíveis para não haver engano. Qual meu lugar e posição na corte diariamente, e em dias de gala? Ao que me engajaria eu? Quem escolheria a *Institutrice* que em minha ausência deveria acompanhar as princesas e lhes dar sempre as lições? De quem dependeria essa senhora em tudo e por tudo? Onde moraria eu? Sendo casada não seria possível morar no paço. Explique-me qual é o cerimonial e etiqueta da corte do Brasil. Com quem jantaria eu e a custa de quem? Qual o meu *traitement*? etc., etc. Isto conversado não é nada, por carta é de uma grande dificuldade, mas fazendo-lhe essas perguntas obedeço a minha princesa, que em carta também recebida ontem me aconselha a saber tudo bem exatamente antes de me decidir.

Se suas cartas não me tivessem causado um dos momentos mais gratos da minha vida, me teriam causado a mais pungente dor porque creia que estou aflitíssima com a lembrança que de mim teve S. M. o Imperador, não podendo obedecer-lhe logo como mandava meu dever e meu coração todo brasileiro e cheio de dedicação a minha pátria e a meu soberano.

Muitas saudades a minha amiga, e v. ex.^a aceite os cumprimentos de monsieur de Barral.

Sua at^a ven^a e obr^{ma},
Viscondessa de Barral.

Bahia, 4 Abril 1856”.

Esta carta confirma se não supera a anterior em elegância e habilidade. Note-se como, ao lado da espontaneidade do estilo e da emoção, evidentemente não fingida, sob a forma de perguntas, numa carta *não oficial* e, *sans en avoir l'air*, a viscondessa vai colocando suas condições: 1^o, cargo oficial e efetivo na hie-

rarquia da Casa Imperial; 2º, deveres expressos e discriminados; 3º, indicação de uma professora de sua confiança e sob sua direção, 4º, residência fornecida pela Casa Imperial, preferivelmente fora do palácio; 5º, vencimentos fixos.

Era bem uma boa alma brasileira, com os requintes da civilização parisiense; mas, acima de tudo, a filha de um bom diplomata.

Note-se também uma circunstância que denota que não era só de seu lado que se agia com habilidade. Uma cartinha da *sua princesa*, recebida ao mesmo tempo em que se processavam os entendimentos com o mordomo recomendava a esclarecer tudo minuciosamente. Esta “*minha princesa*” a que se refere a viscondessa deve ser a *princesa de Joinville*, de quem ela era dama, e a quem assistira com uma habilidade e uma experiência providenciais como narra tão bem o nosso sempre tão citado cronista dos salões imperiais Wanderley Pinho. Deve ter partido dela, seja em carta direta ao irmão imperador, seja por intermédio de seu procurador e amigo Paulo Barbosa, a primeira sugestão para a escolha da aia das sobrinhas. É ponto que se há de aclarar para o futuro.

O fato é que a carta da viscondessa exigia resposta urgente, e resposta que não podia ser dada pelo mordomo sem ouvir o seu augusto amo. Por coincidência este se achava nesta cidade de Petrópolis. As respostas foram, pois, comunicadas por escrito, e assim as podemos hoje ler neste mesmo prédio onde foram escritas, por sinal que a lápis, num papel que tem este título: *Resposta às perguntas de Mme. de Barral e esclarecimentos*.

“Antes da pergunta de Mme. de Barral já tinha tenção de fazê-la dama da imperatriz. Ficará assim colocada em categoria igual à dos criados de maior representação que se acham junto às princesas, e que continuarão no seu serviço doméstico e público; mas sob a vigilância de Mme. de Barral em tudo o que, *mesmo indiretamente*, possa influir sobre a educação das princesas – Mme. de Barral poderia morar dentro do Paço de São Cristóvão, ou da Cidade, – nos aposentos que foram da condessa de Belmonte, com entrada separada, conforme o lugar de residência das princesas; porém, se apesar disso, for necessário a *Institutrice* será ela escolhida por mim, sobre proposta de Mme. de Barral, e assim como esta acompanhará por toda a parte as princesas. Mme. de Barral e a *Institutrice* que dependerá dela em tudo e por tudo, encontrarão de nossa parte toda a coadjuvação em tudo o que puder influir sobre a educação, na qual nunca poderão intervir os outros criados. As lições serão dadas por mestres, porém, Mme. de Barral e a *Institutrice* poderão também ensinar, ficando dependente de seu critério

o não contrariarem o método de ensino seguido. Comerá à minha custa no seu aposento. – Terá 12.000 francos por ano; (são as vantagens já lembradas anteriormente) uma pensão vitalícia de metade desta soma, depois de completada a educação das princesas; educação do filho até ter uma carreira paga por mim, e carro para andar. Não apresentei logo esta proposta porque o convite poderia ser recusado independente das condições”.

Em vista destas condições responde a viscondessa. Tudo muito claro e cada qual querendo ser mais cuidadoso que o outro:

“Recebi a carta de v. ex.^a de 4 de abril; por ela vejo a sua irresolução, de que me felicito, por me confirmar ainda mais, na boa idéia e estima que sempre lhe consagrei. Como esclarecimentos, devo dizer-lhe que no caso de aceitar, será v. ex.^a nomeada dama de S. M. a Imperatriz” etc.

Seguem-se as condições do imperador salvo a última, relativa à educação do filho, que, talvez por ordem posterior, não figura na minuta da resposta do mordomo que aqui está, com sua letra e modificada pelo punho do seu ajudante, o dr. Jacobina.

Em 25 de maio de 1856 escreve novamente a viscondessa.

“Ex.^{mo} sr.

Não por descuido meu, mas por falta de vapor para essa corte, vai tardiamente a presente resposta. Tenho pensado maduramente, tenho pensado muito, sobre o negócio e objeto das cartas de v. ex.^a e posso assegurar-lhe que estou resolvida a aceitar a honrosa missão que S. M. I. me quer confiar. Se tal tarefa é por um lado de honra e glória, por outro vai ferir gravemente meus interesses. Convém, pois, que vencendo toda minha repugnância para negócio de natureza que pareça comercial, e contrário a meu caráter e costumes, exponha todavia a v. ex.^a algumas condições claras, precisas e das quais não poderei prescindir.

Ninguém melhor do que v. ex.^a sabe, que a corte do Brasil exige para qualquer mediano tratamento, quantias fortes, iguais às que em tais posições se gastam em Paris e Londres. Tendo eu de efetuar uma quase completa mudança desta cidade para aí, e tendo família, que não é pequena, muito devo gastar em transporte, etc. Uma mudança de tal natureza é cara, difícil e pesada, e mais difícil ainda é o deixar três avultadas propriedades de engenho com muitos escravos entregues a estranhos, e talvez não muito competentes para administração. Não se poderá efetuar isso sem grandes prejuízos e lucros cessantes. Em vista delas e outras considerações que não podem escapar à perspicácia de v. ex.^a, não me parece demasiada exigência pedir ordem aos vapores para que seja eu, e minha família, e todos os meus penates para aí transportados. Que se me dê uma casa mobiliada, sege decente, e 12 contos de rs. por ano. Não os pediria como remuneração, mas como meio de compensar prejuízos inevitáveis, e auxílio de parte de

minha despesa aí, dispensando que se me mande alimentos ao meu aposento, nutrindo-me a minha própria custa. – Finda a educação de minhas princesas aceitarei a pensão que por sua generosidade S. M. I. me quer conceder de 6 mil francos anuais.

Se eu hoje fora só viria sem a menor exigência pôr-me ao lado das princesas e servir ao meu soberano, porém, hoje tenho outros deveres a cumprir como mãe, zelando e promovendo o futuro de meu filhinho, e buscando deixar-lhe posição feliz. Aceitos estes meus pedidos, partirei quando S. M. I. julgar conveniente, e quando não possam ter lugar estas condições, restar-me-á tranqüila a consciência de haver cumprido e conciliado todos os meus deveres, e pedir a v. ex.^a a bondade de obter de S. M. I. toda a desculpa.

Sou de V. Ex.^a mt.^o af.^e e obr.^a veneradora,
Viscondessa de Barral.

Bahia, 29 de maio de 1856.”

Era a última palavra da viscondessa. Restava a aquiescência do imperador. Esta é dada por um outro memorando nos seguintes termos:

A aia para as princesas é cada vez mais precisa, para sua conveniente educação: a viscondessa de Barral é quem reúne todas as condições” (Aqui o imperador riscou e escreveu na entrelinha: *a maior parte das condições*)... “desejadas para semelhante cargo, e portanto estou pelas condições propostas, ficando bem claro que ela há de morar nos lugares determinados no papel que mandei de Petrópolis. Quanto à despesa da passagem deverá ser feita ao menos em parte pela Casa Imperial por isso que há limites no contrato com a companhia de vapores a respeito dos favores de passagem gratuita, que pode o governo fazer, e além disso não quero que se diga que (certas) pessoas talvez em más circunstâncias pecuniárias são privadas desse socorro por causa de meu serviço particular. Trate de aprontar os quartos que foram da condessa de Belmonte e a sege”.

O imperador, como se vê insistia na moradia no paço, nos aposentos da condessa de Belmonte, d. Mariana Carlota de Verna Magalhães, sua antiga aia. Mas o mordomo parece ter pleiteado a causa da antiga amiga porque na minuta da resposta que enviou à viscondessa, toda corrigida pelo imperial punho, a condição imposta pela futura aia está explicitamente mencionada. Assim é que a 10 de junho de 1856 o mordomo assim encerra as negociações:

“Il.^{ma} e ex.^{ma} sra.

Tive a satisfação de receber a carta de v. ex.^a datada de 25 de maio p.p. e tive a honra de a fazer chegar ao alto conhecimento de Sua Ma-

jestade o Imperador, e pelo mesmo augusto senhor fui autorizado a dizer a v. ex.^a que ele concede a v. ex.^a o ordenado de um conto de réis por mês, durante o tempo que v. ex.^a estiver dirigindo a educação de suas augustas filhas: a contar do dia de sua partida da Bahia para esta corte. 2º que finda a educação de Suas Altezas Imperiais, terá v. ex.^a, pelos cofres da Casa Imperial uma pensão de seis mil francos moeda francesa”. (O imperador corrigiu à margem: “seis mil francos anuais, câmbio legal”). 3º que durante o seu exercício morará v. ex.^a em uma casa decente, (cujos aluguéis serão pagos pelo cofre da Casa Imperial e mobiliada também a expensas da C. I.)” O imperador anotou: Em lugar do que está entre parênteses escreva: “por cujo aluguel e mobília nada terá que despender”. 4º terá v. ex.^a a seu serviço uma sege da Casa Imperial.

Tendo pois S. M. o Imperador anuído a todas as condições apresentadas por v. ex.^a, vou rogar-lhe que se digne dizer-me (em que época próxima estará v. ex.^a pronta, a fim de que o mesmo augusto senhor se digne dar suas ordens para que um vapor nacional seja posto aí à sua disposição para a trazer, e sua família).

Sou com particular estima etc.”

O imperador emendou a última cláusula para a seguinte: “Vou rogar-lhe que se digne dizer-me, com a possível segurança o dia em que v. ex.^a estará pronta para partir a fim de conduzi-la assim como a sua família num dos vapores de guerra nacionais”.

Um bilhete, tarjado de negro, e datado da Bahia, 22 de junho de 1856 marca bom êxito das negociações:

“Ex.^{mo} sr.

Recebi a 17 deste mês a carta que v. ex.^a, em nome de S. M. o Imperador me fez a honra de dirigir e desde já digo a v. ex.^a que estarei às ordens de S. M. I. pronta a partir no último dia de julho. – Pode, portanto, v. ex.^a determinar a viagem do vapor para essa época.

Tenho que participar a v. ex.^a a morte de meu prezado sogro que faleceu em Paris a 12 de abril p.p. imaginando v. ex.^a por quantas emoções diversas temos passado este mês! Sucede meu marido ao título de seu pai por ser filho primogênito, mas ainda não sei se a senatoria é hereditária.

Até muito breve, palpita-me tanto o coração, tenho tanto medo da sagrada missão que vou empreender, que reclamo de antemão a maior indulgência.

Aceite v. ex.^a os afetuosos cumprimentos de meu marido, abrace por mim m^a amiga d. Francisca e creia que sou

Sua mt^o obr^a vener.
Condessa de Barral.”

A 25 de setembro expedida a Mordomia o seguinte decreto:

DECRETO Nº 417 – DE 25 DE SETEMBRO DE 1856

Hei por bem conceder à dama de palácio condessa de Barral, durante o tempo em que estiver encarregada da educação de minhas muito amadas e prezadas filhas, a quantia de 1 conto de rs. por mês, e mais 2 contos anuais a título de moradia, sendo estes vencimentos contados de 27 de agosto último. Outrossim autorizo o conselheiro Paulo Barbosa da Silva, mordomo da minha Imperial Casa, a mobiliar o prédio destinado à residência da mesma condessa, segundo as ordens vocais que lhe dei. Assim mais autorizo o referido mordomo a garantir à mesma dama a pensão de 6.000 frs., moeda francesa, que só terá princípio quando eu der por concluída a educação das princesas, devendo então cessar todas as outras vantagens acima concedidas.

O mesmo mordomo o tenha assim entendido e cumpra. Paço do Rio de Janeiro, em 25 de Set.º 1856 – 34º da Independência e do Império.

Com a rubrica de S. M. o Imperador,

Paulo Barbosa da Silva.

Foi, pois, só em setembro de 1856 que, a já então condessa de Barral, entrou em funções como aia das princesas. Era uma grande honra e uma importante função. Mas não seria um caminho sem espinhos. A corte brasileira era, talvez, uma das mais simples e menos pomposas do mundo. O número infinito de desocupados que constituíam aquele mundo de intrigantes que as memórias de Saint-Simon nos revelam, não existia no nosso calmo e sóbrio Segundo Reinado. Mas sempre era uma corte, sempre haveria de haver os descontentes e os preteridos, os invejosos e os maledicentes que não constituem, aliás, fauna própria às monarquias. Daí, os ditos, os versinhos, as mofinas nos jornais, e afinal, dentro do próprio paço, a má vontade no serviço, a sabotagem enfim, não havia *le mot*, mas, *helás*, havia *la chose*.

* * *

Trinta anos antes, no mesmo Palácio de São Cristóvão, uma outra dama iniciara, confiante e dedicadamente, uma carreira semelhante. Era uma inglesa, igualmente educada e culta, a nossa muito conhecida Maria Graham, vindoura Lady Calcott, convidada pelo fundador do Império a se ocupar da educação de d. Maria da Glória, futura rainha de Portugal.

As páginas em que a ilustre escritora e artista registrou as suas esperanças e tribulações na vida interna da corte brasileira são bem um panorama dos escolhos pelos quais teria de navegar a *jovem* condessa. (Permitam-nos que se corrija esta evidentemente injusta qualificação de velha que se atribui a si própria, a condessa, aos quarenta anos).

Está claro que na corte de d. Pedro II não havia Plácidos nem Joões Carlota, nem aquela incrível figura de dama das princesas, capazes de urdir a horrenda trama de que resultou a cena de teatro em que o imperador expulsou do paço a própria mestra a quem ele endereçava os mais insistentes convites.

Mas sempre haveria resquícios daquele espírito xenófobo, irritado contra as novidades e os estranhos ao quadro habitual dos velhos criados domésticos de Sua Majestade.

A condessa de Barral não conhecia, certamente, as aventuras de sua predecessora. Mas, mesmo que as conhecesse poderia confiar no elemento fundamental de que resultaria a sua vitória final: a confiança e o apoio do imperador.

O mordomo era certamente do partido da *aia*. Sua velha amizade a isso o inclinava. Seu ajudante, o dr. Jacobina, que ele trouxera de Paris, diplomado por duas escolas francesas, punha-se certamente ao lado da distinta senhora que encarnava a civilização e a cortesia européia no meio tradicionalista dos velhos empregados portugueses, ainda ao tempo do rei-velho, inimigos das *novidades*.

Se pudéssemos reconstituir as teias de intrigas e dichotes que se sibilavam pelas paredes, que labirintos teríamos de percorrer! Alguns fiapos de cartas que aqui juntamos revelam-nos por vezes, aspectos curiosos.

À princesa de Joinville, que indagava da vida de sua amiga, temerosa dos choques com o ambiente, o mordomo respondia encorajando-a numa carta em estilo telegráfico:

“A Barral vai bem. Tem uso do mundo, e é rica e independente que faz muito ao caso e o imperador a considera como merece”.

Um pequeno bilhete da aia ao mordomo é uma pequena revelação de um mundo de pequeninos aborrecimentos, destes pequenos *nadas* que costumam gastar mais os nervos que as grandes desgraças.

“Meu caro sr.

Suas Altezas esperam monsenhor Narciso amanhã. Queira v. ex.^a ter a bondade de mandar as ordens necessárias para que ele encontre condução na raiz da serra, e o quarto na casa dos senhores semanários.

Sei que já alguém tinha dado ordens a esse respeito, e que não é possível tirar a mania de governar as pessoas da Casa Imperial, mas não houve culpa minha. É natural que mons. Narciso vá para a casa do marquês de Olinda.

Sua mt^o obrg^a e af.

C. de Barral”.

Foi preciso que o mordomo expedisse uma portaria que repercutiu nos corredores do paço, certamente, como um alarma:

“S. M. o Imperador espera que a dama e as açasafatas de quarto de S. A. I. não continuarão a contrariar por seus atos ou palavras a influência que deve a condessa de Barral, ter sobre a educação de S.S. A.A. que por S. M. o Imperador lhe foi cometida, evitando assim que o mesmo augusto senhor se veja obrigado a tomar medida severa”.

A minuta desta ordem, do próprio punho do imperador e que Wanderley Pinho reproduz em clichê é uma peça essencial para a reconstrução do caminho pelo qual a condessa foi pouco a pouco, com aquele tato e com aquele tino que tivemos oportunidade de apreciar, alcançando uma justa, indiscutível, incontrastável influência junto às imperiais pupilas, junto ao próprio monarca e finalmente junto ao próprio ambiente. A ele se poderá sem dúvida atribuir grande parte da mudança de ambiente que se formou em relação à religião no paço, criando uma linha de conduta mais ortodoxa, mais livre das tolerâncias e transigências costumeiras em matéria de fé católica. Pelo menos quando o jovem antiromano, que então era o deputado Rui Barbosa, quis personalizar a reação que provocavam as suas atitudes anti-ultramontanas, como então se dizia, foi na pessoa da condessa de Barral que encarnou o espírito religioso que se opunha aos seus projetos avançados:

“Diz-se que minhas “opiniões em matéria de religião eram apontadas como as mais subversivas”. Insinua-se, até, exumando-se uma figura de crônicas poeirentas, que deste sentir seria certa “veneranda e ilustrada senhora, ouvida com grande amizade e respeito na roda da família imperial”, figura pré-histórica na corte de uma realeza parlamentar, mas que retratava fielmente o pensamento” daquela *roda*.

Parece que essa venerável senhora, ali por 1882, ou 1883, andou a rever Petrópolis, onde, entrando em franquezas com um deles, lhe ousou dizer que “os filhos do sr. Dantas” eram muito irreligiosos, muito irreligiosos”.

Mas que teriam os atos políticos de Sua Majestade com as devoções religiosas daquela santa senhora? Egéria imperial que ela fosse (quando certo o não era), essa autoridade feminina, encarecida agora com foros de oráculo do paço não valera, para ter mão no imperador, que não prendesse e sentasse no banco dos réus os bispos católicos brasileiros”.

Não se poderá ainda terminar o estudo deste episódio da crônica imperial sem referir ainda um tópico: o contrato da professora, Mlle. Templier. Logo após a chegada tratou a condessa de obter o contrato da professora que seria o seu braço direito. A indicação partiu desta vez da rainha Amélia de Orleans.

Dirigindo-se à condessa dizia a rainha em 7 de fevereiro de 1857.

“Ma chère Comtesse. J’ai reçu votre lettre du 15 Décembre dernier, trop tard pour pouvoir y répondre avant le départ de ce paquebot. Les desirs de l’Empereur et les vôtres sont satisfaits. Mlle. Templier seta acceptée, et j’ai sa confiance que vaus n’aurez qu’à vous louer de ce choix. Elle a une figure régulière, sans être jolie, pieuse, bien instruite, simple dans ses manières et sans prétentions. Elle a parfaitement élevé Mlle, de Machan. D’après à que l’Empereur, fui même m’a écrit, et la latitude que vous m’avez laissé, je fui ai annoncé qu’elle aura 12.000 ir. d’appointements et que lorsque l’éducation des jeunes princesses sera terminée, si on a été contente d’elle, comme j’en ai la confiance, l’Empereur fui accordera une pension viagère de la moitié de cette somme... Quant aux devoirs qu’elle aura à remplir, elle sait bien qu’elle seta soumise à tout ce que vous fui indiquerez, et fui demanderez. J’ai fait prier M. de Barral de vouloir bien passer chez elle pour la mettre au courant des habitudes des usages du pays et pour qu’il puisse vaus apporter de ses nouvelles”.

Na mesma data escrevia a rainha a d. Pedro II:

“Mon bon cher neveu.

Je m’empresse de vaus dite que, selon le désir que vaus m’avez exprimé, dons votre lettre du 15 Décembre 1856, Mlle. Templier accepte le poste, que vaus fui proposez et ayant quelques arragements de famille à terminer, avant que ne s’expatrie pour plusieurs années, elle ne partira que par le paquebot du 9 Mai pour se rendre à vos ordres et se mettre à la disposition de la comtesse de Barral, pour l’aider à remplir l’importante tache de l’éducation de vos chères filies”.

A estas cartas se referia o imperador quando ordenava a Paulo Barbosa:

“Leia as cartas da rainha Amélia que lhe mando e dê as ordens precisas, sendo de urgência que vá ao menos por este pacote a ordem para os três meses adiantados ou 3.000 francos dos ordenados da *Institutrice*. Quanto às condições por escrito, de que é natural que a *Institutrice* deseje ter um documento talvez não haja tempo de redigi-las, para eu vê-las antes de serem expedidas ainda que eu só parta para Petrópolis amanhã às 3 horas da tarde.

D. Pedro 2^o”

Com uma aia casada com francês e educada em França, e uma *institutrice* francesa, a educação das princesas, correu naturalmente num ambiente predominantemente francês. Interessante é que a própria condessa se dirigia às vezes ao mordomo em francês. Aqui está num bilhete que, como se refere a Petrópolis pode ser lido na íntegra.

“Mon cher Monsieur

Sa Majesté l’Empereur veut bien me promettre de partir Samedi pour Petropolis je vous pris d’avoir l’extrême bonté de donner vos ordres afin que je trouve uno voiture au chemin de ter (raiz da serra).

Je compte partir par le train de 1 heure ½. Je vous prie de ne pas oublier le petit cheval e d’agréer tous mes compliments empressés.

C. *tesse* de Barral”.

Ou então são bilhetes em que o francês ou o português se alternam conforme o assunto. Aqui está por exemplo um bilhete que se refere à recepção do arquiduque Maximiliano d’Áustria, o futuro e infortunado imperador do México, que passou por esta cidade de Petrópolis em 1859 e foi recebido então pelas princesas, já que o imperador se encontrava em viagem pelo norte do país.

“Sua Alteza convidou madame Barbosa a vir passar *la soirée*, e eu julgo que às 7 horas muito sua amabilidade nos ajudaria a interter o Sr. arquiduque. Não temos *décolletés* aqui e todas estarão *montantes*.

Sua af^a e obr^a,

C. *tesse* de Barral.

30 de janeiro.”

Por gentileza do nosso prezado consócio Marques dos Santos, poderemos ainda hoje divulgar uma interessante peça inédita de extraordinário valor como demonstração do alto espírito da condessa de Barral, da sua coragem pessoal e de sua dedicação à família imperial.

Trata-se de uma carta narrando as extraordinárias peripécias de uma viagem a Paris logo após a Revolução da Comuna. Paris ainda com as fogueiras fumegantes daquela loucura inacreditável. A carta tem um sabor extraordinário de um depoimento vivo e até espirituoso, demonstrando a existência na autora daquilo a que hoje chamaríamos de senso esportivo, a capacidade de encontrar nos acontecimentos mais trágicos, o seu lado curioso, a sua feição cômica.

Súbito a narrativa leve cessa com um choque violento. É a notícia da morte da princesa d. Leopoldina, comunicada por uma carta da princesa de Joinville, d. Francisca. Era uma de suas pupilas. O tom fúnebre e lancinante da segunda parte da carta, forma com a primeira, um contraste violento que dá a este documento uma feição inteiramente original.

Para o imperador e a imperatriz.

Sim, sou eu mesma, e eu escrevendo a V.V. M.M. de Paris, onde vim logo que isso foi possível, porque sabe que hoje infelizmente sou ainda mais pai de que mãe de meu filho, e que não devia *negliger* a menor ocasião de saber de nossos negócios. Vim, pois, de Londres no domingo 5 deste mês às 8h da noite com o sr. Correia adido da legação do Brasil e figurando sobre seu passaporte de encarregado de despacho. Viagem de mar de 10hs. – Dieppe ocupado pelos prussianos. Houve séria dificuldade em fazer compreender ao general Pietterskopz que era coisa diplomática. Ele dizia – *che n'entend rien a la politiké allez parler au machor Müller*. Este deu licença e nós partimos por um trem militar prussiano, com todo o material prussiano, *wagon* de 3ª classe, e assim chegamos a Rouen, às 8h da noite. Lá vi o dr. Brom com muito prazer. No dia 7 seguimos para Amiens, lá tendo saído do carro para almoçar tomaram nossos lugares, e para seguir viagem entramos num vagão de bois e fizemos boas 2 horas de viagem sobre a palha. Em Grille pudemos *comover le chauffeur* de outro trem de bois que nos tomou com ele no *fourgon du frein de la locomotive*, e depois de mil paradas e dificuldades a La Chapelle St. Denis, dentro das fortificações de Paris. Foi grande, muito grande a emoção. Eram 2 horas da madrugada, chuva a gamelas e lama digna do catolé de St. Amaro. – Foi mister gramar a pé até Paris onde chegamos às 3. Dormimos num hotel porque não se podia achar quem carregasse bagagens e Paris estava no escuro. – Que tristeza! Que miséria! Que miséria! No dia 8 disse ali adeus

ao sr. Correia cada um tomou sua direção e eu fui antes de vir à minha casa entregar todas as cartas de que vinha encarregada. Era o famoso dia das eleições. – Tudo se passou sem barulho, mas creio que o partido democrático rouge l'emporta. Nem posso contar tudo quanto tenho feito! parece incrível. Hoje estamos a 11 do mês e a lista ainda é tremenda. Achei aqui três correios do Brasil de julho e agosto que tanto cuidado me deram. Estou pois agora retrospectivamente em dia com os meus amigos e sei o que se passou em minha casa. Deus louvado, as bombas não vieram deste lado do Sena e os estragos mesmo na margem esquerda são comparativamente pequenos. Rombos no *Pantheon*, Inválidos, St. Sulpice, Collège Henri IV e biblioteca de St. Geneveva. Lá fui ver o respeitável Mr. Ferdinand Denis que passou essa crise cruel no seu posto de honra perto dos tesouros da ciência com que ele se tinha posto nas adegas da biblioteca e com bombeiros para apagar o incêndio caso lá se declarasse. Excelente digno homem. Quando outros se afligiam por interesses mesquinhos esse caráter tem a meus olhos muita grandeza – defender e querer morrer com seus manuscritos preciosos – c'est antique!

12 de fevereiro – Acabo de receber a notícia fatal e com o coração partido da mais pungente dor me atiro nos braços da imperatriz e aos pés de V. M. I. para chorar com ambos *nossa querida filha*, pois só se eu perdesse meu filho poderia sentir maior pesar. Nem peço desculpa tudo é pouco para exprimir o que sinto dentro do coração. E eu que lhes dei a notícia das melhoras! Verdade é que o telegrama recebido a 3 dizia que ela tinha piorado no dia 1 mas que a 2 ia melhor! Oh! custa muito curvar a cabeça diante do decreto que parece tão injusto. Uma menina e mãe de quatro filhinhos! É horrível, a notícia caiu sobre mim como um raio e de maneira a mais cruel. Mando o documento a V.V. M.M. que ainda terá dó de sua pobre criada que banhada lhes beija a mão.

C. de Barral”.

O tema de nossa comunicação era simplesmente o ingresso da condessa de Barral no encargo da educação das princesas.

Mas é impossível que nos separemos sem referir ao menos de leve às circunstâncias do final do seu honrosíssimo serviço, após o casamento de S.S. A.A.

Grato ao serviço inapreciável que havia prestado a ilustre dama a suas augustas filhas, à família imperial, e, portanto à nação durante oito anos de dedicada assistência, houve por bem o imperador não despedir a antiga aia sem dar uma prova de sua alta munificência. E assim fez baixar dois decretos que sobre modo honram seu senso de justiça. Pelo primeiro concedia à condessa de Barral, o título brasileiro de condessa de Pedra Branca, homenageando a ilustre memória de seu pai, o visconde de Pedra Branca.

Por outro mandou que, revogando o decreto de 1856, lhe fosse paga uma pensão igual a seus vencimentos como aia integrais.

DECRETO Nº 533 – DE 14 DE DEZEMBRO DE 1864

Tendo dado por concluída a educação das princesas minhas muito amadas e prezadas filhas, hei por bem revogar o meu imperial decreto de vinte e cinco de setembro de 1856, na parte em que concedia à condessa de Barral, dama de palácio a pensão de seis mil francos anuais, e ordenar, que, em vez dela, seja a sobredita pensão de um conto de réis mensais; ou doze contos anuais. Outrossim ordeno que continue Vitorina Templier, que exercia as funções de vice-diretora da educação das sobreditas princesas, como pensão, o ordenado que vencia de mil francos mensais, ou doze mil anuais. Paulo Barbosa da Sylva, do meu Conselho, e mordomo da minha imperial casa, assim o tenha entendido e cumpra.

Palácio do Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1864, 43º da Ind. e do Império.

Com a rubrica de S. M. o Imperador.

Paulo Barbosa da Sylva.

(L.º 3º do Reg.º de Decretos da Administração, p. 38 v).

Foi a esse gesto de dupla generosidade e delicadeza que respondeu a condessa com essa carta que é bem um belo arremate de sua hábil e digna atuação.

“Il.º e ex.º sr.

Sua Majestade Imperial fazendo reviver o nome de meu pai, de saudosa memória pagou-me com usura os serviços que prestei a suas augustas e amadas filhas; queira v. ex.ª em meu nome pedir licença ao mesmo augusto senhor de não aceitar a generosa pensão que por decreto de 14 deste mês ele houve por bem conceder-me, bastando sua augusta lembrança para penhorar minha profunda gratidão.

Deus guarde v. ex.ª de quem sou mtº atª venª obrª,

Condessa de Barral e Pedra Branca.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1864.”

Tomando conhecimento deste gesto, o imperador fez expedir então novo decreto:

“Tendo eu por meu imperial decreto expedido pela Mordomia da minha Casa, em 14 de dezembro do ano p.p. concedido à condessa de Barral e de Pedra Branca a pensão de um conto de réis mensais, em remuneração

dos serviços prestados na educação das minhas muito amadas e prezadas filhas as princesas imperiais; e tendo a sobredita condessa, por ofício de 26 de dezembro do a. f. pedido licença para renunciar a esta mercê, dando-se por assaz remunerada com o título de condessa de Pedra Branca que eu houve por bem conceder-lhe, e querendo condescender com o desejo da referida condessa, hei por bem revogar a primeira parte do sobredito decreto, louvando-a por seu desinteresse e bons serviços. Paulo Barbosa da Silva do meu Conselho, gentil-homem da minha imperial câmara, e mordomo da minha imperial casa, assim o tenha entendido e cumpra.

Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1865, 44º da Independência e do Império.

Com rubrica de S. M. I.
Paulo Barbosa da Silva.”

* * *

E assim quero encerrar esta despreziosa palestra; com este gesto que ficará como um sinal luminoso ao fim de um fastidioso estudo, revelação da elegância feminina bem própria de quem possuía, e tanto disso se orgulhava, uma alma grandiosamente brasileira.

Américo Jacobina Lacombe.

O DRAGÃO – SÍMBOLO HERÁLDICO

O dragão – símbolo heráldico

Desde que se começa a ter interesse pelas coisas tradicionais do Brasil, aprende-se que o dragão foi o principal símbolo heráldico da Casa de Bragança, razão pela qual aparecia tão freqüentemente nas armas e peças metálicas de indumentária militar do tempo do Império até a Guerra do Paraguai.

No Brasil, há algumas teses que depois de surgidas, alastram-se como óleo em superfície de água, sem que se conheça o autor da falsidade. Depois é preciso muito trabalho para se desmanchar as lendas sem pai aparente, mesmo quando ninguém deseja assumir a paternidade do erro.

A origem do dragão na heráldica luso-brasileira foi obscura por algum tempo, mesmo em Portugal onde se lhe atribuía adoção antiqüíssima. Só depois das pesquisas realizadas pelo arqueólogo e heraldista Armando de Matos, o assunto se esclareceu completamente, e os brasileiros temos desculpas do engano, se os mestres da tradição por muito tempo também andavam em caminho falso.

* * *

Dizia Clóvis Ribeiro em “Brasões e Bandeiras do Brasil”, reproduzindo a “História de Portugal” de Pinheiro Chagas, que o dragão era símbolo usado pelos antigos lusitanos:

Segundo rezam as velhas crônicas, os antigos lusitanos arvoravam uma bandeira branca no meio da qual se via um dragão verde.

O fato é possível, tanto que as armas de Aragão têm, como as dos reis de Portugal, desde a dinastia de Avis, o dragão como timbre.

O dragão é, na heráldica, símbolo de fidelidade, e os lusitanos foram rebeldes. Isso, que poderia significar pouco, diz muito quando se aplica a origem certa, como adiante se verá.

Mas, desde logo, heraldicamente, que é o dragão? *É uma figura fantástica que se representa de perfil, constituída de cabeça e patas de águia, asas de morcego, corpo e cauda de serpente. A extremidade da língua e da cauda são farpadas.* (Regras de Heráldica, Duarte Brandão).

Não há dúvida hoje, entretanto, quanto à ausência de dragões heráldicos durante todo o período afonsino, nas armas portuguesas.

Com Armando de Matos, pois, podemos afirmar categoricamente, que é com d. João I que as armas reais de Portugal são acrescidas de um timbre organizado a critério de um heraldista inglês chamado Arrieta (*sic*) cuja interferência na heráldica portuguesa foi extremamente benéfica.

D. João, fundador da dinastia de Avis podia usar nas suas armas, sem que isso representasse a antítese da realidade ou ironia do destino, um símbolo de lealdade?

A história que interprete:

Filho de Pedro o Cru e Teresa Lourenço, quando morreu o rei d. Fernando o Formoso, que a paixão por dona Leonor Teles consumira, viu-se na contingência de submeter-se ao rei de Espanha, casado com a princesa Beatriz, filha de Leonor e Fernando ou rebelar-se contra o rei estrangeiro para ficar fiel à pátria e de acordo com a vontade dos seus nobres que não suportavam mais a intromissão do amante ostensivo de Leonor Teles, o Andeiro, nos negócios públicos de Portugal.

D. João mestre de Avis, resolve rebelar-se contra d. João de Espanha e apunhala no Paço de Lisboa, com suas próprias mãos, o conde Andeiro.

Unidos ao redor de d. João de Avis, os portugueses esperavam a guerra inevitável. Três grandes batalhas, porém, bastaram para garantir a independência de Portugal. Foram elas: Atoleiros, Trancoso e, enfim, Aljubarrota. Feito rei, d. João contrata casamento com dona Filipa de Lencastre, cujo pai, João de Gant, filho de Duarte III de Inglaterra, era duque de Lencastre



Fig. 1. Elmo de Tomas — conde de Lencastre, em 1301, com o timbre de dragão, de perfil, segundo a regra que o Brasil revoga para seus símbolos ornamentais.



Fig. 2. Peça de prata, brasonada, de talabarte, usada durante a guerra peninsular, segundo o Brigadeiro Lacerda Machado, Tenente General Conde de Avilez, Edição Pátria MCMXXXI — Pág. 53. Também: Evolução Histórica das Armas Portugêsas, Armando Matos, pág. 109.



Figs. 3-4. Fivelas de prata, de suspensórios, uma brasileira (3) com dragões, com os contrastes: 10 — J.F.C., e uma portuguesa (4) com o contraste L, coroado.



Fig. 5. Brasão português do serviço do Paço Imperial dado por D. Luís I a D. Pedro II conforme conta a tradição



Fig. 6. Brasão imperial de um canecão Davenport, comemorativo da coroação de D. Pedro II — 1841.

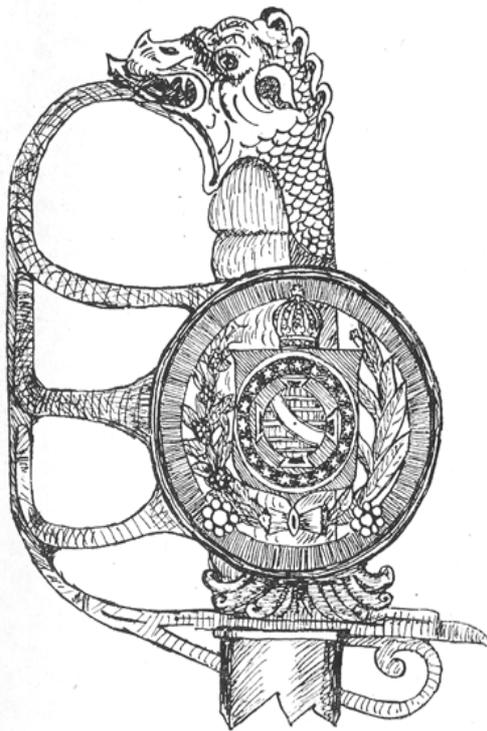


Fig. 7. Espada de soldado da Imperial Guarda de Honra, com pomos de dragão, e copos avantajados.

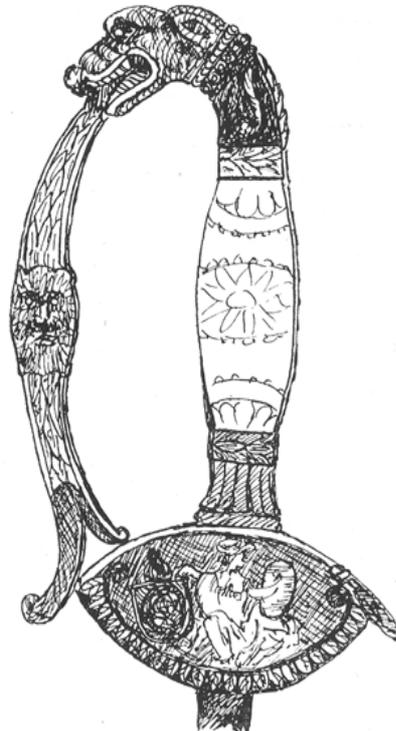


Fig. 8. Espada de cerimônia do Primeiro Reinado, com pomo de dragão meio deformado, e punho de madrepérola.

e herdara o título por se haver casado com dona Branca, filha de Henrique I, possuidor do mesmo ducado.

A principal intervenção de Arrieta (Harriet?) na heráldica real, foi o arranjo das armas de d. João I, e, em especial, a adoção do elmo e do timbre, que foi modificado do de Tomas, primeiro conde de Lencastre, em 1301 (fig. 1).

O timbre de d. João I representa, pois, a sua aliança com dona Filipa de Lencastre, cujas armas tinham por timbre o dragão, adotado pelo rei por motivos puramente genealógicos, e destinados a representar a sua lealdade doméstica, constituindo (segundo Armando de Matos – *Evolução das Armas Reais de Portugal*) a mais velha lembrança icônica da aliança luso-britânica.

O mesmo Arrieta interferiu com seus conhecimentos especializados, fazendo surgir as “diferenças”, e extensões, semelhantemente ao que constitui as *cadency marks* inglesas.

D. João usou o dragão nos selos, na ponta axial do mosteiro da Batalha, nas armas facultadas à mitra. Esse timbre teria sido certamente abolido durante o reinado dos Filipes, e a revolução de 1640 teria reacordado com intensidade o símbolo usado pelo rei que vencera os espanhóis em Aljubarrota.

Pareceria, pois, que o dragão nasceu com d. João de Bragança, o IV de Portugal, mas de fato ele surge com a dinastia de Avis, conforme vimos.

* * *

Mas os portugueses chegaram a generalizar o dragão heráldico, usando-o como motivo ornamental? Não saberíamos dar uma resposta definitiva. No tempo de d. João VI, nas peças de talabarte de infantaria da guerra peninsular, o dragão aparece. Não chega a ser ornamental (fig. 2) pois é apenas timbre sobrepondo-se à coroa real, ou com um resto de cauda na parte inferior do escudo é apenas visível, e desproporcionado em face do conjunto dos troféus que enchem a peça.

Em fivelas de prata do princípio do segundo quartel do século XIX, o dragão aparece como suporte do brasão imperial brasileiro, não figurando no escudo real português (figuras 3 e 4).

Parece que depois da Independência o dragão que herdamos desapareceu por completo das armas portuguesas, ressurgindo entretanto no serviço que d. Luís I deu a d. Pedro II como suportes do brasão português sob dossel coroadado.

Esse serviço de porcelana, rico como é (fig. 5), não tem dragões vigorosos como os que suportam as armas brasileiras em caneca comemorativa da elevação de d. Pedro II ao trono do Brasil (fig. 6), fabricação Davenport, nem é ornamental e quase obrigatório como foi no Brasil, especialmente durante o Primeiro Reinado.

* * *

Como manifestação do sentir popular, a arte não deixa de realizar no exterior, pelos meios a seu alcance, aquelas obras que cristalizam, por assim dizer, as aspirações coletivas e os anseios gerais.

Não é necessário que nasçam Ticianos, Velasques e Rafaéis para que os povos realizem arte. Nela os gênios são expressões de evolução humana geral, extra-popular, abrangem gerações e épocas mais do que nacionalidades ou movimentos políticos restritos.

Dentro do âmbito nacional, porém, basta que os movimentos políticos correspondam ao desejo dos povos e eles se encarregam de fazer surgir em muitos setores, a demonstração sentimental da transformação operada.

O Brasil teve dois grandes movimentos políticos: a Independência e a República.

O movimento de 1889 poderia ter reacordado símbolos anteriores, como a Revolução de 1640, de d. João IV, reacordou o timbre de d. João I, mas apenas adotou, transformando símbolos que a monarquia por evolução espontânea, havia inspirado. Assim os toques de borretina da monarquia, que vão constituir antecedentes para as armas da República, em estrela.

O céu estrelado da nossa bandeira, substituindo o antigo escudo imperial, apenas revoga a coroa. Idealmente, conserva-se a cruz de Cristo no cruzeiro constelado; a faixa branca do lema, seria o zodíaco da primitiva esfera. Ao contrário do que aconteceu em 1889, em 1930 a revolução não foi capaz de revogar símbolos artísticos. Houve apenas, portanto, uma modificação de homem no timão do barco. Sentimentalmente o povo não mudou e por isso conserva os símbolos antigos.

Estes comentários visam mostrar mais esse aspecto do problema dos símbolos, nas efusões populares, sem as quais não podem

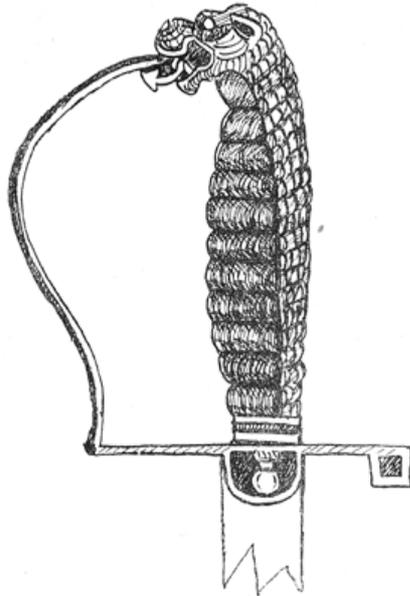


Fig. 9. Espada do Batalhão de Granadeiros n.º 2, com pomo de dragão e língua farpada 1.º Reinado.

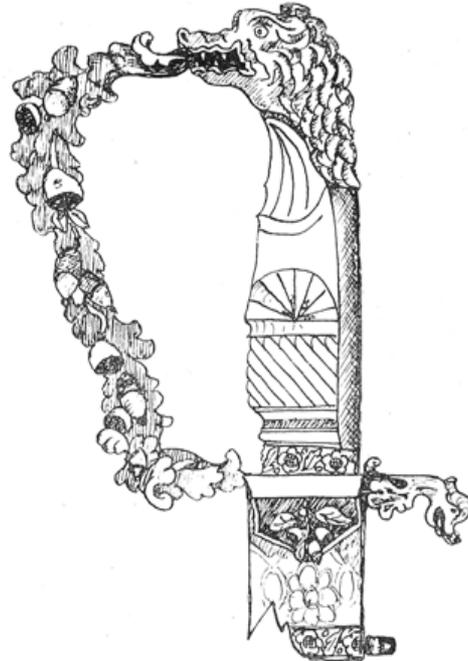


Fig. 10. Espada de marechal de campo, punho de marfim. Da cabeça (boca) saem bolotas e folhas de carvalho que vão até a cruzeta da guarda. Guerra Cisplatina.



Fig. 11. Chapa de cinturão. Escudo brasileiro com dois suportes zoomorfos (âguias), em lugar dos dragões. Só se pode atribuir isso a influência norteamericana, onde a chapa teria sido confeccionada.



Fig. 12. Chapa de cinturão, com 19 estrelas (com o n.º 11) sendo os suportes do escudo brasileiro, dois dragões.



Figs. 13-14. Dragões ornamentais dos talabartes brancos de Cavalaria da Guarda Nacional



Peça heráldica de talabarte com dragão coroado.



Fig. 15. Parte superior de uma pasta de sabre com dragões divergentes.

surgir modificações radicais ou profundas. É difícil, porém, tomando a recíproca, que haja uma modificação real nas instituições de uma nação, sem que novos símbolos apareçam, ao lado de manifestações maiores em artes poéticas, musicais e plásticas.

A independência norte-americana, após a adoção das armas de família de George Washington, como símbolo da nação nova fez da águia um motivo popular, adornando com ela as faianças, as armas e mesmo os móveis.

(Ver: Weapons and Equipment of Early American Soldier. National Park Service. Popular Study series – H n. 2).

Semelhante ao americano do norte, foi o nosso, no Brasil, conseqüente ao 7 de setembro de 1822, quando, sem decreto especial (que conheçamos ao menos) o dragão foi adotado como símbolo nacional, haurido da arte tradicional, e da simbologia viva em momentos decisivos, e posto no próprio cetro do primeiro imperador.

Os cetros imperiais apresentam duas modalidades de dragões, uma delas sendo muito curiosa sob o ponto de vista escultural. É a do cetro pequeno. O dragão tem na realidade a forma elegante de um *hipogrifo*. A cabeça é de um cavalo, saindo, de entre as fossas nasais, uma espécie de esporão, como o que os hipopótamos estão armados, pendendo do pescoço um escudo em que a sigla é vista, de d. Pedro II, sob a coroa imperial, sendo-lhe as asas vinculadas ao corpo sem extremidades livres ¹.

O cetro grande, que é de ouro, tem como símbolo heráldico, apenas o dragão, sem sigla, e de aspecto comum, posto na meseta do capitel ².

No frontal do Palácio de Petrópolis, hoje Museu Imperial, os suportes do escudo são dois formosos dragões que dão imponência e vida ao conjunto arquitetônico ³.

Algumas salas, como a do Trono, têm também suas molduras abrilhantadas pela inicial P, posta entre os ramos de café e fumo, e suportada por dragões dos quais saem ramos que vão formar os elementos de adorno da cimalha que forma conjunto com o teto, de sabor clássico, sóbrio e elegante ⁴.

* * *

Renovando o dragão como símbolo, o Brasil vai usá-lo como decoração que se generaliza, prolifera, esteriliza-se ou deforma-se até apagar-se em 1889.

1. Vide Anuário do Museu Imperial, vol. IV, pp. 264-265.

2. Idem, idem, pp. 248-249.

3. Idem, vol. I, p. 217.

4. Idem, idem, p. 103.

A quem se deve esse movimento simbólico? À época? Ao ardor entusiástico de d. Pedro? A convergência de todas as influências guiadas pelo sentimento renovador que revive com novo aspecto coisas seculares?

A nossa Independência não foi como a americana, um movimento popular decidido pelas armas, mas os episódios cruentos de Pirajá, Salvador e Montevideu foram suficientes para determinar a aplicação abundante, às armas, do dragão como representando artisticamente a Independência, aparecendo nos pomos das espadas do Primeiro Reinado (figuras 7, 8, 9 e 10).

Armas ricas de combate (figuras 7 e 10), populares (fig. 9) ou para uso na corte (fig. 8), têm, todas, o pomo de dragão, com aspectos variados.

Nas chapas de cinturão (fig. 11 e 12) dos equipamentos dos oficiais, são dragões os suportes do escudo, mas apesar da superioridade estética do dragão como motivo ornamental (fig. 11), talvez por influência ou mesmo fabricação americana, às vezes surgem águias substituindo indevidamente os velhos e tradicionais símbolos de Avis.

Durante a Guerra Cisplatina ou logo depois dela, nas medalhas e nas comendas (Passador da Cisplatina e Ordem de D. Pedro I) há dragões estilizados.

Nos uniformes o dragão entra no capacete da Imperial Guarda de Honra, para dar-lhe sabor exclusivo e puramente brasileiro, e constituir a única peça não totalmente copiada de modelos alienígenas.

Nas peças metálicas de indumentária militar, figura, nos tajabartes de cananas (figuras 13 e 14) ou nelas próprias; nas partes superiores das pastas de sabre (fig. 15); nos seus centros (fig. 16) lembrando as águias bicéfalas dos austríacos usadas em peças semelhantes; nos emblemas de barretina acompanhando números, e armas, com coroa (fig. 17).

Nas peças de uniforme de gala do paço, chapéus armados de ministros, ou oficiais superiores, sob a estrela que constitui tope não coroadado, lá vem o dragão a olhar para a direita (para os civis) (fig. 18) e à esquerda (para os militares) (fig. 19).

A Guarda Imperial de Arqueiros tem nos botões, nos punhos e nas alabardas, dragões coroados (fig. 20).

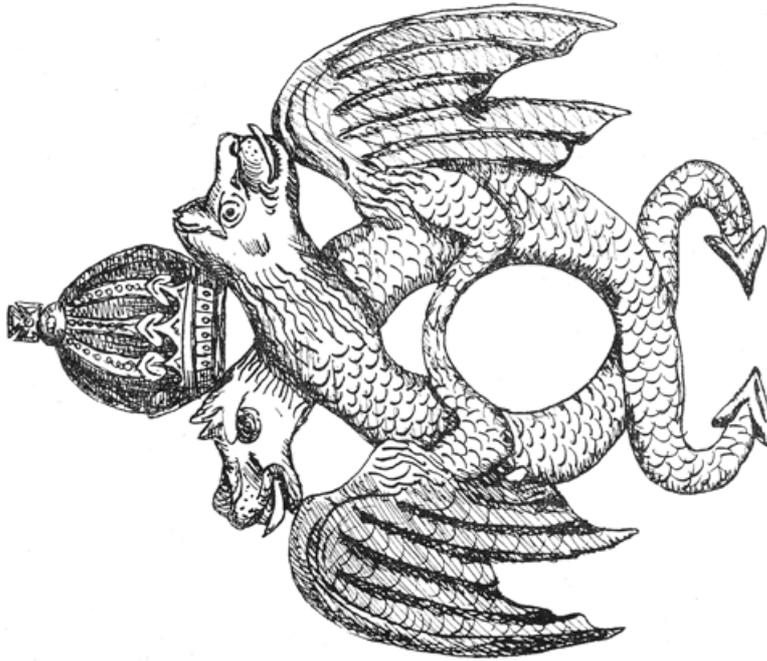
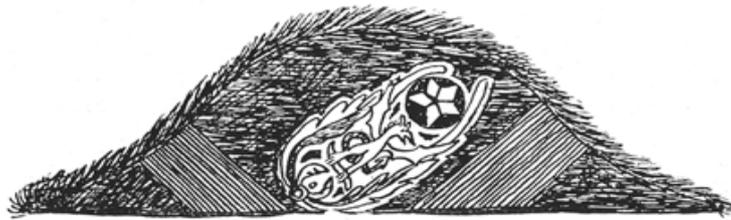


Fig. 16. Dragões entrelaçados sob uma coroa imperial; é visível a influência das armas austríacas — águia bicéfala. Esta peça que é de bronze fundido, foi encontrada entre os escombros de uma demolição no largo da Sé, em São Paulo.



Fig. 17. Emblema de barretina em latão, encontrado em Arcias.



Figs. 18-19. Chapéus armados: De ministro (18) — Dragão olha à direita. De oficial (19) — Dragão olha à esquerda.



Fig. 20. Botão da Guarda Imperial dos Archeiros



Fig. 21. Emblema do serviço interno do Paço, 2.º reinado.

As chaves dos camareiros de serviço (figuras 21 e 22) têm como figura básica ou central, tão importante quanto a sigla e a coroa imperial, o dragão ornamental, derivado do dragão heráldico.

Até pouco depois do 7 de abril, que é data histórica complementar de 7 de setembro, a consagração continua, e o dragão surge com o aspecto de novidade, vigoroso como a sincera verdade. Depois ele continua a existir por velocidade adquirida, por efeito da tradição. O Segundo Reinado, depois da Guerra do Paraguai, esgota e elimina o símbolo de Avis, que era tradicional e estético, para adotar símbolos mais universais.

Voltamos a ficar obscuros, a copiar do estrangeiro, fazendo degenerar o que era nosso, até que vissemos desaparecer por completo o símbolo que constituiu, sem dúvida alguma, glória ornamental do Primeiro Reinado, como consequência do grande passo histórico, dado em 7 de setembro de 1822.

* * *

É necessário, porém, de uma vez por todas, que a lenda do dragão como símbolo heráldico dos Braganças, desapareça, pois que o seu escudo, tanto do ramo legítimo como dos bastardos, tem escudetes das quinas de Portugal antigo, cruces florenciadas, mas não dragões. E o timbre da família, abandonado desde que d. João IV subiu ao trono, era um cavalo sainte, de prata, enfreado de ouro, e não, repetimos, o dragão de Avis, sainte, de ouro, dentado e lampassado de vermelho, que erradamente se atribuía à Ordem da Jarreteira da Inglaterra, da qual d. João I era cavaleiro.

David Carneiro.

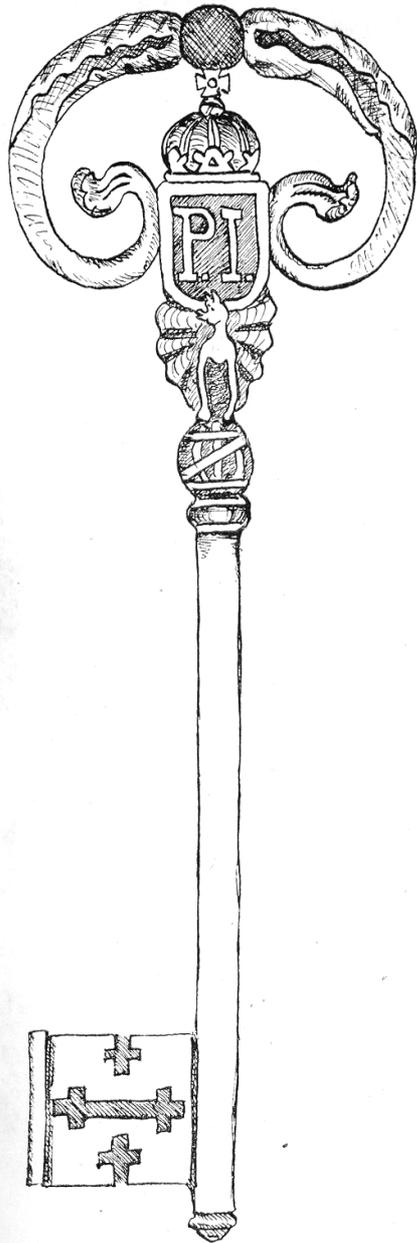


Fig. 21. Chave de prata dos camareiros do Paço Imperial, do 1.º reinado e do período regencial até 1841.

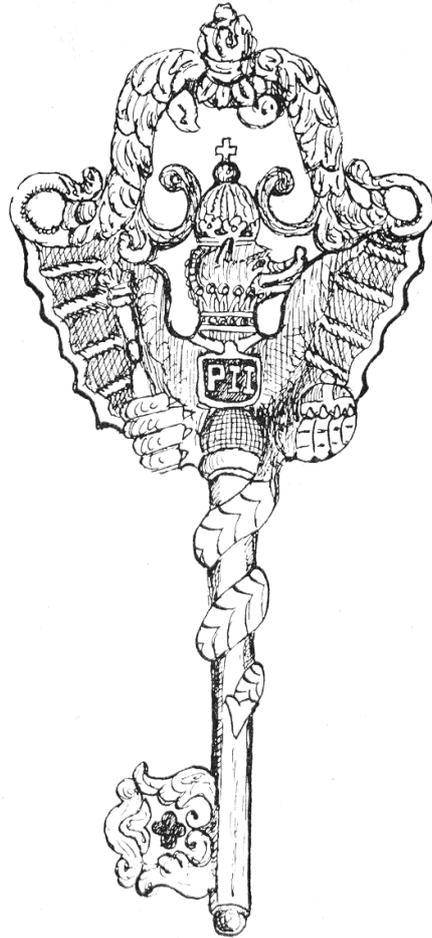


Fig. 22. Chave de camareiro de serviço. O dragão cresceu mas perdeu o vigor primitivo. Tornou-se maniere, rebuscado. Há chaves do mesmo estilo em prata e em vermeil.

Ponta de uma bainha de espada de cerimônia, projetada por Bethencourt da Silva para o Barão Homem de Melo



**QUANDO A FAMÍLIA IMPERIAL
VISITOU PERNAMBUCO**

Quando a família imperial visitou Pernambuco

Há uma velha estampa de Schlappriz evocando uma das passagens dos condes d'Eu pelo Recife. A 16 de janeiro de 1865. Essa litogravura, como tantas outras do artista estrangeiro nosso hóspede no meado do século XIX, surpreende pelos deliciosos flagrantes da cena. É o antigo cais da Lingüeta, também crismado, na época, de Trapiche Novo e do Siculé, conforme acentua Pereira da Costa sem lhe haver encontrado explicação quanto a esta última denominação. O logradouro apresenta uma movimentação fora dos hábitos da cidade. Desde a casaca do fidalgo às mangas da camisa do caixeiro de armazém; do vestido de babados e balões da dama elegante aos mutambos da escrava; do inglês de chapéu desabado e cachimbo ao molecote curioso ou alerta para apanhar as tabocas dos foguetes... Militares de fardões de gala. E até um cachorro vadio surpreso dos ruídos e esperançoso de um osso mais gordo dos restaurantes próximos.

Muitos aplaudem, entusiastas dos príncipes. Outros se mostram indiferentes. Alguns, arrogantemente desdenhosos, traindo republicanismo. Ao longo do Capibaribe, por onde tremem bandeiras, desfila o cortejo; a galeota com os nobres visitantes, a oito remos, de toldo engalanado, seguida de baleeiras conduzindo a comitiva.

Os brigues de guerra salvavam. Tropas escalonavam-se pelas ruas. Carruagens de luxo rodavam no calçamento pouco macio. E à noite as luminárias esmaltariam fachadas, arcos e colunas com seus *féricos* focos de luz.

Nesse 16 de janeiro, Suas Altezas iam a caminho do Velho Mundo no *Madalena* da Real Mala. Vêm a terra ambos. Desembarcam no cais do Colégio e dirigem-se de imediato à igreja do Espírito Santo onde fazem orações na capela-mor. Depois, é a cidade que lhes quer prodigalizar o sorriso do seu encanto e da

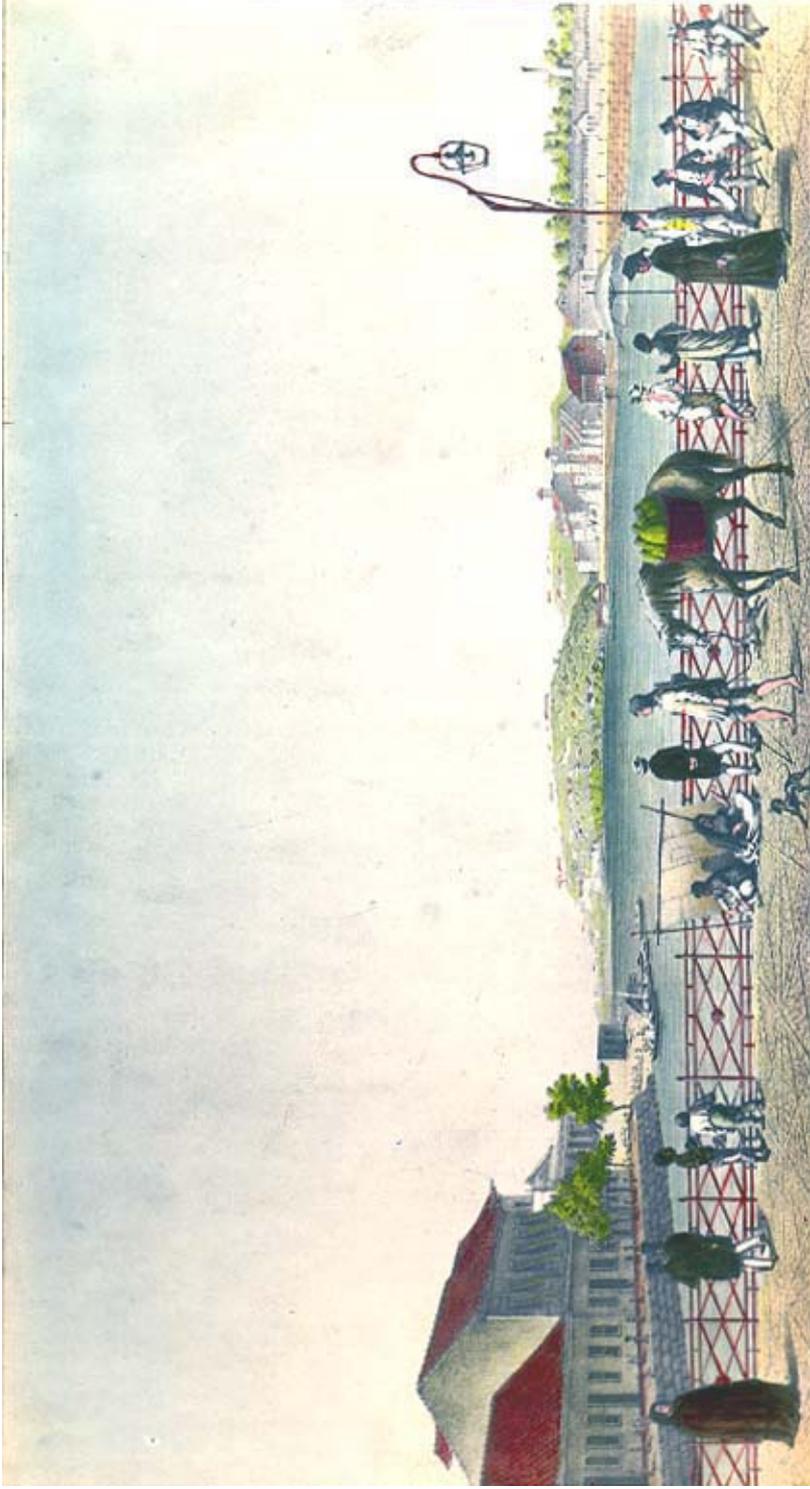
sua acolhida: visitam Olinda. Não se limitam às praias onde o mar tece rendas e as jangadas se empavesam. Sobem às colinas históricas. Percorrem as ladeiras esteiradas de capim. Entram em São Francisco para admirar os azulejos dos painéis; honram o seminário onde os jesuítas ensinaram na primeira centúria do descobrimento; querem ver a Sé, tão próxima do desaparecido castelo de Duarte Coelho; e ainda a Misericórdia, agora hospício de loucos; São Bento, Carmo... O conde d'Eu conversa sobre a história pernambucana. E os sinos de Olinda tocam. E de volta ao Recife, reembarcam, cumpridas obrigações protocolares. A escuna *Tonelero* dá novamente as salvas.

Para os pobres da cidade, os príncipes deixam £ 50.

Várias vezes eles visitam a capital pernambucana. E sempre desembarcavam mau grado as ásperas vagas do Lamarão. Nesse mesmo ano regressam à pressa da Europa porque a guerra com o Lopes houvera tomado aspecto mais sério. Preparavam-se, no Recife, os batalhões de Voluntários da Pátria e toda a tropa regular já seguira. Entusiasmo, corpos provisórios para policiar a cidade, alistamento de gente da mais fina sociedade. Os príncipes conheceram tal ambiente. E Tobias Barreto recita diante deles uma poesia patriótica.

Outro trânsito emotivo dos condes d'Eu por Pernambuco fora o de 1887. Achavam-se na Europa quando os surpreendeu a notícia da gravidade do estado de saúde do imperador. Voltam ao Brasil sem mais demora. Travessia longa de Lisboa ao Recife, sem outras novas do soberano. Aqui, porém, encontram-nas mais alentadoras: d. Pedro II melhorara bastante. Deixam o *Gironde* por algumas horas e percorrem a cidade que os espera, jubilosa e interessada. Ao alto-mar, tinham ido embandeirados o vapor *Ipojuca* da Companhia Pernambucana e o rebocador *Moleque*. No cais formam o 14º e o 2º de linha. O povo afluí. Às 11 horas, os príncipes põem os pés em terra. Dirigem-se à igreja da Penha. Orações. A Penha era um templo recém-acabado e uma maravilha. Fazem um “lunch” em palácio e a carro percorrem os bairros da Boa Vista, Santo Antônio, São José. Correm o novo Teatro Santa Isabel e o edifício do Liceu de Artes e Ofícios.

As mulheres prestam atenção ao traje de d. Isabel. Tão simples, mas tão “parisiense”! Vestido cor de azeitona, chapéu de



Ponte da Boa Vista. (Gravura da col. do Museu Imperial). Diretor do Museu Imperial, Petrópolis.

palha preta enfeitado com fitas de veludo da mesma cor. O conde trajava casaca preta e trazia a comenda de Avis ao peito.

Já no cais da Lingüeta, entregam-lhe um telegrama havia pouco recebido da corte. Lê-o e, sorridente, passa-o à esposa. A princesa inteira-se do texto e não se contém:

– É de minha mãe. Meu pai está muito melhor e tem passeado!

Dali a pouco o *Gironde* toma o rumo do sul e some-se.

Nesse mesmo *Gironde*, de volta, os imperadores seguem para a Europa.

Quando da passagem de Suas Altezas por aqui em 1864 um episódio banal traiu o vezo oposicionista de todos os tempos. A ponte do Recife estava em consertos e as comunicações entre os bairros de Santo Antônio e do Porto eram feitas por um passadiço provisório e por ele desfilaram tropas que iam prestar as honras aos visitantes. Isso deu margem a que pelos jornais um dos futuros “cidadãos” de 89, viesse todo arreliado protestar contra aquele estorvo do tráfego prejudicando os interesses das “classes laboriosas”. Porque, enquanto os batalhões passavam, nem peões, nem cavaleiros, nem carroças puderam valer-se da pinguela.

* * *

Das visitas dos imperadores incontestavelmente a mais notável foi a de 1859.

A primeira que eles faziam a Pernambuco e a em que eles aqui permaneceram por mais de um mês.

Anunciada com antecedência, o alvoroço dos preparativos é fácil de ser imaginado. Ia-se ver um rei. Convocaram-se todas as classes para os trabalhos de ornamentação, embelezamento, asseio. A Câmara Municipal convidara aos moradores a pintarem ou caírem fachadas, muros, portões, gradis. Ela própria assim procedeu quanto aos edifícios públicos. Consertou-se o calçamento, capinaram-se estradas, aumentaram-se lampiões. Dizem que os funileiros não tinham mais onde guardar dinheiro. Outro tanto acontecera com as modistas, os cabeleireiros, os alfaiates, as boleiras, os comerciantes de fazendas e miudezas. “Era de ouro”. Nas ruas e praças, erguiam-se arcadas, colunas, pirâmides, core-

tos. A parte central da cidade já ostentava iluminação a gás carbônico, mas o resto ainda se valia do azeite de peixe. Tudo se dispunha a homenagear os imperadores com algum esforço.

O Recife estava um brinco no dia 22 de novembro quando o *Apa* fundeou no ancoradouro e Suas Majestades desembarcaram na galeota, seguida de dezenas de barcos, desde os vapores da *Pernambucana* às jangadas dos pescadores. Cais e praias um estendal policrômico de galhardetes. Sinos e músicas ressoando. Girândolas incessantes. Pombos a voar. Um dia claro, luminoso, magnífico. Tropas em continência. E povo, povo, povo!

Diante desse espetáculo d. Pedro II exclama:

Pernambuco é um céu aberto!

O desembarque efetua-se no cais do Colégio. Num pavimento, Suas Majestades recebem as chaves da cidade fundidas em ouro. Ouvem um Te-Déum na igreja do Espírito Santo. E, depois, debaixo do pátio, num cortejo esplêndido, recolhem-se ao Palácio da Presidência.

Ia começar esse mês de festas, de movimento, de júbilos. A cada dia uma novidade. Passeatas, cortejos cívicos, retretas, luminárias, recepções. E excursões. D. Pedro II queria ver tudo: observatório astronômico, templos, lugares históricos, engenhos, cidades do interior. Vai a Olinda, ao Cabo, a Iguaçu, a Vitória de Santo Antão, aos Guararapes. Percorre hospitais onde prova a comida dos doentes e fiscaliza as dispensas. Entra pelos quartéis, minudencia alojamentos, experimenta armas, cuida do fardamento de tropas. Nas escolas, senta-se junto do mestre e fá-lo argüir os alunos em tabuada, leitura, gramática, doutrina. Ele próprio faz perguntas. Assiste a um concurso na academia de direito, acompanha uma procissão, na sua data natalícia, dá beija-mão, distribui alguns contos de réis de esmolas.

Ainda tem tempo para ouvir os versos que lhe recitam e enviam...

Os leais pernambucanos
Bradam deste ponto ao mundo;
De outros reis cale-se a fama,
Viva d. Pedro II.



Rua do Crespo (gravura da col. do Museu Imperial)

Se, durante o dia, a cidade toda se enfeita e vibra, à noite, com as decorações ressaltadas pelas luzes, é uma maravilha. Nas Cinco Pontas, na rua da Praia, no largo do Arsenal, na praça do aterro da Boa Vista, as *iluminações* são ofuscantes. Havia lustres que espalhavam o seu “cintilante luzir de 12 luzes de velas de espermacete”. Na da praça da Boa Vista brilhavam 1.640 lampiões também munidos de velas. O chafariz do centro golfava suas águas evocando ninfas. As varandas eram uma colorida e sedosa exposição de colchas das mais ricas. Nelas, as damas apareciam em vestidos de gala. Os imperadores, depois de percorrerem a pé as ruas iluminadas, foram repousar no admirável e luxuoso camarim armado naquela praça do Aterro, cuja descrição minuciosa extasiante o *Monitor das Famílias* oferece aos seus assinantes, naquela coleção de seis números constituidores de uma das mais preciosas raridades bibliográficas brasileiras.

De meu avô materno, possuidor desse periódico curiosíssimo, ouvi muitas vezes episódios dessa visita imperial. Ele, Antônio Rufino de Andrade Luna, era professor de uma cadeira primária em Fora de Portas e ali recebeu de improviso a S. Majestade o Imperador. Teve-o ao seu lado, examinando cadernos, contas, fazendo perguntas aos meninos, querendo saber de tudo.

Finda a sua temporada pernambucana, lá se foram os imperadores e deles por longos anos se falou. Principalmente as damas que dançaram aquelas quadrilhas suntuosas em que os imperantes tomaram parte, no grandioso baile da Associação Comercial, realizado, por sinal num dos salões do grande edifício ainda em construção para o hospital Pedro II.

Quem aquilo vira, não mais poderia ver nada de igual no mundo. Esse baile revestira-se de tantos anúncios de magnificência, foi tão sonhado, que até haviam espalhado, perversamente, dias antes, não ser nele permitido o vestido de balão. Que desapontamento das senhoras! Elas que já haviam encomendado as mais modernas crinolinas para essa noite. Tudo boato...

Em 1871, após as intranqüilidades, os sacrifícios, mas com a satisfação da vitória contra Lopes, os imperadores passam pelo Recife, no *Douro* rumo à Europa. Ele já não é mais aquele homem moço, de barba alourada, de 59. Está encanecido. Mas, ágil, perquiridor, humano. Foi dessa vez que se teve receios desse a fortaleza do Buraco as salvas do estilo porque estivesse

em mau estado de segurança e contivesse cerca de 30 arrobas no paiol.

Talvez também intrigas da oposição, porque a fortaleza salvou e nada aconteceu.

O imperador desembarca sozinho. A multidão vê-o no bote, de pé, com o guarda-chuva aberto porque chovesse muito. Mar ruim. Ventania. Nem assim quisera privar-se de visitar a cidade. Assiste à inauguração dos trabalhos da rede de esgotos a cargo da Recife Draynage e faz um passeio nas maxambombas a Olinda e Caxangá. Eram os dois mais importantes melhoramentos do Recife.

De regresso, no *Boyne*, em 72, novamente d. Pedro II vem a terra. Uma hora da tarde. Primeira pedra do edifício da Escola Modelo, bênção da bandeira do 2º batalhão da Guarda Nacional, recepção na Associação Comercial e às 5 horas reembarca sob o troar dos canhões da fortaleza do Brum e da corveta *Niterói*.

Nunca mais o imperador voltaria ao “céu aberto”.

Das vezes seguintes em que viajara não tocou o vapor no Recife ou não pôde mais vir à terra.

Ao conde d’Eu caberia ainda esse ensejo em 1889. A caminho, no *Alagoas*, quando tinha por companheiro de viagem a Silva Jardim em propaganda da República. Rápida passagem do príncipe. Na volta, porém, demora aqui uns dias. Na ida, enquanto recebia homenagens oficiais em palácio, o tribuno democrático tentava comício na praça da Matriz de Santo Antônio. Não consegue efetuá-lo. Há protestos. José Mariano aparece e é ovacionado. Dão vivas à família imperial e com a música do 14 passeata de desagravo à monarquia. O *Jornal do Recife* faz sentir a Silva Jardim que o povo não aceita suas idéias e não vale a pena insistir. O *Norte*, de Martins Júnior, entretanto afirma ser o povo inteiramente republicano, não tendo havido comício por violência das autoridades, desejosas de agradar ao “príncipe francês”...

Nos dias passados no Recife, quando de volta do norte, o conde d’Eu visita a Associação Comercial, o hospital português, a alfândega, os arsenais, quartéis, fortalezas. Faz passeios a arbaldes e ao interior. Assiste ao assentamento da primeira pedra da nova faculdade de direito. Recebe uma mani-

festação de todos os colégios e escolas. Toma parte num banquete de 70 talheres. E parte no *Una* para Maceió.

Também não tornaria a ver o Recife. E teria levado as saudades de que fala neste cartão escrito de Boulogne-sur-seine, a 21 de abril de 1921, ao autor desta crônica:

“Muito cordialmente lhe agradecemos, a princesa senhora d. Isabel e eu, a obsequiosa remessa de seu excelente romance “Senhora de Engenho” cuja leitura nos despertou mui vivo interesse. Quantas saudades me causaram as expressivas cenas, o encanto dos costumes pernambucanos, avivando-me o sentimento de não ter podido na minha recente viagem ao amado Brasil aí tocar! Não mo consentia desta vez a ausência da princesa ansiosa por minha volta”.

Não o pudera fazer daquela vez, mas sonhava fazê-lo ainda. Rever o Capibaribe, subir as ladeiras de Olinda. Transpor uma porteira de engenho para sentir o aroma do mel e ouvir o canto do carro de bois. O “amado Brasil”, sim, não numa expressão convencional e cortês. Dentro do seu coração, amado Brasil, na realidade. E o coração parou-lhe quando já seus olhos reavistavam as praias desse país a que nobre e dedicadamente servira.

A República ia chegar.

Aquele mesmo *Alagoas* conduziria para o exílio a família imperial. Seria, porém, de Pernambuco, na sua ilha de Fernando de Noronha, o derradeiro pedaço da pátria que imperadores e príncipes avistariam.

Mário Sette.

**PRIMEIRAS MEDALHAS CONFERIDAS
POR D. PEDRO II**

Primeiras medalhas militares conferidas por d. Pedro II

(Campanha contra Oribe e Rosas, 1851-1852)

Por decreto nº 932, de 14 de março de 1852, o governo imperial concedeu às forças de terra, sob o comando do tenente-general conde de Caxias, uma medalha militar, estendendo-a por decreto nº 947 de 1º de abril do mesmo ano, ao comandante-em-chefe, oficiais e mais praças da esquadra em operações no Rio da Prata.

Os decretos subentendem uma única medalha, no entanto numismaticamente ela se desdobra em quatro diferentes, a saber:

Duas (Campanha do Uruguai, com fita verde e Campanha do Uruguai e de Buenos Aires, com fita azul), instituídas de conformidade com o decreto e instruções baixadas a 14 de março de 1852, para galardoar o Exército sob o comando do tenente-general Luís Alves de Lima e Silva, conde de Caxias;

Duas (Campanha Naval do Rio da Prata, com fita verde, e Campanha Naval do Rio da Prata e Combate do Tonelero, com fita azul), instituídas de conformidade com decreto e instruções de 1º de abril de 1852 e aviso de 26 do mesmo mês e ano, extensivas ao comandante-em-chefe, oficiais e mais praças da esquadra em operações no Rio da Prata.

1ª) Feita na Casa da Moeda. Anverso: efígie de dom Pedro II à esquerda. Na orla, a legenda: D. PEDRO SEGUNDO IMPER. DO BRASIL (exato anverso das moedas de ouro de 20\$000 de 1853 a 1889). Reverso: ao centro de uma coroa de varas atadas por uma fita cruzada, a data de 1852 e em volta: CAMPANHA DO URUGUAI. Pende de uma coroa imperial vazada, ligada à fita verde, como a da Ordem de Aviz (não tendo, porém, orlas vermelhas), por uma argola.

Esta medalha foi conferida a todos os indivíduos das forças de linha e Guarda Nacional que compuseram o Exército em operações na República do Uruguai. Era conhecida por *Medalha do Uruguai*.

Há uma variante raríssima, feita fora da Casa da Moeda executada pelo hábil gravador J. Magistretti, estabelecido à travessa de São Francisco nº 15, abridor em metais, de selos, sinetes, emblemas, tipos e cunhos.

2ª) Feita na Casa da Moeda. Anverso: igual ao da primeira. Reverso: dentro de uma coroa de louros, a data de 03/02/1852 e em volta: CAMPANHA DO URUGUAI E BUENOS AIRES. Pende de uma coroa imperial vazada, ligada por uma argola à fita azul, igual à da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Foi conferida a todos os indivíduos das tropas de linha e Guarda Nacional em operações na República do Uruguai que fizeram parte da primeira divisão e, passando o rio Paraná, tomaram parte na batalha do dia três de fevereiro de 1852, em Monte Caseros. Era denominada *Medalha de Monte Caseros*.

3ª) Feita fora da Casa da Moeda. Anverso: efígie de dom Pedro II à esquerda. Por baixo, quase ilegível à vista desarmada, a assinatura do gravador J. Magistretti. Em volta: D. PEDRO II IMPERADOR DO BRASIL. Reverso: ao centro de uma coroa de varas atadas por uma fita cruzada, as datas 1851 e 1852. Em volta: CAMPANHA NAVAL DO RIO DA PRATA. Pende de uma coroa imperial, vazada, ligada por uma argola a uma fita verde como a de Aviz (não tendo, porém, orlas vermelhas).

Foi conferida aos indivíduos da esquadra em operações no Rio da Prata, sob o comando-em-chefe do vice-almirante João Pascoe Grenfell. Denominada *Medalha do Rio da Prata*.

4ª) Feita, igualmente, fora da Casa da Moeda, pelo gravador J. Magistretti. Anverso igual ao da terceira. Reverso: dentro de uma coroa de louros da data: 17/12/1851 e em volta: CAMPANHA NAVAL DO RIO DA PRATA E C(ombate) DO TONELERO. Esta medalha, conforme o teor do decreto, foi concedida “Tendo em consideração os relevantes serviços prestados pela esquadra em operações no Rio da Prata, sob o comando-em-chefe do vice-almirante João Pascoe Grenfell”. Foi conferida às praças que

pertencendo à referida esquadra fizeram parte das tripulações dos navios no combate de Tonelero em 17 de dezembro de 1851. Pendia de uma fita azul como a da Ordem do Cruzeiro. Era denominada *Medalha do Tonelero*.

As duas primeiras medalhas eram de ouro de duplo diâmetro, para os oficiais-generais; pendiam do pescoço. Para os oficiais superiores, de ouro. De prata para os capitães e subalternos. De uma liga de zinco e antimônio para as praças de pré. Pendiam do lado esquerdo do peito.

As duas últimas medalhas, dadas às forças de mar, eram de ouro para o comandante-em-chefe e oficiais, inclusive guardas-marinha e os das classes anexas do corpo da armada. De uma liga de zinco e antimônio para os marinheiros. Todos usavam as medalhas do lado esquerdo do peito. O comandante-em-chefe John Pascoe Grenfell foi o único agraciado com medalha de duplo diâmetro, pendente ao pescoço.

Por aviso de 22 de outubro de 1853 tiveram direito à medalha da campanha do Uruguai os indivíduos que se retiraram por motivo justificado depois de vencida a força inimiga, devendo ser feita essa concessão nos respectivos assentamentos.

Cumprе notar o seguinte: no Exército quem recebesse a *Medalha do Uruguai*, não receberia a do *Uruguai e Buenos Aires*, ou seja a de Caseros. Na Marinha, quem recebesse a medalha da campanha naval do Rio da Prata não receberia a da campanha naval do Rio da Prata e combate do Tonelero, ou seja a *Medalha do Tonelero*. Esta informação é sobretudo preciosa para quem, reconstituindo retrato de militar veterano daquela campanha, pretenda agraciá-lo com duas medalhas...

Todos os agraciados com medalha desta campanha deveriam usar, em todo o tempo, a que correspondesse ao posto ou praça em que fizeram jus a ela, não podendo trocar as de um pelas de outro grau. Justa medida que tolhia o indivíduo trocar o metal da medalha ao galgar postos mais elevados, conforme aconteceu no Primeiro Reinado.

Notemos ainda que todas as medalhas concedidas no Segundo Reinado pelo Governo obedeciam a um padrão certo, a fim de evitar que os agraciados, muitas vezes, as fizessem em ourives, a seu bel prazer, como aconteceu no Primeiro Reinado.

Era inteiramente vedado usar medalha sem fita ou fita sem medalha.

No Primeiro Reinado os militares, à paisana, usavam miniaturas feitas em ourives ou gravadores, juntamente com as das ordens honoríficas.

Durante a Guerra do Paraguai o número de medalhas aumentou consideravelmente. Ficou, então, generalizado o uso do trancelim em corrente de barbela de ouro, ou mesmo o passador de onde pendiam as pequeninas insígnias.

A Casa da Moeda jamais cogitou do fabrico de miniaturas. Ao governo cumpria, unicamente, fornecer as medalhas. Vítor Resse, futuro barão de São Vítor, joalheiro de destaque, estabelecido à rua dos Ourives, fornecedor e esmaltador da Casa Imperial, obteve permissão, em 1871, para cunhar miniaturas. Mandou abrir os cunhos em Paris e de lá vinham essas encantadoras e hoje raríssimas pequeninas peças, com suas fitinhas. Datam dessa época as miniaturas da campanha de 1852. Os militares usavam as suas medalhinhas com fitas, em pequena *barrete*, ou, mais generalizadamente, usavam-nas sem fitas, pependentes do trancelim de ouro.

Enquanto no Primeiro Reinado as medalhas pendiam de fitas verdes e amarelas, as primeiras do Segundo Reinado pendiam de fitas azul celeste ou verdes (cores usadas nas insígnias das Ordens do Cruzeiro e de Aviz). É preciso que se esclareça de uma vez que as fitas verdes das medalhas acima descritas (1 e 3) jamais tiveram orlas vermelhas.

Pelos antigos daguerreótipos, retratos, gravuras e litografias se observa que os agraciados usavam as medalhas supra com o reverso à mostra, único meio de evidenciar a ação da campanha em que tomaram parte.

As medalhas eram acompanhadas dos respectivos diplomas. Não há paralelo entre a raridade destes e daquelas. Excusamo-nos de dizer que os colecionadores devem reunir esses diplomas, emprestando maior valor às suas medalhas.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontramos, no arquivo do barão de Maracaju, o diploma acima, cuja leitura dispensa comentários. Foi conferido àquele titular, então primeiro-tenente.

Medalhas comemorativas da Campanha do Uruguai

Em comemoração à Campanha do Uruguai, foram cunhadas três grandes medalhas, medindo sessenta milímetros de diâmetro.

1ª) Anverso: busto do imperador à esquerda, tendo por baixo *Monteiro G.* (gravador). Na orla: D. PEDRO SEGUNDO IMPER. DO BRASIL. Reverso: ao centro de uma coroa de varas atadas por duas fitas cruzadas, terminando em laço, a data 1852. Por baixo, *C. da M.* (Casa da Moeda). Na orla: CAMPANHA DO URUGUAI.

2ª) O mesmo anverso. Reverso: dentro de uma coroa formada por dois ramos de louro, a data: TRÊS / DE / FEVEREIRO / DE / 1852. Por baixo, *C. da M.* Na orla: CAMPANHA DO URUGUAI E DE BUENOS AIRES.

3ª) O mesmo anverso. Reverso: dentro de uma coroa formada por dois ramos de louro, a data: 17/12/1851. Por baixo, uma roseta. Na orla: CAMPANHA NAVAL DO RIO DA PRATA E C. DO TONELERO.

Quanto às três medalhas, de trinta milímetros de diâmetro, foram feitas em cobre, do cunho das medalhas militares da Campanha do Uruguai, Campanha do Uruguai e Buenos Aires e Campanha Naval do Rio da Prata. Podem, igualmente, os colecionadores considerá-las como comemorativas, ou provas do cunho das medalhas militares. A Casa da Moeda também utilizou esses cunhos em reproduções de madeira, muitas vezes oferecidos a visitantes, por preço razoável ou vendidos aos colecionadores.

* * *

Decreto nº 932 – de 14 de março de 1852

Concede o uso de uma medalha ao Exército sob o comando do tenente-general conde de Caxias.

Atendendo aos relevantes serviços prestados pelo Exército sob o comando do tenente-general conde de Caxias, hei por bem conceder ao mesmo Exército o uso de uma medalha, segundo os desenhos e instruções, que com estes baixam, assinados por Ma-

noel Felizardo de Souza e Melo, do meu Conselho, senador do Império, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em quatorze de março de mil oitocentos cinqüenta e dois, trigésimo primeiro da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Souza e Melo.

* * *

Instruções a que se refere o decreto desta data

Art. 1º. Todas as praças de linha e Guarda Nacional que compuseram o exército em operações na República do Uruguai, usarão da medalha do desenho nº 1: os que porém, pertencendo a este exército, fizeram parte da primeira divisão, e, passado o Paraná assistiram à batalha do dia três de fevereiro do corrente ano, usarão da medalha conforme o desenho nº 2, tendo esta a fita de cor azul igual à da Ordem Imperial do Cruzeiro, e a outra verde como a da Ordem de São Bento de Aviz.

Art. 2º. Os oficiais-generais trarão a medalha de ouro de duplo diâmetro pendente ao pescoço, e os oficiais superiores, capitães e subalternos, e praças de pré ao lado esquerdo do peito, sendo as dos primeiros daquele metal, as dos segundos de prata, e as dos últimos de uma liga de zinco e antimônio.

Art. 3º. Os indivíduos, a quem é concedido o uso destas medalhas, não poderão trocar as de um pelas de outro grau, mas sempre, e em todo o tempo, usarão daquela que for correspondente ao posto ou praça, que ocupavam na época, em que se verificaram os sucessos, pelos quais lhes é feita a concessão.

Art. 4º. É inteiramente vedado usar sem as medalhas as fitas, de que elas pendem.

Art. 5º. As medalhas serão fornecidas pelo governo.

Palácio do Rio de Janeiro em 14 de março de 1852.

Manoel Felizardo de Souza e Melo.

DECRETO nº 947 – de 1º de abril de 1852

Faz extensivo ao comandante-em-chefe, oficiais, e mais praças da esquadra em operações no Rio da Prata o uso da medalha, que, pelo decreto nº 932, de 14 de março último, fora concedida ao Exército sob o comando do tenente-general conde de Caxias:

Tendo em consideração os relevantes serviços prestados pela esquadra em operações no Rio da Prata, sob o comando-em-chefe do vice-almirante João Pascoe Grenfell, hei por bem fazer extensivo ao mesmo vice-almirante, oficiais, e mais praças da referida esquadra o uso da medalha, que, pelo decreto número novecentos e trinta e dois de quatorze do mês próximo pretérito, fora concedida ao Exército do comando do tenente-general conde de Caxias, com as alterações constantes das instruções que com este baixam, assinadas por Manuel Vieira Tosta, do meu Conselho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, que assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro em primeiro de abril de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigésimo primeiro da Independência e do Império.

Com rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Manuel Vieira Tosta.

* * *

Instruções sobre o uso da medalha, concedida ao comandante-em-chefe, oficiais e mais praças da esquadra em operações no Rio da Prata, a que se refere o decreto desta data:

Art. 1º. Todas as praças da esquadra em operações no Rio da Prata trarão a medalha, conforme o desenho nº 1, e as que, pertencendo à referida esquadra, fizeram parte das tripulações dos navios, que assistiram ao combate do Tonelero no dia 17 de dezembro do ano próximo pretérito, a do nº 2, tendo esta a fita de cor igual à da Ordem Imperial do Cruzeiro, e a outra verde como a da Ordem de São Bento de Aviz.

Art. 2º. Trarão de ouro esta medalha o comandante-em-chefe, e os oficiais superiores; de prata os outros oficiais superiores; de

prata os outros oficiais, inclusive os guardas-marinha e os das classes anexas ao corpo da Armada; e de uma liga de zinco e antimônio as demais praças; devendo todos usar dela do lado esquerdo do peito; e de duplo diâmetro, pendente ao pescoço, o comandante-em-chefe nos dias de gala.

Art. 3º. Os indivíduos, a quem se concede o uso destas medalhas não poderão trocar as de um pelas de outro grau, mas sempre, e em todo o tempo usarão daquele, que for correspondente ao posto, ou praça, que ocupavam na época, em que se verificaram os sucessos, pelos quais se lhes faz esta concessão.

Art. 4º. É inteiramente vedado trazer, sem as medalhas, as fitas, de que elas pendem. – Palácio do Rio de Janeiro em 1º de abril de 1852. – *Manuel Vieira Tosta*.

* * *

Buenos Aires e o Império em 1852

A propósito das primeiras medalhas militares conferidas por dom Pedro II, desejamos rememorar que um fato assinalado na América, em 1852, foi a vitória do general Justo José Urquiza sobre o ditador Rosas em Buenos Aires.

Depois de Rosas e de Urquiza operou-se a unificação e o progresso ascensional da República Argentina.

A colaboração brasileira no sentido da extinção da tirania de Rosas, pelos documentos de 1852 que ficaram nos nossos arquivos, foi grandiosa e desinteressada.

Ao general Urquiza, governador de Entre-Rios e Benjamin Virasoro, governador de Corrientes, o Império proporcionou ajuda financeira além de exército e esquadra, colaborando com a nação Argentina na sua fase histórica conhecida por *Campanha Libertadora de Urquiza*.

Assim sendo, temos em vista aqui referirmo-nos ao modo porque foi celebrado o êxito da vitória de Urquiza e a parte das homenagens que nos couberam nas festividades comemorativas de 3 de fevereiro de 1852, reconstituindo episódios espontâneos de um povo agradecido à colaboração que lhe prestamos.

Depois da participação na campanha, a divisão imperial expedicionária desfilou em Buenos Aires, juntamente com as tropas

de Urquiza e permaneceu cerca de uma quinzena naquela cidade, em dias de regozijo e descanso.

Grandes festas populares se realizaram então, a propósito das quais transcrevemos abaixo o documento de uma das interessantes participações brasileiras, cujo original pertence a um nosso amigo, neto do barão e futuro conde de Porto-Alegre:

Ex.^{mo} Sr. Brigadier Gral. D. Manuel Marques de Souza.

Buenos Aires, Febrero 21 de 1852.

Ex.^{mo} Sr.:

Un sentimiento de gratitud el mas espontáneo impulsa à los Españoles residentes en esta ciudad á dar una prueba de adhesión y reconocimiento al invicto general D. Justo José de Urquiza, al Excmo. Gobierno Provisorio y a los Tres Grales, de división del ejército libertador, por el acto grandioso de Justicia y de simpatía que se han dignado acordarnos al acsimirmos de toda clase de servicio activo, igualan-nos á los demás extranjeros.

Con este objeto hemos dispuesto festejar á tan dignas y beneméritas autoridades con una serenata, pequeño obsequio sin duda pero que creemos se dignaran admitir por la cordial expresión de reconocimiento que la promueve.

Pero deseando al propio tiempo que las fuerzas libertadoras tomen parte en esta manifestación fraternal á la par que respetuosa hemos de merecer de la bondad de V. Ex. se digne facilitarnos la banda de música de la Caballería y otra de las que pertenecen á cualquiera de los cuerpos que están á las ordenes de V. Ex., á fin de que las dos puedan alternar en este festejo.

Si como esperamos de la atención de V. Ex. se sirve acordar-nos esta gracia podrá si lo estima disponer que las dos músicas estean reunidas á las cinco y media de la tarde del día de hoy en la Capitanía del Puerto de esta ciudad en donde estará pronta la comisión y acompañamiento.

Soy Señor Excmo. con el mayor respeto su obsecuente servidor Q. B. S. M.

A nombre de la Comisión,

El Secretario

Leopoldo Lertage.

A 28 de fevereiro começaram os nossos soldados a retornar à pátria e a esse respeito dizia o *Diário de Avisos* de Buenos Aires de 1^o de março:

“Ontem começou a embarcar a divisão brasileira que às ordens do valente general Manuel Marques de Souza fazia parte do Exército Aliado Libertador, que batendo-se com denodo nos campos de Moron com as forças do tirano, deu-nos uma pátria

que havíamos perdido e com ela a esperança de vermo-nos livres e constituídos.

“O povo de Buenos Aires, que foi testemunha ocular da disciplina e porte militar das forças brasileiras, não esquecerá nunca o serviço que lhe prestaram esses bravos soldados da civilização e da humanidade e só deseja que se apresente uma ocasião para poder mostrar-lhe sua amizade e simpatias”.

O barão de Porto-Alegre dirigiu, no dia 1º de março, a seguinte proclamação aos habitantes de Buenos Aires:

Cidadãos e bravos da República Argentina! A pátria e o dever exigem que nos separemos de vós.

Nossos sentimentos, como brasileiros e como soldados, tivestes ocasião de apreciar nessa campanha em que, durante dias marchamos a par de vós e que terminou pela gloriosa vitória alcançada no dia 3 de fevereiro nos campos de Monte Caseros, contra o tirano, inimigo comum de vossa pátria e da nossa.

Mas, apesar da força desses sentimentos, apesar das saudades da pátria e de nossos irmãos d’armas, a quem não coube a fortuna de militar convosco e convosco triunfar pela mais santa das causas, é intensa a dor que sentimos ao separarmo-nos de vós.

Vosso valor e vosso patriotismo, a amizade com que nos tratastes durante as fadigas da guerra, as fagueiras e honrosas demonstrações com que engrandecestes nossos minguados serviços, viverão eternamente em nossa memória para nosso estímulo e para nossa gratidão.

Aceitai os nossos adeuses; aceitai os protestos de nossa eterna amizade e reconhecimento; aceitai os votos que dirigimos ao Altíssimo por que vosso país viva e prospere à sombra da liberdade e da ordem, por que seja sempiterna a aliança entre a República Argentina e o Império do Brasil.

Buenos Aires, 1º de março de 1852 – *Manuel Marques de Souza*, brigadeiro e comandante da 1ª Divisão do Exército Imperial.

O general Urquiza, à partida do barão de Porto-Alegre fez-lhe presente do cavalo em que montara quando reconhecera as posições de Rosas nos campos de Caseros. Esse cavalo o nosso general ofereceu ao imperador, permanecendo muitos anos na coudelaria de São Cristóvão.

Ao vice-almirante Grenfell coube de lembrança do general argentino um punhal de prata com guarnições de ouro.

Ao revivermos essas homenagens de Buenos Aires de 1852, às nossas tropas, faremos menção de documentos existentes em um rico álbum que os argentinos ofereceram a Manuel Marques



Reverso da medalha da Campanha Naval do Rio da Prata.

Medalha da Campanha Naval do Rio da Prata (Anverso)

(Peça do Museu Imperial)

de Sousa e que, tanto pela espontaneidade, quanto pela significação histórica, representa a mais alta expressão de simpatia e gratidão ao Brasil daquele tempo.

O álbum tem início com a seguinte dedicatória, acompanhada de 262 assinaturas, muitas de notáveis pessoas cujos descendentes conhecemos e se destacam na política, na administração, na cultura e na sociedade contemporânea argentina:

Los Argentinos Agradecidos á sus Libertadores Ofrecen este recuerdo Al
Excmo. Sor. Brigadier Marques de Souza Jefe de la División Brasileira que
concurrió con el Ejercito Aliado Libertador
A Derrocar
La Tiranía de Rosas.

Los Argentinos vivamente deseamos que el Sor. Brigadier Marques de Souza que persuada de nuestra simpatía por el Imperio del Brasil cuyas instituciones admiramos, porque en ellas vemos las garantías de la Libertad, del Orden, y de la Prosperidad que felizmente gozan los Brasileños.

Que nuestra alianza sea indisoluble! que la felicidad del Imperio no sea interrumpida! y que el Sor. Brigadier Marques de Souza conserve un buen recuerdo de nuestro País! Estos son los votos que hacemos en el momento triste para nosotros en que el Sor. Brigadier Marques el frente de sus valientes Soldados, se aleja de las Playas Argentinas.

Buenos Aires Marzo 5 de 1852

Juan Bbe. Molina	Juan Martin de Estrada
Luiz Frias	Felix Sanchez de Zeliz
Patrício Sela	Carlos Uriarte
G. A. de Posadas	Diego de Alvear
Frederico Zapiola	Pedro Leon Martinez
Eusebio Ocampo	Francisco B. Gutiérrez
Luis Costa	Manuel P. Rojas
Fran. Rodrigues	Delfin B. Huergo
Vicente P. de Peralha	Mariano Drago
Miguel Rueda	Manuel Regueyra
Luiz S. Dominguez	Pedro José Dominguez
Antonio Molina	Angel Blaye
Laureano Olivero	Benito Carrasco

Octavio Rossi
Ezequiel Castro
F. Migl. Logones
José Ma. Grillem
Fco. Deloado. (?)
Ambrosio del Molino
Mariano E. Rossi
Pedro P. Bernet
José M. Calleja
Julio C. Sanchez
Antonio Somelera
Jacomo Millan (?)
Antonio Perain
Joaquim Lecube
Manoel M. Oron (?)
Dr. Antonio M. Perain
José Vicente Martinez
Gmo. Quimo
Emilio I. Perez
Manuel Perez del Cerro
Gmo. Fe. Quimo
P. A. Carrasco
Izidro Chenand
Dr. José A. Ocantos
Juan Antonio Femandes
Seferino Baltar
Eugenio P. del Cedro
Juan Solar
Franco Molina Viamonte
Miguel Bernard
Ireneo Portela
José Miguel Brain
Ruperto de la Concha
Elias Boneti
Francisco Emilio Meró
Fco. Gomez Diez
Cecilio de Yturriaga
José R. de Yturriaga
José I. de Carmendia
Elias Baneti
Franco B. Madero
Saturnino Rubio
Pedro Aguilar
Juan Valle
Alejandro de Yturriaga
Miguel G. Casales
Mariano Casares
Bonifacio Canelo

Joaquim Abreu
José Anto. Velas
Manuel José Cueto
Luis J. Rodriguez
Ramon Basavilbaso
Gregorio Dillon
Antonio Omar
José M. Soler
Belisario G. Ortiz
J. Lorenzo Moreno
Roger Carranza
Allejandro Lago
José E. Hignens
Eusebio Basavilbaso
Manuel Eguia
Guillermo Ansó
Pedro de Yaniz
Fermin Ortiz Basualdo
Manuel Ortiz Basualdo
Luis M. Molina
Hortencio Mendez
Anto. M. Rodriguez
José Cruz Deliesa
Andalio Mansilla
Dalmo Valez Sarsfield
Osvado M. Piñero
Juan Agustin Garcia
Emilio Gimenez
Barnabé Piedra-buena
Miguel Anto. Molina
Ramon Dumont
Benigno Oteira (?)
José R. Perez
Miguel M. Masin (?)
Juan Rs. Vélasquez
Octavio. Garrigós
Juan F. Coronell
Bemabé Ocampo
José Ma. Lozano
Eugenio Flores
Ventura Guttierrez
Antonio Coxoli (?)
A. Pinto
Tomás Vega
Estevan N. Noguerras
Narciso Arrotea
Manoel Vega
Ladislao Rodriguez

Anto. C. Rodriguez	Francisco Meroño
S. Meabe	Santiago Menhana (?)
Santiago R. Albarasin	José Manuel Mandia
José Ma. Acosta	Marino Castex
Hector Florencio Varela	Manuel Azetrolea (?)
Leopoldo Montes de Oca	José E. Carballido
Dr. Juan José Montes de Oca	Pedro de Elia
Luis Correa Morales	Emilio Martinez
Juan M. Perdriel	Cailo Rodriguez
Juan J. Ordens	Clodomiro Gomez
Mariano Mendiburu	Mateo Unxiezeta (?)
Tomás Jones	J. Guillermo Moyano
M. de Gainza	Pedro A. Diaz
Thomas S. de Anchorena	Ramon de Zieta
Edo. R. Molina	José Portuguez
Bernardo Iturraspe	Manuel Fernandez
Justo Argericlo	Pedro N. de Bengolea
Manuel G. Pinto	Adolfo Casal
José Ma. Gemona	Benito Casal
Ambrosio I. Lesica	Pedro Pablo Carranza
José Rufino Manuzeta	Rafael Torres
Pedro Calderon de la Barca	Adolfo Ruiz
M. Vareta	Anselmo Nunez
Manuel S. Laines	Ventura Lynch
Manuel I. de Guerrico	José Maria Ynchaurregui
Manuel A. Ocampo	Ramon A. de Toledo
Alexandro Maderna	José V. de Luna
Emilio A. Agrelo	Carlos dela Lastra
H. de la Riestra	Adolfo L. Arriola
Emilio A. Duportal	Florencio Garrijós
Bruno Gonzalez	Carlos M. Rojas
Guliermo Bosda	M. F. Artayeta
Franco de P. Maldonado	Bernabé Pedra-Buena
Rufino Tomaguera	Vicente E. Casanes
Modesto A. Sanchez	Benjanim Cueto
José Anacleto Gonzalez	Migl. M. Marin
Manuel Augusto Montes de Oca	Martin Arenaes
Juan Antonio Agnelo	Manuel Gomez
Rafael Hioin Coshom (?)	Victor Adalid
Barabé G. Quesada	Estanislao Niño
Paremon Huergo	Manuel E. Suarez
José E. Soler	José T. Martinez
Adolfo Alsina	Emilio Castro
José Juan Almeyra	Mateo Posse
Juan José Mendez	Estanislao Franco
Benigno Rodriguez	Faustino Figueroa

Florentino Molina	Joaquim Cazan
Jayme Llavallol	Rafael Cavallo
Justiniano Frias	Gregorio Guerrico
Domingo Lavello	Luis E. Rodriguez
Laureano Olivet (Hijo)	Adolfo G. Vilalle
José Varas	Martin del Marmol
Gregorio Romero	Frederico Miguya
Rudecindo Rubio	Pascual C. Chavarria
Miguel Hortiguera	Vladislao Gramaso
Miguel C. Sorondo	Benjamin Gomez
Bernabé de Figueroa	Doroteo N. Gonsalez
José Ma. Castro	Anacarsis Lamis
Felis Urrioste	Valerio Arditi
Jaime Arrufó	Man. C. Fernandez
I. M. Eriman	Felipe Llavallol
Benito Granel	Julian Martinez
Cipriano Calvo	Manuel Bonga (Hijo)
Felix Bernard	Bernardino Riesa
Eduardo I. Bernal	Marcelino Rodriguez
Romualdo Alais	Ladislao J. Martinez
Belisario Oramendi	Miguel G. Molina
Bernabé Arambane	Francisco Delfino
Miguel Iriarte	Frederico Solar
Juan P. Lynch	Ramon Llavallol

A seguir, no centro de uma página do álbum em apreço lê-se esta bela oitava, firmada por L. L. Dz.

Magnífico Brasil! grandes destinos
Te guarda el Porvenir en sus arcanos!
Rico cual los arroyos diamantinos
Que corren por sus campos tan lozanos.
Tu marchas por pacíficos caminos
Sin temer el dogal de los Tiranos;
Y si hay quien ose atropellar tus fueros
Tu empustrarás la espada de CASEROS!

L. L. Dz”

Buenos Aires – Marzo 1852.

Colada em página do álbum histórico, em cartão cujos bordos imitam renda, lê-se os seguintes dizeres:

Reciba el Sr. Brigadier / Marques de Souza / de manos de / las Señoras Argentinas, / la Corona / que merece por su /



Reverso da Medalha de Tonelero

Anverso da Medalha de Tonelero

(Peça do Museu Imperial)

participación en la / Vitoria que restauró / la Libertad / a nuestra Patria. / Buenos Aires / 1852.

Em outra página, num cartão com orlas em relevo e recortados, o centro perfurado, no qual existe uma jarra e flores bordadas, lê-se na parte superior: *Honneur au plus vaillant!* E embaixo:

Presentacio por las hijas de Buenos Aires / al Sr. Brigadier Marques de Souza.

Outros desenhos e alegorias ornaram esse álbum, jóia de valor histórico e artístico pelos argentinos oferecido ao general Marques de Souza. Dele transcrevemos ainda uma brilhante poesia que faz honra a quem escreveu, pois, decorrido quase um século, ainda emociona! Exprime a eloquência heróica de um povo que se redimiou da opressão e tem na sua singeleza e encantamento épico a afirmativa de que, desde muito, se consubstanciou entre os nossos povos uma perdurável união, conforme vaticinou o poeta:

I

Una nube flotante de humo y polvo
Obscurece la paz de nuestro Cielo,
Y en esa negra atmósfera de duelo
Se oye tronar horrísono el cañón.
Silva la bala – una lanzada rasga –
El pecha de un valiente . su quejido,
Confúndese ai monótono sonido
Del lúgubre y el tambor.

Aquí dístila zangre, – allí una herida,
Su fuente agota fría – aquí la muerte,
Sus alas extendió – allá la suerte,
Salva al guerrero que fungando vá.
Disipase la niebla del combate,
Agita el aire un vivo clamoreo,
Y entre las filas vencedoras veo
Una bandera extraña tremolar.

Un pendón extranjero sobre el Plata!
Ya su brisa flotando victorioso!
Sobre este suelo invicto y poderoso,
Quien pone osado su atrevido pié?

Que hueste es esa que se ve lidiando? Acaso la ambición arma su
brazo? La conquista talvez? Ni un solo paso,
El invasor sobre mi patria dé!

II

Es el Brasil que lucha á nuestro lado,
Y su sangre nos brinda generoso;
El enemigo es Rosas, – el aliado,
Viene solo al festín de Libertad.
Gloria al Brasil; hoy pisa nuestro suelo,
Como escalaba el Argentino un día
Delos nevados Andes la alta sierra,
Gritando *Libertad, fraternidad.*

Gloria al Brasil; hoy triunfa en esta tierra,
Como triunfaba San Martín en Chile:
Ved que llevaba en su pendón de guerra,
Chilena estreita y Argentino Sol.
Aquí triunfó de Rosas una alianza;
Allí Las Heras, San Martín, Belgrano,
Aliados al Chileno y al Peruano,
Sepultaron al déspota español.

La patria que bendijo aquellos héroes,
Al verlos libertar un hemisferio,
Ahora tiende la mano al noble Imperio
Que un tirano le ayuda á derrocar.
Que el orbe unido extirpe los tiranos.
Que el orbe unido libertad conquiste;
Aquí y allí que lidien como hermanos,
Que aquí y allí los déspotas caerán.

III

Valiente Brigadier Marques de Souza,
Decid á nuestro nombre al Brasileiro
Que vuestra espada conquistó en Casero,
Eterno lauro al imperial pendón;
Y que vuestra modestia tras el triunfo,
Vuestros respetos á mi patria amada,
Son las prendas que dejan cimentada
Entre ambos pueblos perdurable unión.

A 10 de março de 1852, encontrava-se Marques de Souza em Montevideu e os emigrados lá refugiados, querendo dar um testemunho de gratidão às brigadas brasileiras que contribuíram para o triunfo em Morón, nomearam uma comissão para, em seu nome, oferecer ao nosso general um precioso autógrafo e insofismável documento de felicitação – um tributo de reconhecimento pelos serviços que s. ex.^a e seus companheiros de armas prestaram ao povo da confederação.

O orador ao entregar a Porto-Alegre essa espontânea missiva, firmada por mais de oitenta cidadãos argentinos, proferiu o seguinte discurso:

“Sr. marechal. Os argentinos residentes em Montevideu nos fizeram a honra de mandar em comissão depositar nas mãos de v. ex.^a um testemunho franco e sincero do alto apreço com que vêm quanto o Império do Brasil fez pela pacificação do Rio da Prata e mui especialmente o que v. ex.^a e seus dignos companheiros de armas fizeram pela liberdade de nossa pátria.

“Os argentinos residentes em Montevideu desejariam poder, como seus irmãos de Buenos Aires, manifestar publicamente a v. ex.^a e a todo o valente corpo do seu comando, a profunda gratidão de que se acham possuídos pelo quanto v. ex.^a e eles contribuíram com seus esforços, com seu valor e com seu sangue para a liberdade do povo argentino; porém não lhe permitindo a sua situação, limitam-se a apresentar a v. ex.^a este pobre e sincero testemunho de seus sentimentos.

“Queira v. ex.^a aceitá-lo como a mais pura e a mais cordial expressão do apreço e gratidão de todos os nossos companheiros de armas na memorável campanha contra o tirano dos argentinos.

“Temos a honra e cumprimos o grato dever de depositá-lo nas mãos de v. ex.^a”.

O barão de Porto-Alegre respondeu nestes termos:

“Senhores. Aceito e agradeço de todo coração esta nova prova do patriotismo e das nobres qualidades que distinguem vosso caráter nacional.

“Vosso procedimento é, permiti-me que vô-lo diga com a franqueza de amigo, mui honroso para nós outros – soldados da Divisão Imperial Expedicionária, assim como para vós. Ele confirma o alto conceito que por sua união e grandeza de alma os emigrados argentinos souberam granjear por todas as partes por onde os arrojou a tirania.

“Senhores, seremos eternamente gratos às honras e as sinceras e tocantes demonstrações de estima que nos haveis prodigalizado com esse bom gosto, com essa rara delicadeza e com a grandeza de alma que vos distinguem.

“Voltamos para nossa pátria cheios de orgulho e de contentamento, porque podemos dizer ao nosso muito adorado monarca: SENHOR – Lá na margem direita do Prata, onde V. M. I. tinha há pouco um tirano que nos deprimia e nos ameaçava, tem hoje um povo magnânimo que nos honra e é nosso amigo, um povo que entoou vivas a V. M. I. e que conosco derramou o mais sincero pranto na hora em que dele nos separamos.

“Aceitai, senhores, esta nova expressão da amizade e gratidão do chefe, oficiais e soldados da Divisão Imperial Expedicionária e tende a bondade de transmiti-la, tão viva e sincera como é, a vossos dignos compatriotas”.

Eis a íntegra do documento e relação dos seus signatários:

“Señor Brigadier Don Manuel Marques de Souza jefe de la división auxiliar brasilera en el ejército libertador

Señor,

Los argentinos existentes en Montevideo, que no han podido unir-se á sus hermanos de Buenos Aires en las leales demostraciones que hicieron á V. S. vienen hoy á presentarle, por medio de esta carta, un testimonio de ese mismo sentimiento. Los argentinos reconocemos que el 3 de febrero hemos contraído una inmensa deuda para con la generosa nación brasilera. – La influencia que este elemento ha tenido en la liberación de la Patria argentina, es Señor Brigadier, debidamente apreciada por sus hijos, que no creerán verla satisfecha sino estrechando mas los vínculos de fraternidad que deben unir á dos naciones americanas.

El único obstáculo que á ello se oponía fue anonadado en Caseros: desde que él dejó de existir el pueblo argentino dio expansión á la generosidad de sus sentimientos, y los subordinados de V. S. han recibido pruebas elocuentes de que el carácter nacional no había sido torcido por su tirano, por mas que estuviera comprimido durante 20 años de terror.

No dude V. S. que esa fraternidad que ya existe, será consagrada por el tiempo, y que nuestros hijos aprenderán de noso-

tros que á la nación brasileira debieron sus padres en parte la libertad á que volvieron desde el 3 de febrero de 1852.

Somos de V. S., atentos y afectísimos servidores.

José M. Paz	Manuel N. Muñoz
J. Valentim Cardoso	Miguel Sanchez
Zanobo D. Varela	Lucas Fernandes
Dr. Alexo Villegas	Adolfo Friacu
José de Lavallo	Adriano Diaz
Braulio Costa	José Mármol
Eduardo de Lavallo	Carlos H. Eguía
Bonifacio Salvadores	Juano Climaco de la Torre
Mateo I. Martinez	Juan Basvilbaso
Angel Martinez	Miguel de Mármol
F. M. Varela	Luiz G. Negraes
José Ferraz de Castro	Caio Echenique
J. M. Cantilo	Ezequiel Ramon Mexia
Eduardo Madero	Fernando Cantilo
Fernando Bernal	Cipriano Elía
Jm. Dumont	Juan P. Pano
Angelo Navarro	José Sosa Dias
Dion.º Mumita	Domingo Malmierca
Eug.º Courraz	Franco Elias
Angel Navarro	Ramon M. Bernardez
Agustin Silveira	J. B. Bergrano
J.º Dominguez	Mariano Vte. Gonzalez
M. de Yaniz	Dionº Quesada
Gabriel Piedracurva	Manuel Rey
Eduardo Escola (?)	Felix Olazabal
Hilanon Medrano	Hortensio Piedracueva
Juan José Real	Luiz Piedracueva
Felipe Cabrera	B. Remigio Salvadores
Ramon de Udaeta	Antonio Villado
Pedro F. Berro	José Martin Bergara
Patrício Sanchez	Dr. Asisclo J. Cabot
Federico Reissig	José Luiz Bustamonte
Antonio Freire	Francisco Esteves
Sal.º Galup	Josue Somalo
Pedro Bouquet	Juan J. Cennadas
V. Fernandez	Juan Antonio Fernandes
Juan Carranza	Manuel Fobal
José Joaquim Battar	Pedro Martinez
José F. de Paz	Carlos Fernandez
M. Bazerque”	

Francisco Marques dos Santos.

**OS CÉLEBRES *Gobelins* “TENTURE
DES INDES”**



Les pêcheurs. Anciennes Indes. 2^e jogo. 1869.

Os célebres Gobelins “Tenture des Indes”

(Histórico do presente de quadros brasileiros a Luís XIV

por Maurício de Nassau)

Na dedicatória a João de Maurício de Nassau, o seu historiador e panegirista Barlaeus, ufano ante a novidade da matéria, propôs-se falar da América. Ao passo que os antigos só se ocuparam de Atenas, Cartago, Roma, das Gálias e Germânia; de guerras só conhecendo as dos assírios, persas, gregos e italianos; ele descreveria Olinda, Mauricéia, Itamaracá e Luanda; povos de nomes estranhos – tapuias e potiguares, chilenos e peruanos. E não só falaria das guerras dessas nações entre si, como das que tiveram lugar no Brasil, entre dois mundos. Tudo era novo: a terra, a gente, os bárbaros costumes...

Igual empenho animava Nassau ao querer, por meio de tapeçarias, revelar visualmente as raças indígenas, a fauna e flora do Novo Mundo, aspectos nunca dantes tratados pelo pincel. Não contente com uma primeira tentativa feita em Haia, em 1667, e aspirando vê-las executadas nos teares já famosos da Manufatura dos Gobelinos, decidiu-se o príncipe a presentear Luís XIV com tudo o que ainda possuía, levado do Brasil. “A ânsia com que o já doente Maurício realizou essa idéia, só se pode explicar pelo fulgor da corte do *Roi-Soleil*, sabida a atração que exerceria sobre uma personalidade do vulto daquele soberano, o faustoso e potente monarca, a revelação suntuosa de coisas desconhecidas na época, quando a situação política de Nassau já lhe não sorria”. Eis como relata a origem do presente, Thomas Thomsen, no seu livro: “Albert Eckhout”, Copenhague, 1938 (p. 134). Sem dúvida, foi esse o motivo preponderante. A esperança de recompensa pecuniária num homem que pressentia o fim da existência, sem descendentes por quem zelar, mal se compreenderia o fator decisivo, teria sido a ambição de ver realçada pelos artistas parisienses, a obra dos pintores que trabalharam ao redor de si, em Pernambuco.

Resolvido, havia muito tempo, a apresentar-se ao rei, como escreveu de Cleves, ao marquês de Pomponne, e esperando lisonjear *le plus curieus prince au monde*, dirige-se Nassau a Luís XIV, a 8 de fevereiro de 1679; *je prends la liberté de presenter a Vostre Majesté une curieusité, à laquelle j'ai travaillé huit années en suite, pendant ma demeure en Brésil, en sorte que Vostre Majesté verra ce beau Pay, qui n'a pas son pareille au monde, en pourtrait, par diverses pièces, representant les hommes, les bestiaux, oseaux, poissons et fruits, tous à la grandeur de vif, dequelles on pourra former une tapisserie la plus rare, qu'on aye jamais vu, pour en meubler une grande sale ou gallerie... il sera très necessaire que Vostre Majesté, m'envoye un des Ses Peintres, qui se cognoit aux Paysages et en quelle façon on est accoustumé de peindre les modeles des tapisseries au quel je donnerai ouverture de mes desseins – que j'ai lá dessus – et formeray en sa présence une liste de la qualité de chaque animal, les quels desseins Vostre Majesté pourra faire changer selon son bon plaisir...*

Não é, pois, de estranhar que a subsequente história do presente constituísse uma das pesquisas que mais atenção mereceram aos estudiosos da obra de Post e Eckhout.

Desde José Higino, que publicou parte da correspondência e a lista dos quadros, na Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco (1886), e Souto Maior, que narrou nos Fastos Pernambucanos (1913) os seus esforços por descobrir o misterioso paradeiro de tais curiosidades nos museus franceses, vinham-se fazendo buscas nesse sentido. Só o segundo deles teve êxito, surgindo em 1912, do depósito do Louvre, cinco quadros de Post: dois que se acham expostos hoje no Museu Colonial, em Vincennes, dois no Museu de Marinha e o último no Louvre. Posteriormente, os catálogos do Louvre revelaram a existência de dois outros, emprestados ao Quai d'Orsay, e mais um, na prefeitura de Air-sur-Adour.

Maurice Fenaille, no seu monumental “*Etat Général des Tapisseries de la Manufacture des Gobelins*” (vol. II, 1903), relata a história das tapeçarias finalmente executadas em 1687 – a famosa “*Tecture des Indes*”, que ia ser tecida dezenas de vezes, daquela data até começos do século XIX.

Sob o título *Présents à Louis XIV*, existe uma pasta nos arquivos da Casa de Orange, na Haia, contendo 60 cartas, em fran-



Le chasseur indien. Anciennes Indes. 2^o jogo. 1869.



Sala dos Gobelinos no Palácio dos Cavaleiros de Malta. Encomendados pelo grão-mestre da Ordem, dom Raymundo Perellos, cujas armas se vêem nas sobreportas e ao centro das molduras das tapeçarias. Única série completa que nos resta das *Anciennes des Indes*. 4ª *teture* pelos teares da Manufatura Real, em baixo-liço, atelier Le Blond. Por exigência da sala, esta série difere das demais por serem os 4 panos estreitos da mesma dimensão dos outros e 2 deles terem sido subdivididos para formarem 10 quadros. Medem 4,60m de alto, sendo as figuras uma vez e meia maiores que o natural. 1711/18.



Estão fotografados os seguintes panos da esquerda para direita: *Indien à Cheval*, *Cheval rayé*, *Roi porté*, *Combat d'animaux*, *Deux taureaux* e *Pêcheurs*. Por estas estampas e pelas precedentes podem-se observar, comparando-as às que se seguem, as modificações introduzidas por Desportes em 1735 nos modelos de Eckhout. Para melhor cotejá-las, acompanham as ilustrações das *Nouvelles Indes* a descrição contemporânea, transcrita por Fenalle no seu *Etat Général des Tapisseries des Gobelins* (vol. II, p. 374), de cada um dos primitivos modelos e aqui reproduzidos em anexo.

cês, datadas de 1678-79, afora quatro outros documentos em alemão, de datas anteriores, que foram assunto de uma tese apresentada pelo senhor van Panhuys ao Congresso Internacional de Americanistas (XXIª Sessão, Gotemburgo, 1924), intitulada “Recherches de Tableaux sur le Brésil, offerts par le Prince Jean Maurice de Nassau au Roi Louis XIV”. Essa correspondência foi publicada em resumo pelo mesmo autor no “Jaarsverlag over 1929 for Oranje Nassau Museum”, 1930. Thomsen reproduziu algumas das cartas de Nassau e fez um relato do seu conteúdo, mostrando a identidade entre uma lista de quadros adquiridos pelo Grande Eleitor da Prússia e outra publicada por Fenaille. Recentemente, o sr. Michel Benisovich também se referiu a essa correspondência, no artigo “The History of the Tenture des Indes” (“Burlington Magazine”, setembro, 1943, publicado igualmente na Revista do Serviço do Patrimônio (volume 7), em que pela primeira vez apareceram no Brasil as reproduções dessas soberbas tapeçarias.

Por ela se vê o cuidado com que o príncipe, prevendo o fim próximo dos seus dias, se ocupou em fazer chegar às mãos do rei, a sua coleção; segue-se o itinerário dos seus emissários e o relato de exposição na Sala da Comédia, do Louvre, a que estiveram presentes o rei e a corte, bem como as entrevistas daqueles emissários com Colbert e Le Brun para que o projeto tivesse decisão favorável.

Thomsen, tratando de averiguar quais teriam sido os quadros que o príncipe ofereceu ao rei, deduz concludentemente que entre os 40 expostos no Louvre em 1679 (aliás 42, segundo o *inventaire Général des Meubtes de la Couronne sous Louis XIV*, 1681), deviam estar os 7 grandes e alguns dos pequenos do lote que o príncipe vendera, em 1652 a Frederico Guilherme de Brandeburgo, e anos depois reouvera, para servirem de modelo às tapeçarias encomendadas a Max van den Gucht, na Haia. Ignora-se o destino que estas tiveram, sabendo-se apenas que agradaram ao Grande Eleitor.

Embora as cifras não correspondam aos quadros que o jardineiro da corte berlinense, Michael Hauff, levou para Cleves, onde era Maurício governador: dez grandes e 13 pequenos – a diferença se pode explicar, segundo Thomsen, pelas estreitas relações que os dois príncipes mantinham entre si, tendo dado lugar a possíveis trocas e devoluções no intervalo.

A lista de Hauff, sem dúvida, inclui os oito grandes quadros que constam do *Inventaire Général de peintures qui ont été faits aux manufactures, royales, pour les desseins de tapisserie en l'année 1690, à la garde du Sr. Yuart*".

A analogia é flagrante e já fora notada por van Panhuys na relação dos quadros que serviram para as tapeçarias, relação reproduzida por Fenaille, bem como os da lista extraída do arquivo da Casa de Orange-Nassau, ambas publicadas lado a lado na obra de Thomsen (vide anexo). Algumas das medidas, observa este, correspondem, outras não, provavelmente por descrever a lista francesa, não os quadros originais, mas os *raccommodés* pelos Srs. *Housse et Bonnemer*.

A descrição minuciosa dos quadros que Nassau juntara ao presente, abrange dois grupos de letras A a M (12 rubricas) e AA a II (9 rubricas), subdivididas, as primeiras dez, em diversos números e correspondentes as do segundo a quadros únicos, tais como as vistas de cidades ou paisagens que conhecemos, dos quadros de Post. A comparação entre as duas referidas listas e o inventário do príncipe leva-me a formular uma hipótese diferente das conclusões a que chegaram Thomsen e Benisovich e que, a meu ver, melhor se coaduna aos dados fornecidos.

As primeiras rubricas, descritas nas letras únicas, parece referirem-se aos quadros de Eckhout, servindo então os respectivos números de chaves explanatórias que soem acompanhar as grandes composições históricas ou cartas topográficas e foram igualmente empregados nos mapas e gravuras do livro de Barlaeus ("De rerum per octennium"... Amsterdã, 1647). Nos célebres quadros contemporâneos de Frans Hals, em Haarlem – as confrarias de arcabuzeiros – vemos do mesmo modo números de referência sobre o peito de cada um dos oficiais.

Não pode ser mera coincidência a perfeita identidade entre as tapeçarias da *Tenture des Indes* e alguns dos primeiros grupos da lista de Nassau (vide as notas 9, 10 e 11 ao artigo de Benisovich e o anexo à obra citada de Thomsen).

A letra A, por exemplo, *tableau de Chile et Peru peint au vif, descreve L'Indien à cheval*. Dela constam: *une des Revières où l'on pesche l'or en forme de sable* (nº 1); *moutons (llamas) qui portent l'or et l'argent dans les sacs d'une mer à l'autre* (nº 3); *blé, pommes, cerises et d'autres fruits* (nº 4); *chevaux de e pays là dont la première race est uenue d'Espagne* (nº 5); *les chiligiens comme ils*

sont à cheval et les piques qui ont 15 pieds de longueur (nº 6); estoffe, dont ils se servent comme des casaques contre le soleil n'ayant qu'une coupure au milieu par où ils passent la tête (nº 7); les selles quasi à la façon d'Angleterre (nº 8); la mer de Zuyd (nº 9). Só faltam les femmes de ce pays-là, habillées à la même façon (nº 2).

A letra *B* – *tableau* representando como os Principaux Nègres em Angola se fazem portar em uma hamaque de 13 pés de comprimento por um país – mostra: toda espécie de peixes ao natural (nº 1); carneiros que têm a cauda tão grossa que se come como um dos quartos (nº 2); um changade ou três pedaços de madeira unidos juntos, com o qual os Nègres vão ao mar, para pescar, e esta madeira é tão leve que um menino pode carregar os três (nº 3); outro carneiro que há em grande quantidade neste país-lá (n. 4); uma hamaque, feita de algodão, anexada a uma madeira extremamente leve (nº 5); o Senhor Nègre, com armas, e o guarda-sol, decorado com toda espécie de belas penas (nº 6); escravos que os portam cobertos com peles (nº 7); uma fruta que se chama Millie nomeada em França trigo de Espanha; quando se assa os homens comem-na, e com ela se nutrem os cavalos ao invés de aveia (nº 8); uma árvore cujas folhas permanecem sempre avermelhadas (nº 9); os ninhos das aves que entram e saem pelo fim (nº 10).

Não se pode desejar descrição mais exata do *Roi Porté*, que inclui todos os componentes citados por Nassau.

A letra *C* enumera peças presentes em *L'Eléphant*, isto é, o cajueiro, cuja noz *étant rotie, a le même gout d'une chatagne*, a jibóia, o tamanduá, os cocos e os ananases – *le meilluer fruit qui est en tout le Brasil*.

Le Cheval rayé contém as principais figuras da letra *D*; o pequeno crocodilo, o leopardo, o rinoceronte, a gazela, o cavalo-marinho e o peixe voador, assim como a cana-de-açúcar e a caneleira de compridas vagens. Faltam na tapeçaria o porco do mato, o lobo, etc., o que revela que os artistas franceses permitiram-se liberdades com os originais de Eckhout. As *fantaisie pour représenter une Revière, de laquelle il ne faut pas se servir dans les grands tableaux* foram introduzidas, a despeito do conselho do príncipe, em mais de uma tapeçaria. Quando François Desportes em 1737-41, pintou novos modelos para substituir os primitivos, já gastos, soube tirar melhor partido destas fantasias.

A letra E corresponde ao *Deux taureaux*. Tudo vem aí descrito: a preguiça, o bangüê com a moenda e as caldeiras, o carro de bois carregado de canas, melancias, raízes de mandioca, etc. Apenas – *un portugois qui concluir une Signora d’Ingenio* – foi suprimido e a viajante ficou escondida sob o rico brocado que cobre a rede.

A letra F descreve os *Pêcheurs*, reconhecendo-se a vinha carregada de uvas e a bananeira com cacho, o índio atirando a flecha e os dois tapuias, com seus ornatos de plumas, pescando à rede. A mulata, porém, ficou sendo a negra que sustenta um cesto de frutas. A paisagem que se divisa à direita pode bem ser a vista de Porto Calvo, que Post pintou em 1638, hoje, no Museu de Marinha do Louvre.

Do mesmo modo, a letra G é facilmente identificável com o *Combat d’animaux*. Vêm-se na tapeçaria a ema, os dois tigres que assaltam a anta, um, o javali, o outro. Não foram introduzidas a “roda de raspar”, a caldeira de cobre em que se seca a mandioca, nem a prensa, para extrair-lhe o líquido, que Nassau queria fossem representadas do tamanho natural, utensílios que mereceram subdivisão especial no nº 9 e que certamente teriam acompanhado os quadros.

Não é tão facilmente identificável a oitava e última tapeçaria da série *Chasseur Indien*. Ainda assim, a letra H menciona o cacto e a figueira, que, com o tapuia sentado, ocupam o centro do painel, bem como pousado num galho, o famoso papagaio enfeitado, cuja história foi contada por Nassau a sir William Temple e vem citada por Southey. Este papagaio é bem o mesmo dos fólhos da Biblioteca de Berlim – a preciosa coleção iconográfica intitulada *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae* (A. 36, p. 216). Não figuram nela as negras albinas, nem o tapuia que dorme entre quatro índias nuas, provavelmente por serem em escala demasiado diminuta para uma satisfatória reprodução pelos teares.

Tão pouco se identificam com os nºs 4 e 7 da lista de Hauff os modelos da relação de Fenaille: *Chasseur indien* e *Pêcheurs*.

Quanto às letras I, K e L, a que não correspondem modelos para tapeçarias, tudo leva a crer que se confundem com três outras peças representando toda a sorte de crustáceos, peixes e pássaros (*Noch drei Stuck mit allerhandt Schelpen, Fischen und*



Le Chameau Nouvelles Indies. Um índio vestido com um pano de riscos vermelho, montado em cavalo baio, tendo uma lança na mão. Olha para o mar, onde navios se distinguem ao longe. Diante dele, um outro cavalo ruço com rica manta é conduzido por um negro, e, ao lado, estão uma lhama branca e a cabeça de outra, preta. Estes animais acham-se voltados para a direita. No primeiro plano vários peixes nadando e, à direita, árvore carregada de frutas (*apud* Fenaille)



Le Roi Porté. Nouvelles Indes. Sentado em rede carregada por negros como dos dois touros, um rei negro, de brincos nas orelhas e cruz ao pescoço, se abriga sob um grande guarda-sol vermelho. Tem na mão esquerda um arco e flechas, mais um carcaz ao ombro. No primeiro plano, uma cabra branca e negra, um ibis e, na água, uma jangada repleta de peixes. À direita e à esquerda, palmeiras e macacos, pássaros e ninhos de canários. Os negros se dirigem para a esquerda (*apud* Fenaille).

Vögel), de seis pés por três de alto, referidos por Hauff. Compare-se o título, da letra *K* – *toute sorte d'oiseaux au naturel*.

A relação de Fenaille descreve os quadros de Eckhout, depois de *raccommodés* pelos artistas franceses, tais como os conhecemos através das oito tapeçarias da *Tenture des Indes*. O paralelo entre os quadros de Copenhague e as tapeçarias, mostra quanto ganhou a obra de Eckhout, justamente o que almejava o príncipe quando os queria realçados por *qui se coignait en quelle façon on est accoutumé à peindre fes modèles de tapisserie*.

Creio ter provado suficientemente minha tese.

Thomsen e Benisovich reconheceram bem a identidade entre os grupos descritos por Maurício e os Gobelinos, mas não perceberam que o príncipe havia descrito os próprios quadros de Eckhout. Crêem que os números em que se dividem as letras *A* até *L* descrevem quadros e objetos reunidos, de modo a formarem os painéis das futuras tapeçarias, quando é óbvio que tal nomenclatura não podia corresponder, na realidade, senão a *des figures d'hommes et de bêtes de grandeur naturelle, plusieurs plantes, fruits, oiseaux, animaux, poissons et paysages du Brésil (Inventaire Général, n° 442)*. Tampouco é admissível que a cada um desses números correspondesse um quadro a parte, pois então chegaríamos a uma centena deles, pelo menos – e isso apesar de incompleto o inventário. Tal como está, abrange onze quadros (*A* a *L*), mais outro (*M*), provavelmente de Eckhout, semelhante aos de Copenhague, e nove quadros pequenos, atribuíveis a Post.

Sabemos, porém, pelo *Inventaire Général* de 1681, que além dos grandes, havia frente *quatre autres tableaux aussi donnés au Roi par le Prince Maurice de Nassau, représentant des villes, forteresses, ports de mer et paysages du Brésil et quelques fruits et animaux dudit país... hauts d'environ 2 à 3 pieds sur 3 à 4 pieds de farge*. No *inventaire des tableaux du Roi rédigé em 1709 par N. Baiffy*, este número baixava a 29, dos quais 23 mediam dois pés de alto por cerca de três de largo; mais outros seis, de três pés por quatro e meio. Encontravam-se então em Chaville. No inventário de Durameau (1784), passaram a Versalhes os primeiros 23 e já eram então por ele atribuídos a Post. Alguns destes encontram-se no Louvre, segundo uma nota marginal, a lápis, do conservador deste museu, que se lê no inventário de Bailly. Quando foi criado, em 1802, o Museu da Marinha, seu diretor Hue solicitou, para a grande galeria desse ministério, 56 quadros do Louvre, entre os

quais 18 *Vues des Colonies*, de Frans Post. Oito deles foram recuperados, entre os quais os que Souto Maior descobriu.

Se a hipótese sustentada por Benisovich fosse bem fundada, então os presentes ao rei formariam importante e variada coleção de história natural, que mal se compreende exposta num salão como o da Comédia, no Louvre. Atentemos no que escreveu Maurício. *Les dites rarités représentant tout le Brésil en portrait, à savoir la nation et habitans du Pay, les animaux à quatre pieds, les oiseaux, poissons, fruits et herbes, tout en grandeur vif... ayant eu dans mon service... au Brésil six peintres dont chacun a curieusement peint à quoi il estoit le plus capable... il y en a environ 40 tant grands que petits tableaux.*

A ênfase é sempre em *tableau, portrait*.

Sem dúvida, uns quantos objetos *in natura* foram incluídos, tais como a rede em que se balançou o Dauphin, quando da visita que fez à corte, e seguramente, os arcos, flechas, vasilhas, etc., enfim aquilo que fosse de fácil transporte e que serviria para melhor documentar as pinturas. Mas é evidente que o resto figurava em *portrait*. Nem doutro modo seria necessário a informação sobre a leveza dos paus da jangada ou sobre as dimensões de uma das redes. E como explicar que tais curiosidades etnográficas, então desconhecidas na Europa, tivessem logo desaparecido, ao passo que parte das coleções do mesmo príncipe seriam preservadas em Copenhague e Leyden, até hoje? Não fossem estes quadros os modelos para as tapeçarias, que se consumiram ao passarem tantas vezes pelos teares, tampouco se explicaria o desaparecimento dos oito grandes enumerados na lista Yvart.

Embora *raccommodés*, os modelos da primitiva *tenture* conservam o espírito da obra assinada de Eckhout. Quer no tempo, quer no estilo, vai daqueles a esta, a mesma distância que das *Nouvelles* às *Anciennes Indes*. Meio século decorrera entre as pinturas feitas *in loco* e a primeira execução nos teares parisienses, bem como outro meio século mediara desta à segunda interpretação de Desportes. Nas três épocas – 1640, 1687 e 1737 – a composição acompanhou a evolução da moda.

Acanhados eram os recursos do pintor holandês e ingênuas suas composições quando se afastava da cópia exata da natureza. Alguma coisa da sua primitividade conservam as *Anciennes Indes* ao lado da mestria acadêmica de Desportes. Embora tivessem os artistas dos Gobelinos, sob a direção de Le Brun, retocado e estili-

zados os originais de Eckhout, não o fizeram a ponto de se não lhe reconhecer a maneira, sobretudo nas figuras dos negros e índios, nos pássaros em vôo e outros pormenores que revelam a sua autoria.

É difícil não aceitar o sentido e a precisão dos termos empregados no *Comptes des Bâtiments du Roi sous le règne de Louis XIV*, sobre o que foi a participação daqueles artistas: *reparé, rétabli, nettoyé et raccommodé*. Não é desta opinião o autor do artigo do *Burlington Magazine*, que se baseia no fato de que a confecção dos modelos foi confiada não somente a um, mas a quatro dos melhores pintores dos Gobelinos, cujos nomes vêm citados. A tais artistas, argumenta ele, não se incumbem tarefas de mera restauração que são próprias para artífices. Estes teriam sido responsáveis pela reparação e limpeza, ao passo que aqueles os teriam *raccommodé*. Será possível, entretanto, dar-se a esta palavra o sentido de interpretar ou refazer? É o próprio Benisovich quem traz uma citação que julgo decisiva: tal o depoimento de Claude F. Desportes sobre a parte do pai, nesses trabalhos de preparação: *en 1735 on voulut renouveler aux Gobelins la magnifique tenture des Indes. Monsieur Desportes en avait autrefois retouché les originaux faits dans le pays par des peintres hollandais, copistes exactes de la nature mais ayant d'ailleurs peu d'intelligence*. O sinônimo *retouché* determina, portanto, o sentido de *raccommodé*.

Ante tão claros testemunhos, é mais lógico concluir que os modelos foram os originais de Eckhout, arranjados ou retocados por Housse, Bonnemer, Monnoyer e Fontenay, cada qual na sua especialidade, quiçá ainda modificados ao passarem pelos teares, à vista das variantes que se registram de série a série. De uma das primeiras – as mais fiéis ao estilo de Eckhout – há um *Cheval rayé*, da coleção Leclerc (Paris, 1904), tão inartístico na sua composição quanto os grandes quadros de Copenhague.

Os pagamentos feitos por essas tarefas – 552 e 1.550 *livres* em 1687 e 1.200, 650 e 1.200 *livres* em 1692 – pouco para oito modelos em comparação às 16.000 que Desportes recebeu em 1738-41 pelos segundos modelos – não escudam a tese de Benisovich. Apesar de ser pintor de nomeada, viu-se obrigado a justificar o mais alto preço cobrado alegando ter evitado *tomber dans le défaut de simple coppie qu'on avait tasché de vous faire craindre* (carta de 15 de setembro de 1737 a Orry, *Directeur des Bâtiments*).

Lê-se na obra de Fenaille que o Louvre ainda possuía algumas tiras em mau estado, de cinco modelos das antigas séries, *d'après Eckhout* – as telas ou *dessins colorés faits sur les lieux par les hollandais*, que Pedro o Grande da Rússia viu nos Gobelins, a 15 de maio de 1717, segundo a citação de Benisovich, da *Histoire journalière de Paris*, por Saint Gelais. Se tais desenhos não desapareceram será possível algum dia tirar-se a limpo este ponto controvertido.

Na sua grande obra sobre a Manufatura dos Gobelinos, Fenaille reproduz um documento, em que Monsieur de la Chapelle, *Controleur des Bâtiments du Roi aux Gobelins*, relata a proposta que fez a Monsieur de Louvois: “*Lorsque la copie... des Fructus Belli Douze Mois, Belles Chasses de Guise... étaient prest à finir... les ouvriers n’ayant plus d’ouvrage, je proposai de faire la première tenture des Indes*”.

Esse primeiro jogo de tapeçarias foi começado em 1687. Os modelos de Eckhout haviam ficado em depósito oito anos no Garde Meuble. Teve, afinal, execução a idéia de Nassau e durante 120 anos copiaram-nos, quase sem interrupção, os teares da Manufatura Real, distinção sem precedente nos anais da tapeçaria. Até 1730 foram repetidos oito vezes, sendo que os cinco primeiros jogos mediam 4m,75 (4 varas ou *aunes*), e, por isso, são chamados – *Les Grandes Indes* – diferenciando-se dos três que se seguiram – *Les Petites Indes* – de 4m,10 (3 varas e meia). As primeiras têm uma cercadura de folhas de acanto, corridas e as segundas, molduras douradas com as armas e o monograma reais. Com exceção do primeiro (1687-88), do segundo (1689-90) e do quarto jogo (1701-18), tecidos em baixo-liço, os demais são em alto-liço, e todos em lã e seda sem fio metálico. Dada a diversidade do processo e sendo os modelos os mesmos, aparecem as figuras viradas numas séries, para a direita e noutras, para a esquerda. Provêm eles dos ateliês de Mozin, Jans e Lefebvre sucessivamente.

A maior parte desses antigos panos conhecidos também por *Anciennes Indes*, desapareceu. O único jogo completo é o quarto, em baixo-liço (figuras ao revés da descrição), que se encontra em La Valetta, no antigo Palácio dos Cavaleiros de Malta. Felizmente escapou aos bombardeios e lá se encontra, armado novamente, na grande Sala do Conselho. O terceiro (1692-1700) –



L'Eléphant. Nouvelles Indes. À esquerda do quadro, uma árvore diante da qual se empina um cavalo alazão e atrás um elefante ergue a tromba. Um ibis voando e um pavão empoleirado na árvore. No primeiro plano, um negrinho no meio de frutas tropicais e uma negra segura um cesto de frutas. À direita uma palmeira e, ao fundo, um rio (*apud* Fenaille).

ateliê de Jans – oferecido a Pedro o Grande, da Rússia, por ocasião da sua visita a Paris em 1717, perdeu-se no incêndio do Winter-Palais, em 1837. Das 16 peças de diversos jogos que ainda faziam parte, antes da Segunda Guerra Mundial do *Mobilier National*, três acham-se na *Villa Medici*, em Roma, três no Ministério da Agricultura, em Paris, outra no da Justiça, duas no Musée des Gobelins e uma no *Garde Meuble*. As seis que estavam na embaixada francesa em Berlim foram queimadas nos bombardeios de 1944.

Sem a série de Malta (ateliê de Le Blond) seria quicá impossível o estudo comparativo de uma das *tentures* mais célebres e originais dos *Gobelins*, cujo êxito imediato se explica pelo fato das tapeçarias que a referida manufatura vinha executando, desde a fundação em 1662, só terem por assunto a glória de Luís XIV: *L'Histoire du roi, Les triomphes d'Alexandre, les Maisons Royales, les Saisons*. Tudo era alusão, mais ou menos velada, às virtudes e magnificência do monarca, motivos que naturalmente acabaram por se tornar monótonos. Depois do afastamento de Le Brun, em 1685, verificou-se uma mudança na escolha dos temas, que passavam a ser, de preferência, decorativos, como *Les Musiques, Sujets de la Fable, Belles Chasses*, etc. Abriu-se, assim, a porta para os quadros dados por Nassau, cujo exotismo, numa época em que era grande o interesse pelas longínquas Índias, Ocidentais ou Orientais, asseguraram logo a consagração da *tenture* – mais um capítulo do gosto “índio” na Europa.

Por exigência de espaço, no Palácio de La Valetta, dois dos oito panos que lhe compõem a série foram subdivididos, outros foram alargados, de modo que este jogo consta de dez. Ao alto da moldura de acanto, usada nos primeiros jogos, foi aposto o escudo de Dom Raymundo Perellos, grão-mestre, que as encomendara em 1700. Ao preço corrente, naquele tempo – 180 francos a vara quadrada – é interessante saber que o jogo deve ter custado entre 40.000 e 50.000 *livres* ou francos.

Em Highcliffe Castle, existem cinco panos das *Anciennes Indes*, sem molduras, que, segundo versão da família, teriam sido saqueados por Napoleão, de Malta e, em Paris, adquiridos pelo embaixador britânico, lorde Stuart of Rothesay, o qual, no seu castelo sobre a Mancha, reuniu muita obra de arte do espólio do primeiro Império, assim como documentos da sua missão no Brasil. Tal versão, porém, não tem fundamento. É mais provável que

eles pertençam ao sexto jogo em alto-liço, *Petites Indes*, e terão provindo da Villa Medici, pois os de Malta só saíram do palácio para serem restaurados nos Gobelinos, em princípios deste século.

As três *Petites Indes* são de 1723-27, 1725-28 e 1726-30 e provêm dos *ateliers* de Lefebvre, Jans e de la Tour.

Quando os modelos originais, com o manuseio freqüente, caíram em pedaços, foi incumbido de preparar novos, em 1735, o famoso animalista François Desportes. Entre 1737 e 1741, expôs esse artista sucessivamente nos Salons de L'Academie Royale, oito grandes quadros (cinco metros por cinco) que se encontram hoje em museus provinciais (Guéret, Reims, Marseille) e no Louvre. Desportes, que já em 1692, para a primeira série em alto-liço das *Anciennes Indes*, fora incumbido de repintar os animais, embora respeitando estes modelos primitivos, tantas alterações introduziu, inclusive animais e plantas europeus, que o seu trabalho justifica bem o qualificativo peculiar de *Nouvelles Indes*. O *Indien à Cheval* desapareceu e foi substituído pelo *Chameau*. O *Roi Porte* passou a ser *Reine portée*. No *Combat d'animaux*, o tigre, que ataca o tapir, virou leão, e, no *Eléphant*, o cavalo *Isabelle* mudou de cor e de posição. Em suma, adaptou-os ao gosto da época: *rajeunit* foi a expressão por ele usada.

Medem as *Nouvelles Indes* em geral 4,20 de alto e costumam estar enquadradas numa imitação de moldura esculpida e dourada, com o monograma real aos cantos e as armas de França na cimeira. Há algumas, porém de 4,60, como outras de 3,60.

Oito jogos (os dois últimos incompletos) foram executados em alto e baixo-liço desde 1740 a 1768, sucessivamente, nos *ateliers* famosos de Cozette, Le Blond e Neilson, da dita Manufatura. Serviram para presentes de Luís XVI ao rei da Dinamarca e a diplomatas acreditados junto à sua Corte. De 1771 a 1794, seguiu-se uma segunda série de jogos incompletos (obra dos mesmos tapeteiros e mais Cozette fils), também doados a validos, hóspedes ilustres, príncipes do sangue e da Igreja e ao imperador da Áustria (1777), o deste, porém, completo. O último jogo foi começado em 1802. Lástima que não se tivessem lembrado subseqüentes soberanos franceses de incluir os Braganças do Brasil, na lista dos contemplados nessas oferendas verdadeiramente régias!

Guarda o "*Mobilier National*" uma coleção inteira da primeira dessas tentures e mais seis panos das últimas séries. Seis

estão no Quirinal, quatro com o duque de Alba, três pertenceram a lorde Brougham & Vaux, existindo ainda coleções completas em Copenhague, Viena e Praga. O Palazzo Pitti e o Cercle de l'Union possuem exemplares destacados. Das *Nouvelles Indes* têm aparecido diversas peças em leilões de coleções particulares e no comércio, alcançando sempre altos preços. A 35.000 marcos atingiu um par, em 1914, em Berlim, a £ 2.400, outras duas, em Londres, em 1924, revendidas em New York por £ 8.000 em 1926. Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, valiam em Paris de 100.000 a 200.000 francos.

As novas se distinguem das antigas pelo uso mais abundante dos tons róseos e pelas colorações mais suaves. Quiçá mais felizes na composição, obras que são de um artista de talento, correspondem entretanto àquela fase – meados do século XVIII – em que a influência dos pintores se impôs à interpretação dos tecelões. O objetivo visado pelos sucessores de Le Brun: Oudry. Boucher, era a imitação servil da pintura pela tapeçaria. À orquestração esquemática e vigorosa das velhas fórmulas, sucede uma multiplicidade infinita de gamas. A relativa liberdade de iniciativa dos primeiros tempos cedeu lugar a artifícios de virtuosismo. Com o tempo, obliteraram-se quase sempre os tons leves para predominarem os primeiros planos sobre fundos esvaecidos.

Ao estudar esta evolução da tapeçaria nos catálogos de 1938 e 1939, do *Musée des Gobelins*, o administrador, Mr. Guillaume Janneau, defende a reforma que introduziu, restabelecendo as tinturas vegetais, usadas ao tempo de Luís XIV, e, para justificar a sua tese, compara justamente exemplares das duas famosas séries *des Indes*. Somou ele o número de tons empregados no *Roi Porté* de 1687: 75 em meio metro quadrado. No *Deux Taureaux* de 1780, o total dos tons sobe a 587. É, segundo os técnicos, o começo da decadência, mas a suprema harmonia e a admirável execução dessas produções dos teares de Cozette e Neilson, asseguram-lhes um lugar de distinção entre as peças famosas da Manufatura dos Gobelinos.

H. Schmitz, em “The Vienna Collection of Tapestries” (Viena, 1922, p. 12) diz: “Poucos são os exemplares em que a vivacidade e o gosto do século XVIII, a habilidade em ordenar a natureza numa umidade decorativa, tenham sido mais admiravelmente revelados do que nas *Indes* de Desportes. No Quirinal

estão elas dispostas numa só sala. A frescura do colorido comunica ao espectador a sensação de arrebatadora passagem do real ao irreal!”

Joaquim de Sousa Leão, Filho

* * *

ANEXO
RELAÇÕES CITADAS

Fenaille

I. LE CHEVAL RAYÉ

Un zèbre cabré, se dirigeant vers la gauche, porte sur le dos un jaguar qui lui enfonce les crocs et les griffes dans la chair. Derrière lui, un rhinocéros et une gazelle. Au premier plan, des poissons et de petits animaux; au milieu, devant un fond de paysage, un arbre, où pendent de longues graines, et des oiseaux; à gauche, au premier plan, de nombreux crustacés.

II. LES DEUX TAUREAUX

Deux taureaux rouge et blanc, tournés vers la droite, sont attelés par des colliers de bois à un char rempli de fruits de cannes à sucre; derrière ce char, deux nègres, de profil, portent sur l'épaule un long hamac suspendu à une tige de bois et se dirigent vers la gauche. Au premier plan, un oiseau à long bec et une corbeille de fruits; au milieu un palmier et des singes; au fond, des cases et un moulin à eau.

III. L'ÉLÉPHANT ET LE CHEVAL ISABELLE

Du côté gauche du tableau, un arbre, devant lequel se cabre un cheval isabelle et derrière lequel est un éléphant, la trompe levée. Un ibis vole devant l'éléphant. Un paon est perché dans l'arbre. Au premier plan, au milieu, un enfant nègre au milieu de fruits des Indes et, à droite, une négresse, portant une corbeille de fruits. Au fond, une rivière et des palmiers.

IV. LE CHASSEUR INDIEN

Au pied d'un arbre, dont les branches, pareilles à ces de cactus, supportent une quantité d'oiseaux, un Indien, tourné vers



Le cheval rayé (variante conjugada com *Le chameau*). Zebra empinada, dirigindo-se para a esquerda, e atacada por um jaguar que lhe crava as garras no dorso. Atrás, um rinoceronte e uma gazela. No primeiro plano, peixes e pequenos animais. Ao centro, árvore da qual pendem longas favas e em que pousam pássaros. À esquerda, crustáceos em abundância (*apud* Fenaille).



Le chasseur indien. Nouvelles indes. Ao pé de um cacto e uma árvore sobre cujos galhos pousam numerosos pássaros, um índio sentado e olhando para a direita, segura um arco. À frente, animais estranhos e um grande lagarto. Atrás uma ema e um avestruz e deitado um cachorro do mato. À flor da água, peixes multicores. Paisagem ao fundo. Pendurados do cacto, uma cabaça, flechas e vários utensílios (*apud* Fenaille).

la droite, est assis un arc à la main. Devant lui, des animaux extraordinaires et un grand lézard. A gauche, derrière lui, une autruche et un casoar, et, couché à son côté, un chien loup. Au premier plan, à moitié hors d'eau, des poissons multicolores, dont deux gros nagent vers la gauche. Au fond, paysage découvert. Accrochés à l'arbre, une gourde, des flèches et différents ustensiles.

V. LE COMBAT D'ANIMAUX

Au bord de l'eau et au milieu de grandes plantes, un tigre enfonce ses crocs et ses griffes dans le dos d'un tapir, un autre tigre se jette sur un sanglier, une lionne égorge une antilope et un crocodile étrangle un mouton. Tous ces animaux sont tournés vers la droite. En arrière, deux autruches battent des ailes et couvrent le bec. En l'air, de nombreux oiseaux et, dans l'eau, plusieurs poissons, parmi lesquels on distingue un hippocampe.

VI. LE ROI PORTÉ PAR DEUX MAURES

Dans un hamac porté par deux nègres, semblables à celui de la pièce de Deux Taureaux, un roi nègre, ayant des boucles aux oreilles et une croix au cou, est assis et se protège du soleil au moyen d'un vaste parasol rouge. Il tient de la main gauche un arc et deux flèches, et a un carquois sur l'épaule. Devant lui, au premier plan, un bélier blanc et noir, un ibis, et, dans l'eau, un radeau couvert d'une multitude de poissons. A droite et à gauche des palmiers avec des singes, des oiseaux et des nids de isserins. Les porteurs du hamac se dirigent vers la gauche.

VII. LE CHEVAL POMMELÉ OU L'INDIEN À CHEVAL

Un indien, couvert d'une étoffe à rayures rouges, monté sur un cheval bai brun et tenant une lance, regarde du côté de la mer, laquelle on distingue au loin des navires. En avant, un autre cheval blanc pommelé, couvert d'une riche housse, tenu en main par un nègre. A côté de lui, un lama blanc et la tête d'un autre lama. Ces animaux sont tournés vers la droite.

Au premier plan, dans l'eau, plusieurs poissons. A droite, un arbre chargé de fruits.

VIII. LES PÊCHEURS

A droite, sur un talus, planté d'un bananier, un Indien, ayant un genou à terre, tire de l'arc vers la gauche. Une négresse assise près de lui, tient, posée sur la main droite, une corbeille remplie de fleurs. Au pied du talus, entrés dans l'eau jusqu'à la ceinture, deux Indiens à peau rouge, ramènent un filet. Au fond, à gauche, paysage étendu.

Lista Hauff

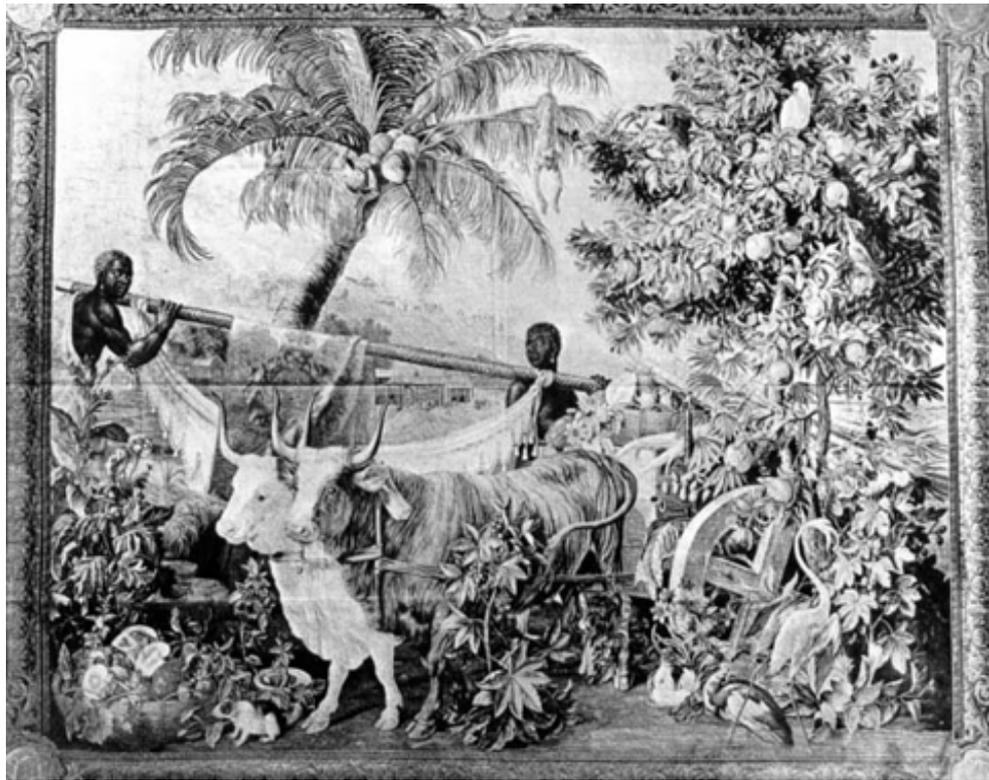
Specification der Indiaenschen stucken so der Chwc. Furstl Lustgartner Michael Hauff in zwei Kisten eingepackt mit nach Cleve genommen.

in jedem stuck abgebildet ist

1. Ein bundt Pferd und ein Rhinoceros	14 voet	9 zoll lang	12 fusz hoch 6 zoll
2. Ein Weiss Pferd und ein Elephandt	15	bisz	13 fusz
3. Ein Portugiese zu Ross un ein Ossenwagen	15	bisz	13 fusz
4. Ein Indiaem mit einem braunem Zopf auf dem Kopf auch ein Strom mit Fische	10 fusz		13 fusz
5. Allerhandt gemeine Figur und 2 Strauszen	10 fusz	10 zoll	14 fusz
6. Zwei Xöuter (Reiter?) der ein auf einem weisen, der ander auf einem schwarzen Pferd	10 fusz		14 fusz
7. Ein Indiaen mit einem flitschbogen etc. ein Portugies wie im Gou... so früchte und 2 Korben trägt	8 fusz	7 zoll	13 fusz
8. Eine schwartze Frau wirdt in einem Hangbrak getragen. Hat über sich einem bundt Schirm von Papagay federn	8 fusz	7 zoll	13 fusz
9. Etzliche Indianische Kinder mit einem Straussvogel	5 fusz	5 zoll	5 fusz 1 zoll



Le combat d'animaux. Nouvelles Indes. À beira d'água e entre grandes plantas, um tigre crava suas garras no lombo de um tapir enquanto outro ataca um javali, a leoa abocanha um antílope e o jacaré estrangula um carneiro. Estes animais voltam-se para a direita. Atrás, dois avestruzes se debatem com os bicos abertos. Pássaros voando e peixes nadando, entre os quais um cavalo marinho (*apud* Fenaille).



Les deux taureaux. Nouvelles Indes. Dois touros vermelho e branco, virados para a direita e atrelados por uma canga, puxam um carro cheio de canas-de-açúcar; atrás, dois negros de perfil, dirigindo-se para a esquerda, carregam aos ombros uma rede suspensa de uma vara. No primeiro plano, um pássaro de bico longo e uma cesta de frutas. Ao centro, um coqueiro e macacos e, ao fundo, uma moenda (*apud* Fenaille).

10. Ein Indianischer König	8 fusz	4 fusz
Noch drei Stuck mit allerhandt Schelpen, Fischen und Vögeln, deren jedes	6 fusz 6 zoll	3 fusz

Lista Yvart

Tableaux representan des figures humaines, animaux, plantes et fruits des Indes, peints sur les lieux donnez au Roy par le prince Maurice, qui ont demeuré longtemps au Garde-Meuble de la Couronne et ont esté raccommodés par les Srs. Housse et de Bonnemer, executer deux fois en basse lisse.

1. Un grand tableau, dans lequel est représenté un cheval rayé de noir et un reinoceros de 13 pieds 6 pouces de large sur 12 de haut
3. Un autre, où sont deux taureaux qui tirent un chariot chargé de fruits de 14 pieds 6 pouces sur 12 de haut
2. Un autre, où est représenté un grand éléphant et quelqu'autres animaux, avec des fruits de 14 pieds 6 pouces de large sur 12 de haut
- 5? Un autre, où est représenté un chasseur que tient des flèches et est assis contre un arbre, dans lequel tableau il y a une autruche et un casuel de 12 pieds sur 12
5. Un autre représentant un combat d'animaux de 10 pieds 6 pouces de 12 de haut
- 10? Un autre représentant un Roy naigre porté par deux esclaves, lequel Roy tient une fleche de 8 pieds 6 pouces sur 12
6. Un autre, où il y a un cheval blanc pommelé, couvert d'une housse et conduit par un naigre et une figure montée sur un cheval noir de 9 pieds sur 12
7. Un autre, où il y a des Indiens qui peschent et un tire sur les oyseaux avec des flèches et une femme naigre qui tient un panier plein de fruits de 8 pieds de large sur 12

Os números entre parênteses da lista francesa reportam-se aos que a Thomsen pareceu corresponderem na lista alemã. Na tradução das mesmas, que se segue, foi-lhes dada maior precisão.

Lista Hauff

Especificação dos quadros índios que o jardineiro do Grande Eleitor Michael Hauff embalou em dois caixotes e levou para Cleves.

Nesses quadros estão representados:

	Larg.	Alt.
	(em pés)	
1. Um cavalo rajado e um rinoceronte.	14.9'	12.6'
2. Um cavalo branco e um elefante.	15.	13.
3. Um português a cavalo e um carro de bois.	15.	13.
4. Um índio com um cocar avermelhado e peixes dum rio.	10.	13.
5. Vários tipos de animais (?) e 2 avestruzes.	10.10'	14.
6. Duas figuras, uma sobre cavalo branco, outra sobre cavalo preto.	10.	14.
7. Um índio que caça com flecha, um português, frutas e cestos.	8.7'	13.
8. Uma preta levada em rede, com um guarda-sol de penas de papagaio.	8.7'	13.
9. Meninos índios com um pássaro.	5.5'	5
10. Um chefe índio.	8.	4.6
Mais três quadros com toda a espécie de crustáceos, peixes e pássaros	6.6'	3.

Lista Yvart

Quadros representando figuras humanas, animais, plantas e frutos das Índias, pintados no país, dados ao rei pelo príncipe Maurício, conservados muito tempo no Garde-Meuble de la Couronne e restaurados pelos senhores Housse e de Bonnemer, executados duas vezes em baixo-liço.

	Larg.	Alt.
	(em pés)	
1. Grande quadro representando um cavalo rajado e um rinoceronte.	13.6'	12.
2. Outro em que dois bois puxam um carro carregado de frutos.	14.6'	12.
3. Outro, mostrando um grande elefante e diversos animais e frutos.	14.6'	12.
4. Outro, representando um caçador que segura flechas, e está sentado junto a uma árvore, e ainda um avestruz e uma ema.	12.	12.
5. Outro representando um combate de animais.	10.6'	12.
8. Outro representando um rei negro levado por dois escravos e segurando uma flecha.	8.6'	12.
6. Outro em que há um cavalo ruço, coberto por uma manta e conduzido por um negro, e uma figura montada sobre um cavalo preto.	9	12.
7. Outro em que os índios pescam e atiram à flecha sobre pássaros e uma negra sustenta um cesto de frutas.	8.	12.



Les Pêcheurs. Nouvelles Indes. À droite, sobre uma ribanceira, junto a uma bananeira, ajoelha-se um índio e entesa o arco em direção à esquerda. Negra sentada ao lado sustenta com sua mão direita cesto de flores. Ao sopé, mergulhados na água até a cintura, dois índios pele vermelha arrastam a rede. Ao fundo, à esquerda, extensa paisagem (*apud* Fenaille).



Les Pêcheurs. Nouvelles Indes. Variante desse pano, reduzido à metade inferior. Figuras uma vez e meia o tamanho natural. Atelier Cozette fils. 1790.

**SINETES – ACHEGAS AO
ARMORIAL BRASILEIRO**



Sinetes

Achegas ao armorial brasileiro

Com a nota que se segue apresentamos uma série de sinetes armoriados cujos brasões, em sua maior parte, não constam dos armoriais de nosso conhecimento. Daí a certeza de que essas minúsculas peças de prata e bronze se revistam, para os estudiosos de armorialística, de arte heráldica e de coisas do passado, de certo interesse.

Dividimos os sinetes em dois grupos, dos quais o primeiro consta das marcas de pessoas conhecidas, enquanto que no segundo grupo se arrolam as peças armorialísticas cujos primeiros possuidores ainda carecem ser identificados.

Foge de nossa competência a pesquisa em torno da identidade desses personagens, pelo motivo de que cultivamos tão-somente a arte heráldica despida de considerações genealógicas. Apresentamos no entanto tais peças, para que outros, armorialistas, genealogistas ou pesquisadores de história se manifestem, elucidando o mistério que as envolve.

* * *

1º BARÃO DE SÃO FRANCISCO

É evidentemente do fim do século XVIII ou início do XIX o sinete que pertenceu ao primeiro barão de São Francisco. Toda a porção de prata desse sinete mostra características daquela época, tanto o cabo que se engasta em peça de marfim, como a chapa armoriada que é de dimensão minúscula, medindo apenas 18 × 20,5 mm sendo oval seu formato.

O conjunto heráldico, isto é, o brasão, revela pormenores que somente um mestre do buril sabe executar. Todas as peças, o

sautor e os besantes do primeiro quartel, as palas do segundo, o campo azul e as vieiras do terceiro, como o leão do quarto quartel, os ornatos externos constituídos por dois leões, a condecoração de Cristo e o elmo, são gravados com firmeza e arte.

A ausência da coroa, vem corroborar que o sinete do primeiro barão de São Francisco foi executado na época que acima indicamos, pois como barão, teria rematado o escudo com a competente coroa de barão ou de visconde, visto ele ter sido agraciado com este título a 01/12/1824.

Os quartéis que o escudo ostenta são:

1º, de prata com um sautor de azul, carregado de cinco besantes de ouro, que é de Araújo;

2º, de ouro com quatro palas de vermelho, que é de Aragão;

3º, de azul com cinco vieiras de ouro, postas em sautor, que é de Siqueira;

4º, de prata com um leão de negro, armado de vermelho, que é de Betencourt, conforme foi publicado no “Anuário Genealógico Brasileiro”.

Os leões que constituem os suportes são figuras raras na armaria lusa e mais freqüentes na alemã e inglesa onde são chamados “Rückschauend” naquela e “Regardant” nesta, que significa, no vernáculo, “cabeça voltada”.

O elmo não ostenta cimeira, coisa aliás freqüente na armaria lusa, mas inexplicável no brasão do barão de São Francisco, pois todos os apelidos dos quartéis citados possuem seus timbres, exceto o de Aragão, conforme a Nobiliarquia Portuguesa de Vilas Boas e Sampaio de 1675.

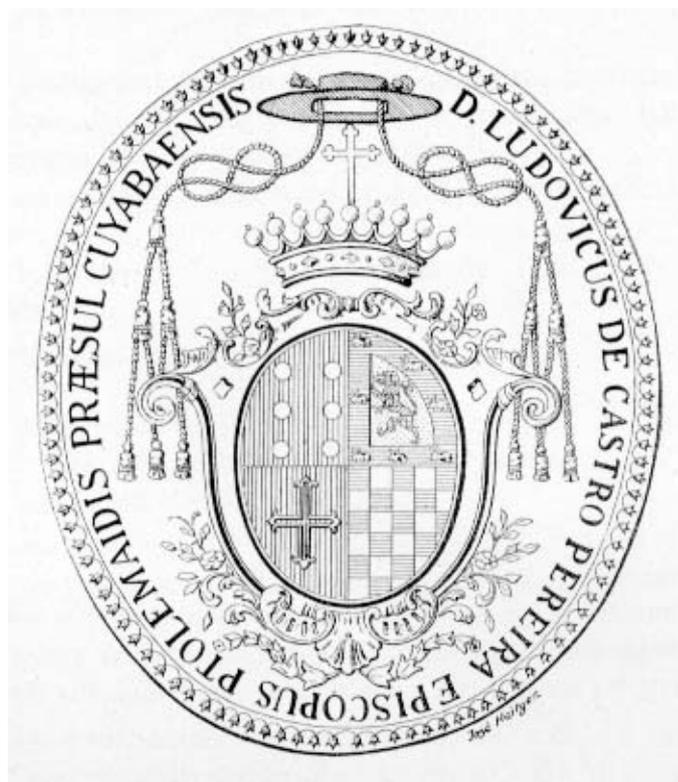
Chamou-se o primeiro barão de São Francisco, Joaquim Inácio Siqueira Bulcão. Nasceu a 14/06/1768 no município de São Francisco na Bahia, onde faleceu a 24/05/1829.

Foi patriarca da Independência na Bahia, capitão-mor, cavaleiro da Ordem de Cristo e morgado de Muribeca.

* * *

D. LUÍS DE CASTRO PEREIRA

Trabalho em bronze é o sinete cuja placa oval armoriada mede 50 68 mm. Pertenceu ao primeiro bispo de Cuiabá, dom Luís de Castro Pereira. Na época em que o sinete foi executado era



ele bispo de Ptolomeida in *partibus infidelium* e precônsul de Cuiabá, conforme reza o texto em latim que rodeia a parte heráldica: “Episcopus Ptolemaidis Praesul Cuyabaensis”.

Sobre elegante tarja em estilo d. Maria descansa o escudo ovalado ostentando quatro quartéis que, de acordo com a convenção dos esmaltes gravados sobre os campos, são:

1º, de vermelho com seis besantes de prata, postos em duas palas;

2º, de ouro com um leão de púrpura, carregado de três faixas xadrezadas de azul e de ouro de duas tiras; bordadura de azul, carregada de sete coelhos de prata;

3º, de vermelho com uma cruz de prata florenciada e vazia de campo;

4º, xadrezado de azul e de prata de cinco peças em faixa e seis em pala.

Representam esses quartéis:

1º, as armas dos Castro descendentes de d. Álvaro Pires de Castro, irmão da rainha d. Inez de Castro;

2º, as armas dos Coelho;

3º, as armas dos Pereira;

4º, as armas dos Alcoforado ou dos Sá, ou ainda dos Cotrim ou dos Peixoto que, porém, são de ouro e de azul. Existem vários brasões semelhantes nos antigos armoriais lusos, por isso este quartel reveste-se de interesse especial para os genealogistas.

A tarja é encimada por coroa de conde e esta é rematada por uma cruz maçanetada ou trilobada, sendo todo o conjunto superado pelo chapéu episcopal.

Esse belo e harmonioso conjunto que dispensa qualquer crítica encomiástica, é encerrado por fino ornato espigilhado rematado cada extremidade por pequeno florão.

Deve ter sido usado esse sinete para a confecção de selos em papel, tais como são vistos em documentos antigos e apensos aos documentos ou sobrecartas por meio de obreia.

Dom Luís de Castro Pereira foi prelado de Cuiabá de 1808 a 1821, teve o título de bispo de Ptolomeida em 1803, sendo sa-

grado em 1805. Chegou a Cuiabá em 1808. Foi transferido para o bispado de Bragança em 21 de abril de 1821, não chegando a ocupar aquele sólio, por ter falecido em 21 de agosto de 1822.

* * *

BARÃO DE PENEDO

De forma oval é a chapa armoriada, tendo de dimensão apenas 17 × 22 mm. Seu aspecto um tanto pesado seria heraldicamente perfeito se a coroa de conde assentasse sobre o escudo em vez de estar suspensa.

O artista gravador foi genial na composição do conjunto, pois conseguiu numa chapa de prata de mínima dimensão colocar em sentido vertical todas as peças que outros teriam disposto em sentido horizontal. Serviu-se, para obter essa disposição, apenas do listel que lançou em linhas de sinuosidade arrojada debaixo do escudo, alterando assim a posição deste como a dos dois suportes. São eles constituídos por um lobo à direita e um leão à esquerda. Ambos os animais apoiam as patas traseiras sobre o listel, formando conjunto fechado e vigoroso.

Sobre o listel lê-se a divisa: *Sperare Infestis Mutuere Secundis*.

O escudo, bem desenhado, é esquartelado, apresentando no 1º quartel as armas dos Moreira que são: de vermelho com nove escudetes de prata, carregados cada um com uma Cruz de Avis, postas em três palas. Timbre: um lobo sainte de vermelho com um escudete das armas sobre o peito.

No 2º quartel as armas dos Carvalho que são: de azul com uma estrela de ouro encerrada numa quaderna de crescentes de prata. Timbre: um cisne de prata, membrado de ouro com uma estrela de prata no peito.

No 3º quartel: em campo de prata um leão de Será Silva?

No 4º quartel: em campo vermelho uma torre de sobre um de

Em se tratando de sinete confeccionado antes do aparecimento do Armorial Português de G. L. dos Santos Ferreira, tivemos que procurar em obras antigas e servimo-nos do clássico Vilas Boas e Sampaio, edição de 1675, da qual compilamos os 1º e 2º



quartéis e ainda citamos abaixo as armas dos Pina que talvez correspondam ao 4º quartel.

A descrição do 1º quartel revela que o suporte à direita, é de fato, um lobo conforme dissemos.

Compete aos genealogistas afirmarem a que apelido pertencem os 3º e 4º quartéis; queremos apenas indicar para o 3º quartel o nome Silva que corresponde ao nome da mãe do barão do Penedo, d. Maria Joaquina de Almeida e Silva e, para o 4º quartel o apelido Pina, cujas armas são: de vermelho com a torre de prata lavrada de preto firmada em rocha verde lavrada de azul. Timbre: a mesma torre.

Interessante é a relação deste último quartel com o título do barão do Penedo. A torre assenta, conforme o brasão, sobre uma rocha ou seja um *penedo*.

* * *

BARÃO DE MIRANDA

Notável é o sinete que foi usado pelo barão de Miranda. O mestre que o executou foi um artista que soube manejar o buril com toda a desenvoltura e dar relevo às menores peças, tanto do campo como dos ornatos externos. São estes constituídos de dois leões, suportes da coroa de barão que encima o escudo, e do listel com a divisa: “*Hominem Labor Honorat*”.

O listel graciosamente lançado, sustém o escudo e os leões, sendo guarnecido de ornamentos de linhas leves. Entre a coroa e o escudo existe também minúsculo ornamento que, por sua vez, suporta aquela, pormenor interessante este, que escapa a muitos heraldistas, dando, como resultado, as coroas suspensas e sem apoio nenhum sobre o escudo. O conjunto heráldico externo tomou-se assim impecável como também o é a forma do escudo.

Examinando o teor do escudo, de composição belíssima, vê-se logo que foi ideado por pessoa bem intencionada, mas pouco versada em arte heráldica.

Não é nossa intenção fazer crítica impiedosa, mas sim apontar certos pormenores aproveitáveis a quantos se interessam pela arte heráldica pois, devemos saber, é a arte que com pouco exprime muito, de acordo com o velho lema heráldico: “Quanto menos tenho mais possuo”.

O escudo é esquartelado, mostrando, no 1º quartel: em campo azul um facho de ouro, aceso de vermelho, posto em barra, uma folha de papel semi-enrolado de prata brocante sobre o facho e voltada na parte superior sobre este, a folha rematada por uma naveta do segundo esmalte, e uma pena do mesmo, posta em banda, atravessante sobre a folha; no 2º quartel: em campo vermelho uma moenda de prata; no 3º quartel: em campo de ouro três canas-de-açúcar de verde sobre um terreiro do mesmo e no 4º quartel: em campo azul uma colméia de ouro ladeada de quatro abelhas do mesmo, a colméia assente sobre um terreiro de verde.

A forma externa da chapa armoriada é quadrada tendo os ângulos ligeiramente arredondados, suas medidas são 20 × 25 mm.

Chamou-se o barão de Miranda: Júlio de Miranda e Silva. Obteve o título de barão por decreto de 7 de outubro de 1882.

* * *

SINETES NÃO IDENTIFICADOS

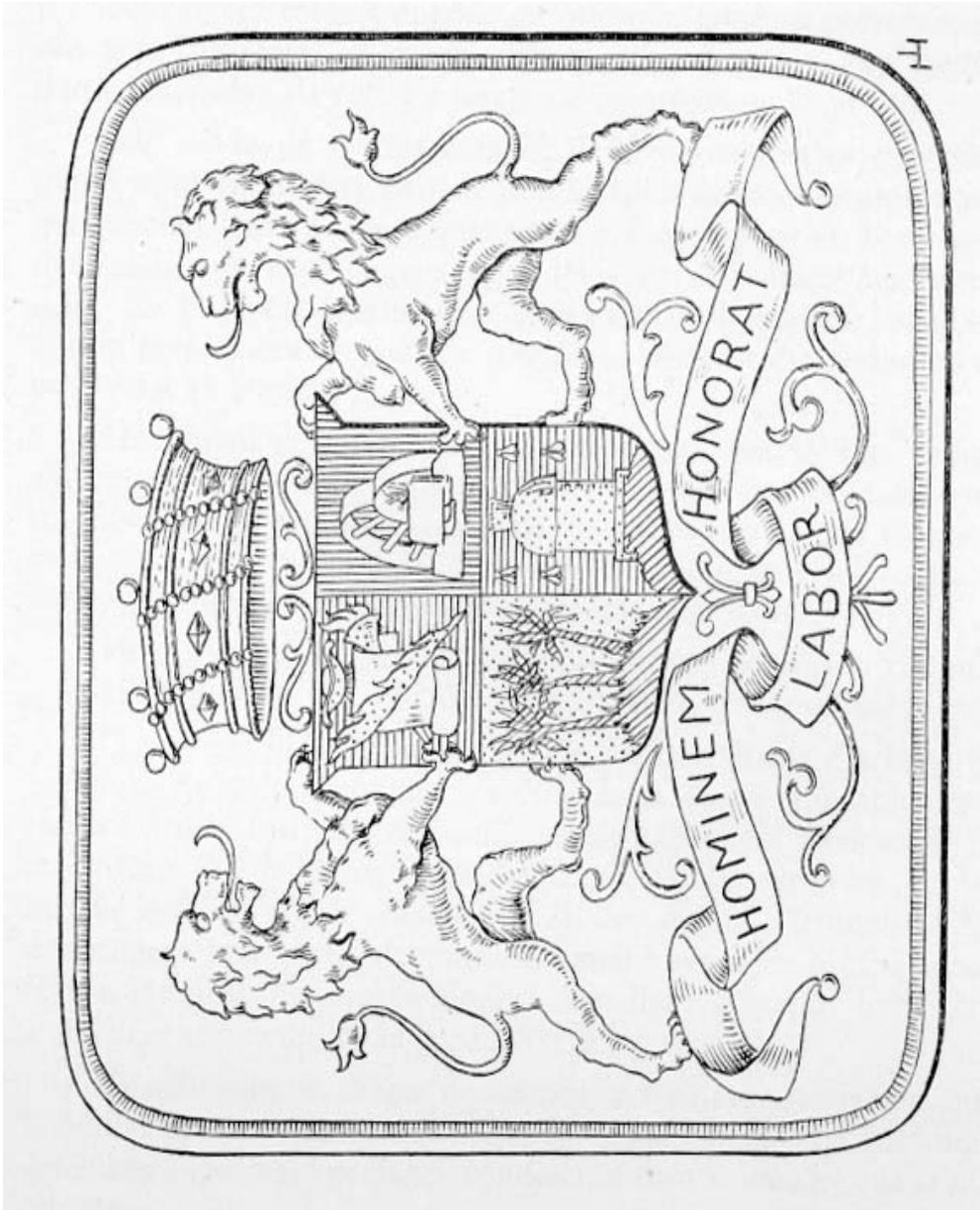
Dedicamos esta parte da presente nota aos amigos da tradição e do passado para que eles com esforço honesto colaborem na identificação dos sinetes abaixo apresentados, trazendo a lume nomes cuja lembrança é digna de ser evocada para sua honra e quiçá da coletividade.

* * *

Esta parte da presente nota é, talvez, a mais interessante escrita até hoje no Brasil sobre assunto heráldico-armorialístico, pelo simples motivo de compreender peças sigilográficas cujos primeiros possuidores não podem ser identificados com facilidade.

Os brasões gravados nessas minúsculas chapas despertam sem dúvida a atenção do armorialista que aí vê reproduzidos uma série de quartéis de fácil interpretação, havendo outros, verdadeiros quebra-cabeças tanto pela sua imperfeita apresentação como pelo motivo de não pertencerem ao país cujo armorial foi por ele estudado.

O heraldista olha tais peças, não procurando ver defeitos, ao contrário, procura apreciar o que nelas há de aproveitável, tanto



sob o aspecto estilístico e decorativo como sob o ponto de vista heráldico propriamente dito. Logo ao primeiro olhar percebe ter em sua frente obras de gravura dos últimos dois séculos ora denunciados pelo aspecto geral de cada peça isolada, ora por certos pormenores, forma de escudo, grinaldas, molduras, etc.

Reconhece o colecionador de prataria, época e país de origem ora pelo contraste do artista que tal peça executou, ora mediante particularidades de estilo e modo de gravação.

São ainda de interesse especial direto os sinetes que em seguida apresentaremos para o pesquisador de documentos antigos que, encontrando-os em documentos à sua disposição, logo poderá determinar os personagens que deles se utilizaram em primeira mão. O trabalho dos outros, armorialista, heraldista e colecionador, pode basear-se em sua maior parte somente em deduções mais ou menos acertadas.

Os desenhos dos sinetes reproduzidos adiante são, como os anteriores, cópias fiéis e apresentados segundo os originais, encontrando-se ainda nas suas descrições medidas exatas das chapas armoriadas, para maior facilidade de identificação reproduzimo-las tais quais como se fossem vistos impressos em lacre.

Peça que parece ser da segunda metade do século passado é o sinete que traz um escudo esquartelado comum sobreposto.

O que nos induz a julgar ser ele daquela época é a imperfeita execução de todo o conjunto, escudo renascença com apliques rococós e a orla forrada por seqüência de folhas em número de três, ou florões, que lembram os estilos Império e Biedermeier, em voga até metade do século passado. Daí em diante acentuou-se forte decadência nas artes decorativas, misturavam-se estilos, apenas com a intenção de impressionar e sem ligar a menor importância à estética; copiavam-se mal padrões antigos.

Examinemos a chapa armoriada do sinete: mede ela 30 × 34 mm portanto não é das menores, e, mão hábil teria feito em tal dimensão algo mais perfeito, condizente com o brasão que a placa ostenta.

O escudo apresenta-se esquartelado, sendo que os 1º e 4º quartéis são de *Portugal moderno*, e os 2º e 3º apresentam cinco flores-de-lis. O centro do escudo é ocupado por um escudete xadrezado que no caso presente se diz *Sobre-Posto*.

Trata-se, neste brasão, das armas dos Albuquerque, exceto o sobreposto. Este, cujo campo é xadrezado, não é fácil de ser interpretado, visto haver nos armoriais lusos alguns brasões assim pintados. Mas, suponhamos o sobreposto representando as armas dos Sá, teríamos as armas dos Sá e Albuquerque.

Devido a ausência dos traços convencionais dos esmaltes, é impossível dizer qual dos brasões dos Albuquerque temos presente; serve ainda, para aumentar a confusão, a existência das armas de *Portugal moderno*, que nas armas daquele apelido, de acordo com os armoriais, são de *Portugal antigo*.

Entre os seis brasões pertencentes àquele apelido, interessam no caso presente somente aqueles cujo timbre é uma torre, visto ser este o timbre do sinete e, devemos consultar armoriais antigos pelo motivo de ter sido confeccionada esta peça antes do aparecimento das últimas obras portuguesas.

São as armas dos Albuquerque (Meneses); esquartelado: 1º e 4º de Portugal com o filete em banda por labéu, no 2º e 3º de azul com cinco flores-de-lis de ouro em aspa. Timbre: uma torre de vermelho com uma flor de lis das armas sobre ela.

Extraímos este brasão da obra “Elementos da História” de Abade de Vallemont, onde se vê as armas dos Albuquerque com a bordadura de Portugal moderno, nos seus quartéis.

O sinete apresenta, tal como a obra citada, os respectivos 1º e 4º quartéis de Portugal moderno que é de prata com cinco escudetes de azul, postos em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes de prata, postos em sautor; bordadura de vermelho, carregada de sete castelos de ouro.

São as armas dos Sá: xadrezado de prata e de azul de cinco peças em faixa. Timbre: meio búfalo de sua cor com uma argola de prata nas ventas, conforme o mesmo armorial.

Quem teria mandado confeccionar o sinete? Teria sido o conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque?

Foi este cavalheiro ministro de Estado por duas vezes ocupando as Pastas dos Negócios Estrangeiros de 1861 a 1866, e da Agricultura. Foi deputado por Pernambuco em 1861.

Nada queremos afirmar com esta nossa suposição, tão pouco desejamos influir no espírito dos pesquisadores. Achamos somente



interessante coincidirem as datas acima com a época em que supomos foi confeccionado o sinete.

* * *

Caprichosamente gravado é o sinete que ostenta um cartucho esquartelado. Todo conjunto é harmonioso revelando o bom gosto e a perícia do mestre gravador. Se as aparências não enganarem podemos, com alguma certeza, indicar o início do século XIX como época em que o sinete foi executado; para tal hipótese contribuem a forma do cartucho e as flores, que revelam época de d. Maria I e posterior.

O sinete, isto é, a chapa armoriada, cujas dimensões são 23,5 × 29 mm, é oval, e reveste-se de interesse especial para o armorialista pela boa interpretação dos quartéis; para o gravador, o desenhista e o colecionador, pela perfeita execução do trabalho, além da apresentação requintada do cartucho e das volutas, tão agradavelmente rematadas e ladeadas por flores e folhagens.

Curiosa é a apresentação do elmo que à primeira vista parece uma esfera rematada por uma águia.

Analisemos agora os quartéis do brasão que o sinete apresenta.

O primeiro quartel é contra esquartelado, sendo os 1º e 4º de Portugal moderno, os 2º e 3º de vermelho com cinco flores-de-lis.

Os gravadores em geral não costumam dar indicação de esmalte às peças soltas quando muito pequenas; daí não haver tal nas flores-de-lis.

Esse primeiro quartel representa evidentemente um dos brasões dos Albuquerque, porém a afirmação exata somente poderá ser dada pelos genealogistas e armorialistas após a descoberta do primeiro dono do sinete.

Apresenta o segundo quartel o campo vermelho com bordadura estreita e cruz estreita de dois braços, firmada naquela, dividindo o campo em seis partes, cada uma das quais carregada de um besante.

Existem na armaria lusa dois brasões que podem ser indicados para este quartel; são eles as armas dos Almeida e as dos Melo.

As armas dos Almeida são: de vermelho com uma dobre cruz, acompanhada de seis besantes e um debrum, tudo de ouro. Timbre: uma águia estendida de vermelho, carregada de nove besantes de ouro, três no peito e três em cada asa.

Usam os Melo: de vermelho com uma dobre cruz de ouro, acompanhada de seis besantes de prata, e um debrum do segundo esmalte. Timbre: uma águia estendida de negro, armada e besantada de prata.

O terceiro quartel, sem dúvida, Pita, entre cujas armas encontramos as de Sebastião Gonçalves Pita, que são: de vermelho com uma onça rampante de sua cor, gotada e armada de ouro e bordura do mesmo, carregada de oito crescente de azul. Timbre: a onça sainte com um crescente de azul entre as garras.

Encontramos entre a descrição acima e o citado quartel do sinete uma diferença, insignificante aliás, considerando-se o tamanho da gravura, que consiste na atitude da onça rampante na descrição e passante no sinete.

Apresenta o quarto quartel três faixas xadrezadas de três tiras.

De acordo com os modernos armoriais portugueses teríamos presentes as armas dos Magalhães (de Álvaro Anes) que são: de prata com três faixas xadrezadas de vermelho e de prata de três tiras. Timbre: um abutre de prata, bicado e sancado de ouro, armado de vermelho. Mas dado o fato de o sinete ter sido confeccionado há cerca de um século ou mais, devemos procurar, não em obras recentes e sim em antigas para encontrar uma solução satisfatória. Vejamos então o que diz Vilas Boas e Sampaio a respeito das armas dos Magalhães: São essas armas – o escudo enxaquetado de prata e vermelho de três peças em pala; timbre um abutre de prata armado de vermelho.

O visconde de Sanches de Baena descreve essas armas conforme as citadas por G. L. dos Santos Ferreira, mas sua obra também é posterior à confecção do sinete.

Temos de voltar forçosamente as vistas ao Vilas Boas e, lá encontramos: Sotomaior – Procedem de Gracia de Sorred: em campo de prata três faixas enxaquetadas de ouro e vermelho de três peças em pala; timbre: um leão de prata com as três faixas das armas.



H

As mesmas têm os Saavedra, por virem de Árias Fernandes de Saavedra irmão de Sorred Fernandes.

O elmo no sinete ostenta como cimeira uma águia. Entre as armas citadas acima encontramos como timbre esta ave nas dos Almeidas e dos Melo. Qual desses brasões será representado no sinete?

Queremos apontar como prováveis donos das armas citadas, para o primeiro quartel as dos Albuquerque, para o 2º as dos Melo ou dos Almeidas, para o 3º quartel as dos Pita e para o 4º as dos Souto Maior ou talvez as dos Saavedra.

Parece-nos que o sinete tenha sido usado por pessoa residente num dos estados do Norte onde os apelidos mencionados são frequentes.

* * *

Outro sinete, provavelmente gravado no fim da primeira metade do século XIX, e cuja chapa armoriada mede 26,5 × 32 mm, é o que traz o escudo esquartelado, ladeado por desenho que talvez represente ramos de alguma planta. Ao sopé do escudo encontra-se florão desproporcional. O escudo mesmo lembra a forma chamada pelos alemães de “Herzschild” ou seja, no vernáculo, escudo em forma de coração, devido sua ponta terminar a modo de coração estilizado. Esta forma de escudo em voga no século XV, pertence, portanto, ao período gótico decadente.

Rematando o escudo, vê-se um elmo cilíndrico, típico do século XIII, do qual saem em linha quase horizontal quatro pérolas ou bolas, terminando em esquisito desenho, parecido com leve jato d'água, cuja interpretação queremos porém deixar ao prazer de cada um.

As quatro pérolas são rematadas por sua vez por dois pescoços e cabeças de serpe, passadas em aspa e adossadas, constituindo o timbre.

O todo está circundado por dois filetes entre os quais há um fio de pérolas desproporcionalmente grandes, que abafam o conjunto armoriado.

Pelas palavras acima parece tratar-se de peça sigilográfica de aspecto grosseiro e isento de qualquer predicado abonador.

A parte gráfica, verdade é, apresenta-se um tanto tosca revelando mão pouco hábil e também alguma falha de conhecimen-

tos estilísticos e de estética. Quanto à parte armorialística não se pode fazer a mesma afirmativa. Não há dificuldade para se reconhecer os quartéis do escudo, isto é, suas peças.

O primeiro quartel apresenta uma banda abocada por duas cabeças de serpe; no ângulo direito do chefe vê-se dois traços, um horizontal e outro vertical. A presença destes traços pode indicar uma brica, peça usada para distinguir as armas dos outros membros da família das do chefe por linha varonil.

Correspondente a esse quartel encontram-se nos armoriais lusos, entre os diferentes brasões dos Andrade, o de Nuno Freire de Andrade, que é: de verde, com banda de vermelho, perfilada de ouro, abocada por duas cabeças de serpe do mesmo, dentadas de vermelho. Timbre: duas serpes saintes enlaçadas, passadas e repassadas em aspa, suas cabeças em fugida, de ouro, dentadas de vermelho.

Outro brasão é o do apelido Zurita, é ele: de azul, com banda de ouro, abocada por duas cabeças de dragão do mesmo. Este porém está fora de cogitação, visto não figurar em armoriais antigos e não possuir timbre. Daí podemos concluir ser o 1º quartel *Andrade*.

O segundo quartel apresenta quatro palas. Procurando este em armoriais antigos, encontramos; *Aragão*: tem por armas quatro barras de vermelho em campo de ouro; o termo “barras” é evidentemente má interpretação de “pala”.

Os *Lima* usam as idênticas às de *Aragão*.

Os *Nóbrega* usam: em campo de ouro, quatro palas de vermelho. Timbre: meio leão de ouro com uma palma vermelha.

As armas dos *Refoio* são: em campo de prata quatro palas de vermelho. Timbre: duas pernas de águia de vermelho em aspa e um bastão entre elas.

Temos portanto os seguintes apelidos: *Aragão*, *Lima*, *Nóbrega* e *Refoio* para este segundo quartel.

O terceiro quartel não é tão fácil de ser interpretado como os dois anteriores. Vê-se nele peça que lembra dois anéis, um menor sustido por outro maior. A impressão que temos é de pertencer este quartel ao apelido *Meneses*, pois entre os vários brasões que dele conhecemos há um que é: de ouro com anel encoberto. Timbre: uma donzela sainte, vestida de ouro com o escudo do mesmo



F

nas mãos. Assim poderíamos indicar para o terceiro quartel o apelido Meneses.

Representa sem dúvida alguma, o quarto quartel as armas dos *Mendonça* que Vilas Boas cita como Furtado de Mendonça.

“D. Diogo Lopes de Mendonça casou-se com dona Leonor Furtado e dali nasceu a mistura que há de Furtados e Mendonças. O escudo franchado de verde e de ouro, sobre o verde uma banda roxa perfilada de ouro, sobre o ouro um S negro. Timbre: uma asa de águia estendida com um S das armas nela”; tais as palavras contidas na *Nobiliarquia Portuguesa* daquele autor setecentista.

* * *

De lastimar é que o sinete que em seguida descreveremos não fosse gravado com o carinho que merecia, pois, ostenta peça heráldica de grande atração. Devido à desproporção que há entre o escudo e o elmo, este muito pequeno em comparação com aquele e do elmo com o timbre que é demasiadamente grande para ele e no entanto proporcional às dimensões do escudo, percebe-se que houve intenção de realçar escudo e timbre.

Os paquifes bem lançados envolvem o escudo em volutas arrojadas. Sua colocação, saindo de trás do elmo é perfeita.

O elmo assenta bem sobre o escudo, posição que o heraldista recomenda como certa.

Apesar da execução pouco cuidada do sinete, podemos apontar seu conjunto heráldico como bom modelo para o estudioso, tanto de heráldica como de armorialística.

O sinete, cuja chapa armoriada mede 22,5 × 28 mm, deve datar da primeira metade do século passado; induz-nos a pensar assim a orla de folhas, muito em voga naquele período e posterior, que circunda a chapa.

Vejamos o teor do escudo: consiste seu campo de um “partido, semi-cortado” ou, de outra forma, “partido, 1º de, 2º de, cortado de”.

Examinemos agora cada partição de per si. O primeiro campo lisonjado de azul e de, vendo-se estas lisonjas carregadas de figuras que parecem leões.

Os armoriais lusos apresentam um brasão idêntico no desenho, pertencente aos apelidos “Brito e Briteiro”, cujas armas são: em campo vermelho nove lisonjas em três palas, em cada uma um leão de púrpura. Timbre: um leão das armas com lisonja de prata; conforme Vilas Boas.

O único esmalte indicado no sinete é azul, sendo o do brasão acima citado vermelho. Estamos diante de um dilema. Será o esmalte indicado no sinete exato ou houve má interpretação do vermelho por parte do gravador?

Admitindo ter havido um cochilo do gravador, confundindo ou desconhecendo as convenções heráldicas dos esmaltes teríamos as armas dos *Brito*; escudamo-nos para esta alegação ainda na figura do timbre que é um leão.

O primeiro campo do segundo partido é evidentemente *Brandão*. Os brandões são relativamente bem interpretados, não podendo ser confundidos com outras peças, maçãs, flechas, etc.

São as armas dos *Brandão*: de azul com cinco brandões de ouro, acesos de vermelho, em sautor. Timbre: três brandões em roquete, atados de azul.

Impossível de decifrar é o segundo campo desse 2º do partido. O que representará a peça aí gravada? Usando de boa dose de imaginação pode-se pensar ser um castelo, para tanto nos induzem as três pequenas figuras que rematam a linha grossa horizontal sustentada por duas linhas verticais que descansam sobre outra linha horizontal.

Esta linha horizontal pode representar o terreiro sobre o qual se ergue o corpo inferior do castelo representado pelas linhas verticais e a linha horizontal superior, sendo o vão entre estas linhas a entrada. As três peças que rematam a linha horizontal superior podem representar os torreões que, quase sempre em número de três, formam o corpo superior do castelo. Lançamos esta sugestão com restrições, querendo apenas exprimir a idéia que se nos antepôs ao contemplar este tosco desenho.

* * *

Heraldicamente boa podemos classificar a chapa armoriada do pequeno sinete cujas dimensões são de 20,5 × 22 mm. Se não fosse a forma pouco recomendável do escudo cuja base é constituída por linha demasiadamente encurvada, mereceria esse conjunto a



classificação de heraldicamente perfeito. Tal forma de escudo, embora vista freqüentemente, não é boa e seria preferível se fosse como a do penúltimo sinete desta série ou, dos sinetes dos barões do Penedo e de Miranda, na primeira parte desta nota, cujo desenho é impecável podendo servir de padrão aos afeiçoados da arte heráldica.

Não é nosso intento depreciar obra alheia mas sim realçar boa técnica heráldica para aproveitamento geral, dando nosso insignificante quinhão a essa bela mas pouco compreendida arte que nos fala de eras passadas, evocando seres a quem devemos tributar culto e veneração.

As armas representadas nos quartéis do escudo são, sem dúvida alguma, as dos Madeira, ou Medeiros que usam o mesmo brasão, dos Brandão, dos Costa e dos Vieira. Brasonando este escudo declaramos, esquartelado: o 1º de vermelho com cinco cabeças de águia de ouro, que é de Medeiros ou de Madeira; o 2º de azul com cinco brandões de ouro acesos de vermelho; o 3º de vermelho com seis costas de prata postas em três faixas; o 4º, em campo vermelho seis vieiras de ouro, realçados de preto, em duas palas.

Estas descrições estão de acordo com as citações de Vilas Boas, cuja Nobiliarquia Portuguesa nos serve de padrão para os brasões desta nota, visto terem sido os mesmos confeccionados muito antes do aparecimento dos armoriais do conde de Sanches de Baena e de G. L. dos Santos Ferreira.

A julgar pela coroa que assenta no bordo superior do escudo pertenceu o sinete a um duque. Quem teria sido esse duque? Teria ele feito parte da corte de d. João VI e vindo com este monarca ao Brasil? Teria algum descendente desse titular trazido o sinete ao fixar residência aqui? Quanta interrogação motivada por uma chapinha de prata de 20,5 × 22 mm que provavelmente foi gravada entre os anos de 1800 a 1850.

O presente brasão vale o carinho dos pesquisadores, tanto armorialista como historiador, além de servir de padrão ao artista gravador por constituir trabalho impecável de gravura, digno de ser tomado como modelo para trabalhos futuros.

* * *

De aspecto atraente é o sinete que ostenta as armas dos Nogueira e dos Gama. O trabalho do gravador é impecável e de-

monstra a perícia do mestre que manejou o buril. Todos os esmaltes são corretamente interpretados oferecendo leitura sobremaneira fácil. Elegantes são os ramos floridos que ladeiam o escudo; bem lançada é a pranchinha sobre que descansa todo conjunto heráldico. A coroa de marquês assenta corretamente sobre o bordo superior do escudo e a parte heráldica seria impecável se não saísse da referida coroa o timbre das armas.

O timbre não deve rematar coroas de grau hierárquico mas unicamente elmos. A colocação do timbre diretamente sobre o escudo como é visto em certas obras e sua utilização como remate de coroas não são heráldicas. Começou este abuso com a decadência desta arte. O timbre pertence ao elmo e a este é ligado inseparavelmente. Os pequenos coronéis que rematam os elmos de certos brasões e dos quais saem timbres, não são coroas de grau hierárquico e fazem exceção.

Quem teria sido o primeiro possuidor do sinete?

Procurando nas obras à nossa disposição, encontramos no “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro” os seguintes titulares do Império do Brasil cujos nomes correspondem ao brasão gravado no sinete:

Conde de Baependi, Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama.

Baronesa de São Mateus, Dona Francisca Maria do Vale Nogueira da Gama.

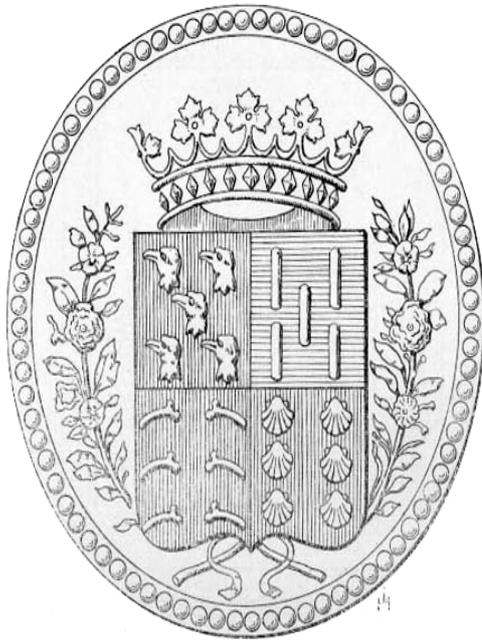
Barão de Santa Mônica, Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama.

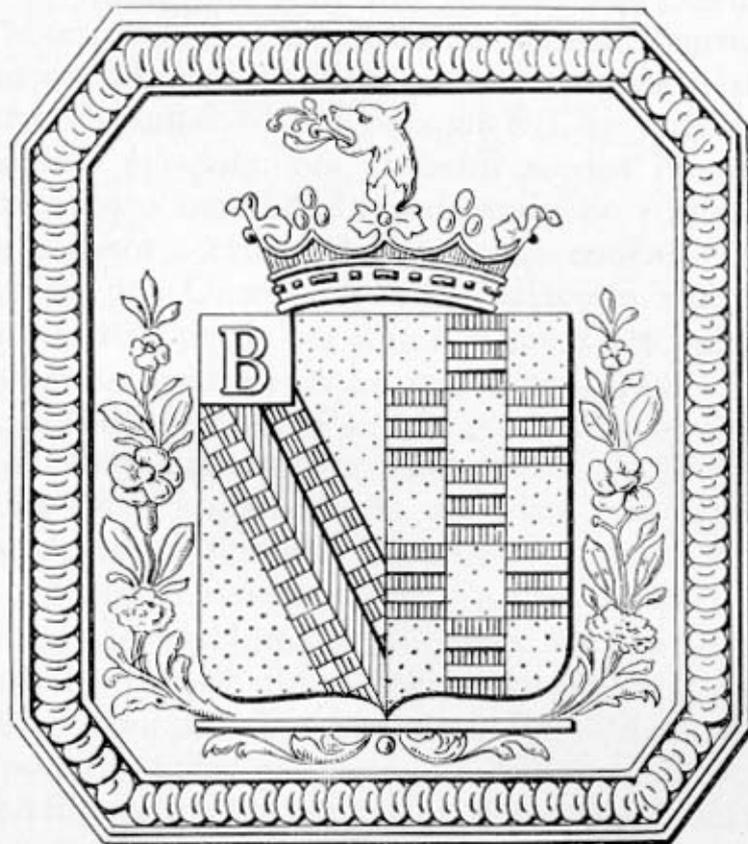
Barão de Juparanã, Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

Marquês de Baependi, Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

Visconde Nogueira da Gama, Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama.

Entre os brasões que ilustram aquela obra e o do sinete há duas diferenças. Consistem estas no escudete das quinas, ausente no sinete, e na brica com a letra B que não consta em nenhum daqueles brasões.





José Haitgen

No “Anuário Genealógico Brasileiro” de 1942 encontramos a transcrição da carta de brasão concedida ao marquês de Baependi, da qual tiramos o seguinte trecho: “E vista por mim a dita sua petição, e sentença, e consta de tudo o referido e que a ele como descendente das mencionadas famílias lhe pertence usar e gozar de suas armas segundo o meu regimento, e ordenação de armas da armaria lhe mandei passar esta minha carta de brasão delas na forma que aqui vão brasonadas devizadas iluminadas com cores, e metais segundo se acham registradas no Livro do Registro das Armas da Nobreza e Fidalguia destes meus reinos que tem Portugal meu principal rei de armas. A saber um escudo partido em pala. Na primeira as dos Nogueiras, que são em campo de ouro uma banda xadrezada de verde e prata presas em faixas, e sobre a ordem do meio uma cotica vermelha. Na segunda pala as dos Gamas que são o escudo xadrezado de ouro e vermelho de três peças em faixa, e cinco em pala, as vermelhas carregadas cada uma de duas faixas de prata. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metais, e cores das armas. Timbre dos Nogueiras, que é uma cabeça de serpe de ouro xadrezada dos ditos esmaltes com um ramo de Nogueira na boca, com frutos de sua cor, e por diferença uma brica de ouro com um M negro. O qual escudo e armas poderá trazer, e usar tão somente o dito Manuel Jacinto Nogueira da Gama, assim como as trouxeram, e usaram os ditos nobres, e antigos fidalgos seus antepassados em tempos dos senhores reis meus antecessores, e com elas poderá entrar em batalhas, campos, reptos, escaramuças, e exercitar todos os mais atos lícitos da guerra e da paz”.

Por esta parte da carta de brasão de armas vê-se que a ilustração no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro não confere com as armas do marquês de Baependi. Há omissão da brica com a letra M e acréscimo das quinas nas armas dos Gama que assim seriam as de Vasco da Gama.

No entanto está de acordo com as armas de sinete exceto a letra B na respectiva brica.

Estamos inclinados a crer que o sinete tenha pertencido ao filho do marquês de Baependi, Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, conde de Baependi. Induz-nos a assim pensar, a brica com a letra B, visto ter usado o marquês, cujo nome próprio era

Manuel a letra M e o conde de Baependi, cujo nome próprio era Braz talvez a letra B.

Estará certa a nossa dedução?

* * *

De belo efeito decorativo é o sinete que apresentamos em seguida. A chapa armoriada cuja medida é 25×29 mm ostenta simples mas bem desenhado cartucho formado por três volutas. Está ladeado de duas grinaldas que descem dos lados do elmo que o remata, acompanhando as volutas laterais até a da base. Na parte inferior vê-se a palavra Vianna cujas letras N estão invertidas. O elmo, por sua vez, termina em duas volutas pequenas formando o bordo superior do cartucho.

A figura principal do conjunto é uma ave estendida. Esta, cujo desenho é de ingenuidade toda particular, traz no bico pequeno ramo de folhas e flores e, com as garras parece segurar dois ramos.

A orla externa da chapa é formada por um fio de pérolas muito bem gravado. Esta a descrição da chapa do sinete.

Vejam os então as armas dos Viana. São elas: de ouro com uma águia estendida de negro.

Podemos concluir que os ramos vistos no bico e junto aos pés da ave, que evidentemente representa a águia dos Viana, são mero enfeite, colocadas ali por livre arbítrio do gravador.

O aspecto geral da chapa é de peça executada nos fins do século XVIII, sendo de origem portuguesa. Deve ter sido trazida talvez pelo seu primeiro possuidor ao Brasil e que, firmando aqui residência e deixando descendentes se tornou tronco de nova família. Se assim for, podem as armas do sinete ser perfeitamente enquadradas ao armorial nacional como muitas outras, das quais citamos as armas: do barão de Tefé, barão do Melgaço e do visconde de Taunay.

* * *

Verdadeiro primor de gravura é o sinete que ostenta as armas dos *Vieira*.

O escudo está rematando por elmo, com timbre, bem assentado sobre o bordo superior daquele. Linda grinalda de flores e folhas presas por dois botões com laços de fita engalanam o es-





cudo nas partes superior e laterais. O conjunto heráldico está incluso em orla formada por cordão torcido, fazendo-nos crer ser o sinete obra da primeira metade do século XIX.

Tudo nesse sinete revela arte e gosto e imaginamos o prazer que seu proprietário deveria ter experimentado ao lacrar com ele sua correspondência.

Quem teria sido o Vieira que usou este sinete? Teria vindo dalém mar e aqui deixado descendência ou teria sido um dos primeiros dignitários do Império do Brasil?

Queremos ainda mencionar a medida da chapa armoriada que é $25 \times 28,5$ mm e, as armas dos Vieira que são: em campo vermelho seis vieiras de ouro em duas palas, realçadas de preto. Timbre: dois bordões de Santiago de vermelho em aspa, ferrados de ouro e atados de prata, sustendo uma vieira de ouro.

* * *

Pensamos ser do início do século passado o sinete que em seguida expomos. A chapa, cuja medida é 21×26 mm, mostra um cartucho que evidentemente é estilo d. Maria I; portanto deve ser daquela época para cá.

O campo esquartelado do cartucho mostra evidentemente algumas figuras difíceis de serem interpretadas com clareza. Usando de boa dose de imaginação poder-se-ia classificar como leões os pequenos monstros vistos nos 1º e 4º quartéis. Curiosa é a posição desses dois animais que parecem estar sentados, tendo as patas traseiras lançadas para a frente. Além disso estão eles “voltados” ou seja virados para o flanco esquerdo do escudo como o é também a figura do timbre que sai da coroa. Essa colocação dá a impressão ter sido o sinete gravado tal qual era o brasão e não imagem refletida.

O 2º quartel mostra nove figuras para as quais não temos explicação, tanto podem ser mosquetes de arminho como outra coisa qualquer. Interessante é que essas figuras assentam sobre filetes horizontais em três ordens, sendo que as três figuras inferiores assentam sobre o traço de divisão.

Mostra o 3º quartel peça parecida com torre ou castelo de dois torreões.

Singular é a coroa que remata o cartucho. Será de marquês? Mas para que tanto florão e tanta pérola! Terá o gravador, que evidentemente não foi nenhum mestre, tido a intenção de apresentar todo o aro da coroa de uma só vez, pois se assim não foi, a coroa teria oito florões e oito pérolas.

A peça toda resultou num verdadeiro “quebra-cabeças” para o armorialista. Os únicos que poderão identificar o primeiro dono deste sinete, são os pesquisadores de documentos antigos nos quais talvez o encontrem apenso.

Podemos adiantar que tal sinete veio às mãos de seu atual possuidor, proveniente do Estado do Espírito Santo.

* * *

Bem apresentadas são as peças do escudo que observamos no sinete que ora desejamos descrever.

O material em que este sinete foi confeccionado é de bronze, medindo a chapa armoriada 30 × 36 mm. O escudo semi-redondo é rematado por elmo que por sua vez é rematado por sete círculos. São de estilo renascença os paquifes que ladeiam o escudo; cordão torcido orla o conjunto heráldico.

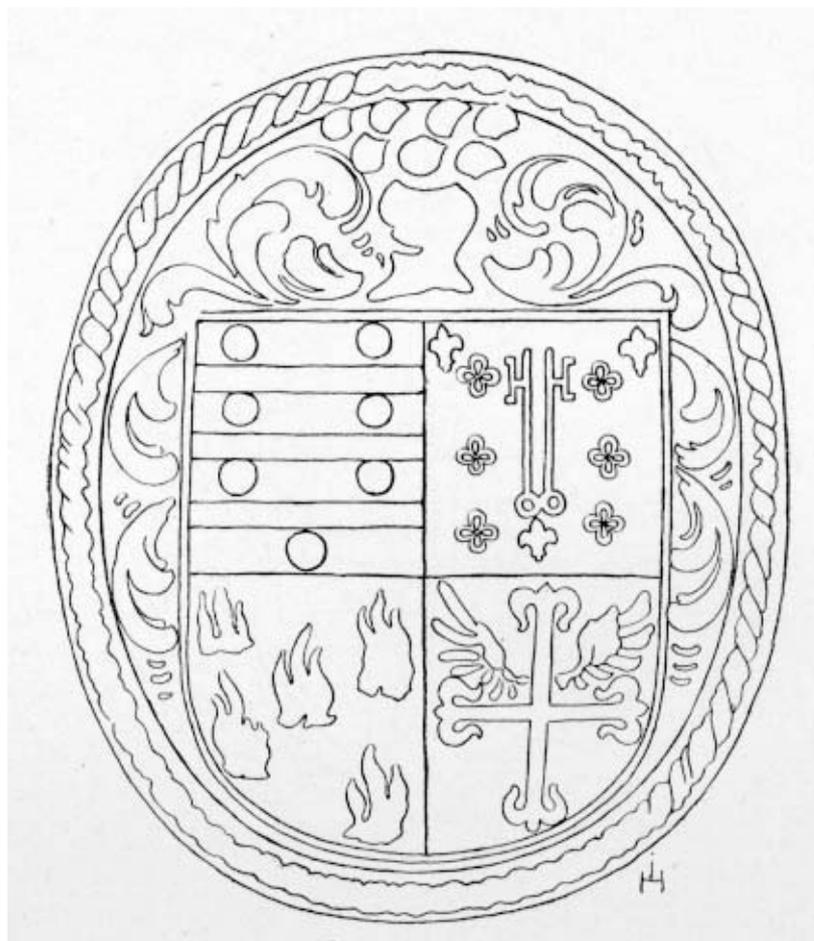
Detenhamos o olhar sobre o campo do escudo que é esquartelado. O primeiro quartel mostra três faixas entre sete círculos (besantes ou arruelas?), postos 2-2-2 e 1. No segundo quartel vê-se duas chaves encadeadas e adossadas, os palhetões no alto, ladeadas de seis quadrifólios, três em cada lado, acompanhadas de três flores-de-lis, duas nos ângulos direito e esquerdo do chefe e outra na ponta. Observa-se no terceiro quartel cinco figuras que parecem chamas postas em sautor e, no quarto quartel vê-se uma cruz florenciada e alada.

Não parece ser de origem portuguesa tal sinete e sim espanhola; a pensar assim nos induz o conjunto todo e mais ainda as peças do escudo que não devem ser estranhas à armaria daquele país.

* * *

Verdadeiro primor de gravura é o sinete cuja chapa armoriada mede 22 × 27 mm.

O campo do escudo é cortado e mostra na parte superior uma devesa (mata) e na inferior um lance de muro entre duas torres,





assente sobre um terreiro ou mar, pormenor que, devido dimensões do sinete, não pode ser distinguido.

Brasonando o escudo diríamos: cortado; o 1º de azul uma devesa de; o 2º de vermelho com um lance de muro entre duas torres de, aberto e iluminado de, lavrado de, assente sobre um (mar ou terreiro) de

Bem delineado é o elmo que remata o escudo como também o é o timbre, constituído por um galgo sainte. Os lambrequins, apesar do espaço exíguo que lhes é reservado são bem lançados. Com grande maestria são gravados os dois galgos que formam os suportes. Sob o escudo que assenta heraldicamente sobre um consolo, pende condecoração cruciforme de dimensão minúscula.

A quem teria pertencido esse belo sinete? Temos a impressão ser de origem italiana o escudo, pois tal divisão e as peças vistas em ambos os campos do “Cortado” têm características pronunciadamente italianas.

* * *

Agradecimentos:

Todos os sinetes citados na presente nota pertencem à coleção do nosso amigo Francisco Marques dos Santos, e estiveram em nosso poder durante o tempo necessário para serem estudados e desenhados.

Queremos aqui exprimir os nossos agradecimentos pela espontaneidade e confiança com que esse nosso amigo pôs aquelas peças preciosas à nossa disposição, proporcionando-nos horas de verdadeiro prazer na contemplação daquelas pequenas obras de arte, quiçá históricas e ainda o ensejo de publicá-las, tornando-as assim conhecidas a quem aprecia esfragística, armorialística e a arte heráldica.

José Heitgen



**OBJETOS HISTÓRICOS BRASILEIROS
NA CORTE DA SUÉCIA**



Miniatura da imperatriz d. Amélia existente na coleção real da Suécia. Trabalho de François Meuret. Traz a seguinte inscrição: “Amélia à Pedro - 12 Octobre 1831”

Objetos históricos brasileiros na corte da Suécia

Sob o título “Baixela famosa de origem histórica brasileira”, a *Ilustração Brasileira*, nº 63-64, de 1940, divulgava uma interessante crônica do nosso diplomata em Londres, Joaquim de Souza Leão Filho, com a revelação da existência, em Estocolmo, de uma baixela de prata, da Casa Imperial do Brasil.

Trata-se de objetos, que por morte de dom Pedro I passaram à segunda esposa, a imperatriz Amélia, e por disposição testamentária desta, à sua irmã Josefina, casada com o futuro rei da Suécia, Oscar I.

Por esse motivo, peças históricas brasileiras, que já se achavam em Lisboa, com a partida do nosso primeiro imperador, transmudaram-se para a corte da Suécia, onde são exibidas, em parte, nos dias atuais, no Museu Real de Estocolmo.

Joaquim de Souza Leão reproduz fotografias de sete peças diferentes da famosa baixela, observando que, em sua maioria, as armas imperiais do Brasil foram sotopostas pelas daquele país escandinavo.

A baixela, segundo adianta, é constituída de dois serviços em *vermeil*, com 36 peças, e de um jogo de pratos e talheres gravados com as armas do Brasil, tudo executado em Viena e Paris por Ignaz Joseph Wuerth e Charles Odier, duas notáveis famílias de ourives da época. Teriam esses serviços sido encomendados pelo marquês de Barbacena para os segundos esponsais de dom Pedro I. Refere-se ainda que umas poucas unidades se dispersaram para a Dinamarca e Noruega, herança de dois bisnetos de Josefina, os atuais reis Cristiano e Haakon, bem como outras ainda iriam para Astrid, última rainha da Bélgica.

Tal a valiosa revelação que nos faz em sua crônica o distinto diplomata patricio, enriquecida ainda não só por úteis comentários sobre os mais célebres prateiros da Europa, naqueles tempos,

como por um resumo da situação de parentescos reais entre personagens do Brasil e da Europa, e a influência napoleônica nos vários aspectos da vida desses mesmos personagens, notadamente o nosso dom Pedro I.

De posse dessa auspiciosa notícia, foi logo despertado o interesse do Museu Imperial em obter novos informes, na natural persuasão de existirem outros objetos históricos brasileiros na corte da Suécia, herdados pela irmã de dona Amélia, rainha daquele país.

Tivemos então a honra de receber no Museu Imperial a visita do sr. Ragnar Kumlin, ministro da Suécia entre nós, que gentilmente se prontificou de escrever para seu governo.

Algum tempo depois, recebíamos, por intermédio desse digno diplomata, uma relação de objetos históricos brasileiros que fazem parte hoje, no museu daquela corte, das chamadas Fundações do Rei Oscar II (coleção comemorativa Bernadotte), e do rei Gustavo V e rainha Vitória. Além dessa relação, vieram mais, uma cópia do testamento de dona Amélia, feito em Lisboa poucos dias antes de sua morte, e adicional ao seu testamento de 1863, uma cópia do testamento da filha, princesa Maria Amélia, e oito fotografias de objetos de prata, retratos a óleo e utensílios da imperatriz Amélia e sua filha ¹.

Com esses novos elementos de informação, alimentamos a esperança de obter para o Museu Imperial algumas peças, notadamente as de prata.

Raríssimas serão hoje no Brasil, as peças imperiais em prata. O Museu Imperial possui apenas um gomil de dom Pedro I e uma penca, com coroa, pertencente à dona Teresa Cristina, presente que recebera em sua viagem à Bahia, em 1859.

Segundo a tradição, as pratas de dom João VI que não foram com ele, o filho as levou, juntamente com as suas, cuja existência na Suécia foi agora devidamente constatada.

As pratas de dom Pedro II, cerca de 13 toneladas, seguiram com o imperador, encaixotadas por um sr. Viana, da Casa Luís de Resende e as dificuldades financeiras surgidas no exílio despojaram dom Pedro II desses objetos, vendidos que foram a peso de prata, em Paris, sendo que uma terrina e um par de candelabros, peças ainda de d. João VI, e da baixela de dom João V,

1. Os documentos vão publicados na íntegra no fim deste trabalho.



*O imperador d. Pedro I. Litografia de Fertig, feita em Lisboa em 1850
(Da coleção do Museu Imperial).*



Retrato da princesa d. Maria Amélia. Óleo sobre folha de metal. Cópia d'après Dürck conservada no Palácio Real da Suécia.

feita pelo célebre Germain, foram revendidas a um dos banqueiros Rotschild.

A obtenção de alguma dessas peças imperiais, seria, pois, de enorme interesse para o Museu Imperial, e o meio mais fácil e imediato seria provocar uma dádiva da própria corte da Suécia.

Para tanto, remetemos um ofício ao nosso Ministério das Relações Exteriores, na pessoa de seu então secretário geral, embaixador J. R. de Macedo Soares, que por sua vez transmitiu o assunto ao ministro brasileiro naquele país, dr. Sebastião Sampaio.

Passado tempo, o Itamarati fazia-nos saber que da Suécia viria para o Museu Imperial um livro de assentamentos de despesas da imperatriz Amélia.

E o nosso ministro Sebastião Sampaio, em trânsito pelo Rio, reconduzido que fora para o posto de embaixador no México, avisa-nos ser portador de nove estampas, destinadas ao Museu Imperial. São magníficos trabalhos de litografia, oito deles exemplares únicos para o Museu, e representando retratos de dom Pedro I, príncipe Eugênio de Beauharnais, sua esposa a princesa Augusta Amélia da Baviera, o nosso duque de Santa Cruz, a rainha Josefina e o rei Oscar I, da Suécia.

Esse o alcance total de nossa iniciativa sobre os objetos históricos brasileiros existentes na corte da Suécia.

Sobre a primeira evasão das pratas imperiais do Brasil, temos notícia no “Registro de Ordens”, vol. 7 dos Livros da Mordomia da Casa Imperial do Brasil, existentes no arquivo do Museu Imperial. O Registro nº 12, diz o seguinte:

“O ex.^{mo} sr. vedor e mantieiro da Casa Imperial ordena que vmce. faça encaixotar para ser remetida para bordo da nau inglesa Warspit a entregar a S. M. ex-Imperador a prata constante da relação inclusa, Rio 11 de abril de 1831. – Assinado *José Bernardes Monteiro*, escrivão da mantearia.

Relação – Trinta e cinco flamengas

Quatro vidreiras

Duas terrinas pequenas

Cinco galheteiros

Seis mostardeiras

Três saleiros

Três pimenteiros

Dois saleiros com almas
Duas suceiras
Dezoito tampões de cobrir iguarias
Trinta castiçais
Um perfumador
Dois urinóis
Oito salvas
Duzentos e trinta pratos de guardanapo
Uma urna
Quatro baldes
Um vaso
Três jarros com bacias
Três soceiras com almas e pratos
Oito leiteiras
Um candeeiro
Quatro pratos travessos
Dois pratos quadrados
Oito açucareiros
Quatro penicos
Seis cafeteiras
Uma bacia de vidé
Uma bacia de mãos
Um rechó para aquecer ovos
Duas tesouras para velas
Cinco pratos pertencentes às ditas
Uma grade para fatias
Duas colheres para tirar sopa
Duas colheres para tirar molhos
Uma bacia para mãos
Cento e quatro facas
Cento e sete colheres
Setenta e três garfos.

Rio de Janeiro 11 de abril de 1831. – Assinado *José Bernardes Monteiro*, escrivão da mantearia”.

Dentro dessa relação, escrita em ortografia simplória e com vocábulos da época, bem podem estar os objetos relacionados como atualmente existentes na Suécia.



A princesa Augusta Amélia – duquesa de Leuchtenberg. Litografia de von Selb de um original de Winterhalter
(Da coleção do Museu Imperial)

Não estarão, certamente, todos eles, e sobre isso, acode-nos uma observação. Na Fundação do Rei Oscar II, nº 55-84, constam: “Trente assiettes exécutées par Charles Odier, Paris 1819-28, aux armes du Brésil”.

Ora, entre as pratas levadas do Brasil por dom Pedro I, figuram duzentos e trinta pratos rasos (guardanapo), e todos eles deveriam ter ao centro, as armas imperiais. Onde pois, teriam ido ter os duzentos pratos restantes? Além do inestimável valor histórico esses objetos de prata constituem esplêndidos trabalhos manufaturados, surgidos em época de verdadeiro esplendor dos prateiros, como aliás, de toda a arte.

A fé religiosa, inspiradora admirável, fizera nascer nos conventos a mais bela e pura oficina de arte, aquela que logo se refletiria na magnificência dos objetos religiosos, que empolgaram os espíritos com os benefícios da civilização cristã. O descobrimento de novos mundos, reflexo do Renascimento, por sua vez, viria aproveitar a lição dos conventos, com o enriquecimento da ourivesaria profana.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, os metais nobres aplicaram-se em tudo: nas faustosas baixelas, como nas jóias, objetos de adorno e uso caseiro, nos livros de horas finamente iluminados, nos saltérios e diurnais, encadernados em folhas de prata dourada, guarnecidos e abelhoados de diamantes e esmaltes.

Consultados os inventários dos enxovais de reis, rainhas, príncipes e duques desses tempos, poder-se-á fazer idéia do deslumbramento alcançado pela ourivesaria: os colares cravejados de pedrarias, os braceletes em que sangravam os rubis e desmaiavam pérolas do melhor brilho oriental, os maçorocados áureos esmaltados, as arrecadas, os firmais, ao lado de pichéis, taças, escudelas, gomis e castiçais.

Época em que a arte sentia um padroeiro em Santo Elói, o extraordinário artista, cuja vida se encheu de lendas deliciosas em torno de suas manufaturas.

Os objetos de prata da Casa Imperial do Brasil, além de outros destacados artistas, foram da lavra de Germain e Odier, famosos prateiros franceses. Jean Baptiste Claude Odier, nascido em Paris no ano de 1763 e falecido em 1850, fora aluno de seu pai. Sua reputação, porém, foi bem maior. Foi ele autor do notável berço do rei de Roma, cujos desenhos foram de Prudhon,

da “toilette” de que Paris fez doação a Maria Luisa, em 1810, de um tinteiro representando Apolo e as musas, oferecido por Luís XVIII a Pio VII, de um serviço de mesa para Fernando I, rei de Nápoles, de uma Virgem de prata para a Igreja de Notre-Dame, e da estatueta em prata de Henrique IV, criança. Em 1827, passou a direção da casa ao seu filho Charles.

Durante 20 anos obteve medalha de ouro em todas as exposições, e foi membro do conselho geral das manufaturas.

Por sua vez, Thomas Germain, filho de Pierre Germain, o célebre executante de trabalhos para o Palácio de Versalhes, nasceu em Paris no ano de 1673 e morreu em Lisboa no ano de 1748.

João Couto, em sua *Ourivesaria Portuguesa*, diz:

“Aos Germain e seus colaboradores foram feitas muitas encomendas, das quais ainda possuímos um conjunto de mais de um milhar de peças. Em notícias nos documentos da época encontrei menção de muitas remessas para a casa real e para a nobreza, tais como: baixelas, farmácias, serviços de “toilette”, coroas e ornamentos de igreja, serpentinas, escrivaninhas, “um cibório dourado, cântaro de Esculápio e a grande couvette”, e bem assim referências mais vagas a “pessas de prata”².

No princípio do século XIX, d. João VI mandou lavrar uma baixela de prata para ser oferecida a lorde Wellington.

Os respectivos desenhos, de Domingos Antônio de Sequeira, conservam-se no Museu de Arte Antiga, de Lisboa. Foi o trabalho, de estilo império, avaliado em 3.700.000 francos.

Vários autores franceses referem-se ao “magnífico serviço executado por Germain para o rei de Portugal, e para a princesa do Brasil”.

Para dom João V, além da baixela, fez uma cruz de dez pés de alto, e sete grandes candelabros. Para a princesa do Brasil (dona Mariana Vitória?) fez um “toilette”. Esteve muito em moda na época, o uso desses “toilettes”, caprichando os artistas não só na forma da execução, como na variedade e número dos utensílios. O “toilette” que Germain fez para a rainha Maria Leczinska, em 1726, compunha-se de 35 peças. O preparado para a Delfina de França, em 1745, custou 60.000 libras.

Foi um Germain o autor de um cálice de outro cinzelado para o Eleitor de Colônia, da baixela do rei da Dinamarca e da que Luís XIV mandou ao Sultão, dos vasos sacros para os jesuítas

2. João Couto. *Portugal – Ourivesaria Portuguesa, exposição portuguesa em Sevilha*, Lisboa, 1929, p. 40.



O príncipe Eugênio de Beauharnais. Litogr. de I. Selb, desenho de N. Mussel, de uma pintura de Stieler. Dedicada “A Son Altesse Royale Madame la Duchesse de Leuchtenberg, Princesse Royale de Baviere”
(Da coleção do Museu Imperial)

de Roma, de bacias de prata para o grão-duque de Florença, de troféus para o coro de Notre-Dame, do magnífico serviço de Luís Filipe, e do belo sol de ouro que Luís XIV presenteou a catedral de Reims.

Esses belos vasos, essas baixelas e essas guarnições de “toilette”, nas quais os ourives faziam intervir os quatro elementos, as estações, todas as divindades do Olimpo e as melhores fábulas, esses candelabros em que a arte de contornar o metal é levada a limites extremos, não se recomendava apenas pela originalidade do motivo ou pelo inesperado da forma. Uma das causas principais de seu incrível sucesso residia em sua perfeita execução, e sobretudo na caprichosa finura de seu cinzel.

Enfim, a arte desse singular ourives Germain, foi enaltecida por uma peça de Voltaire, *Les Vous et les Tu*.

Que melhores referências se poderão, pois, fazer sobre as pratas da Casa Imperial do Brasil?

* * *

Em apêndice a estas linhas vão reproduzidas as cópias do testamento de d. Amélia, feito pouco antes de sua morte, no palácio das Janelas Verdes, a 9 de janeiro de 1873, em adicional a seu anterior testamento feito a 16 de janeiro de 1863, do testamento da princesa Maria Amélia, feito no Funchal em dezembro de 1852, e uma relação dos objetos históricos brasileiros existentes na Suécia.

No testamento de d. Amélia, observa-se mais uma prova do grande afeto por ela sempre manifestado aos enteados, os filhos da imperatriz Leopoldina. Por essa disposição de última vontade, deixava d. Amélia aos filhos de d. Pedro I a quantia de 120:000\$000 em apólices da dívida pública do Brasil, preço pelo qual fora vendida, um ano antes, a sua fazenda do Macaco, situada na Gávea.

Ainda como nota expressiva desse testamento, é o dispositivo de d. Amélia sobre o custeio da educação de um neto da marquesa de Cantagalo, Pedro Berquó, pelo devotamento do marquês a d. Pedro I.

No testamento da princesa Maria Amélia, falecida ainda muito moça, na ilha da Madeira, nota-se um critério sentimental

digno de registro: as jóias de caráter ou de origem brasileira, isto é, recebidas de presente dos Braganças do Brasil, ela as deixou para os irmãos, filhos de d. Pedro I, ao passo que as demais para os tios e parentes da mãe, d. Amélia, da Casa da Baviera.

Assim foi que uma miniatura de d. Pedro I ficou para d. Pedro II.

Essa miniatura, d. Pedro II conservou-a sempre consigo, levando-a para a Europa, com o exílio, e após sua morte permaneceu por longos anos no castelo d'Eu, vindo agora para o Brasil, onde a conserva o príncipe d. Pedro, no Palácio Grão-Pará, em Petrópolis.

Essa miniatura é irmã gêmea de outra, da imperatriz Amélia, existente na corte da Suécia e reproduzida neste trabalho.

O artista, François Meuret, nascido em Nantes, no mês de março de 1800, teve fama na época, figurando no salão de Paris de 1822 até 1852. Recebeu várias medalhas e foi cavaleiro da Legião de Honra.

À imperatriz Teresa Cristina deixou a princesa um bracelete serpente em ouro e diamantes. À irmã d. Maria da Glória, um anel de ouro com turquesa, e um broche esmaltado azul com uma opala cercada de diamantes, presentes que recebera da imperatriz Teresa.

À d. Januária, um pequeno anel esmaltado azul, tendo um rubi e várias pérolas, e um bracelete esmaltado, em forma de nó com cacho, tendo 13 diamantes, lembrança recebida da imperatriz Teresa.

À d. Francisca, um anel de ouro com cinco pequenos diamantes, de seu uso constante, e que pertencera à princesa d. Paula, irmã falecida criança no Brasil.

À duquesa de Goiás, um anel tendo ao centro uma opala sobre esmalte azul, e um grosso bracelete em ouro, com o retrato em miniatura, de d. Pedro I.

Na relação de objetos brasileiros na corte da Suécia, consta, sob o nº 340: retrato de d. Maria, óleo sobre tela. Cópia segundo Dürck, Munique, 1849. Essa d. Maria é a princesa Maria Amélia.

O artista que a pintou a óleo, cuja reprodução consta deste trabalho, é Frederico Dürck, nascido em Lipsia, em 28 de agosto



A rainha Josefina, quando princesa real da Suécia e Noruega. Litografia de T. Lundh de um original de F. Westin.
(Da coleção do Museu Imperial)

de 1809 e falecido em Munique a 25 de outubro de 1884. Estudou na Itália e estabeleceu-se em Munique em 1867, tornando-se membro da Academia daquela cidade.

Sob o nº 82, está registrada uma miniatura de d. Pedro I, assinada por Goulu.

Antoine Ferdinand Goulu, natural de Paris, teve nome como gravador, e expôs no Salão de 1810.

Com o registro nº 103, acha-se uma miniatura da imperatriz Amélia, por Bodo Winsel. Trata-se de um artista nascido em 1806 em Hanau, na Alemanha. Estudou em Munique, iniciando seus trabalhos com pinturas a óleo. Tornou-se famoso por seus belos retratos em miniaturas e aquarelas.

A miniatura da princesa Maria Amélia, registrada sob o nº 164, foi feita por J. Stiegler.

Joseph Karl Stieler, conforme refere Naler's Künstler Lexicon, ou Steeler, segundo o Benezit, nasceu em Mogúncia, na Alemanha em 1 de novembro de 1781 e morreu em Munique a 9 de abril de 1858. No começo de sua vida de artista, dedicou-se a miniaturas. Estudou em Würzburg e Viena. Em 1805 foi para Varsóvia e Cracóvia. Formou-se mestre na pintura a óleo e em Paris estudou com Gérard, pintando então um São Carlos para o grão-duque de Frankfurt. Em 1810, pintou na corte do príncipe Eugênio, em Milão, e a seguir, em Roma, pintou a "Libertação de São Bernardo", para a igreja desse santo em Frankfurt.

Em 1812 foi chamado por Maximiliano para pintor da família real na corte da Baviera, onde fez o rei em trajes majestáticos. Em 1816 era atraído a Viena, para o mesmo fim. No ano de 1820, pintava Ludovico da Baviera, e ainda personagens como Goethe, Schelling e Beethoven.

Tais os esclarecimentos finais que nos propomos fazer, em torno dos objetos históricos brasileiros, existentes na corte da Suécia.

Alcindo Sodr .

Adenda

Fondation du Roi Oscar II: collection
commémorative Bernadotte

N^o 96. Cinq cachets qui ont appartenu à l'Empereur et l'Impératrice du Brésil.

N^o 203. Etui à coudre donné à la Reine Josephine par l'Impératrice Amélie.

N^o 220. Médaillon d'or avec portrait et boucle de cheveux de l'Impératrice Amélie (Juin 1865).

N^o 221. Bracelet d'or avec 3 médaillons contenant des boucles de cheveux de la Princesse Theodolinde de Wütemberg, du Prince Auguste de Leuchtenberg et de la Dona Marie du Brésil (Kissingen 1852).

N^o 242. Boîte à ouvrage en bois, incrustée d'argent utensiles en or et en perles fines, en nacre et en acier. A appartenu à l'Impératrice Josephine de France, à la Duchesse Amélie de Leuchtenberg et à la Dona Marie du Brésil.

N^o 315. Portefeuille qui a appartenu à l'Impératrice Amélie.

N^o 317. Couteau en écaille et en argent qui a appartenu à la Dona Marie.

N^o 333. Bourse faite par l'Impératrice Amélie.

N^o 334. Natte de cheveux de l'Impératrice Amélie, donnée, en commémoration de Sa maladie en 1862 (Lisbonne Juin 1863).

N^o 335. Natte de cheveux de l'Impératrice Amélie.

N^o 336. Broche d'or qui a appartenu à l'Impératrice Amélie.

N^o 337. Miniature de l'Impératrice Amélie, signée Meuret. Inscription: "Amélie à Pedro 12 Octobre 1831".

N^o 338. Médaillon en forme de coeur avec boucle de cheveux de l'Empereur du Brésil et daté le jour de Son décès 24.9.1834.

N^o 339. Boucles de cheveux de l'Empereur du Brésil (Décembre 1829).

N^o 340. Portrait de la Dona Marie, huile sur tôle. Copie d'après Dürck, Munich 1849.

N^o 341. Boucles de cheveux de la Dona Marie.



“Sua Alteza Real, o príncipe dom Augusto de Portugal. Duque de Leuchtenberg e Santa Cruz, príncipe de Eischstedt, etc, etc”. Litografia de F. Hanfstaengl, segundo original de Stieler
(Coleção do Museu Imperial)

Nº 342. Dessin par la Dona Marie (tête antique), donné à l'Impératrice Amélie "... avant son départ pour Lisbonne. Munich le 1 Juin 1845".

Nº 343. Bracelet d'or qui a appartenu à la Dona Marie.

Nº 344. Cachet d'or émaillé qui a appartenu à la Dona Marie.

Nº 359. Cachet d'ivoire qui a appartenu à l'Impératrice Amélie.

Nº 360. Bracelet d'or qui a appartenu à l'Impératrice Amélie, avec 9 breloques contenant des boucles de cheveux.

Nº 501. Cachet employé par l'Impératrice Amélie.

Nº 724. Casette à écrire en maroquin rouge avec des ornements dorés contenant plusieurs encriers, cachets etc. A appartenu à l'Impératrice Amélie. Don de la reine Louise du Danemark.

Nº 725. Boîte à ouvrage en marqueterie avec des montures en acier. A appartenu à l'Impératrice Amélie (ou à Sa Mère). Don comme le n. 724.

Nº 726. Bouquet et guirlande de roses, petites fleurs et feuilles en étoffe, porté par la Dona Marie. Don comme le n. 724.

Nº 728. Echarpe patriotique en soie, bleue et blanche. A appartenu à l'Empereur du Brésil? Don comme le n. 724.

Nº 757. Fleur pressée: "Pensée de Paques avec ses douleurs et ses consolations puisées au pied de la Croix et au chant de l'Alleluja, pour ma soeur Amélie. Joséphine".

Nº 70. Deux décorations de l'ordre de la Croix du Sud du Brésil, portées par la Reine Joséphine.

* * *

Fondation du roi Gustave V et de
la reine Victoire: Argent

Aux armes du Brésil:

Nº 1. Miroir en vermeil, travail français, première moitié du 19^e siècle.

Nº 4-5. Cuvette et aiguière en vermeil, exécutées par R.-J. Auguste, Paris 1784.

Nº 23-24. Cuvette et aiguière en vermeil, exécutées par l'orfèvre I. F L., probablement Paris, 1751-52.

Nº 32. Mouchettes avec porte-mouchettes en vermeil. Les mouchettes probablement françaises, première moitié du 19^e siècle: le porte mouchettes exécuté en Augsbourg, probablement par Conrad Stauber, 1745-47.

* * *

Fondation du roi Oscar II: tableaux

1) Quatre miniatures de l'Empereur du Brésil (n. 22, 53, 82, 99) dont une signée *Goulu* 1820 (82) et une *Meuser* (99).

2) Cinq miniatures de l'Impératrice Amélie (n. 50, 51, 81, 103, 104) dont une par *Bodo Winsel* (103). Un portrait de l'Impératrice (n. 158).

3) Deux miniatures de la Dona Marie (ns. 110, 113). Cinq portraits de la Dona Marie (ns. 164, 173, 179, 182, 191) dont un signé *J. Stiegler* (164); les autres d'après *F. Dürck*.

* * *

Fondation du roi Oscar II: argent

Nº 55-84. Trente assiettes exécutées par *Charles Odiot*, Paris, 1819-28, aux armes du Brésil.

Nº 87-136. "La vaisselle brésilienne". Exécutée par:

1) *Ignaz Joseph Würth*, Vienne, quatre terrines 1792 n^{os} 102-105);

2) *A. I. Würth*, Vienne, quatre terrines 1821 et 1829 (n^{os} 94-97);

3) *Jean-Baptiste-Claude Odiot*, Paris, deux terrines 1798-1809 (n^{os} 135-136); cinq terrines 1819-1827 (n^{os} 98-101 et 106);

4) *Charles Odiot*, Paris, un milieu de table vers 1830 (n^{os} 87); deux Victoires (n^{os} 88-89); quatre "entremets" (n^{os} 90-93); deux corbeilles à fruits (n^{os} 107-108); six salières (n^{os} 109-114); six chandeliers (n^{os} 115-120).

La vaisselle e été complétée par *G. Möllenberg*, Stockholm: deux chandeliers 1879 (n^{os} 121-122); douze écuelles de cristal 1882 (n^{os} 123-134).



Josefina de Leuchtenberg, rainda da Suécia e Noruega (irmã da imperatriz Amélia).
Litografia de O. Cardon segundo original de Westin.
(Da coleção do Museu Imperial)

Don par testament de l'Impératrice Amélie à la Reine Joséphine. La vaisselle a été transportée de Lisbonne à Stockholm en 1873 sur la corvette suédoise "Balder".

* * *

Mon testament

Au nom du Père, du Fils, et du S.^t Esprit.

Je soussignée, Dona Amélie Impératrice Douairière du Brésil, Duchesse de Bragance, née Princesse de Leuchtenberg, étant dans la jouissance entière de mes facultés intellectuelles, et ma maladie s'étant beaucoup aggravée, je me suis décidée à faire, ainsi que je le fais, ce testament en additionnement à celui que j'ai fait à Lisbonne, de 16 Janvier 1863, et qui fut approuvé le même jour par le notaire Antonio Joaquim Pierre Cardoso, lequel testament j'ai confirmé et ratifié avec les altérations et additionnements suivants.

Article 1^{er}

Considérant que le grand âge du Marquis de Resende mon Grand Maître, ne lui permettrait pas de s'occuper avec l'activité nécessaire des affaires de mon héritage, je me suis décidée de nommer à sa place un autre Exécuteur testamentaire et je détermine ce qui suit: je nomme et institue pour mes Exécuteurs testamentaires mes deux Chambellans, le Vicomte d'Almeida et le Vicomte d'Aljesur, conjointement, et je compte sur leur dévouement pour me rendre ce dernier service. Ils devront procéder immédiatement au bilan de ma fortune et faire dresser des listes d'inventaire de tout ce que je possède et dont il y aura lieu à payer les droits d'enregistrement et de transmission, mais je désire que l'inventaire ne soit pas judiciaire. Dans le cas d'impossibilité du Vicomte d'Almeida ou du Vicomte d'Aljesur, l'un des deux Chambellans pourra fonctionner seul; mais dans le cas d'empêchement des deux Chambellans à la fois, je nomme à leur place la Comtesse de Rio Maior, Veuve, Dona Isabel, pour mon Exécutrice testamentaire, seule et unique. Je connais son profond attachement pour moi, et elle m'a déjà donné tant de preuves de

dévouement que je suis persuadée qu'elle ne se refusera pas à me prouver, une fois de plus, que je puis toujours compter sur elle, en acceptant la Mission que je lui confie.

La Comtesse de Rio Maior devra procéder immédiatement au bilan de ma fortune, et faire dresser les listes d'inventaire comme il a été dit au commencement de ce article.

Article 2.

Je déclare avoir vendu en Janvier 1872 ma propriété (Fazenda) de Macaco, située dans les environs de Rio Janeiro au Brésil, ayant auparavant donné la liberté à tous les esclaves qu'elle contenait. Le prix de la vente a été de cent vingt (120) Contos de Réis, Monnaie du Brésil qui furent immédiatement employés à l'achat de cent vingt et une (121) Apólices de la dette publique nationale du Brésil, de la Valeur nominale de un (1) Conto de Reis chaque Apólice. En Juillet 1872, furent achetées plus trois (3) Apólices de un (1) Conto de Reis chacune, et une (1) de cinq cent mille Reis (500.000 R.s) avec le produit des intérêts du 1er semestre 1872 des sus-dites cent vingt et une (121) Apólices. Ces cent vingt-quatre (124) Apólices ainsi que les cent trente-quatre (134) Apólices que je possède aussi à Rio de Janeiro, je les laisse aux enfants issus du premier mariage de l'Empereur mon mari avec l'Archiduchesse Léopoldine d'Autriche, ou aux enfants de ceux-ci, de la manière déclarée dans l'Article dix, (Art . 10) de mon premier testament.

Article 3.

Je donne et constitue à la Comtesse Louise de Deroy, ma Dame d'honneur, une pension annuelle, sa vie durant, de mille quatre cents florins d'Empire, (1400 fl.). Le voyage de retour en Bavière devra lui être payé pour elle et sa femme de chambre à raison de deux mille francs (2000 frs.), et je lui donne en cadeau mille florins d'Empire (1000 fl.) une fois payés. Je la remercie de toutes les preuves de dévouement qu'elle m'a données. La pension de mille quatre cents florins d'Empire (1400 fl.) stipulée par le présent Article, devra être ajoutée aux pensions désignées dans l'Article cinquante-quatre (Art. 54) de mon premier



O príncipe Augusto de Leuchtenberg, duque de Santa Cruz. Litografia de Fertio segundo original de Heinrich
(Da coleção do Museu Imperial)

testament, et qui restent à charge de la portion de ma fortune dont il est fait mention dans l'Article neuf (Art. 9) du même testament, paragraphes 1, 2 et 3, et que les enfants de feu mon frère le Duc Maximilien de Leuchtenberg, les enfants de feu ma Soeur la Princesse Theodolinda Comtesse de Würtemberg, et ma Soeur Joséphine, Reine Mère de Suède et de Norvège, ou après elle ses enfants, auront à payer après ma mort.

Article 4.

Je charges la Baronne de Stengel et la Comtesse de Deroy, mes deux Dames d'honneur, du soin de dresser la liste de mes objets de toilette, et de prendre les ordres de ma Soeur à cette égard, avant de distribuer ce qui reviendra à mes deux femmes de chambre ainsi qu'il se trouve détaillé dans l'Article vingt-sept (Art. 27) de mon premier testament. J'ai substitué la Comtesse de Deroy à la Vicomtesse d'Almeida, ne voulant pas donner cette peine à la Vicomtesse dont les occupations de famille prennent le temps.

Article 5.

Au lieu de huit cents florins (800 fl.) que par l'Article vingt-huit (Art. 28) de mon premier testament, je donne et constitue à ma femme de chambre Louise de Germersheim, à titre de pension annuelle, sa vie durant, si elle est encore à mon service à l'époque de ma mort, je lui donne et constitue par le présent testament, la pension annuelle de mille florins d'Empire (1000 fl.). Le voyage de retour en Bavière devra lui être payé à raison de mille francs (1000 frs.), de plus je lui donne trois cents florins d'Empire (300 fl.) une fois payés pour monter son ménage, et six mois de ses gages, à titre de gratification. Je la remercie des preuves d'attachement qu'elle m'a données, et entre autres de ses soins pendant ma maladie.

Article 6.

Je donne et constitue à ma femme de chambre Marie de Varennes, si elle est encore à mon service, une pension annuelle, sa vie durant, de cinq cents florins d'Empire, (500 fl.). Le voyage

de retour en Bavière devra lui être payé à raison de mille francs (1000 frs.), de plus je lui donne trois cents florins d'Empire (300 fl.) une fois payés pour acheter son mobilier, et six mois de ses gages à titre de gratification. J'ai toujours eu à me louer de son service, et je la remercie de ses soins dévoués pendant ma maladie. La pension de cinq cents florins d'Empire (500 fl.) stipulée par cet article, devra être ajoutée aux pensions désignées dans l'Article cinquante-quatre (Art. 54), de mon premier testament, et qui restent à charge de la portion de ma fortune dont il est fait mention dans l'Article neuf (Art. 9) du même testament, paragraphes 1, 2 et 3, et que les enfants de feu mon frère le Duc Maximilien de Leuchtenberg, les enfants de feu ma Soeur la Princesse Theodolinda, Comtesse de Wurtemberg, et ma Soeur Joséphine, Reine Mère de Suède et de Norvège, ou après elle ses enfants, auront à payer après ma mort.

Article 7.

Je donne et constitue à la lingère Thérèse Schindlaner, si elle est encore à mon service, une pension annuelle, sa vie durant, de quatre cents florins d'Empire (400 fl.). Le voyage de retour en Bavière devra lui être payé à raison de mille francs (1000 frs.) de plus, je lui donne trois cents florins d'Empire (300 fl.) une fois payés, pour acheter son mobilier et six mois de ses gages à titre de gratification et en témoignage de ma satisfaction pour ses bons services. La pension de quatre cents florins d'Empire, (400 fl.) stipulée par le présent article, devra être ajoutée; aux pensions désignées dans l'Article cinquante-quatre (54) de mon premier testament, et que restent à charge de la portion de ma fortune dont il est fait mention dans l'Article neuf (Art. 9) du même testament, paragraphes 1, 2 et 3, et que les enfants de feu mon frère le Duc Maximilien de Leuchtenberg, les enfants de feu ma Soeur la Princesse Theodolinda Comtesse de Wurtemberg, et ma Soeur Joséphine, Reine Mère de Suède et de Norvège ou après elle, ses enfants, auront à payer après ma mort.

Article 8.

Je donne et constitue à Madame Veuve Hélène Husson, demeurant actuellement à Strasbourg, Nièce de feu Madame Fanny



Prato em prata com as armas imperiais brasileiras, existente na corte sueca. Trabalho de Odiot. Fotografia divulgada por Joaquim de Souza Leão Filho in “Baixela famosa de origem histórica brasileira”, *Ilustração Brasileira*, agosto de 1940. p. 13.

de Maucombe ma fidèle amie, la somme de deux mille francs (2000 frs.) annuelle, sa vie durant. Cette pension de deux mille francs (2000 frs.) stipulée par le présent article, devia être ajoutée aux pensions désignées dans l'Article cinquante-quatre (Art. 54) de mon premier testament, et qui restent à charge de la portion de ma fortune dont il est fait mention dans l'Article neuf (Art. 9) du même testament, paragraphes 1, 2 et 3, et que les enfants de feu mon frère le Duc Maximilien de Leuchtenberg, les enfants de feu ma Soeur la Princesse Theodolinda Comtesse de Würtemberg et ma Soeur Joséphine Reine Mère de Suède et de Norvège, ou après elle ses enfants, auront à paycr après ma mort.

Article 9.

Je donne et constitue à Mr. Brunhuber, Administrateur de ma terre de Stain en Bavière, en témoignage de ma satisfaction pour ses bons et fidèles services, une pension annuelle, sa vie durant, de cinq cents florins d'Empire (500 fl.) espérant toutefois qu'il ne quittera pas la place d'administrateur de Stain, si des raisons de santé ne lui en font pas une obligation absolue, et si le nouveau propriétaire désire le conserver à son service; la continuation de son intelligente, active et zelée administration étant de la plus grande utilité pour cette propriété. La pension de cinq cents florins d'Empire (500 fl.) stipulée par le présent Article, devra être ajoutée aux pensions désignées dans l'Article cinquante-quatre (Art. 54) de mon premier testament et qui restent à charge de la portion de ma fortune dont il est fait mention dans l'Article neuf (Art. 9) du même testament, paragraphes 1, 2 et 3, et que les enfants de feu mon frère le Duc Maximilien de Leuchtenberg, les enfants de feu ma Soeur la Princesse Theodolinda Comtesse de Würtemberg, et ma Soeur Joséphine Reine Mère de Suède et de Norvège, ou après elle ses enfants auront à payer après ma mort.

Article 10.

Je donne et constitue à Julio Cesar d'Amaral Rego, employé au bureau de ma maison, s'il est encore à mon service, une pension annuelle, durant sa vie, de deux cent mille Reis (200.000 R.^s), comme témoignage de ma satisfaction pour ses bons et loyaux

services. La pension de deux cent mille Reis (200.000 R.^s) stipulée par le présent article devra être ajoutée aux pension désignées par l'Article cinquante-cinq (Art. 55) de mon premier testament et qui restent à charge de la portion de ma fortune dont il est fait mention dans l'Article dix (Art. 10) du même testament, et que les enfants et petits enfants de feu l'Empereur mon mari ont à payer après ma mort. Par le présent article, je révoque et annule l'Article trente-trois, (Art. 33) de mon premier testament par lequel je stipulais des gratifications pour le dit Amaral.

Article 11.

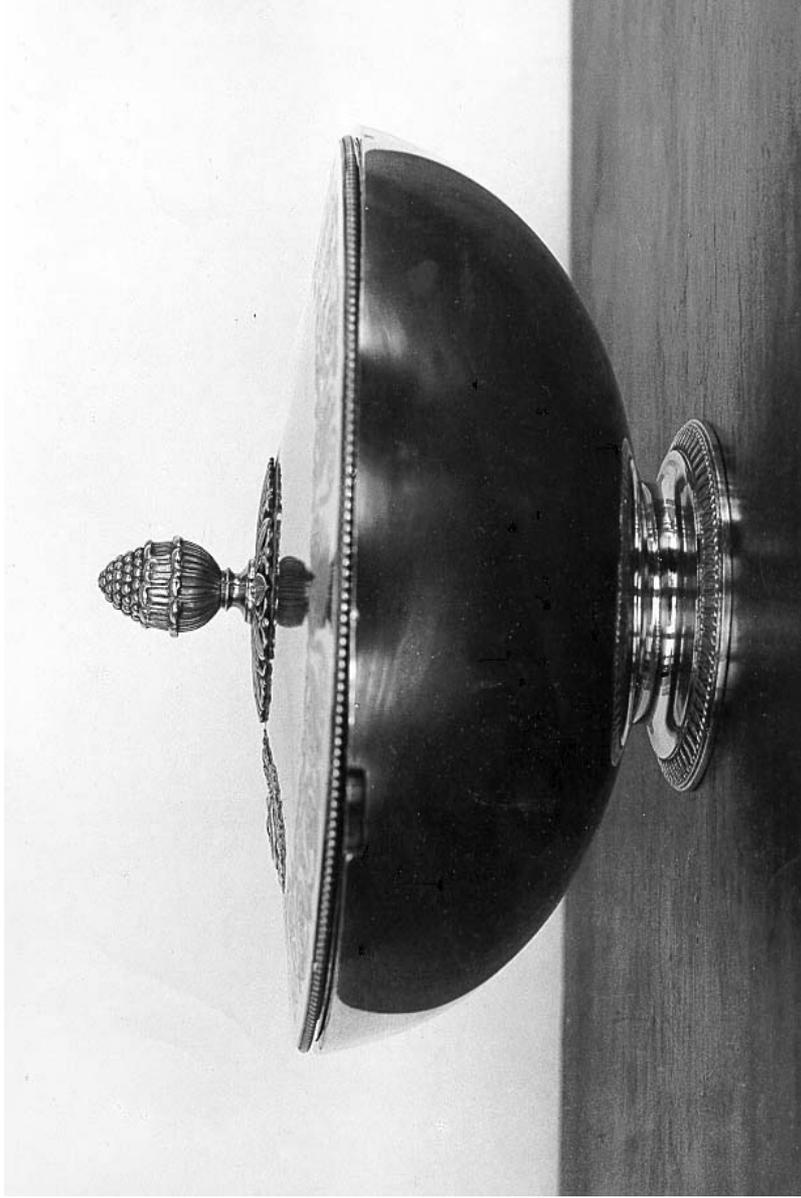
Je donne et constitue au vieux sacristain José Rufino da Silveira qui sert la Messe dans ma chapelle, une pension annuelle, sa vie durant, de cinquante-quatre mille Reis (54.000 R.^s). Par le présent article je révoque et annule l'Article trente-quatre (Art. 34) de mon premier testament, par lequel je stipulais une gratification pour le dit Sacristain.

Article 12.

Les secours que j'accorde par mois, savoir: à l'ancienne balayeuse Brites Maria six mille Reis (6.000 R.^s) à un ancien palefrenier Manoel José Galinha dix mille Reis, (10.000 R.^s) à l'ancien porteur d'eau Pedro Igreja quatre mille huit cents Reis, (4.800 R.^s), et à l'ancien garçon de cuisine Pedro Portella qui vit en Galice, quatre mille huit cents Reis (4. 800 R.^s) doivent dorénavant être considérés comme pensions que je leur accorde, leur vie durant.

Article 13.

Les frais de collège que je paie à la Marquise de Cantagallo pour l'éducation du plus jeune de ses petit-fils, Pedro Berquó, devront continuer à lui être payés jusqu'à ce que son petit-fils Pedro ait atteint l'âge de dix-huit ans. Je suis bien aise de donner ainsi un témoignage d'amitié à la bonne Marquise, et du souvenir que je conserve des services rendus par feu le Marquis de Cantagallo à l'Empereur mon Mari.



Sopeira em vermeil, manufatura de Odiot
(Peça pertencente ao príncipe dom Pedro)

Article 14.

Les frais d'éducation que je pare pour les enfants du Vicomte de Charruada, Luiz Quintella, Joaquim Quintella, Fernando Quintella et Dona Maria Luisa Sampaio Quintella, cette dernière au Couvent des Salesias, devront leur être continués jusqu'à l'âge de dix-huit ans; la dépense pour les deux plus jeunes pouvant être augmentée en proportion de l'âge et selon ce qui sera exigé. C'est avec satisfaction que je tais quelque chose pour la famille Farrobo, car c'est au Comte Farrobo Père qu'on doit en partie, par suite des avances d'argent si généreuses qu'il avait faites, le triomphe de la cause de la Reine de Portugal.

Article 15.

Les frais d'éducation que je paie pour l'Orpheline de Mère Caroline Esteves, filie d'un ancien valet de pied (Trintanario) de ma maison, Francisco Esteves, devront être continués jusqu'à ce que cette jeune fille ait atteint l'âge de dix-huit-ans.

Article 16.

Les frais d'éducation que je paie pour l'Orpheline de Mère Eugenia Maria da Conceição Calrão, fille de Francisco Calrão, Vétéran de la garde Municipale, devront être continués jusqu'à ce que cette jeune fille ait atteint l'âge de dix-huit ans.

Article 17.

Dona Henriqueta Loureiro e Simas, Veuve du Conseiller Joaquim José da Costa e Simas, à laquelle j'ai accordé après la mort de son mari, la pension annuelle de trois cent mille Reis, (300.000 R.^s) recevra après ma mort, au lieu de la dite pension, celle de quatre cent mille Reis (400.000 R.^s) qui lui est stipulée par mon premier testament, en date du 16 Janvier 1863. Après la mort de Dona Henriqueta Loureiro e Simas, la moitié de la dite pension, savoir deux cent mille Reis (200.000 R.^s) passera à ses trois filies, Dona Maria Joanna da Costa e Simas, Dona Guilhermina Amalia da Costa e Simas, et Dona Henriqueta Sofia da Costa e Simas, en parties égales; et si l'une d'elles venait à mou-

rir, sa part serait reversible aux deux autres; et de même si l'une des deux autres venait aussi à mourir, la dernière survivante jouirait de la totalité de la pension de deux cents mille Reis, (200.000 R.^s). Avec la jouissance de ces deux cent mille Reis (200.000 R.^s) cessera le secours de cinq mille Reis (5.000 R.^s) que j'ai accordé à chacune par mois après la mort de leur père, mais jusqu'à la mort de leur Mère, ce secours temporaire de (5.000 R.^s) cinq mille Reis, à chacune par mois, devra continuer à leur être payé.

Article 18.

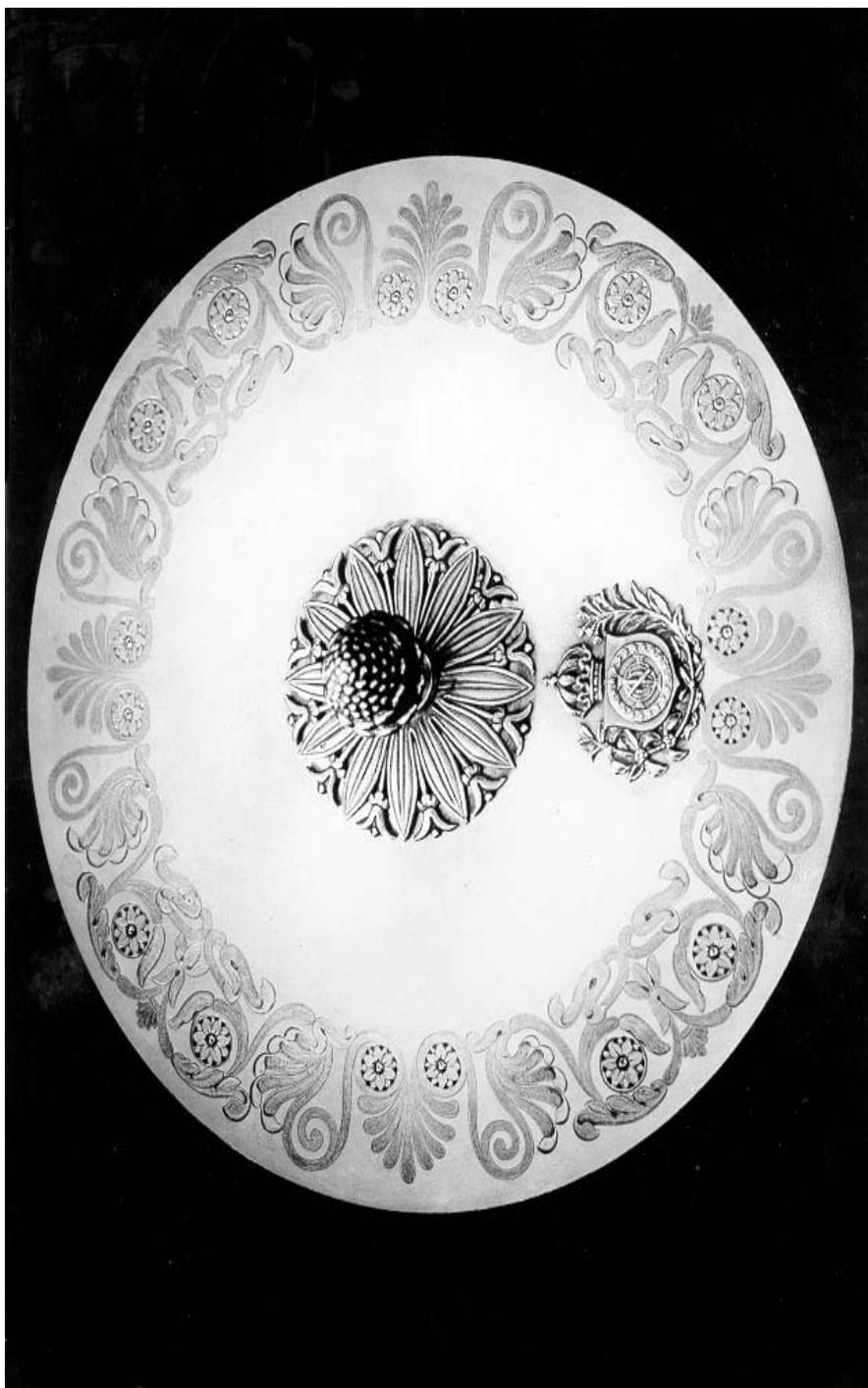
La somme de neuf mille quatre cents Reis (9.400 R.^s) que je paie par mois à l'hôpital S.^t Joseph pour l'entretien de Dona Maria Theresa Feldner allemande paralytique recueillie à l'hôpital filial pour invalides du Desterro, et qui avec 5.600 R.^s que donne dans le même but l'Association allemande de bienfaisance à Lisbonne pour sa pauvre compatriote, fait la somme de 500 R.^s, par jour, prix stipulé par l'Administration du dit hôpital, ces susdits neuf mille quatre cents Reis (9.400 R.^s) devront continuer à être payés tant que vivra Dona Maria Theresa Feldner.

Article 19.

Je donne et lègue au Vicomte d'Almeida et au Vicomte d'Aljesur, tous deux mes Exécuteurs testamentaires, à chacun la somme de mille livres sterling (1.000 L. St.) et j'annule pour le premier le don de deux chevaux de mon écurie, à son choix, dont il était fait mention dans l'Article treize (Art. 13) de mon premier testament.

Article 20.

Dans le cas où je ne l'aurai pas fait de mon vivant, je charge mes deux Exécuteurs testamentaires d'acheter au cimetière N.^a S.^a dos Prazeres à Lisbonne le terrain nécessaire pour un caveau destiné aux Soeurs de la Charité de S.^t Vincent de Paul et aux Missionnaires Lazaristes. J'avais l'intention il y a longtemps de faire cette acquisition, mais l'état de ma santé m'a empêché de m'en occuper. J'ai fait venir de Munich le plan du caveau, et le dessin pour le monument avec les Inscriptions que je désire qui soient placées. Le caveau et le monument une fois achevés, devront être



Tampa da sopeira em vermeil, fabricada por Odier



Terrina de prata da baixela de d. Pedro I e que se encontra no Palácio Real da Suécia

remis en toute propriété à la Congrégation de S.^t Vincent de Paul à Lisbonne.

Article 21.

Je donne et lègue à mon Maître d'hôtel Charles Wolf, allemand, s'il est encore à mon service, mais moins de cinq ans, la somme une fois payée, à titre de gratifications d'une année et demi de ses gages, savoir trois mille francs (3.000 frs.) le voyage de retour en Allemagne devra être payé à lui et à sa femme à raison de mille francs li.000 frs.) pour chacun. S'il était à mon service plus de cinq ans, il jouirait des stipulations marquées pour les serviteurs de ma maison dans l'Article trente et un (Art. 31) de mon premier testament.

Article 22.

J'annule le § 23 de l'Article cinquante et un (Art. 51) de mon premier testament que je substitue par le suivant, plusieurs des personnes désignées pour recevoir des secours étant mortes, depuis, et les circonstances de quelques autres ayant changé. Mes Exécuteurs testamentaires devront remettre à la Baronne Caroline de Stengel pour distribuer aux personnes dont les noms suivent et dont elle sait les adresses, la somme de deux cent vingt-cinq mille Reis, (225.000 R.^s) savoir:

I – À Dona Maria da Piedade de Verna e Bilstein qui demeure actuellement Calçada d'Ajuda n. 230 vingt-deux mille cinq cents Reis, (22.500 R.^s).

II – À Dona Margarida Ignez de Moura Stockler percluse depuis 30 ans, et qui demeure actuellement Calçada dos Barbadinhos n. 102 à S^{ta} Apollonia, dix-huit mille Reis (18.000 R.^s).

III – À la Veuve Gertrudes Urbana de Lima e Vasconcellos fille de la nourrice de feu l'Empereur, dix-huit mille Reis (18.000 R.^s).

IV – À la Veuve Dona Maria Ignez de Sousa Castello Branco, qui demeure actuellement Rua Direita de Arroibs, N. 122, treize mille cinq cents Reis, (13.500 R.^s).

V – À Dona Maria Justina da Silva Dantas, Veuve du Conseiller Miguel José Martino Dantas, treize mille cinq cent Reis, (13.500 R.^s).

VI – À Dona Maria Justina Ribeiro qui a huit enfants et dont le mari Floriano Antonio Rufino est perclus, treize mille cinq cents Reis, (13.500 R.^s).

VII – À Dona Anna Theodora de Souza Xavier. Veuve du colonel Thomas Joaquim Xavier, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

VIII – À Dona Maria Margarida de Lima, Veuve du Conseiller Joaquim Ignacio de Lima, et qui demeure actuellement Rua das Freiras N. 147, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

IX – À Maria Constança Vaz Velho, fille d'un ancien serviteur de la maison royale, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

X – À dona Maria de Drumont que je secoure depuis beaucoup d'années et qui demeure actuellement Rua de Santa Martha, n. 22, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

XI – À Dona Maria Carlota Dantas Cerqueira, ancienne maîtresse d'instruction primaire, et qui demeure actuellement, Rua de Rilhasolles N. 33, neuf mille Reis, (9.000 R.s).

XII – À Barbara Maria Alves et ses deux soeurs qui demeurent actuellement Rua do Passadiço N. 19, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

XIII – À Gertrudes Magna d'Oliveira, toujours malade, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

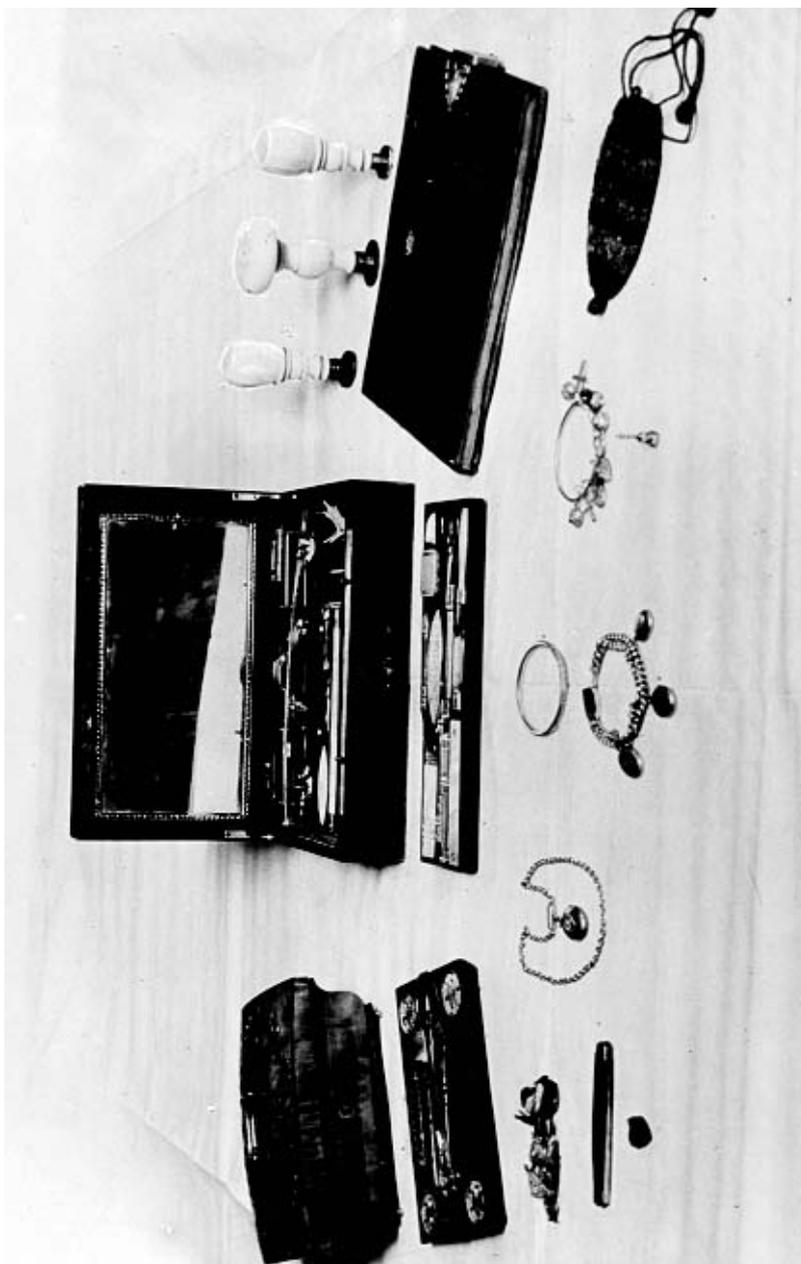
XIV – À la Veuve Dona Maria Antonia de Bellegarde da Silva, et qui demeure actuellement Rua do Passadiço N. 106, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

XV – À Maria Carlota, la dernière de 3 soeurs que je secourais depuis longtemps, et qui demeure actuellement Rua de S^{ta} Anna, N. 128 à Boa Morte, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

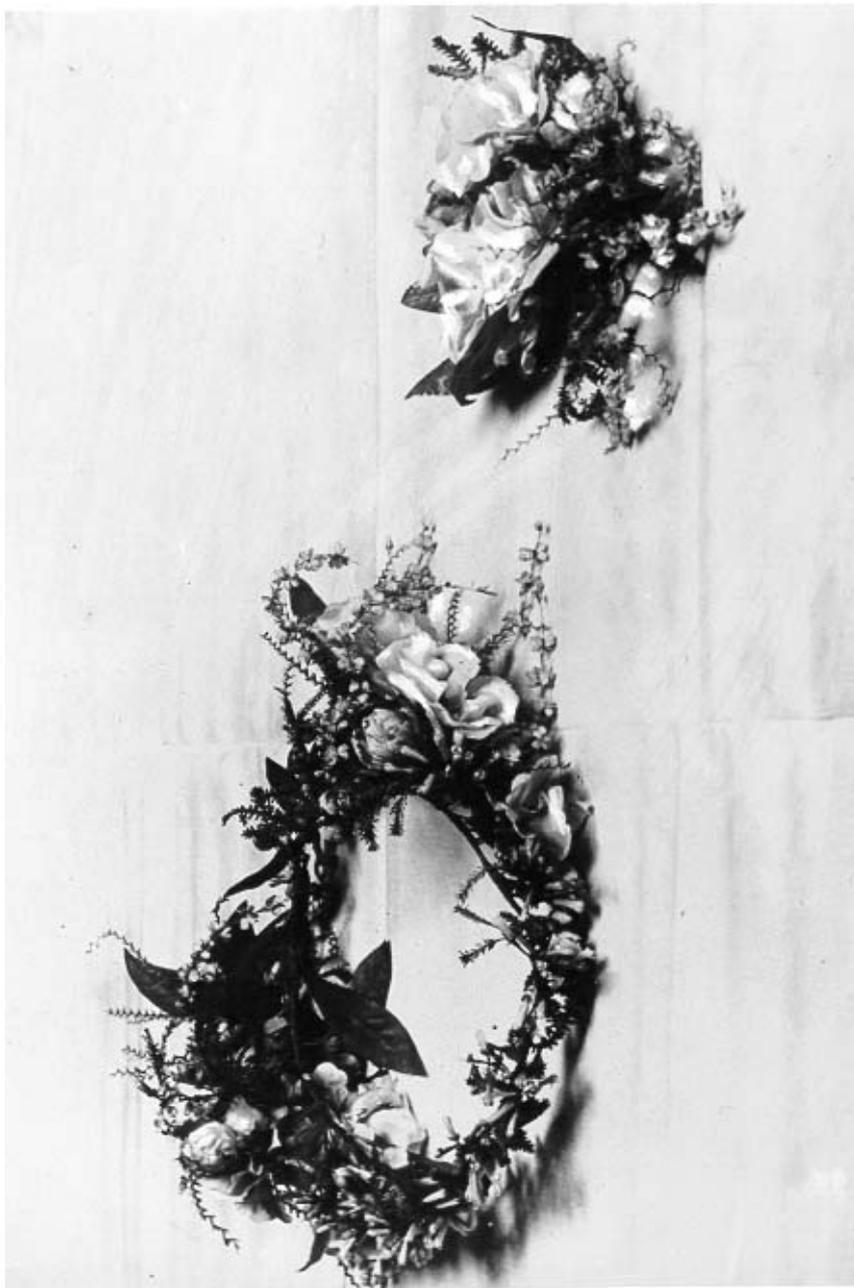
XVI – Aux deux filles de l'apothicaire Bessa, décédé, et qui demeurent actuellement Travessa da Oliveira, à Estrella N. 32, neuf mille Reis (9.000 R.^s).

XVII – À Dona Maria Adelaide de Sousa Mascarenhas et Dona Amalia Augusta de Sousa Mascarenhas, filles de Liborio José de Sousa Mascarenhas, 1^{er} Official du Tribunal de Trésor public, décédé, et qui demeurent actuellement Rua S. Miguel N. 27, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

XVIII – À Carlota Amalia Cruz, qui demeure actuellement dans une maison dépendante du Couvent de Sacramento N. 41, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).



Objetos de uso da imperatriz d. Amélia conservados na coleção real da Suécia



Bouquet e guirlanda de rosas, flores e folhas em fazenda, de uso da princesa d. Maria Amélia. Conservados no Palácio Real da Suécia, por doação da rainha Luísa da Dinamarca

XIX – À Dona Maria Ignacia Ferreira de Mesquita, et ses soeurs qui demeurent, actuellement Rua da Bela Vista N. 33, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

XX – À Maria d'Assumpção Xaborde qui demeure actuellement Rua de S. Marçal N. 61, neuf mille Reis, (9.000 R.^s).

En terminant le présent testament je déclare de nouveau qu'il est de ma volonté qu'il soit exécuté comme il y est dit conjointement avec l'autre que j'ai fait et que je confirme et ratifie en tout ce qui n'a pas été changé par celui-ci.

Lisbonne, Palais de Janellas Verdes, le neuf Janvier mille huit cent soixante-treize.

D. A.

Pour copie conforme.

Lisbonne ce 4 Fevrier 1873.

Vicomte d'Almeida.

Vicomte d'Aljesur.

* * *

Je désire qu'après ma mort Maman remette aux personnes que je nomme, les objets que je leur laisse en souvenir de moi, en priant chacune de prier pour le repos de mon âme.

Je laisse à *mon frère Pedro* le Portrait en miniature de Papa peint à Paris par Meuret, ainsi que le crayon en or surmonté d'un diamant, de mon *beau-frère Ferdinand*.

À *ma belle-soeur Thérèse*, le bracelet Serpent en or avec tête de diamants, que j'ai de ma Marraine.

À *ma Soeur Marie*, la bague en or surmontée d'une turquoise que je porte toujours et qui m'a été donnée par Maman, ainsi que la broche émaillée gros-bleu ayant au milieu une opale entourée d'un cercle de diamants, et de chaque côté un autre cercle en diamants; cette broche me fut envoyée du Brésil par ma belle-soeur Thérèse.

À *mon beau-frère Ferdinand*, la pièce de bureau en oxydule (envoyée par ma Marraine), qui a entre autre deux figures, un almanack, un thermomètre et un sablier.

À *ma soeur Januaria*, la petite bague émaillée, bleu, ayant 1 tout petit rubis et plusieurs petites perles, que je reçus de Maman lors de ma confirmation, (26 Avril 1841, date gravée dans la bague) et que je porte toujours, ainsi que le bracelet émaillé gros-bleu, forme de noeud avec boucle, ayant 13 diamants, que j'ai de ma belle-soeur Thérèse.

À *ma soeur Francisca*, la petite bague en or avec à petits diamants, que je porte toujours, qui a appartenu à notre soeur Paula, ainsi que le bracelet en or ayant au dessus une émeraude et 6 petits diamants, reçu de ma G:d Tante Charlotte.

À *ma soeur Isabelle*, la bague qui me vient de G:d Maman, ayant au milieu une opale entourée d'émail gros-bleu. G:d Maman avait reçu cette baque de Maman, et la portait toujours, et moi, je l'ai aussi portée, et puis le gros bracelet en or, avec le portrait en miniature de Papa.

À *ma tante Theodolinda*, les broches de grandeur progressive en émail vert ayant au milieu un papillon en opales, avec les boucles d'oreille pareilles, reçues de la Reine Marie de Bavière, ainsi que le bracelet en or avec les emblèmes des 3 vertus theologales, reçu de Maman le 25 Mars 1845, jour de ma première Communion.

À *ma Cousine Eugénie de Suède*, la bague qu'elle me donna à Munich en 1843 (Serpent émaillé, ayant la tête surmontée d'un rubis) ainsi que le bracelet reçu de ma soeur Januaria, à ressort en or et émail noir, avec 2 pendeloques finissant par 1 perle et 2 petites pendeloques sans perles; au milieu une émeraude entourée de diamants et d'opales.

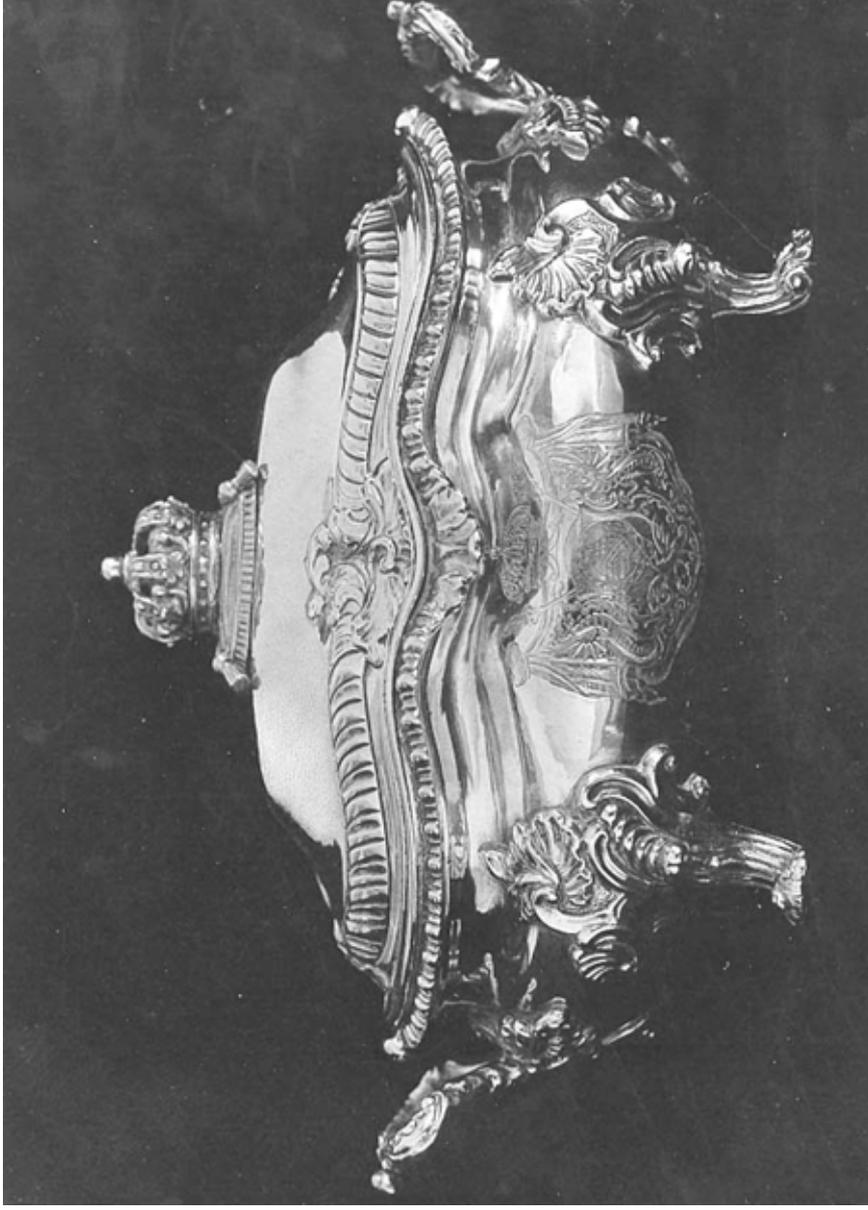
À *ma Marraine*, le gros bracelet en or avec le portrait en miniature de Maman.

À *ma Tante Isabelle*, groupe en terne jaune représentant un ange couvrant de ses alies deux enfants.

À *Marie*, ma petite montre émaillée, reçue de la Reine de Portugal en 1837.

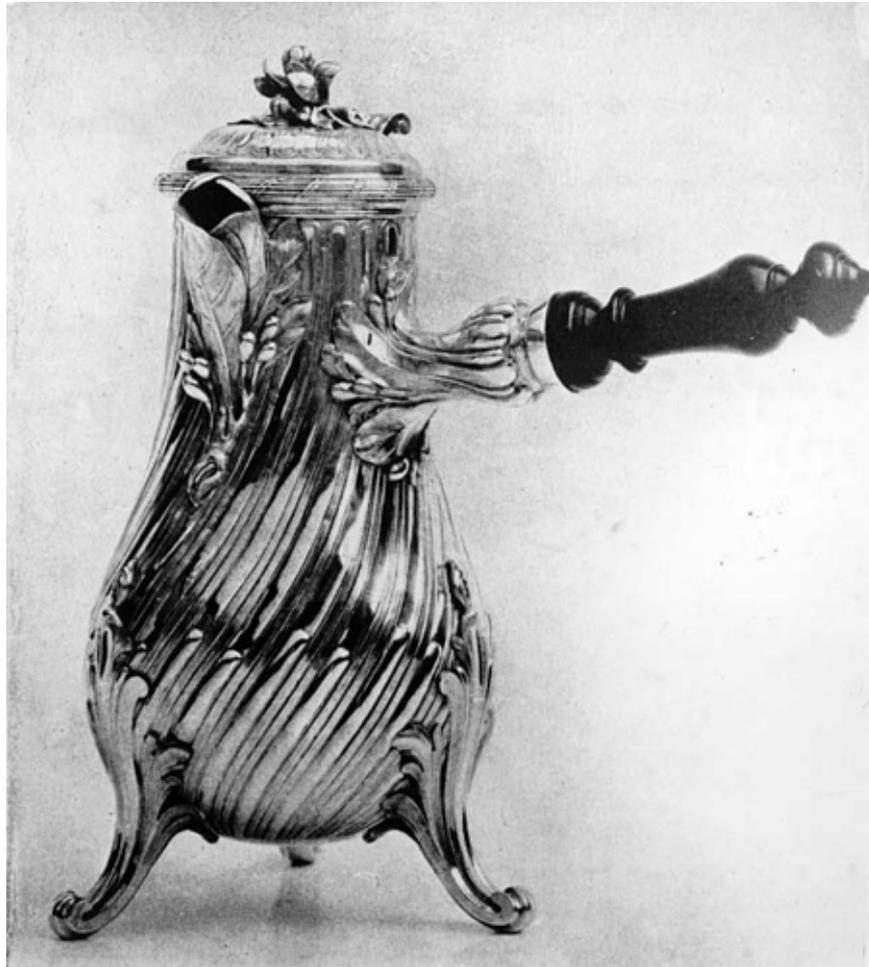
Ma bible allemande de Münch.

La bague avec les emblèmes des 3 vertus theologales que j'ai reçue le jour de ma première Communion de Clotilde de Baron, et que je porte toujours. La médaille miraculeuse en argent qu'elle



Peça de prata inglesa, apresentando, além das marcas oficiais, o contraste
[I E T]

(Peça pertencente ao príncipe dom Pedro)



COFFEE POT

Made by F. T. Germain, Paris, (Louis XV) for the King of Portugal

Courtesy Metropolitan Museum of Art

Cafeteira de prata Luis XV, trabalho de F. T. Germain para o rei de Portugal. Conservada no Metropolitan Museum of Art. (Reprodução do livro de Seymour B. Wyler: "The Book of Old Silver". N. York, 1937)

(Marie) me donna lorsqu'elle me quitta en 1839, et que je porte dans mon corset (la grande) et puis celle que je reçus d'elle lors de notre départ de Munich en 1850, également médaille miraculeuse et que je porte aussi dans mon corset.

À *Fanny*, la petite bague que j'ai de G:d Maman, avec un diamant et 6 petites turquoises, et que je porte toujours, ainsi que le bracelet élastique surmonté d'une émeraude, que je reçus de la Reine de Portugal.

À *Caroline*, la petite bague en or avec le petit coeur en grenats que j'ai reçue de Maman, et que je porte toujours, ainsi que le bracelet émaillé gros-bleu, ayant au dessus des perles incrustées, que j'ai de Maman et qui contient de ses cheveux. Son Daguerrotipe (de Caroline), afin qu'elle puisse le donner. Mon Imitation de J-Ch. traduction allemande du Père Anselme.

À *Sophie Almeida*, le petit bracelet en or avec un coeur en grenats contenant des cheveux du petit Charles; je reçus ce bracelet de mon Oncle Charles. Puis la petite bague émaillée noir, surmontée d'une opale, que je porte, et que j'ai de ma Tante Linda.

À *Mr. d'Almeida*, le grand serre papier, chien en bronze vert sur albâtre.

Au Marquis de Resende, le serre papier, qui me sert sur mon bureau, en velours vert et ornements de bronze entourant une médaille à l'effigie de G:d Papa Eugène.

À *ma femme de chambre Romana*, la grande chaîne en or, interrompue de distance en distance par des turquoises, et ayant un médaillon, également orné de turquoises, contenant des cheveux de la Reine Victoria. (Je prie Maman d'y substituer des miens, coupés après ma mort).

À *Louise*, la broche en or, émaillée vert et rouge, ayant un cercle traversé d'une chose oblongue.

À *Francisca*, la broche en or émaillée vert et blanc forme de noeud rosace.

À *Anna Bandeira*, la Photographie de sa soeur Marie Zanner, tirée en 1851.

À *Johanna Jansen*, le portrait en miniature de sa soeur Marie Zanner, peint en 1839.

D. Marie Amélie,

écrit à Funchal, Decembre 1852.

O CASAMENTO DE DOM PEDRO II

O casamento de d. Pedro II *

Há sutilezas na vida do homem intelectual que escapam à argúcia e à análise fria do historiador. Só com o decorrer dos anos se aclaram pontos obscuros de certas fases da vida dos biografados, pontos estes que, não raro, deram motivo a discussões, perplexidades e intrigas, por vezes de repercussão internacional.

D. Pedro II, acima de imperador, foi um intelectual. A ciência, as letras e as artes lhe interessavam e o comoviam muito mais do que as reuniões ministeriais e as recepções diplomáticas de caráter puramente oficial e representativo.

Só de longe podemos auscultar-lhe o pulso sentimental, devido a uma “certa *secura* d’alma de fundo nórdico”, no dizer do historiador Alberto Rangel em seu livro *No Rolar do Tempo*, e ainda assim, com receio de errar ou, quando não, ficar apenas na superfície da análise.

Um casamento imperial era naqueles tempos de reinos e impérios algo mais que o desfecho de um romance sentimental, coisa que nem sempre existia. Conjugavam-se nele vários fatores, importantes todos devido à sua repercussão não somente na vida e nos atos privados do monarca, porém, muito mais do que isso, a sua repercussão nos atos públicos de efeito interno e externo do país.

Tratava-se não apenas de dar ao monarca uma companheira de vida, em cumprimento a uma determinação natural psicobiológica. Era também eleger, *ipso facto*, uma imperatriz, a Mãe do povo que desde esse momento passaria a ser o seu povo. Tratava-se ainda de firmar aliança política que podia ter alcance externo decisivo. E, finalmente, era necessário garantir a sucessão da casa reinante.

Mas, resta ainda o lado puramente humano e patético da questão, em que apenas transparece o homem, onde se confundem

*. Conferência promovida pelo Instituto Histórico de Petrópolis, no Museu Imperial em 29 de setembro de 1943.

todos os seres humanos, reis e operários, não importa: lado esse onde, pela mulher amada, o monarca é capaz de abandonar o seu trono e o pobre homem-comum é capaz de ser rei...

O homem, como ser em si, amoroso, idealista e sentimental, pouco varia de um para outro. Cada um, ainda mesmo quando o seu tipo de mulher ideal seja algo intangível, sonha com ela e sofre profundamente não a atingindo.

E ainda nisto o homem-comum de nada difere dum rei. Ambos sofrem se desiludidos. Mas também ambos possuem a capacidade de reagir! E reagem mesmo, e descobrem mais tarde que nem sempre a felicidade se apresenta em traje esplendoroso de alegria e encantamento brusco, mas que por vezes ela vem sob aspecto modesto ou mesmo debaixo de andrajos, disfarçando a sua expressão verdadeira ao primeiro contato.

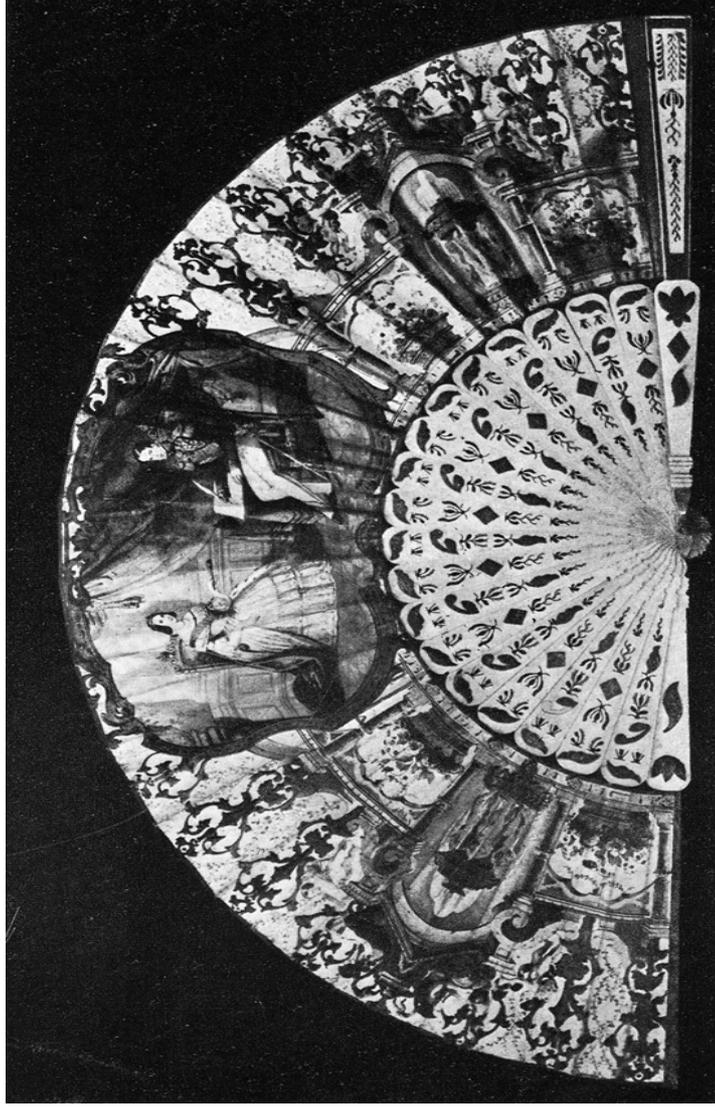
Os anos revelam por si o sucesso desse grande acontecimento na vida do humilde ou do monarca. O tempo se encarrega também de revelar a toda a nação e ao mundo se a escolha da companheira para um soberano foi, ou não, acertada.

– Quem poderá, a título de análise exata, contar as lágrimas de sentimento, de ansiedade e de júbilo que no oculto deslizaram cálidas pela face do adolescente d. Pedro II, retraído e sonhador, por circunstâncias caprichosas do destino feito o mais jovem dos soberanos do mais jovem Império de seu tempo, desse Império do Brasil colossal, implantado em plagas do Novo Mundo e por outras circunstâncias estranhas à sua interferência direta e pessoal, feito esposo de uma princesa bem diversa daquele tipo com que sonhara nos seus devaneios de mentalidade de adolescente.

Toda a sua vida, do nascimento à morte, é digna de um estudo profundo que até hoje ainda está por ser feito.

Estranhas circunstâncias envolvem toda a sua personalidade e a sua existência, estreitamente ligadas à história pátria e a essa raça e elite de homens superiores, que, desde o berço ao sudário, são acompanhados por uma estranha aura de sofrimento, solidão e magnanimidade, não obstante viverem cercados de tanta gente amável e apesar de alçarem o seu vôo espiritual a regiões onde se supõe não mais existir a dor...

– O Brasil lucrou muito, muitíssimo mesmo, com o casamento do jovem d. Pedro II com a princesa d. Teresa Cristina Maria. Não foi sem razão, nem tampouco em vão, que a história



Leque comemorativo do casamento de d. Pedro II e d. Teresa Cristina. Anverso: O Imperial Par assinando o contrato matrimonial. Verso: As Armas Imperiais; assinado: LL. H.

Cabo de marfim e folha de papel pintado. (Coleção do Museu Imperial)

pátria lhe consagrou o maior dos títulos, muito maior que o de imperatriz do Brasil, o título profundamente humano, tão humano e digno como ela própria soube ser em todos os seus gestos, dentro do seu lar imperial e dentro da coletividade nacional: *Mãe dos brasileiros*.

D. Teresa Cristina, a companheira fiel e constante de d. Pedro II durante 46 anos, soube merecer a sua pátria de eleição, tornando-se a mais brasileira das mulheres brasileiras no exemplo de suas virtudes de esposa, mãe e imperatriz.

Esta trilogia há de pairar sobre a sua memória para sempre. Meiga, carinhosa, devotada ao lar, modesta e bondosa, pura de costumes tanto no seio dos seus íntimos como nas recepções da corte, ela deu o exemplo mais elevado de ter sido a mais digna deste grande coração de homem intelectual e de sentimento, não obstante seu natural retraimento, que foi o seu imperial esposo.

Passemos, porém, aos fatos. Eles por si justificarão o que vimos de dizer. Perante a voz da História deve cessar a do homem desejoso do conhecimento puro do fato, sem a influência da natural propensão humana de se encarar os acontecimentos e os personagens com simpatia exagerada ou com má vontade manifesta.

I. Dom Pedro II

Os acontecimentos precipitavam-se em torno do príncipe d. Pedro de Alcântara, nos verdes anos da sua juventude, não somente na sua vida privada como ainda na política do torrão natal, recém-declarado independente.

Nascido às 2,30 horas da madrugada do dia 2 de dezembro de 1825, dera-lhe seu augusto pai uma aia, que durante anos deveria ser praticamente a sua mãe espiritual, conduzindo-lhe não somente os passos débeis duma saúde franzina até atingir a força máscula tão sua característica em idade adulta, mas também encaminhando a sua personalidade no sentido bom e justiceiro da existência, na prática sublimada das virtude pregadas pelo mestre Nazareno. D. Mariana de Verna Magalhães, se hoje aqui estivesse, dir-nos-ia muito de d. Pedro II, sem que tivesse de repetir o que outros já disseram bastas vezes, e as suas palavras poderiam apresentar-nos um imperador totalmente desconhecido, só a

ela dado conhecer, pelo seu papel de anjo-tutelar-humano que melhor do que ninguém sentiu-lhe as emoções.

O príncipe, herdeiro-presuntivo do trono mais jovem do mundo, era apenas de nove meses de idade quando fora reconhecido oficialmente como tal a 2 de agosto de 1826.

Mas, mesmo os herdeiros de trono não escapam à crueldade do destino, e poucas semanas mais tarde, contando um ano e nove dias de existência, perde aquela que foi a sua augusta progenitora, d. Leopoldina, a primeira imperatriz brasileira.

O menino era “magrinho e amarelo”, afirmava o visconde de Barbacena, em fins de 1827, e parecia que não tardaria a seguir a sua mãe dentro em breve.

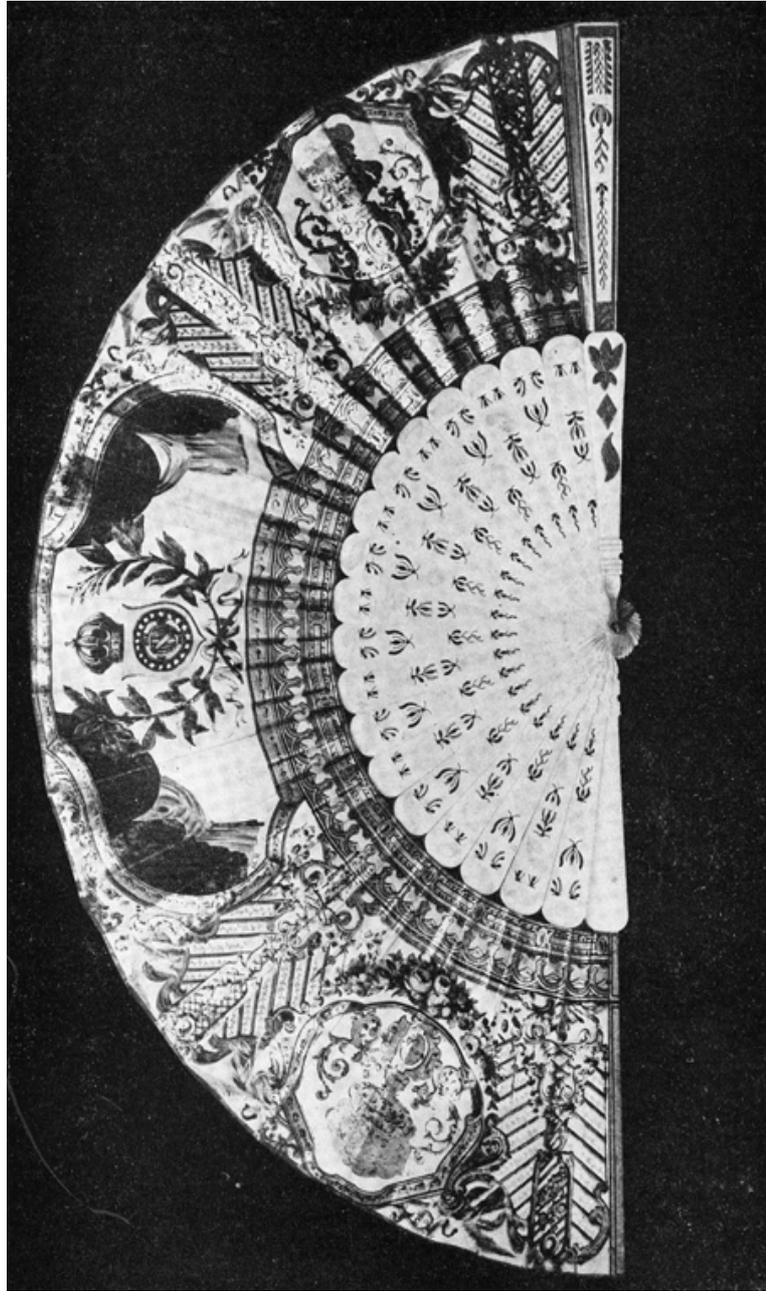
Enquanto isso, a corte se agitava secundada pelos representantes diplomáticos estrangeiros, aos quais o surgimento dum novo Império daria sempre assunto de interesse nas comunicações públicas e confidenciais aos seus governos.

Aos 16 de outubro de 1829 chegava a segunda imperatriz, jovem, bela, cândida e não uma madrasta para os filhos de d. Leopoldina, mas sim uma verdadeira mãe que se desdobrava em carinhos para os meninos órfãos. Contudo, ainda isso pouco duraria. O caminho do pequenino herdeiro do trono estava mais uma vez marcado pelo destino impiedoso.

Sobrevém o inevitável desfecho do dia 7 de abril de 1831, e d. Pedro I abdica a coroa em favor do filho de cinco anos e quatro meses de idade, que é aclamado oficialmente dois dias mais tarde. E, a 14 de abril do mesmo ano, perde o menino-imperador o seu pai e a sua gentilíssima madrasta d. Amélia, que embarcam para a Europa.

Desde então, e mais do que nunca, passa d. Mariana a ser a sua mãe de criação e não simples aia no meio de velhos ministros, tutores e regentes absorvidos nos problemas difíceis do Império.

A saúde frágil. Constituição débil. Temperamento algo nervoso. É o que declara perante a Assembléia Geral Legislativa, a 15 de maio de 1834 o tutor da Casa Imperial, marquês de Itanhaém, no seu relatório. Porém, passado um ano, o mesmo tutor na mesma assembléia dá notícias animadoras, declarando terem desaparecido os sintomas do ano anterior.



O menino vai-se tornando rapazinho e, ao atingir a casa dos 15 anos, a 30 de março de 1840, o seu médico dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles diz textualmente no seu boletim:

“O senhor d. Pedro II, imperador do Brasil, de idade de 14 anos para 15 anos, dotado de uma constituição linfático-sanguínea, possuindo uma cabeça assaz desenvolvida e bem organizada, tendo começado em mui tenra idade sua educação literária”, prossegue linhas adiante no boletim: “Esse ardor pelo estudo fez com que S. M. I. não achasse tanto prazer nos brinquedos de sua idade, como acontece às outras crianças, e se desse aos trabalhos literários, apenas acabava de comer.

Daqui começou a resultar uma digestão tardia e constipações do ventre, como sucede às pessoas cujo cérebro se exerce mais do que os outros órgãos, ou aparelhos orgânicos de economia, e maiormente com S. M. I., cuja massa encefálica é tão desenvolvida.”

E descreve em detalhes o estado de saúde de d. Pedro, destacando particularmente as suas freqüentes dores de cabeça e dos olhos.

Curioso é o destino. O menino sofria devido à sua avidez pelo estudo. Velho e no exílio, é ele vítima desse seu amor pelo estudo, pois certa noite fria em Paris, ao regressar duma sessão no Instituto de França, é ele acometido por pneumonia gripal, vindo a sucumbir em consequência disso.

Pouco depois, pelo decreto de 23 de julho de 1840, é declarada a sua Maioridade, tendo apenas 14 anos, sete meses e 21 dias de idade.

Fisicamente foi um bem para o imperador a sua declaração de maioridade. Já agora a maior parte de seu tempo era absorvida nas atividades complexas e difíceis de chefe de Estado, não gastando senão ligeiros momentos, sentado e lendo, ou estudando.

A “Balaiada”, desde 13 de dezembro de 1838, sacudia o Maranhão e foi pacificada sob a orientação das rédeas do governo do novo imperador a 5 de janeiro de 1841, como um prenúncio do espírito pacífico do seu longo reinado.

Os acontecimentos políticos aconselharam-no a dissolver a Câmara dos Deputados, a 1º de maio de 1842, mas teve de arcar com suas conseqüências dolorosas, a revolução de São Paulo de 17 de maio de 1842 e a de Minas Gerais de 10 de junho de 1842. A seguir, em 5 de outubro de 1844 surgem complicações e motins em Alagoas. O Rio Grande do Sul, por sua vez, vinha lutando desde 20 de setembro de 1835 na sua República de Piratini, ou Guerra dos Farrapos.

O adolescente vai sendo temperado nestas lutas como o aço de qualidade superior. A sua cultura anterior dá-lhe o equilíbrio necessário para atender aos problemas que surgiam em todos os recantos distantes do seu magno Império. E o seu físico também se robustece. Aquele menino “magrinho e amarelo”, segundo Barbacena, é descrito pelo príncipe Adalberto da Prússia, logo após a maioridade, segundo Max Fleiuss, da seguinte forma:

“D. Pedro II possui um desenvolvimento extraordinário de intelecto; e, apesar de muito jovem ainda, pode-se classificar de robusto, tem a cabeça grande, o cabelo louro, as feições bem feitas; os seus olhos azuis e expressivos denotam sinceridade e bondade.

Desde os 17 anos que a sua conduta tem sido como a de um homem maduro, deleita-se com a ciência, tendo-se aplicado ao estudo de todos os seus ramos.”

E pouco adiante:

“Que felicidade para este belo país de ver na sua alta direção um soberano que reconhece o seu destino, e tem firme vontade de felicitar o seu povo.”

Wanderley Pinho fazendo seu belíssimo estudo dos Salões e Damas do Segundo Reinado, nos apresenta o imperador social, dizendo:

“O imperador, rapazinho e solteiro que gostava de festas e esquentava as juntas em quadrilhas e valsas, não se retraiu quando o uniram em matrimônio.”



Retrato da imperatriz Tereza Cristina. Óleo atribuído a José Corrêa de Lima, que o teria pintado em Nápoles, por volta de 1843.
(Da coleção do Museu Imperial)

Tal era o jovem imperador antes do seu casamento. Fruto típico de seu ambiente e das agitações contínuas da sua corte e dos azares políticos de seu tempo.

A plantazinha frágil, abandonada cedo pela mão carinhosa materna, vingou e, o que é mais importante, vingou bem, tornando-se um frondoso jequitibá, a cuja sombra se fixou a característica nacional do povo e firmou-se a estrutura política do Brasil.

II. Em busca de uma noiva

Viviam ainda os homens cujo pulso de aço apoiara d. Pedro I por ocasião do Grito do Ipiranga. Viviam e governavam agora a terra cuja liberdade e independência sonharam antes da transmigração da corte do príncipe d. João ao Brasil. Governavam porque o fundador do Império abdicara e o herdeiro ainda era menor. Muito lhes preocupava o destino da pátria, não obstante os partidos e as facções que se formavam em torno de alguns líderes. Grande era o seu temor que o jovem príncipe houvesse herdado do pai não somente um trono, com imensos horizontes, mas também a natureza irrequieta, com insondáveis profundidades de aventureiro amoroso.

Era preciso evitar a repetição do que houvera com o primeiro dos Pedros do Brasil. E como fazê-lo? Para tanto não bastariam os conselhos e o exemplo da aia, nem dos preceptores e mestres. O ambiente não era de todo favorável a uma existência regrada onde os costumes ainda eram bastante livres. Impunha-se tomar uma atitude definitiva para evitar um novo fracasso para o destino do Império, caso o segundo monarca seguisse os passos do pai por uma natural tendência atávica. E esta medida, concluíram as cabeças encanecidas dos brasileiros de escol junto à corte, seria dar ao imperador uma companheira cedo, antes que fosse possível revelar-se nele qualquer tendência menos favorável.

Além do mais, não era demasiado cedo tratar-se do casamento dum imperador devido à sua pouca idade, visto que o casamento de reis não está condicionado a fatores puramente biológicos nem econômicos, e sim, principalmente, ao fator político.

O imperador casado, estaria assegurada uma provável calma na administração, evitando-se os sucessos desastrosos de seu augusto pai.

A equação armada, faltavam-lhe apenas alguns valores para a sua resolução.

Qual seria a princesa capaz de renunciar ao ambiente da Europa e decidir-se a vir para o Brasil? A distância era grande. A viagem demorada e penosa. O isolamento do resto das cortes reais quase que absoluto. E da América em geral, e do Brasil em particular, nada sabiam de positivo nem de bom. Apenas as lendas fantásticas povoavam a mente de quase todas as princesas européias, lendas em que apareciam, ao lado da figura cavalheiresca de d. Pedro I, a figura de d. Leopoldina, tornada mártir na opinião não só da Casa d'Áustria mas nas demais casas reinantes do Velho Mundo, e a figura lendária da marquesa de Santos, como a mais vil e hedionda das criaturas.

Surgia, naturalmente, a indagação quanto à riqueza do jovem pretendente. A suposição era que ela fosse fabulosa, como a dos príncipes orientais ou dos incas, astecas e maias por ocasião das conquistas de Córtez, Pizarro, Almagro e outros.

Mas, a fortuna do príncipe ficara coisa de domínio público com a morte do duque de Bragança, seu pai. Como noivo, e como príncipe, d. Pedro II era pobre. Diz Heitor Lira, em *História de Dom Pedro II*, que

“de renda, sólida e líquida, com que garantir a subsistência e responder aos numerosos compromissos do cargo, só tinha, a bem dizer, a dotação de 800 contos que lhe pagava o Estado, e os juros de 193 apólices da dívida pública, que lhe deixara a mãe. A Coroa possuía certamente algumas propriedades, mas que lhe davam antes despesas do que lucros.”

Esta era a situação real do imperador, ainda menor; esta a preocupação séria e oculta dos homens que junto a ele regiam os destinos do Brasil e de cujas mentes não se apagaram ainda os sucessos turbulentos da vida amorosa de d. Pedro I, e que desejavam ardentemente evitar a sua repetição na pessoa do filho.

No Arquivo Histórico do Itamarati, citado por Argeu Guimarães no seu livro *Em Torno do Casamento de Pedro II*, encontra-se um documento de *instruções confidencialíssimas*, datado

de 28 de março de 1839, do ministro dos Negócios Estrangeiros pela época, o futuro 1º barão de Itamaracá, Tomás Antônio Maciel Monteiro, ao encarregado dos Negócios do Brasil em Madri, futuro conselheiro José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, a respeito da abertura de conversações nessa corte, por anterior informação e insistência do israelita José Büschenthal, casado com linda e encantadora brasileira, admirada na corte da rainha Cristina da Espanha, e que revelara ser de interesse da Casa de Bourbon unir-se em casamento com o ramo brasileiro da Casa de Bragança.

Büschenthal, sem que ninguém lhe desse o encargo de buscar uma consorte para d. Pedro II, ainda menino, já desde janeiro de 1838, e depois, em julho do mesmo ano, procurava entrar em entendimentos tanto com o regente Olinda do Brasil, como ainda junto à corte espanhola. Daí as “instruções confidencialíssimas” de Maciel a Albuquerque em março de 1839, por ordem de Olinda.

Supondo o regente, marquês de Olinda, que Albuquerque obtivesse êxito na sua missão, falou a d. Pedro II sobre a possibilidade do seu casamento e das vantagens que com isso adviriam para o Brasil. Isto em março de 1840; portanto quatro meses antes da Maioridade.

Não tardou, porém, a voltar à carga e agora na presença das princesas, irmãs do senhor d. Pedro II, e de seu tutor, o marquês de Itanhaém, Cavalcanti de Albuquerque chegou a entrevistar-se sobre o assunto com a rainha Cristina a 19 de março de 1840, perante a qual tentou desmascarar a ação de Büschenthal, inteiramente arbitrária, e percebeu as disposições favoráveis ao enlace de d. Pedro II com uma das filhas de S. A. R. a infanta da Espanha. E ainda pouco depois, com a queda de Cristina, sendo regente da Espanha o general Espartero, Cavalcanti de Albuquerque foi recebido em duas audiências em dias seguidos, 27 e 28 de novembro de 1840, pelo novo chanceler do reino de Espanha, d. Joaquim Maria de Ferrer y Cafranca, que lhe falou da possibilidade do casamento de d. Pedro II com uma das filhas do infante d. Francisco de Paula.

E não passou disso a abertura de conversações sobre os possíveis esponsais do imperador na corte madrilena.

Por esse tempo Daiser era ministro plenipotenciário da Áustria junto à corte do Brasil. Ciente do interesse que havia em casar d. Pedro II, e ainda influenciado pelo ambiente de sua terra natal onde a natureza leva mais tempo até seu desenvolvimento pleno do que nos trópicos, opinou ao marquês de Olinda a pouca idade do imperador, e, ao mesmo tempo, receoso que as intrigas de Büschenthal tomassem vulto e chegassem a um desfecho favorável, oficiava a Metternich que o imperador, não obstante sua pouca idade, já estava muito desenvolvido fisicamente, quase que precocemente.

As negociações diplomáticas, porém, com o fim de tratar do casamento do imperador só tiveram curso depois da Maioridade. Deveu-se isto à ação decisiva do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuro visconde de Sepetiba, que, pondo de lado os entendimentos de Cavalcanti e Albuquerque junto à Casa de Espanha, tratou da imediata abertura de conversações com a Casa da Áustria. O imperador consultado aquiesceu incontinentemente. E era natural. Ele era um dos rebentos americanos dessa casa e com ela gostaria de manter as mais estreitas relações, conforme se depreende de sua carta endereçada ao tio, Fernando II da Áustria, levada pessoalmente pelo seu embaixador extraordinário, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Bento da Silva Lisboa, futuro 2º barão de Cairu, que embarcou com destino a Viena em 12 de dezembro de 1840.

A carta do imperador dizia textualmente:

“O meu maior desejo é realizar esses três casamentos (dele e suas duas irmãs), sobretudo o meu, na augusta Casa da Áustria, à qual já estou ligado pelo mais próximo parentesco, e pela qual tenho sempre os mais vivos sentimentos de afeto e veneração, não só pelas grandes virtudes que a distinguem, como pelo respeito à memória de minha falecida mãe, que não cessamos de chorar, e cuja lembrança está eternamente gravada em nossos corações e, posso dizer, no coração de todos os brasileiros.”



Reprodução ampliada de uma gravura existente no Museu Imperial.

Passaram-se, porém, quase dois anos, e nenhum resultado da missão Bento Lisboa chegava à corte já impaciente com a demora, e mais que da demora, da quase absoluta falta de notícias sobre o andamento das conversações de casamento do imperador e de suas augustas irmãs, as princesas d. Januária e d. Francisca.

É que o príncipe Metternich desdenhava do Brasil e do imperador, ainda sob a violência de seu ressentimento contra d. Pedro I. E Bento Lisboa, desesperado por uma solução a dar ao seu imperial amo, conhecendo na corte de Viena o ministro de Nápoles, conselheiro Vincenzo Ramirez, por seu intermédio teve conhecimento e aproximação de uma das princesas do reino das Duas Sicílias. D. Teresa Cristina Maria de Bourbon, fato esse que surpreendeu vivamente a Metternich, o qual, segundo afirmação de Henri Raffard, já estava projetando a união de d. Pedro II com a arquiduquesa Olga, princesa de elevados predicados, e que depois se casou com o rei de Württemberg.

III. D. Teresa Cristina Maria

A noiva que inesperadamente surgiu no cenário, obscurecido pela indiferença de Viena, do embaixador Bento Lisboa, era, como fora desejo do imperador, descendente direta de reis e ligada às melhores casas reinantes. Neta de Carlos IV, da Espanha, filha de Francisco I das Duas Sicílias e de sua esposa d. Maria Isabel de Bourbon, infanta de Espanha, irmã mais moça de Fernando II, então no trono desse reino, para não ir mais longe na sua árvore genealógica, princesa real das Duas Sicílias d. Teresa Cristina Maria de Bourbon nascera a 14 de março de 1822, em Nápoles, então capital desse reino.

Max Fleiuss, em *Páginas de História*, descreve-a com muita elevação, com as seguintes palavras:

“Iluminavam-lhe o coração de ouro, com o mais vivo fulgor, as virtudes cristãs, como sinalética de seu boníssimo espírito de mansuetude, lhaneza, modéstia, rigorosa discricção, perfeita resignação à vontade de Deus e amor ao semelhante, traços dominantes do seu caráter,

que dela soube fazer, em terras brasileiras, um autêntico arcanjo da caridade ou, como disse o seu augusto esposo, num de seus últimos e mais sugestivos sonetos:

“... a sombra hospitaleira
Em que todo o infortúnio achou guarida”.

Das três irmãs, ainda solteiras, de Fernando II, das quais se dizia serem belas, inteligentes e religiosas, só a terceira aceitou a proposta do embaixador plenipotenciário Bento Lisboa, feita através do rei, seu irmão. Esta pronta decisão da princesa d. Teresa Cristina bem revela o seu espírito de modéstia e de devoção, prontificando-se a deixar Nápoles, e a Europa, trocando-as pelo desconhecido dum Império recém-fundado e ainda agitado pelos tumultos tão comuns naquela época em terras da América do Sul, em que a sua modéstia se patenteia em abandonar as faustosas cortes européias, e a sua devoção em saber que no Império só encontraria de seu o imperador, seu esposo, sem que outra qualquer simpatia pelo povo e pela terra já estivesse formada em seu espírito nessa época.

Bento Lisboa, desanimado que estava com o insucesso e demora de sua missão em Viena, nem sequer lembrou-se em reparar mais atentamente na pessoa da noiva, confrontando a sua observação com a recomendação do imperador. E esta sua falta de detalhes, nas informações remetidas à corte, da escolha da noiva seria farta e maldosamente explorada pelos embaixadores e estrangeiros que se encontravam aqui, na ânsia de enviarem notícias sensacionais aos seus países, fugindo até à discrição elegante que o seu cargo de diplomata exigia, e o que é mais lamentável até por alguns historiadores patricios, mais suggestionados pelas informações de intrigantes da Corte do que pelo aspecto real do fato.

Pedro Calmon, com sua maestria descritiva, dá um aspecto da imperial noiva no seu livro *O Rei Filósofo*, dizendo:

“Três anos mais velha do que d. Pedro II, era muito baixa, e claudicava de uma perna. Dissimulava o defeito andando pouco; e para corrigi-lo, apoiava-se a uma bengala. Junto do imperador, de alta estatura, contrastaria singularmente, pequenina e morena, de ca-



O imperador d. Pedro II e a imperatriz d. Teresa Cristina por ocasião do casamento.
Litografia de Gatti e Dura. (Da coleção do Museu Imperial)

belos negros, lustrosos e lisos, e um ar de candura e bondade que não possuíam, nos seus retratos rubescentes, as arquiducas austríacas de sua gloriosa estirpe. De rosto, era quase bela. Luziam-lhe largos e úmidos olhos claros: principalmente lhe iluminava a fisionomia um sorriso generoso, que dava ao seu modo modesto e tímido, suavemente feminino, de cumprimentar as pessoas, um tom sedutor de meiguice e simpatia. Era sadia, afável, instruída e – como toda a aristocracia italiana – cantora e musicista de arte exímia.”

D. Teresa Cristina, apesar de não preencher todos os requisitos físicos para ser inteiramente do agrado do jovem imperador que ansioso aguardava no Brasil a solução do seu casamento, contudo deu provas sem conta de ter sido a melhor das esposas, que o imperador, com o seu temperamento retraído, pôde ter. E ele mesmo, d. Pedro II, é quem o provou com o exemplo dos seus 46 anos de casado, fiel até a morte à sua esposa, e mãe de seus filhos.

IV. O tratado matrimonial e sua ratificação

No Arquivo de Documentos Históricos do Museu Imperial encontra-se a cópia manuscrita, datada de 20 de maio de 1842, de Viena, e assinada por Bento da Silva Lisboa e Vincenzo Ramírez, do *Tratado matrimonial entre S. M. I. o senhor d. Pedro II, imperador do Brasil, e S. A. a senhora princesa d. Teresa Cristina Maria* e que transcrevemos na íntegra:

* * *

“Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade Padre, Filho e Espírito Santo.

O sereníssimo e potentíssimo príncipe Fernando II, rei do reino das Duas Sicílias, de Jerusalém, havendo como chefe da augusta família dos Bourbons de Nápoles dado com o maior prazer o seu consentimento à nova aliança que o sereníssimo e potentíssimo príncipe d. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil mostrou desejo de contrair, unindo-se em matrimônio com a sereníssima e potentíssima princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria, caríssima irmã de S. M. Sici-

liana, e a dos sereníssimos príncipes animados igualmente do mais vivo desejo de apertar com esta união mais intimamente os vínculos de parentesco e de amizade, que felizmente subsistem entre as duas augustas famílias, querendo concluir o mais depressa possível esta união com a estipulação formal de uma convenção, a qual regule solenemente as partes dotais; tem para tal fim escolhido e nomeado por seus plenipotenciários a saber, Sua Majestade o Imperador do Brasil, o senhor Bento da Silva Lisboa, cavaleiro grã-cruz da Ordem de N. S. da Conceição da Vila Viçosa de Portugal, comendador das Ordens de Cristo, da Legião de Honra de França, e de Leopoldo da Bélgica, conselheiro de Sua dita Majestade, e seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto da imperial e real corte de Viena: e Sua Majestade o rei das Duas Sicílias, o sr. d. Vicente Ramírez, cavaleiro grã-cruz condecorado com o grão cordão da Ordem Real e Militar de Sardenha de S. Maurício e S. Lázaro, cavaleiro número da Real e Distinta Ordem espanhola de Carlos III, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua dita Majestade, junto da imperial e real corte da Áustria.

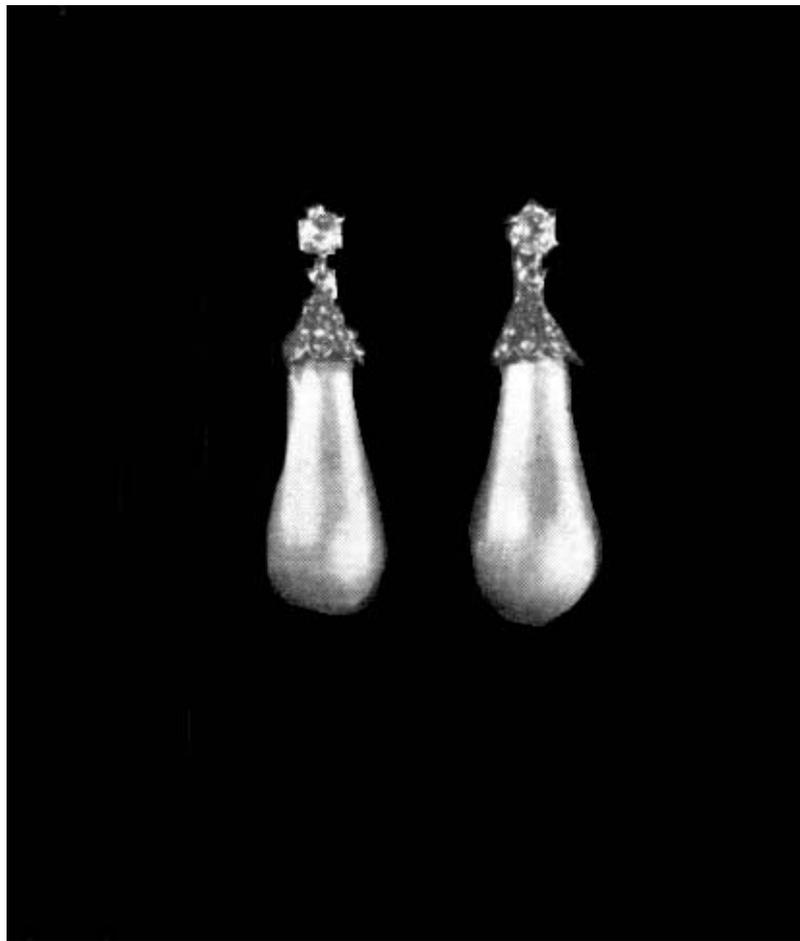
Os quais, depois de terem trocado os seus respectivos plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1^o

Sua Majestade siciliana, em conseqüência da proposta que se lhe fez da parte de S. M. o Imperador do Brasil d. Pedro II, promete solenemente conceder-lhe por esposa e futura consorte a sua augusta irmã, a sereníssima princesa Teresa Cristina Maria. O casamento, precedidas as dispensas do soberano pontífice, por causa do parentesco que existe entre os augustos esposos, celebrar-se-á em Nápoles por procuração, e será depois em pessoa ratificado quando a sereníssima princesa Teresa Cristina Maria chegar ao Brasil.

Artigo 2^o

Logo que a cerimônia do casamento tiver lugar, a sereníssima princesa Teresa Cristina Maria será declarada imperatriz do Brasil, e como tal, confiada ao comissário plenipotenciário de



Brincos usados por d. Teresa Cristina na cerimônia do seu casamento.
Pérolas em forma de pera, ouro e brilhantes.
(Coleção do Museu Imperial)
Tamanho natural

S. M. o Imperador, autorizado para recebê-la, embarcando-a depois para transportar-se ao Brasil em uma esquadra que S. M. o Imperador para esse fim enviará a Nápoles com a devida comitiva.

Artigo 3º

S. M. siciliana, em conformidade do que se tem praticado com as outras suas augustas irmãs, que se têm casado, constitui à sereníssima princesa Teresa Cristina Maria, o dote de cento e vinte mil ducados do reino de Nápoles, que será pago em moeda corrente em Nápoles antes da celebração do casamento a quem for devidamente autorizado por S. M. I., para receber tal quantia, passando-se o recibo do costume.

Artigo 4º

S. M. o Imperador do Brasil promete constituir à sereníssima esposa, a título de contra-dote, e para aumento do sobredito dote, a quantia de cem contos de réis, moeda do Brasil, equivalentes a ducados napolitanos cento e cinqüenta mil; e para maior segurança, tanto de tal aumento, como do dito dote, obriga para a mencionada sereníssima esposa, com pleno direito de hipoteca, a totalidade das rendas do Império do Brasil, e em particular os bens da Coroa, especificados no instrumento de segurança que S.M.I. fará expedir em boa e devida forma, a contento de S. M. siciliana, entregando-se em Nápoles juntamente com a ratificação do tratado matrimonial.

Artigo 5º

Com o pagamento deste dote de cento e vinte mil ducados napolitanos, a sereníssima esposa Teresa Cristina Maria se declara contente e satisfeita da sua legítima paterna e materna, sem que possa posteriormente alegar outro direito nem intentar ação ou pretensão contra a herança livre dos seus reais progenitores, da qual fica inteiramente excluída. A sereníssima princesa Teresa Cristina Maria, antes de efetuar-se o casamento, fará a sua renúncia em boa e devida forma, e com todas as cautelas e solenidades necessárias; e celebrado o casamento a aprovará e ratifi-

cará igualmente com o seu real esposo por si e seus augustos descendentes herdeiros e sucessores, na forma mais solene e autêntica.

Artigo 6º

S. M. I. destinará para a sua futura sereníssima esposa Teresa Cristina Maria, a fim de poder suprir às despesas de tocador e outras semelhantes, a quantia anual de cem contos de réis, moeda do Brasil, igual a ducados napolitanos, cento e cinquenta mil. Esta quantia será paga mensalmente em partes iguais, ficando absolutamente ao arbítrio da sereníssima esposa dispor deste dinheiro. Bem entendido que esta pensão não lhe deverá servir senão para ornatos, vestidos, esmolas, e outras despesas de pequena importância; devendo o augusto esposo prover a tudo o que for relativo ao tratamento da casa e corte da sereníssima esposa: como também a mobília das salas e câmaras, mesa, cavalariças, conforme a sua alta hierarquia.

Artigo 7º

Sua Majestade o Imperador promete dar à sua sereníssima esposa, depois da celebração do casamento, um presente de jóias, a título de presente de bodas, e concessão esponsalícia.

Artigo 8º

Sua Majestade o Imperador promete por si e seus herdeiros e sucessores, destinar à sereníssima esposa no caso de ficar viúva, em soma de cem contos de réis, igual a cento e cinquenta mil ducados napolitanos, pagos de trimestre a trimestre, sem dedução alguma, a título de pensão de viúva. Esta quantia será paga pela mesma forma, como a do dote e contradote, hipotecada na totalidade das rendas do Império do Brasil, e em particular sobre os bens da Coroa, especificados no instrumento de segurança, o qual será remetido a S. M. siciliana na conformidade do artigo 4º deste tratado matrimonial. A sereníssima esposa gozará desta pensão de viúva durante a sua viuvez, contanto que resida no Império do Brasil, e neste caso terá direito a ficar no palácio que ocupou quando vivia o seu augusto esposo, ou de escolher para

sua habitação outro palácio a seu aprazimento, onde estiver a sede do governo. O palácio que a sereníssima viúva escolher para sua habitação será completamente mobiliado, montado e conservado em estado de ser habitado, tudo à custa do imperador, e de seus herdeiros e sucessores.

Deverá também ser fornecido de baixelas, roupa branca, cavalariças necessárias, e de tudo mais conforme à alta hierarquia da ilustre princesa. Mas se a augusta esposa sair dos Estados do Brasil, a pensão de viúva de cem contos de réis ficará reduzida à metade.

Artigo 9º

Se no seu estado de viúva, a sereníssima princesa Teresa Cristina Maria se achar sem filhos, poderá, quer fique no Brasil, quer dele se ausente, dispor livremente do seu dote, que deverá restituir-se-lhe, e até o momento em que lhe não for restituído o capital, deverão pagar-se-lhe os juros de cinco por cento. Ela disporá livremente de toda sua propriedade, jóias, pedras preciosas, vasos de ouro e de prata, e de outros enfeites, quer os tivesse trazido para o Império do Brasil, quer os tivesse ali adquirido por qualquer modo, e ser-lhe-á consignada, para dispor a seu aprazimento, a metade dos bens móveis não pertencentes à Coroa, adquiridos em comum com o seu augusto esposo, durante o matrimônio.

Artigo 10º

Se, pelo contrário, como é de esperar, o céu abençoar esta união, e o imperador do Brasil deixar um ou mais filhos, em tal caso a sereníssima princesa viúva, fixando a sua residência no Império, conservará aquilo que lhe foi destinado nas estipulações dos artigos precedentes; assim como os vencimentos dos juros do dote e contra-dote inteiros; e se partir do Brasil para estabelecer-se em outra parte, não terá senão metade da quantia de cem contos de réis, moeda do Brasil, e do terço do dote e contra-dote, e de tudo que possuir até então em propriedade que, em objetos trazidos por ocasião do casamento, ou adquiridos mais tarde de qualquer modo, e igualmente a terça parte da metade dos bens livres, e efeitos móveis não pertencentes à Coroa, e adquiridos em comum

com o augusto esposo durante o casamento; entretanto que os outros dois terços de bens e efeitos que acabam de ser enumerados, se devolvem pelo que é relativo ao capital, aos filhos que tiver deixado no Império, e a sereníssima princesa viúva conservará o vencimento dos juros, durante a sua vida.

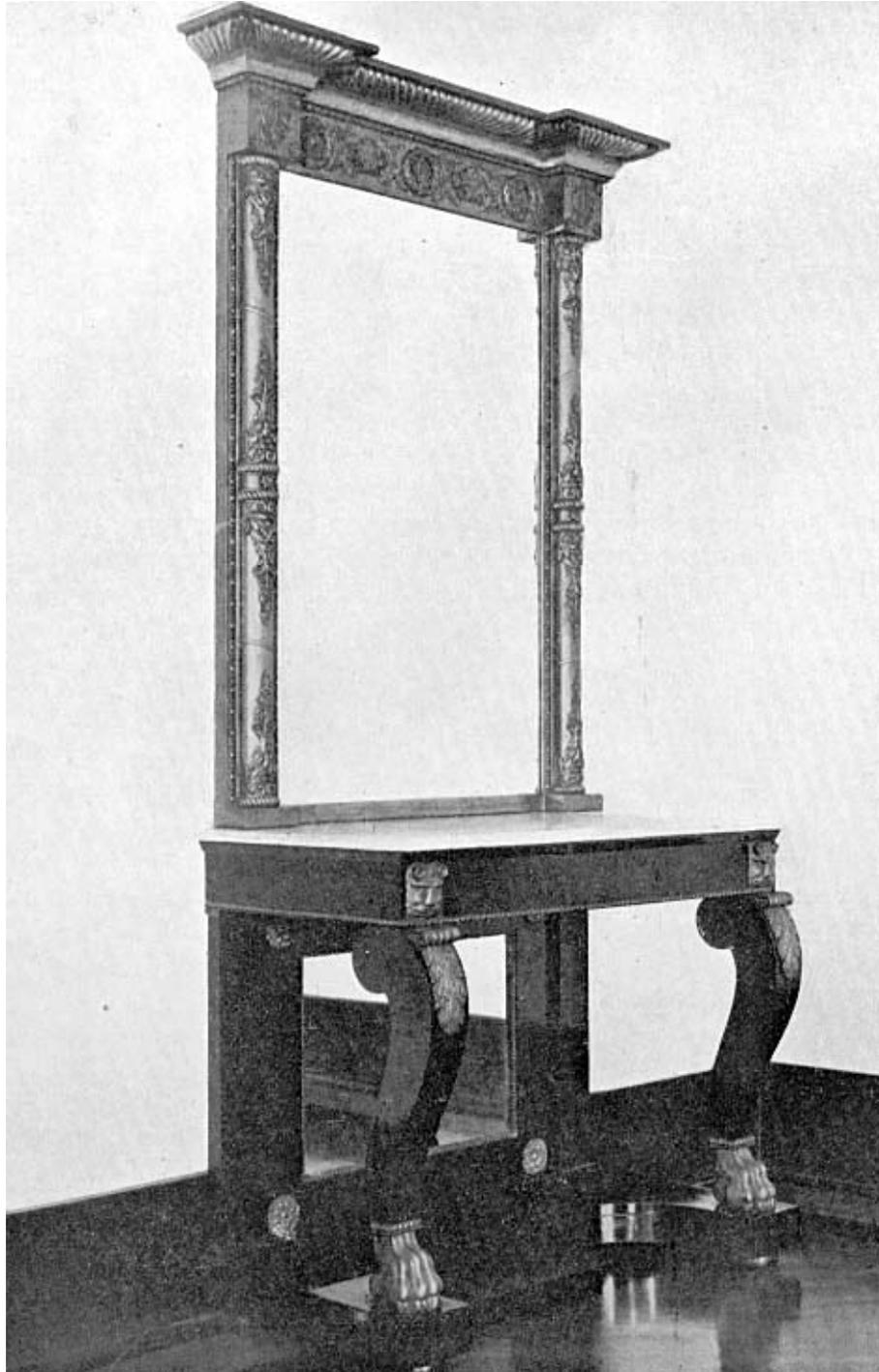
Artigo 11^o

No caso que a sereníssima princesa faleça primeiramente que o seu augusto esposo, sem deixar descendência, poderá dispor de seu dote, assim como de toda a sua propriedade no estado em que se achar no momento da morte; das suas jóias, pedras preciosas, alfaias, vasos de ouro e prata, e outros objetos que trouxesse na ocasião do casamento, ou que tivesse de qualquer modo adquirido: e igualmente da metade dos bens móveis não pertencentes à Coroa, adquiridos em comum com o imperador seu esposo, durante o casamento. E se falecer sem nada ter disposto, tais bens e objetos serão restituídos aos herdeiros *ab intestato* da ilustre defunta. Em um e outro caso formar-se-á um inventário exato e circunstanciado para ser entregue sem falta com tais bens e efeitos aos herdeiros que sucederem à sereníssima princesa, quer em virtude de testamento, quer *ab intestato*. Mas se, pelo contrário, a sereníssima princesa morrer antes de seu augusto esposo, deixando um ou mais filhos, a sua herança no mesmo modo em que se achar no dia do falecimento, se devolverá a estes últimos, no caso que a ilustre defunta não tenha usado do seu direito de dispor da terça parte de tal herança.

Artigo 12^o

Os presentes artigos do contrato matrimonial serão ratificados por S. M. o Imperador do Brasil, e por S. M. o rei das Duas Sicílias, e os atos das respectivas ratificações serão trocados em Nápoles, ou em Viena, no prazo de seis meses, ou antes se for possível.

Em fé do testemunho do que, nós os plenipotenciários respectivos, em virtude dos nossos plenos poderes, assinamos, cada um com os nossos punhos, as presentes convenções matrimoniais,



Consolo com espelhada mobília que guarneceu os aposentos da imperatriz d. Teresa Cristina a bordo da fragata *Constituição* (Coleção do Museu Imperial)

expedidas em duplicata, para serem trocadas reciprocamente, e lhes fizemos pôr o selo das nossas armas.

Feito em Viena aos 20 de maio de 1842.

*Bento da Silva Lisboa.
Vincenzo Ramirez.”*

* * *

Resumindo o que estipulava o tratado matrimonial a imperatriz tinha de dote do seu irmão, 120 mil ducados napolitanos, correspondendo a 80 contos de réis brasileiros da época; e de contra-dote, do imperador, 150 mil ducados, ou sejam, 100 contos de réis; e para garantia de pensão de viúva outros 150 mil ducados, somando tudo a um total de 420 mil ducados napolitanos, aproximadamente cerca de 300 contos de réis em nossa moeda do tempo.

Nos papéis da Casa Imperial, existentes no Arquivo do Itamarati, e transcrito *in nota* por Heitor Lira em seu trabalho *História de Dom Pedro II*, lemos que “para garantia do dote, contra-dote e pensão de viúva ficavam hipotecados os seguintes bens da Casa Imperial (cópia textual):

1. Edifício da rua de Bragança, avaliado em 50 contos;
 2. Casa assobradada, contígua ao mesmo edifício, avaliada em 25 contos;
 3. Edifício grande à rua Dom Manuel, onde funciona o Teatro São Januário, avaliada em 45 contos;
 4. Casa assobradada à rua do Ouvidor, avaliada em 30 contos;
 5. Edifício nobre à rua do Passeio, avaliado em 40 contos;
 6. Chácara da lagoa Rodrigo de Freitas, à rua da Floresta, adjacente ao Jardim Botânico, avaliada em 15 contos;
 7. Edifício nobre à rua da Guarda Velha que havia servido ao tempo do rei dom João, de Tesouro da Real corte, avaliado em 50 contos;
 8. Edifício de aspecto decoroso, também à rua da Guarda Velha, avaliado em 45 contos.
- Soma tudo a 300 contos de réis.

Além do dote acima referido, punha-se à disposição da legação imperial em Londres, para compra das jóias que o imperador devia dar à esposa, conforme estipulava o contrato, a soma de 5 mil libras esterlinas. Recomendava-se que essas jóias fossem um bandeau e adereços de brilhantes.”

Portador do tratado matrimonial, chegou à Corte, a bordo do navio inglês *Penguin*, em data de 23 de julho de 1843, o sr. José Ribeiro da Silva, adido à legação brasileira em Viena e que fora como secretário de Bento da Silva Lisboa.

Era a data aniversária da declaração de Maioridade do imperador, festejada solenemente no Império.

Só no dia seguinte o *Jornal do Comércio* tornava de domínio público a magna notícia do contrato de casamento de S. M. I.

José Ribeiro da Silva era portador dum retrato da futura imperatriz e foi no mesmo dia de sua chegada, não obstante as solenidades no paço pelo transcurso da data da Maioridade, recebido pelo imperador que, entusiasmado com a nova alvissareira e pelo retrato da noiva, e ignorando o detalhe do seu defeito físico, ratificou sem tardança o tratado matrimonial, e o mesmo portador regressou a Nápoles, embarcando da corte no dia 14 de agosto do mesmo ano de 1842, portanto 23 dias após a sua chegada.

V. Em torno do casamento

- A. os preparativos;
- B. embarque da Divisão Naval;
- C. pedido oficial em casamento;
- D. cerimônia do casamento em Nápoles;
- E. cerimônia da entrega da imperatriz;
- F. partida para o Brasil;
- G. chegada ao Brasil, primeiro encontro dos noivos;
- H. cortejo, cerimônia da benção no Rio, recepção, festejos.

A. Era natural que o jovem noivo e toda a corte se movimentassem imediatamente em preparativos para o faustoso acontecimento, o terceiro, em relativamente pouco tempo, no Brasil.



Porcelana de Sèvres. Presentes de Napoleão III a d. Pedro II (Col. do Museu Imperial)

O *Jornal do Comércio*, a 22 de fevereiro de 1843 dá uma descrição minuciosa dos aposentos reservados à imperatriz na fragata *Constituição* que deveria trazê-la em cuja luxuosa decoração sobressaem os nomes de artistas e mestres vários da época, entre os quais Manuel Teodoro Xavier, Inácio Joaquim dos Santos, Marcos Ferrez, Palhares, Boulanger, Marin, Barandier, Léger e outros.

Heitor Lira, *in nota* do seu trabalho citado, menciona que o ministro de França na corte de São Cristóvão, conde Ney, em ofício de 12 de julho de 1843 escrevia: “No palácio de São Cristóvão fazem-se grandes preparativos para a recepção da imperatriz, que o imperador parece aguardar com a maior impaciência. Ele mesmo dirige os trabalhos para o embelezamento e a decoração do interior. Os móveis, que são de grande riqueza, provém de nossas fábricas de Paris”.

B. A Divisão Naval brasileira que devia trazer d. Teresa Cristina compunha-se de três navios de guerra sob o comando de Teodoro de Beaurepaire Rohan, a saber: fragata *Constituição*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra José Inácio Maia, e as corvetas: *Dois de Julho*, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Pedro Ferreira de Oliveira, e *Euterpe*, comandada pelo capitão-de-fragata João Maria Wandenkolk.

Tudo preparado, a 5 de março de 1843 a esquadra levantou ferros com destino a Nápoles onde aportou a 22 de maio.

A bordo da fragata *Constituição* seguia o embaixador especial extraordinário de S. M. I. d. Pedro II junto à corte napolitana, conselheiro José Alexandre Carneiro Leão, futuro visconde de São Salvador de Campos, levando como secretário da embaixada o comendador Brás Carneiro Belens. Para servir na comitiva da imperatriz iam mais as seguintes pessoas especialmente destacadas para a honrosa missão: mordomo-mor da imperatriz, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, gentil-homem da câmara do imperador e grande dignitário da Ordem da Rosa; a camareira-mor, marquesa de Maceió; a dama de honor, Elisa Leopoldina Carneiro Leão, futura viscondessa de São Salvador de Campos; a açafata, Isabel de Beaurepaire; o médico, dr. Francisco Freire Alemão; o capelão, cônego Manuel Joaquim da Silveira; e numerosas outras pessoas menos ilustres.

O desembarque deu-se no cais de Santa Lúcia, em Nápoles, sob festivas aclamações populares.

C. No dia 26 de maio houve uma recepção particular designada pelo rei para apresentação do embaixador de S. M. I. d. Pedro II, da sua comitiva e da oficialidade da divisão naval brasileira.

No dia seguinte, 27 de maio, foi feita a apresentação oficial do embaixador. Carneiro Leão seguiu num carro faustoso, digno da ocasião, que lhe fora remetido pelo ministro do Brasil em Londres, Marques Lisboa. No seu conjunto imponente, a pompa não podia ter sido mais vistosa.

O *Jornal do Comércio* em 18 de agosto do mesmo ano publicava alguns extratos da *Gazeta das Duas Sicílias*, chegada ao Rio, e narrando este acontecimento, datado de Nápoles, em 27 de maio de 1843. Dela tiramos alguns trechos:

“O dia de hoje foi marcado para o solene pedido de mão de S. A. R., e esta manhã teve lugar a augusta cerimônia que passamos a descrever.

Às 10 horas da manhã, o introdutor dos embaixadores e um camarista de semana em grande uniforme saíram do real palácio em coche puxado a seis cavalos com batedores em grande gala, e dirigiram-se à habitação de S. Ex.^a o embaixador do imperador do Brasil, no Palácio Scalleta, com um ajudante de campo em outro igual coche puxado também a seis.

Já para o mesmo palácio da embaixada, os ministros de Estado, o corpo diplomático, os oficiais-mores da corte e personagens da real câmara tinham mandado os seus coches de gala para fazerem cortejo a S. Ex.^a embaixador. Após o cerimonial de costume na casa da embaixada, saiu o cortejo para o palácio, onde, sendo introduzido o embaixador, com as formalidades do costume, dirigiu a S. M. que se achava em pé no trono, o seguinte discurso:

“Senhor – O imperador do Brasil me envia em embaixada extraordinária junto a V. M. para pedir em seu nome a mão de S. A. R. a princesa Teresa Cristina

Maria, ilustre irmã de V. M. As eminentes qualidades desta princesa e a ilustração da sua família concorrem para desenvolver o ardente desejo do meu augusto amo, de estreitar por esta aliança os laços que o unem já a V. M. e à família real.

A nação brasileira aplaude a escolha de seu soberano; os seus votos acompanham no trono a princesa que o Brasil, por ufania, verá sentada ao lado do seu imperador.

Senhor, ao depositar nas mãos de V. M. as minhas credenciais, desempenho uma muito honrosa missão, que me deixará nobres recordações, pois que me permite entrever a felicidade e a glória de uma dinastia e de um povo. Possa eu cumprir esta missão de modo a adquirir aos olhos de V. M. um título à sua real benevolência!”

S. M. respondeu nos seguintes termos:

“Senhor embaixador – A honrosa missão de que fostes encarregado pelo vosso augusto soberano, de pedir-me em seu nome a mão de minha amável irmã Teresa não podia ser mais grata ao meu coração. Concedendo-lha com o maior contentamento, estou certo que a minha diletíssima real irmã prestará com igual satisfação o seu consentimento a este bem augurado no que servirá para estreitar os antigos laços de parentesco e de amizade entre as duas famílias. Tenho a esperança que minha cara irmã poderá fazer a felicidade de seu augusto esposo, e que procurará merecer o seu amor e a estima da nação brasileira. Vi, pois, com o maior prazer, senhor embaixador, que fostes escolhido para representar o imperador nesta faustosa ocasião.”

Conduzido depois o embaixador aos aposentos das rainhas, consorte e mãe, dirigiu-lhes os discursos de estilo, aos quais responderam S.S. M.M. com a maior benevolência.

O embaixador pediu depois a S. M. a rainha-mãe que lhe permitisse apresentar à real princesa o retrato do imperador seu noivo, ao que anuiu S. M. com o mais vivo prazer; e mandando

vir à sua presença a real princesa, dirigiu-lhe o embaixador o seguinte discurso:

“Senhora – O imperador do Brasil incumbiu-me de apresentar em seu nome a V. A. R. a oferta que lhe faz de seu coração e de partilhar o seu trono. Tocado de vossas virtudes, aprecia altamente em V. A. R. os dons de um feliz nascimento e os frutos de admirável educação, sustentada pelos mais ternos exemplos. O seu amor e os seus cuidados asseguram a felicidade de V. A. R., a quem S. M. deverá uma nova garantia da afeição dos seus súditos, da qual são penhor as graças e a amabilidade que distinguem a V. A. R.

Todos os meus votos, senhora, clamam uma resposta afirmativa de vossa boca. Possa eu ufanar-me toda a minha vida da parte que me couber neste feliz sucesso, devido a esta resposta e a confiança do imperador meu augusto amo”.

Ao terminar o seu discurso, S. Ex.^a recebeu das mãos do secretário da embaixada o dito retrato, e apresentou a S. A. R. a qual, antes de aceitá-lo fez uma profunda reverência a S. M. no ato de pedir-lhe permissão, e tendo-a obtido, recebeu das mãos do embaixador a efígie do augusto noivo, que pela dama de honor lhe foi posta ao peito. S. A. R. respondeu ao embaixador nos seguintes termos:

“Senhor embaixador – Se todos os momentos da minha vida recebi provas da bondade da rainha minha augusta mãe e de el-rei meu irmão, reconheço nesta ocasião, a sua terna solícitude, por terem aceitado o pedido feito por vós, senhor embaixador, de unir-me ao vosso augusto amo o imperador do Brasil.

Com prazer confirmo o seu consentimento, e empenhar-me-ei por merecer a honra que me fez S. M. correspondendo a boa opinião que tem de mim, tornando-me digna do amor dos seus súditos. Rogo-vos, Sr. embaixador, que sejais intérprete dos meus sentimentos, e que acrediteis no meu reconhecimento.”

Até aí a Gazeta das Duas Sicílias.

No dia 28, o rei Fernando II ofereceu banquete ao nosso embaixador, acompanhado dos membros da sua comitiva, chefe da divisão naval e dos três comandantes dos navios brasileiros. Nesse dia a princesa real d. Teresa Cristina fez a sua renúncia de direitos ao trono das Duas Sicílias.

A 29 de maio o rei ofereceu um grande baile de gala ao embaixador Carneiro Leão.

D. E finalmente, a 30 do mesmo mês, deu-se o enlace matrimonial, coincidindo ser dia de São Fernando, nome também do soberano siciliano.

Em *Minerva Brasiliense* (n^o 4 e 9, de dezembro de 1843 a março de 1844), o cônego Silveira, posteriormente bispo do Maranhão, arcebispo da Bahia e conde de São Salvador, testemunha ocular das cerimônias e cronista de fino espírito de observação e pena magistral, descreve os sucessos em Nápoles, que julgo interessante reproduzir com suas próprias palavras como se segue:

“Às 10 horas da manhã desse dia, S.S. A.A. d. Teresa Cristina Maria, princesa real das Duas Sicílias, e o conde de Siracusa, d. Leopoldo de Bourbon, na qualidade de procurador de S.M. o imperador do Brasil, assinaram o ato civil do casamento na presença de S.S. M.M. o rei e a rainha reinante e da rainha-mãe. Ao duque de Ragnolle, síndico de Nápoles, redator desse ato, tocou o honroso encargo de apresentá-lo à assinatura de S.S. A.A.

Seguiu-se a administração do matrimônio na Real Capela Palatina, com essa dignidade e majestade que acompanham os ritos sagrados da Igreja Católica, que não podem ser presenciados sem profundo respeito.

No presbitério da capela estava levantado um trono à direita para S.S. M.M. e à esquerda uma tribuna para o resto da real família.

Foi ministro do sacramento o arcebispo capelão-mor, e testemunhas do casamento S.S. ex.^{as} o embaixador do Brasil, colocado à direita do trono, e os ministros da Justiça e Estrangeiros, à direita do celebrante.

Feita a adoração ao Santíssimo Sacramento, leu em alta voz o cônego presbítero assistente o *Breve* de S. S. Gregório XVI, dispensando os augustos esposos dos impedimentos de consangüinidade em que estavam ligados; finda a leitura, dirigiu o celebrante ao príncipe real a seguinte pergunta:

“Príncipe real das Duas Sicílias, d. Leopoldo de Bourbon, conde de Siracusa, como procurador de S. M. o imperador do Brasil, d. Pedro II de Bragança, quereis tomar por vossa legítima mulher a princesa real das Duas Sicílias, d. Teresa Cristina Maria de Bourbon, aqui presente, seguindo o rito da Santa Madre Igreja? – S. A. R. respondeu – Quero.

Da mesma maneira perguntou o celebrante à real esposa:

“Princesa real das Duas Sicílias, d. Teresa Cristina Maria de Bourbon, quereis tomar por vosso legítimo esposo S. M. o imperador do Brasil, d. Pedro II de Bragança, por si mesmo ausente, mas presente na pessoa de seu procurador o príncipe real d. Leopoldo, conde de Siracusa, segundo o rito da Santa Madre Igreja? – S. A. R., voltando-se primeiro para o trono e depois para a tribuna, baixou a cabeça a S. M. o rei e à sua augusta mãe, para implorar o seu consentimento, e tendo-o recebido, respondeu: – Quero.

O ministro do sacramento pronunciou então a fórmula sacramental, e benzeu o anel nupcial.

S.S. A.A. dirigiram-se à tribuna, e o celebrante entoou o *Te-Deum laudamus*, que foi correspondido pelo coro dos músicos em suaves harmonias.

Os castelos e vasos de guerra surtos no golfo salvaram nessa ocasião.

A corte brasileira e todos os oficiais da divisão tiveram a honra de assistir na capela real ao ato religioso nos lugares que previamente lhes tinham sido designados.

E quando S. M. a Imperatriz no palácio real recebeu as felicitações de sua augusta família, do corpo diplomático e dos grandes do reino, também as recebeu da corte e da oficialidade brasileira.

E. O dia 1º de julho, imediato, foi reservado para a solenidade da entrega da pessoa de S. M. a Imperatriz ao embaixador brasileiro, no palácio de Chiatamone (na praia de Sta. Lúcia), pertencente à S. M. Ferrando II, irmão de d. Teresa Cristina.”

E seguimos a narrativa do cônego Silveira, publicada no nº 9, de 1º de março de 1844 da *Minerva Brasiliense*:

“A sala em que se havia de executar tão solene, quão tocante cerimônia, estava ricamente adornada. Uma fita encarnada, colocada no pavimento da sala, que é um quadrado prolongado, a dividia em duas partes. Sobre esta fita e bem no centro pousava uma mesa, junto da qual estavam duas riquíssimas cadeiras, nos dois lados, divididas pela fita.

Esta divisão tinha por objeto representar na sala – do lado do poente o território napolitano – do levante o brasileiro, e o espaço ocupado pela fita – um território neutro, já porta desta sala, que dava entrada ao palácio pelo lado da terra, tinha no cimo as armas napolitanas, e por ela se entrava para o seu território; e a que dava saída para o mar, tinha no alto as armas brasileiras, e estava colocada no lado da sala que representava este território.

Às quatro horas da tarde do dia 1º de julho concorreram a este palácio o príncipe de Scilla, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, comissário plenipotenciário de S. M. siciliana, com o seu subsecretário de Estado; o sr. embaixador brasileiro com o seu secretário e a corte brasileira.

Poucos minutos depois, anunciou-se a chegada de S. M. a Imperatriz, a quem o príncipe de Scilla teve a honra de receber no território representando napolitano, ocupando o sr. embaixador e corte brasileira o lado da sala que representava o seu. S. M. compareceu em companhia de sua aia, a condessa de Montluc, sua terna amiga, que vinha banhada em lágrimas, e tomou assento junto da mesa no território napolitano. Era uma cena

bem patética! Uma princesa de alta linhagem dos reis eminente pelas suas virtudes, estava prestes a deixar tudo o que há na terra de mais querido, – pátria e família – para se unir a seu augusto consorte, transpondo a vasta região dos mares, em plagas tão remotas, no Mundo Novo! Lágrimas se deslizaram nas faces dos circunstantes, e quem as poderia reprimir? As grandes emoções do coração não se sufocam facilmente: elas transbordam a despeito da razão, cuja força nem sempre é suficiente para as fazer calar.

Passado este primeiro momento de impressão, o sr. secretário brasileiro leu o alvará de procuração de plenos poderes concedidos por S. M. o Imperador do Brasil ao seu embaixador para receber a augusta pessoa de S. M. a Imperatriz, e o subsecretário de Estado napolitano leu também o de seu soberano, concedendo ao príncipe de Scilla poderes para a entrega.

Concluída a leitura, pronunciou o príncipe um discurso congratulatório por este faustoso himeneu, que uniu o destino da augusta imperatriz, d. Teresa Cristina Maria, irmã de el-rei, ao de S. M. o Imperador do Brasil, enchendo de prazer toda a real família, assim como o do povo das Duas Sicílias, que via nesse acontecimento uma época de duradoura prosperidade para a augusta esposa, e de íntimas e fraternais relações para os súditos das duas monarquias.

Então fez S. M. as suas despedidas aos senhores da corte napolitana presentes; e foi pelo príncipe de Scilla colocada sobre o território neutro, ao qual aproximando-se o sr. embaixador brasileiro, teve a honra bem distinta de receber a augusta pessoa de S. M. a Imperatriz, repetindo a seguinte breve alocução: “Em virtude dos meus poderes eu recebo a S. M. a Imperatriz do Brasil com todo o respeito e submissão, como o mais humilde e mais obediente dos seus súditos. Eu prometo conduzir S. M. a Imperatriz com todo o cuidado possível e entregá-la, logo que o possa fazer, ao imperador seu esposo.”



Porcelana de Sèvres. Presente de Napoleão III a d. Pedro II. Face posterior

Finda a alocação, S. M. tomou assento junto à mesa, ao lado da sala que representava o território brasileiro.

Nessa ocasião o sr. embaixador, voltando-se para S. M. com todo o respeito, pronunciou um discurso.

Concluindo o discurso, e feitas as trocas dos plenos poderes, a corte brasileira teve a honra de felicitar a S. M. a Imperatriz. Pouco depois recebeu também S. A. as felicitações do corpo diplomático.

F. Às 6 horas da tarde S. M. a Imperatriz desceu ao cais e embarcou-se no escaler brasileiro que para isso se tinha preparado. As oficialidades brasileiras, que nos seus escaleres esperavam por S. M., formaram a linha, segundo as suas graduações, e o préstimo marítimo se pôs em marcha logo que o escaler imperial, que se colocara em frente, deu sinal. Após a fila dos escaleres brasileiros seguia a dos napolitanos, levando a seu bordo o comodoro, comandante da divisão napolitana, que acompanhou S. M. a Imperatriz a este porto e a sua respectiva oficialidade.

A tarde estava bela, e o mar, apesar de algum vagalhão, coadornado de um sem número de escaleres de pessoas distintas que anelavam a honra de acompanhar S. M. a Imperatriz, apresentava um aspecto maravilhoso. Quando o escaler imperial estava mais perto dos navios, do que da terra, salvaram os vasos de guerra brasileiros e napolitanos com 21 tiros; e suas tripulações postadas nas vergas, bradaram sete vezes vivas entusiásticos à imperial viajante.

S. M. I. subiu à fragata *Constituição*, onde foi recebida pelo seu comandante com todas as honras devidas à sua alta hierarquia. O comodoro napolitano, com sua oficialidade, tendo chegado à fragata, subiu e a bordo teve a honra de felicitar S. M.

Depois do ocaso do sol, S.S. M.M, o rei das Duas Sicílias, rainhas reinante e mãe, e os príncipes e princesas reais vieram a bordo fazer as últimas despedidas a S. M. a Imperatriz.”

Até aqui palavras textuais do cônego Silveira.

Acompanhariam a imperatriz o seu irmão, conde de Áquila, e uma divisão naval napolitana constituída pelo navio-capitânia *Vesúvio* e mais três fragatas: *Amália*, *Isabel* e *Partênope*, sob o comando do barão de Cosa.

A esquadra partiu às 2 horas da madrugada do dia 2 de julho de 1843.

Na interessante e minuciosa descrição desta viagem de Eugênio Rodríguez, tradução de Gastão Penalva, em *A viagem da Imperatriz*, encontra-se o detalhe da formação do cortejo marítimo das duas divisões navais, brasileira e napolitana, que era em três filas, indo ao centro, à frente a fragata-almirante *Constituição* levando a imperatriz, secundada pelas duas corvetas brasileiras. À direita, o navio-capitânia napolitano e a fragata *Isabel*, e à esquerda as fragatas *Partênope* e *Amália*.

Uma única vez Rodríguez deixa de pôr em destaque as nossas coisas na sua descrição, quando fala sobre as duas divisões navais, dizendo:

“Por certo, pode-se avaliar a grande diferença entre os nossos e os navios brasileiros. Conquanto tendo de comum o rumo e a força do vento, elemento que não provoca suspeitas, é inegável a nossa superioridade.”

Este atraso da nossa esquadra seria natural, simbolizando o desejo da imperatriz em demorar-se um pouquinho mais perto da terra onde nascera, e dos nossos marujos na saudosa evocação do tratamento que receberam do rei e povo de Nápoles, ao passo que os marinheiros napolitanos ansiavam chegar depressa à América pelo impulso natural da novidade, já que era esta a primeira vez que suas naus se dirigiam para o Novo Mundo, e pela curiosidade de conhecer o Império já lendário do Brasil.

Acompanhavam a esquadra dois pintores, A. Mayer, francês, autor do quadro do desastre da fragata *Constituição* em frente à ilha da Madeira * e Ernesto De Martino de cuja paleta temos telas maravilhosas de fatos heróicos da nossa história, então segundo tenente, e que se demorou aqui durante longos anos retirando-se finalmente para Londres onde foi pintor da casa real inglesa.

*. Vide nota *in fine*.



Quadro a óleo de Etienne François Auguste Mayer (1805-1890) pintado em 1845, representando o desastre da fragata *Constitution* na viagem da imperatriz d. Teresa Cristina de Nápoles ao Brasil. Dim. 1,05 × 0,57.
(Coleção Museu Imperial)

As impressões trazidas pelos homens do mar que participaram desta memorável viagem foram simplesmente comovedoras do trato que tiveram da pessoa da imperatriz. Diariamente sentava-se à sua mesa um oficial destacado para cada dia de cada um dos navios e quando um dos oficiais brasileiros enfermou, e certa manhã sabendo-o achar-se pior, ordenou que a esquadra parasse em alto mar, e transportada num escaler até ao navio onde este se encontrava velou junto à sua cabeceira até que a crueldade do destino fê-lo ser entregue ao mar...

G. Eram três horas da tarde do dia 3 de setembro de 1843 quando a esquadra avistou a barra do Rio de Janeiro. A corveta *Euterpe* precedera a esquadra a fim de dar notícia de sua chegada e o imperador destacou o gentil-homem de sua câmara, Joaquim José de Siqueira, a bordo do vapor de guerra *Tétis* que fosse apresentar, ainda fora da barra, as boas-vindas do imperador a d. Teresa Cristina.

Ao passarem em frente à fortaleza de São João, todos os nossos fortes e vasos de guerra fundeados na baía salvaram a imperatriz. Nova salva fez-se ouvir ao aproximar-se a fragata *Constituição* de Villegaignon.

Ouçamos Rodríguez:

“Entre as sombras que lentamente se adensam, através da noite enamorada, surge uma lancha, que corta as águas, célere e misteriosa, trazendo o imperador, seguido da princesa d. Januária, sua jovem irmã. A rapidez da embarcação, aquela ardente impaciência de não sofrer a marcha lenta das horas, definiam a ânsia do nubente augusto em estreitar ao coração aquela que lhe augurava uma existência serena.

Não só o capitânia, como os demais navios da esquadra, estavam feericamente iluminados. Em torno, giravam embarcações, cujos remos arrancavam das águas prateadas fosforescências.”

Max Fleiuss diz ser o imperador acompanhado de “todo o ministério, composto dos srs. Silva Maia, Carneiro Leão, Paulino de Sousa, Joaquim Francisco Viana, Rodrigues Torres e Salvador Maciel, tendo sido recebido no mar com salvas de todos os navios

de guerra e das fortalezas, que foram repetidas quando S. M. desembarcou, às 8 horas da noite.”

É curioso que nenhuma referência, da época, é feita por algum dos circunstantes brasileiros desse primeiro encontro dos jovens esposos. Mas todos os nossos historiadores da geração passada e da atual, compulsados durante a organização desta conferência, falam da decepção sofrida pelo imperador quando viu a sua augusta esposa, sem mencionarem documentos em que se basearam para semelhante afirmativa. Creio que eles, como eu mesmo, raciocinaram por conta própria exclusivamente, sabendo do temperamento contemplativo do imperador e imaginando-o repentinamente em frente a sua esposa, muito mais baixa do que ele, mais idosa, e, sobretudo, coxa. Ignorando estes detalhes de d. Teresa Cristina ele certamente jamais poderia imaginar que a esposa arranjada por Bento Lisboa e cujo retrato parecera tão atraente, pudesse apresentar tais defeitos.

Quem, porém, encarregou-se de fazer a intriga maior sobre a decepção do imperador, e isto extra fronteiras do Império, foi o ministro francês, conde Ney.

Alberto Rangel, nas pesquisas efetuadas recentemente no Orsay, em França, deparou com esses documentos e parcialmente os transcreve em *No Rolar do Tempo*.

Ney é ferino na sua qualidade de explorador de sensacionalismo dizendo em seu relatório, com data de 22 de fevereiro de 1844, portanto mais de cinco meses e meio depois, como que desejando desculpar-se da sua atitude não de ministro que não a de mexeriqueiro intrigante, que Bento da Silva Lisboa ficara em péssima situação perante o imperador logo ao regressar de sua missão, sem receber nenhuma recompensa pelos serviços prestados, e até mais, se não fora o atual ministério, até sem o emprego teria ficado.

Mas, no dia natalício de S. M. I. a Imperatriz, aos 14 dia março de 1844, portanto menos de um mês depois, é Bento Lisboa agraciado pelo imperador com o título de 2º barão de Cairu, como para desmentir o intrigante diplomata francês. Ney, todavia não se contentou com isso. A 26 de maio de 1844, em seu relatório costumeiro vai o diplomata alcoviteiro mais longe, e pretende interpretar os sentimentos do povo brasileiro e de seu imperador, vagamente declarando saber “de fonte segura”, da indiferença de

d. Pedro II por d. Teresa Cristina cuja enfermidade atribui a esse fato, e da sua atitude pouco cortês com a esposa quando no teatro, onde nem sequer a encara, porém, pior do que isso, ao ela dirigir-lhe a palavra desviar-se dela e conversar com alguém a seu lado. Isto é desconhecer o imperador. É atribuir-lhe defeito que tudo o mais nele desmente. É o próprio Ney quem antes havia declarado textualmente:

“A entrevista dos dois augustos esposos foi bastante embaraçosa, o que se devia esperar, conforme o caráter bem conhecido de reserva e de timidez, do jovem soberano, do qual ele não se separou nesta ocasião.”

E isto dito no seu relatório de 9 de setembro de 1843.

É patente a má vontade do ministro, meses depois, e ela é sintomática.

Passaram-se anos. Muitas décadas decorreram desde então. Há 26 dias completou uma centúria desde o primeiro encontro do imperador com a imperatriz. E o que há um século não passava de alcovitice de bastidores da corte hoje pode ser tratado com a justiça e equilíbrio de julgamento dos que estão longe de ter o que agradar ou intrigar nas atitudes do imperador.

Acredito hoje, não porque o conde Ney e outros o dissessem na época, mas por ter procurado estudar a personalidade do imperador em relação à idéia e forma do belo.

E por que julgar ser desrespeito à memória venerável do imperador e de sua augusta companheira o supor-se que ele tenha sofrido de primeiro momento uma rude decepção? Será que só ao homem comum é dado escolher a perfeição física da mulher que será sua companheira por toda a vida? De mais a mais, nunca d. Pedro II teve a mais leve informação a respeito nem jamais poderia supor que lhe dessem por esposa uma princesa de sangue ilustre e sob todos os pontos de vista prendada, mas que claudicasse de uma perna, além de ser muito mais baixa que ele.

Era natural, portanto, ele sofrer decepção de início com o seu casamento, e com tanto agrado tratado sempre pelos historiadores na ânsia de encontrar no imperador alguma sombra, ou, quando não esta pelo menos simplesmente o homem, mas sobejamente desmentida até o fim de seus dias o que tão nítida e sentidamente

se evidencia no soneto por ele escrito no exílio, vendo a companheira fiel de tantos anos sucumbir, não suportando a dor do exílio da terra que tanto amara:

“Corda que estala em harpa mal tangida
Assim te vais ó doce companheira
Da fortuna e do exílio, verdadeira
Metade de minh’alma entristecida!
De augusto e velho tronco haste partida
E transplantada à terra brasileira,
Lá te fizeste a sombra hospitaleira,
Em que todo o infortúnio achou guarida.
Feriu-te a ingratidão no seu delírio;
Caíste, e eu fico a sós, neste abandono,
Do teu sepulcro vacilante círio!
Como foste feliz! Dorme o teu sono...
Mãe do povo, acabou-se-te o martírio;
Filha de reis, ganhaste um grande trono!”

E não era simples força de expressão dum coração de imperador amargurado com a perda de seu trono, pátria e companheira de 46 anos de feliz vida conjugal.

Max Fleiuss escreve:

“Revelava em 1902, em um de seus belos artigos jornalísticos, o insuspeito Manuel Vitorino, ex-vice-presidente da República, ter ouvido a vários próceres do atual regime, presentes a esse tristíssimo embarque (o do exílio) que a santa velhinha que tanto amava o Brasil, ao descer o último degrau do cais do Pharoux, antes de entrar na lancha que a conduziu ao navio de guerra, sem proferir uma única palavra ajoelhou-se humildemente e beijou a terra por ela devotamente amada!

Não chegou a sobreviver mês e meio a esse tremendo golpe desfechado contra o terníssimo coração de

mãe dos brasileiros. A 28 de dezembro de 1889, às 2 horas da tarde, 42 dias apenas depois de proclamada a República, expirava na cidade do Porto.”

Por grandes que fossem os defeitos físicos de d. Teresa Cristina quem poderia deixar de adorar um espírito tão elevado como o seu? Quem poderia suspeitar da sinceridade das suas virtudes e da sua devoção pelo Brasil cujo idioma aprendera com tenaz aplicação e gosto particular?

Desta forma, se o imperador sentiu alguma decepção ao vê-la pela primeira vez, no ardor natural de uma imaginação de jovem de menos de 18 anos de idade, e por culpa dos que, devendo ter-lhe dito a verdade, a ocultaram, preparando-lhe esta surpresa rude e inesperada, os longos anos de felicidade conjugal remiram de seu passado varonil e virtuoso esta sombra de insatisfação momentânea com tanto agrado e avidez explorada pelos vis alcoviteiros que em todos os tempos pululam em torno dos que governam, ora os bajulando, ora mordendo-lhes a mão amiga que lhes distribui os benefícios da existência.

H. A manhã do dia 4 de setembro de 1843 surgiu encoberta e a chuva caía de quando em quando. Desde cedo havia grande movimento na baía, com vapores de bandeiras desfraldadas transportando a população que de todos os recantos acorria para ver a imperatriz e o cortejo imperial.

Paralelamente ao cais de desembarque, os inúmeros navios formavam duas filas curvas, deixando passagem ao centro por onde iria passar o cortejo dos soberanos.

O cais, as ruas adjacentes, morros próximos, sacadas e até os telhados das casas, tudo fervilhava com uma multidão em trajes multicores aguardando impaciente a hora de iniciar-se a execução do “Programa Para o Recebimento e Acompanhamento de Sua Majestade a Imperatriz”, constante de 50 artigos, assinado por Antônio José Paiva Guedes na Secretaria de Estado de Negócios do Império, a 7 de agosto de 1843, e publicado no dia 11 no *Jornal do Comércio*.

Assim que a fragata *Constituição* içou a insígnia imperial, todos os demais navios se floriram de ramalhetes e flâmulas como um ramalhete multicolor de flores a balouçar na água, ao sopro dum vento frio de sudoeste.

De repente o povo estrugiu em aclamação, pois o imperador acabara de chegar ao cais e tomara lugar na galeota imperial, que, impulsionada por 60 remadores de barretinas redondas chapeadas de prata, partiu em direção à fragata-capitânia.

Seguiram-se mais outras galeotas, menos vistosas que a imperial, transportando os ministros, camaristas e personagens ilustres seguidos por não poucas embarcações que formavam o séquito marítimo de S. M.

D. Teresa Cristina, ao lado de seu irmão, conde de Áquila, já aguardava a chegada do imperador. A chegada de d. Pedro II a bordo, foi salvado pelas fortalezas e navios de guerra.

Em seguida desceram para bordo da galeota o imperador, a imperatriz, a princesa d. Januária e o conde de Áquila, d. Luís de Bourbon.

Eugênio Rodríguez descreve esta cena com muita singeleza, porém, onde transparece toda a sua admiração pelo que a seus olhos europeus era dado contemplar em nossa terra. Diz ele:

(A galeota) “singrava lenta e majestosa. Debaixo do soberbo toldo de damasco verde, com franjas de ouro reluzente, agitado pelo vento, sentavam-se o imperador, sua irmã d. Januária e as altas personagens, às quais se concedia o privilégio de acercar-se do monarca. Ao lado deste tomavam lugar dois contra-almirantes. Duas outras galeotas, ricamente enfeitadas, secundavam a primeira. Numa vinham as autoridades eclesiásticas e os grãos-senhores do Império. Noutra dignitários, generais e oficiais. Duas bandas militares, tocando harmoniosas peças, acresciam a imponência do cortejo.

A gente das naus, toda vestida de branco, em sinal de alegria e cândido devotamente, dispunha-se em simetria, ao longo das vergas altas, no meio das bandeiras desfraldadas.”

E prossegue Rodríguez:

(D. Pedro II) “vestido com discreta elegância, bem posto no uniforme militar, cingia uma espada de pedrarias faiscantes que impediam observar-se o fino cinzelamento. Seguia-o a jovem princesa.” (d. Januária).

O cais de desembarque tomou depois o nome de cais da Imperatriz. E deixemos mais um parágrafo da descrição entusiasmada dum testemunha ocular bem diversa do conde Ney, Eugênio Rodríguez:

“Da parte que dava acesso ao largo, o chão estava literalmente coberto de perfumadas flores.”

E mais adiante, o mesmo Rodríguez:

“Numa dourada carruagem, tirada a seis fogosos cavalos, tomou assento a imperatriz que respondia às saudações frenéticas com o seu sorriso complacente. Acompanhava-a solícita a princesa d. Januária. Em outro carro, de igual magnificência, ia o imperador com o nosso príncipe. Sucedia-o uma centena de coches, que se enfileiravam do extremo da cidade à capela imperial.

Não saberei descrever, nesse trajeto, as novas e ruidosas manifestações de entusiasmo que partiam da assistência.

Os balcões eram forrados de estofos orientais. Os espectadores irrompiam com elegância, sulcando uma estrada de flores e de odorosas folhas de cravo e canela, que embalsamavam a atmosfera.”

Rodríguez estava atônito com o que via.

O imperador estava sereno e de expressão satisfeita, desmentindo, pelo menos em público, o momento de decepção da véspera, cujo rumor caluniador não tardaria a correr célere para a Europa e o Prata.

O desembarque teve lugar no cais às 11 horas, conforme prescrevia o programa anteriormente elaborado e divulgado.

O cortejo, bem como a cerimônia nupcial na capela imperial, não podia ter sido mais imponente e digno da descendência dos nobres nubentes e do prestígio que se formava em torno do Império do Brasil.

Abria o cortejo um piquete de cavalaria seguido por uma banda de música imperial de cavalaria; depois do rei d’armas, o arauto, o passavante; seis porteiros da maça e seis da cana; os juízes de paz e subdelegados de polícia da cidade; os juízes

de direito do cível e crime e os municipais da cidade; pessoas portadoras de convite especial para este fim expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império; a Câmara Municipal; dois reposteiros a cavalo; nove coches transportando na ordem seguinte: o médico de semana e o que veio com S. M. a Imperatriz, o cônego-capelão da câmara e seu confessor; o porteiro da câmara imperial, o esmoler-mor e o guarda-roupa de semana; seguia-se a esses dois coches um moço da estribeira a cavalo; vinha a seguir o camarista mordomo-mor de S. M. a Imperatriz e o comandante da divisão; a dama que veio com a imperatriz, a dama de S. A. imperial e a açafata que viera com d. Teresa Cristina; o camarista de semana e o veador; o estribeiro-mor seguido ao lado direito, a cavalo, por um ferrador; em dois coches seguiam os ministros e secretários de Estado e o embaixador; e o nono era o coche de respeito de S. M. a Imperatriz, guardado por dois moços da câmara, a cavalo.

O décimo coche conduzia S. M. a Imperatriz, S. A. Imperial, a dama que servia de camareira-mor de S. M. a Imperatriz, e a camareira-mor de S. A. Imperial, guardado por quatro moços da câmara, a cavalo; seguia-se outro coche de respeito de S. M. a Imperatriz, guardado por dois moços da câmara, a cavalo; vinha a seguir o tenente da Imperial Guarda de Arqueiros e após este o coche que conduzia S. M. o Imperador e o conde de Áquila, seu cunhado, indo ao lado direito o capitão da Guarda de Arqueiros e no esquerdo o estribeiro-mor; 12 moços da câmara, a cavalo, formavam aias de um e outro lado do coche, por fora do capitão da guarda e estribeiro-mor; a Imperial Guarda de Arqueiros, formando aias às dos moços da câmara e marchando a pé, descobertos; e moços de estribeira, formando aias por fora de todos os sobreditos, também a pé e descobertos; seguindo o coche de S. M. o Imperador vinha o general comandante das armas da corte com seu Estado-Maior, seguindo-se-lhe a guarda de cavalaria fechando o préstito.

Max Fleiuss, em *Páginas de História*, descreve o desenvolver do cortejo, passando este pelas ruas da Imperatriz e Larga de São Joaquim, campo da Aclamação, ruas de São Pedro e Direita, até a capela imperial, onde todos se apearam.

SS. MM. II. foram recebidas pelo capelão-mor, 9º bispo do Rio de Janeiro, dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo,

conde de Irajá, e pelo cabido, à porta da capela imperial, com as cerimônias e orações próprias do ato, e logo a seguir procedeu-se a solenidade das sagradas bênçãos.

Findo o ato religioso, os imperadores e a corte dirigiram-se pelo interior do paço à sala do trono, onde SS. MM. II. receberam os cumprimentos dos seus súditos, todos aqueles que estivessem vestidos condignamente para a solenidade. E com muito espírito e graça Max Fleiuss arremata a descrição com as seguintes palavras: “Não houve discurso algum.”

A seguir, o cortejo desfilou novamente, do Paço da Cidade à Imperial Quinta da Boa Vista, percorrendo as ruas Direita e São Pedro. A única alteração na ordem precedente era que S. M. a Imperatriz era conduzida no coche do imperador.

As tropas de linha e a guarda nacional faziam alas desde o cais da Imperatriz até a capela imperial na vinda, e do mesmo cais até ao Rocio Pequeno, na volta.

Durante nove dias houve festejos na cidade pelo casamento do imperador, de 4 a 12 de setembro, inclusive, estando a cidade neste período feericamente iluminada.

O *Jornal do Comércio* de 6 de setembro de 1843, comenta:

“Além dos arcos das ruas de S. Pedro e Direita, as iluminações que nos pareceram mais dignas de ver-se são as da Câmara Municipal, praça do Comércio, Quartel dos Permanentes, largo do Moura e cais da Imperatriz.”

Quanto à ornamentação da cidade, especialmente o trecho por onde devia passar o cortejo imperial, salientava-se particularmente o arco de triunfo mandado erguer por alguns negociantes nacionais na rua Direita, entre a igreja de Santa Cruz dos Militares e a rua do Ouvidor. Foi obra artística das mais vistosas que até então o Rio vira, erigida pelo coronel Domingos Monteiro e Joaquim Pedro de Alcântara. Ao alto viam-se os retratos de d. Pedro II com os versos:

“Promete, Pedro, neste enlace amável,
Mais que o tempo, ventura perdurável.
Este himeneu, firmando a dinastia,
Forma co’a tua a pública alegria.”

e de d. Teresa Cristina, por sua vez, com os versos seguintes:

“Quis em Cristina unir a natureza
Régia estirpe, virtude e gentileza.

Se da Itália ao Brasil sulcaste os mares,
Em nossos corações terás altares.”

No frontão apresentava dois escudos encimados pela coroa imperial, um com as armas do Império e o outro com as de Nápoles. Ainda, em dois ricos medalhões, apareciam os versos:

“O Brasil, que demais já tem sofrido,
Tem por base um porvir de felicidade,
No trono que um herói alevantara,
A virtude, o saber, a mocidade.

Neste céu de safira e diamantes,
Nesta terra d’esmalte e pomos d’ouro
Vem ser de seus tesouros precisos,
Teresa, o mais brilhante e mor tesouro.”

Era a singeleza expressiva da alma popular vazada nestes versos de recepção à imperatriz e de saudação ao seu soberano querido.

Iluminavam o arco mais de 3.000 luzes, a maior parte em globos e lampiões de vidro com velas de espermacete, distribuídos simetricamente. Nos vazios pendiam três grandes lustres, além de outros e muitas arandelas de casquinha.

Pouco mais distante, em frente à rua do Sabão, obra dos mesmos artistas, erguia-se outro arco de triunfo; e na rua São Pedro, esquina da Quitanda, mais outro, muito elegante, e no qual se lia:

“Sejas bem-vinda, ó! prenda suspirada,
Mimo dos céus, esposa idolatrada.

Dos laços do himeneu por entre as flores,
De áureo futuro brotarão penhores.

Digno do cetro que nas mãos sustenta,
A pátria exausta, generoso alenta.

Prestando a grandes reis honroso exemplo,
Trilha da glória o majestoso templo.”

Iluminavam-no mais de 700 luzes de espermacete em globos de vidro. Notável era também o arco do portão da coroa, em São Cristóvão.

Seguindo o programa dos festejos, no dia 11 de setembro, oitavário do casamento de SS. MM. II., celebrou-se missa em ação de graças na capela imperial, às 10 horas da manhã comparecendo toda a corte ao ato religioso.

Em seguida, no Paço da Cidade, houve um solene beija-mão e recepção ao corpo diplomático. O internúncio, monsenhor A. Campodonico, representante de S. Santidade, em nome dos seus colegas diplomatas saudou os imperadores pelo magno consórcio. Nesta mesma noite SS. MM. compareceram ao espetáculo de gala no teatro São Pedro de Alcântara, também em honra aos imperiais esposos.

Na noite de 12 de setembro, terça-feira, encerramento dos festejos em homenagem ao casamento de SS. MM., o imperial par saiu à rua para visitar a iluminação da cidade, quando a multidão mais uma vez teve ocasião de ovacionar os seus soberanos, e na noite de 13, para arrematar as solenidades, ambos assistiram ao espetáculo do teatro francês, em sua honra.

* * *

– Que mais direi eu, senhores, sem nada de novo ter acrescentado ao assunto além do que outros já disseram? Valeu-me, porém, o conceito pessoal que resumo no seguinte: “quando nenhum acréscimo é possível fazer-se, o saber repetir o que com brilho e merecimento disseram outros, é uma arte em si, e arte difícil!

– Quisera ter sabido servir-me desta arte na noite de hoje para dar-me por satisfeito.

Alfredo Teodoro Rusins

Conservador e secretário do Museu Imperial

NOTA:

No livro *A viagem da Imperatriz*, de Eugênio Rodríguez, tradução e notas de Gastão Penalva, Imprensa Naval, Rio, 1936, encontramos as seguintes referências, no texto e em notas, sobre os dois desastres sofridos pela fragata *Constituição* quando de regresso de Nápoles, levando a bordo a imperatriz d. Teresa Cristina, bem como na representação de um deles no quadro de Etienne François Auguste Mayer (1805-1890):

Pp. 13 e 14: “Avançando com rapidez, descobrimos à esquerda a baía de Tanger, onde, do aprazível terraço do Consulado, a cavaleiro da cidade mourisca, se avistaram as diversas bandeiras, que agitavam as suas cores, como a saudar a nossa augusta viajante. Aparece em seguida o cabo de Malibat, o velho forte que defende a baía e os escolhos pardacentos que lhe ficam aos pés. Por último, cavalgando o oceano, o cabo Spartel, limite ocidental do estreito. Nessa interessante sucessão de coisas e cenários, o olho indagador não esquecia o soberbo farol giratório de Tarifa, entre os múltiplos rochedos vizinhos, com o fúlgido clarão dos seus raios, rompendo a escuridão noturna.

A poucas milhas de Trafalgar, terra memorável pelas lutas sanguinolentas que se travaram em suas águas – quantos pensamentos despertava ao marinheiro esse nome, consagrado em belas páginas ao herói do Nilo, que morreu ufano, após uma vitória que assegurou a sorte da Inglaterra. Enquanto a nossa mente se engolfava nessas recordações solenes, as divisões caminhavam oceano em fora.

A fragata *Regina*, que se destinava à missão em Londres, sem demora separou-se da esquadra, e alçando a insígnia nacional, ao passar junto do capitânia, salvou com seus canhões, enquanto, do passadiço, a jovem imperatriz gozava o pitoresco espetáculo. O eco daqueles tiros, que logo se perdia na imensidade, tornava o coração sombrio, como se fora o eco de um demorado adeus. E nessa homenagem da fragata, antes que o ca-

pitânia agradecesse, as velas pardacentas, cortando céleres o vento, guinaram-se no horizonte incerto.

Ao passo que essas cenas se desenrolavam, *o vento refrescando, danificou um dos mastaréis da fragata-almirante, que, na calma do cabo Spartel, foi logo reparado*. A marcha velocíssima prometia alcançar com brevidade a Madeira, para a qual nos dirigíamos. Rematava a comovedora jornada a ansiedade pelo retorno às terras européias, terras queridas que surgiam aos olhos delineadas como uma sombra projetada no céu.

Noite adentro, progredíamos rapidamente, embora a lutar com grandes vagas. Raiava novo dia. Com ele outro panorama. Ontem, tanta vida, tanta poesia, tanta emoção. Hoje, a espumante e intérmina superfície do oceano, como a imagem do infinito. Severo aspecto da natureza marítima, que ainda mais exaltava o ardor do marinheiro. Os vagalhões sucediam-se. A solidão profunda, a grandeza das águas, produziam uma impressão indizível, uma estranha inquietude. Mas a memória do imortal Colombo, quando o seu glorioso destino assegurava os acontecimentos, enchia-nos o coração de coragem” (os grifos são nossos).

Pp. 16 a 18: “Na manhã de 19, esgarçando-se as névoas, aparecem as formas bizarras e vulcânicas da ilha de Porto Santo, cercada pelo ocidente de altíssimos penedos, que desenham nas alturas a avançada de informes crateras. Devem-se evitar essas rochas, girando a leste da ilha, a fim de penetrar-se na passagem que elas formam e encaminham no sentido da Madeira. Uma delas, a do Falcão, é de aspecto singularíssimo, formada de lavas. Não foi à toa que se lhe deu esse nome, porque aí costumam fazer seus ninhos as aves dessa espécie. As ondas, irrompendo furiosamente de encontro à base, atiram-se a enorme altura, cobrindo o escolho de fragorosa espuma. O ribombo estranho, propagando-se à distância, quase obriga o marinheiro a deter o seu giro.

Acredito que esse ponto da natureza houvesse impressionado o pintor da corte, que acompanha a imperatriz ⁽⁹⁾. Não resta a menor dúvida.”

In nota: ⁽⁹⁾ “A. Mayer, pintor francês, autor do quadro que representa o desastre da fragata *Constituição*, reproduzida neste trabalho, e pintado em 1845.” E continua:

“Por desejo do almirante, conservamo-nos ao ocidente da ilha. Nessa hora vespéral, com vento favorável, a esquadra atravessou o canal entre o grupo das ilhas Desertas a leste, e a Madeira a oeste. As Desertas, na maior parte, são compostas de rochas basálticas aridíssimas. Muito altas, não apresentam nenhum abrigo, nem vegetação de espécie alguma, talvez por muito expostas. Deixando essas, desponta a Madeira, que mostra as suas formas originais em contraste com as ilhas adjacentes. Montanhosa, maravilhosamente vestida de selvas densas, toda cercada de penhascos, aparenta um feitio inacessível. O *altíssimo pico do Ruivo*, ponto culminante, é todo de seixos nus. Mas entre os vales e nas vizinhanças do mar, a terra é fértil, deliciosa, embelezada de lindas casinholas.

Ergue-se nas faldas do mais alto monte, banhando os pés no oceano, a cidade de Funchal, capital da ilha, em face do continente africano. Esbeltos edifícios dominam o porto, dotado de um farol, defendido por um quebra-mar dos ventos do levante, que sopram impetuosos e têm o nome de Armotã, que recorda o deserto. Esses ventos produzem efeitos mortíferos. São ardentes, poeirentos, irrespiráveis. Por ventura, duram pouco. Do contrário, não ficaria de pé uma só árvore, e a ilha se mudaria num túmulo.

Enquanto, do mar, buscávamos reconhecer a ilha, *o vento, reforçando a cada passo, destruiu o mastaréu de observação da fragata-almirante, sobre a gávea, que se partiu ao meio* ⁽¹⁰⁾.”

In nota: “⁽¹⁰⁾ Seriam 4 horas da tarde quando se começou a demandar a pequena abra da ilha em frente à cidade do Funchal, que serve de mau ancoradouro, e orçando a fragata *Constituição*, que vinha na frente da esquadra, para entrar na referida abra, *foi tal a força*

que faz no seu livro “Descrizione del viaggio a Rio de Janeiro della flotta di Napoli”, edição de Batelli & C., 1844 e traduzido em forma abreviada pelo pranteado Comte. Gastão Penalva, ilustre representante da nossa Marinha de Guerra, comparada à obra pictórica de outro ilustre viajante da comitiva da imperatriz, o pintor E. F. A. Mayer, levou-nos à rápida comparação do texto com o quadro no intuito de fixar a qual dos dois desastres o mesmo se refere.

Pelo que diz Rodríguez referindo-se à ilha do Falcão ter impressionado a Mayer quanto ao seu aspecto singular, ou “o altíssimo pico do Ruivo” nas proximidades de Funchal, dentro dum ambiente de tormenta está em pleno contraste com as suas parcas referências quanto ao ambiente geral por ocasião do desastre nas proximidades do cabo Spartel o qual teria sido o local do desastre em questão conforme a legenda do Comte. G. Penalva sob a reprodução do mencionado quadro (entre as páginas 18 e 19).

Por muito que nos admirasse a referência que o oficial napolitano faz em relação ao “pico de Tenerife, de mais de 1.200 pés, uma das montanhas mais altas do *globo*” pela crassa contradição com a verdade, do ponto de vista de geografia (pico de Tenerife – 3.710m altura) não podemos deixar de levar em conta que, como oficial que era, devia conhecer muito bem a mastreação de navios, coisa que não confere com a descrição do cônego M. J. da Silveira. Aquele diz que se partiu ao meio “o mastaréu de observação da fragata-almirante, sobre a gávea”, enquanto que este menciona para o mesmo desastre como tendo sido “o mastaréu da sobregata.”

Observando o quadro chama logo a atenção sobre o pico ameaçador à esquerda, a cerração obscurecendo a boa visibilidade, a distância relativamente pequena da cidade à direita, as velas risadas, o mar encapelado e as descargas elétricas mais comuns num temporal que num refrescar de vento conforme diz ter sido próximo a Tanger e, o fato mais enfático, o partir-se do mastaréu de observação na “sobre-gávea” e não da “sobregata.”

Provavelmente o pintor deu certo colorido na composição do seu quadro, representando o raio partindo o mastaréu e o pico um tanto alto à esquerda da fragata quando na realidade não se tem a impressão dele assim a quem se aproxima do mar a Funchal.

do vento que lhe partiu incontinentemente o mastaréu da sobregata. Já estaríamos cerca de três milhas distantes da cidade, quando o sr. chefe-de-esquadra Beaurepaire fez constar a S. M. que corria risco em ancorar em um porto tão desabrigado em baixo de um quase temporal uma esquadra composta de sete velas de alto bordo, e *demos a popa a esse rochedo escarpado de aspecto car-rancudo, que tão mal nos hospedara,* afugentando-nos de suas costas. Cônego M. J. da Silveira, ob. cit. (Itinerário da viagem que fez a Nápoles o cônego Manuel Joaquim da Silveira, capelão da imperatriz do Brasil).

“Esse desagradável acidente prejudicou a marcha das nossas calmas investigações, forçando-nos a arribar imediatamente à ilha para reparar os danos. Ventos furibundos, levantando o mar, *fizeram com que risássemos as velas* e demandássemos o largo, tanto mais quanto *uma cerração densíssima obscureceu toda a ilha.*”

Nesse ponto, com um mar de vagalhões imensos, avistamos ao longe, entre espumas, duas barcas. Com as pequenas velas pardacentas, lutando contra as águas, tentavam alcançar o porto. Flageladas da impiedade dos ventos, a audácia daquelas embarcações mostrava o orgulho indômito do homem, em contraste com as iras tremendas da natureza.

Às 5 da tarde, à distância da ilha, dirigimo-nos para o grupo das Canárias, na expectativa de observar *o enorme pico de Tenerife, de mais de 1200 pés, uma das montanhas mais altas do globo,* a qual se avista a 150 milhas. Diante dessa figura imponente, a mente atônita, ao conhecer a idéia de uma natureza gigantesca, não ousa imaginar o poder de um Deus.”

A legenda sob a reprodução do quadro de Mayer, de autoria do amigo pessoal nosso Comte. Gastão Penalva (Sebastião de Sousa) diz: “Desarvoramento da fragata *Constituição* em frente ao cabo Spartel.”

A linguagem, ora tranqüila, ora altamente fantasiada do oficial da Marinha napolitana, tenente Eugênio Rodríguez, que acompanhou d. Teresa Cristina ao Rio de Janeiro, na descrição.

E concluindo, julgamos ser o quadro representativo do segundo desastre com a fragata *Constituição*, nas proximidades da ilha da Madeira.

BIBLIOGRAFIA

HEITOR LIRA. “História de Dom Pedro II - 1825-1891” – C.E.N. Brasileira, 3 vols. São Paulo, 1939.

“Cópia do Tratado Matrimonial entre S. M. I. o Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil, e S. A. a Senhora Princesa D. Teresa Cristina Maria” – Documento manuscrito existente no Arquivo do Museu Imperial.

Jornal do Comércio, nº de 1842 e 1843.

Minerva Brasiliense, nº 1842 e 1843.

EUGÊNIO RODRIGUEZ. “A Viagem da imperatriz”. Tradução e notas de Gastão Penalva. Imprensa Nacional, Rio, 1936.

ARGEU GUIMARÃES. “Em torno do casamento de D. Pedro II” (Pesquisas nos arquivos espanhóis). Depoimentos Históricos” – Zélio Valverde Ed. Rio, s/d.

PEDRO CALMON. “O rei filósofo – vida de Dom Pedro II”, 2ª ed. C.E.N. Brasileira, São Paulo, 1939.

MAX FLEIUSS. “Páginas da História”, Imprensa Nacional, Rio, 1924.

ALBERTO RANGEL. “No Rolar do Tempo – (Opiniões e testemunhas respigados no arquivo do Orsay – Paris)”. Coleção Documentos Brasileiros, 6, Livraria José Olímpio, Ed. Rio, 1937.

“Contribuição para a biografia de D. Pedro II – Tomo Especial da Rev. de I.H.G.B., por Max Fleiuss, Tavares de Lira e Magalhães de Azeredo, Imprensa Nacional, Rio, 1925.

WANDERLEY PINHO. “Salões e Damas do Segundo Reinado”, Livraria Martins, São Paulo, 1943.

“Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil”. Rev. do I.H.G.B., tomo LXI. Henri Raffard.

ARQUIVO DO MUSEU IMPERIAL

Cartas de dom Pedro II ao barão de Capanema

Entre a correspondência do imperador conservada no arquivo do Museu Imperial, existem algumas cartas escritas por dom Pedro II ao barão de Capanema.

O ensejo da divulgação desses documentos é aproveitado para um pequeno estudo biográfico do destinatário, ao lado de comentários à margem das cartas.

Foi Guilherme Schüch de Capanema um brasileiro ilustre que dignificou a pátria e o século em que viveu. Filho de pais austríacos, nasceu a 27 de janeiro de 1824 na província de Minas, silenciando as fontes bibliográficas consultadas sobre o local preciso desse fato – levando-nos entretanto (pelo nome desde cedo acrescentado ao de família) a situá-lo na povoação de Capanema, vilarejo que, segundo Milliet de Saint Adolphe, fica a 6 léguas ao norte de Ouro Preto.

Seus pais, Roque Schüch e Cecília Bors, eram naturais de Viena, cidade que servira de berço a d. Leopoldina de Habsburgo, por cuja biblioteca viera zelar o chefe do casal.

A ascendência germânica, de ambos, o convívio contínuo e a afeição que viera a formar-se, acentuaram ainda mais a semelhança, já de si bem nítida, entre d. Pedro II e Capanema – semelhança que chegou a provocar comentários, sugerindo críticas desairosas, ferindo melindres e suscetibilidades. Mas, verificados certos detalhes e examinadas algumas minúcias, chega-se à consoladora conclusão de não passar toda essa analogia de uma simples coincidência.

Vindo para o Rio de Janeiro, em cuja escola militar foi matriculado, aí se formou Capanema em matemática e ciências físicas.

Em 1850 encontramos-lo já de volta da Áustria, para onde partira em 1841, tendo, em Viena, freqüentado o curso de engenha-

ria a expensas do “imperial bolsinho”. Foi, mais tarde, lente da escola central e professor honorário da de belas-artes. Dedicou-se ainda a estudos e trabalhos vários, sendo um dos principais o que se dedicou na antiga fábrica de ferro de Ipanema, havia muito abandonada, e que por seu esforço e iniciativa voltou a funcionar. Investigou ainda os mapas do Amazonas, levantados pela comissão de limites; estudou a questão da seca do Ceará, os sambaquis e a geologia brasileira em geral. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi sócio do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Mas o empreendimento a que ligou imperecivelmente o seu nome foi a instalação do primeiro telégrafo elétrico do Brasil, de cuja repartição foi diretor por longos anos, cargo que abandonou no dia quinze de novembro, para entregá-lo ao oficial de Marinha José Augusto Vinhais. Teve ainda a iniciativa da fundação da célebre fábrica de papel de Orianda, instalada em 1851 na serra da Estrela, onde hoje se levanta a fábrica Cometa, na estação de Meio da Serra (Leopoldina), empreendimento que resultou em trágico insucesso financeiro, envolvendo no mesmo fracasso o cientista e o monarca que o amparava.

Essa proteção de d. Pedro II a Capanema é um dos aspectos interessantes a ser estudado nas relações entre os dois grandes homens. Sebastião Ferreira Soares conta-nos em seu livro – *Histórico da Fábrica de Papel de Orianda*, um pouco do que foi esse empreendimento. Como fosse insuficiente o capital inicialmente empregado, e opondo-se seu sócio, dr. Azeredo Coutinho, a aumentá-lo, resolveu Capanema comprar a parte deste, recorrendo para isso a empréstimo “sob a proteção daquele que sempre é o primeiro a animar e promover o desenvolvimento e progresso de tudo quanto é de reconhecida utilidade para o Império americano, nossa pátria comum”¹.

Nos livros da Mordomia da Casa Imperial encontram-se os textos dos decretos expedidos por d. Pedro II, garantindo aquelas operações de crédito.

“Nº 338 – Hei por bem autorizar a José Maria Velho da Silva, do meu Conselho e mordomo interino da minha imperial Casa, para garantir pelas rendas da mesma no Banco Comercial

1. Sebastião Ferreira Soares, op. cit., p. 23.



O Museu Nacional no campo da Aclamação. Reprodução do álbum “Souvenir de Voyages”. Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Publicado por E. Reinsburg. Desenho e litografia de P. Bertichem

o empréstimo de vinte e quatro contos de réis, que contrai no mesmo o dr. Guilherme Schüch de Capanema, para pagar no prazo de dois anos com o juro respectivo, cuja quantia é aplicada à conclusão da fábrica de papel que está estabelecendo na serra da Estrela, celebrando-se escrita de hipoteca da dita fábrica com os seus edifícios, máquinas e todos os mais pertences para segurança da garantia concedida. O mesmo mordomo o tenha assim entendido e cumpra. Palácio da Boa Vista, em 30 de abril de 1853. Com a rubrica de S. M. o imperador – *José Maria Velho da Silva.*”

“Nº 385 – Hei por bem autorizar a Paulo Barbosa da Silva, do meu Conselho, oficial-mor e mordomo de minha Imperial Casa, para garantir pelas rendas da mesma, no Banco Rural e Hipotecário o empréstimo de vinte e quatro contos de réis que contrai no mesmo banco o dr. Guilherme Schüch de Capanema com o prazo e juros que convencionar, a fim de pagar no Banco Comercial igual quantia que por meu imperial decreto de 30 de abril de 1853 lhe mandei abonar. O mesmo mordomo o tenha assim entendido e cumpra. Palácio da Boa Vista em 10 de fevereiro de 1855, 34º da Independência e do Império. Com a rubrica de S. M. o Imperador. *Paulo Barbosa da Silva.*”

Não obstante os conselhos pessimistas do seu mordomo, o imperador timbrou em cumprir a cláusula a que se obrigara, fazendo enviar aos diretores deste último banco o ofício que também se encontra registrado nos Livros da Mordomia (vol. 42, p. 194): “Autorizado pelo decreto de 10 de fevereiro de 1855, cuja cópia vai inclusa, obrigo as rendas da Casa Imperial a garantir o empréstimo de 24 contos de réis e seus juros de 7% ao ano, que faz no Banco Rural e Hipotecário o dr. Guilherme Schüch de Capanema, pelos prazos que no dito banco foram estipulados obrigando as rendas da Casa Imperial, como fiador e principal pagador; isto na qualidade de mordomo da Casa Imperial – Em 2 de março de 1855 – *Paulo Barbosa da Silva.*”

De nada, entretanto, valeu a Capanema a proteção augusta. A epidemia de cólera que irrompe na corte obriga-o a paralisar a fábrica; outros afazeres o impedem de estar à sua frente. De contratempo em contratempo (muito embora cada vez mais o carregasse de serviços o imperador) – podemos mesmo dizer que

Capanema era o consultor técnico de d. Pedro II – chega ao ano de 1874 em que é decretada a sua falência.

O braço, porém, que sempre o amparara mais uma vez encontra-se a seu lado. Lá está, no vol. 37 (p. 166) dos citados Livros da Mordomia, o seguinte decreto:

“Nº 773 – Hei por bem autorizar o barão de Nogueira da Gama, do meu Conselho, mordomo de minha Imperial Casa, a dar em meu nome ao dr. Guilherme Schüch de Capanema quitação da dívida contraída com a mesma minha imperial casa na importância de duzentos contos, trezentos sessenta e oito mil, seiscentos sessenta e sete réis, fazendo lavrar no competente cartório a respectiva escritura, com levantamento da de hipoteca de bens que o referido dr. Capanema celebrou em notas do tabelião Joaquim José de Castro. O mesmo meu mordomo assim o tenha entendido e execute. Palácio da Boa Vista, no Rio de Janeiro, aos 11 de novembro de 1875, 54º da Independência e do Império. Com a rubrica de S. M. o Imperador – *Barão de Nogueira da Gama*”.

* * *

Na época da correspondência em apreço era Capanema professor das jovens princesas, filhas de d. Pedro II, às quais ministrava aulas de mineralogia e geologia, fato silenciado por todos os que se têm ocupado do sábio patricio e ignorado mesmo pelo Almanaque Laemmert, onde seu nome não figura na lista dos mestres da Casa Imperial.

Mereceu de d. Pedro II as comendas de Cristo e da Rosa e o título de Conselho, obtendo, em 26 de fevereiro de 1881, o baronato de Capanema.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1908.

* * *

Nas cartas do imperador a Guilherme Schüch, como de resto em toda a correspondência imperial, nota-se, como já o fez Wanderley Pinho com relação às dirigidas ao barão de Cotegipe, a falta de qualquer deleite literário.

“O estilo é burocrático, desataviado, descuidado. Carecem de tudo: do meneio de redação à pontuação. Bilhetes redigidos sobre o joelho, na linguagem telegráfica de um chefe ocupado, não apresentam o menor lavor estético. É até notável que escrevendo tanto e tão amiúde a seus ministros, certo que suas cartas viriam a ser documentação para a história, não desse a seus pensamentos uma forma menos terra a terra e... menos confusa”².

Distinguem-se as cartas escritas a Capanema, de toda a correspondência imperial, pela prova patente de afeição que ligava o destinatário ao soberano – sentimento que aparece frisado e repetido, numa constância comovedora, em todos os bilhetes. S. Majestade em geral tão comedido em mostras de afeto (diríamos mesmo: tão protocolar) tanto que, com relação aos mais antigos e íntimos servidores, não dispensa o cerimonioso “senhor”, dirige-se, invariavelmente, a Guilherme Schüch, chamando-o pelo simples nome: “Capanema”. E termina todas as cartas com um afetuoso: “Seu amigo d. Pedro 2º”.

As cartas aqui citadas não trazem data, em sua grande maioria. Em algumas, foi a mesma escrita a lápis, com letra de Capanema. Assim sendo, e não havendo uma rigorosa seqüência cronológica, a cópia das mesmas, para a presente divulgação, foi feita por assuntos.

Para completar o estudo, que aqui fica apenas esboçado, seria interessante e conveniente o conhecimento das respostas de Capanema a essas cartas imperiais, e que se encontram recolhidas no arquivo do castelo d’Eu. No próprio catálogo que foi divulgado, encontram-se, nas datas que agora nos interessam, apanhadas ao acaso, várias cartas de Capanema a d. Pedro II, telegraficamente mencionadas: “6384 – 8 de abril de 1861; Capanema – D. Pedro 2º; carta datada de Paris, oito páginas. Acomp. outra do mesmo ao mesmo”.

“6452 – 16 de julho de 1862 – Capanema a d. Pedro II – Carta – Acompanham quatro cartas do mesmo ao mesmo e um estudo sobre medidas para desenvolver a lavoura no Brasil. Com 12 páginas de texto”.

2. W. Pinho. *Cartas do imperador ao barão de Cotegipe*, p. 5.

“6498 – 23 de março de 1863 – Capanema – D. Pedro 2º – Carta – Acompanhada de 11 cartas do mesmo ao mesmo”.

“6555 – 31 de janeiro de 1864 – Capanema – D. Pedro 2º – Carta pedindo audiência – Acompanham quatro cartas a d. Pedro 2º do mesmo”³.

Melhor, entretanto que qualquer comentário, será a transcrição da própria correspondência.

Laurenço Luís Lacombe

* * *

Capanema

Senti muito ter eu sido quem lhe desse notícia da morte do Freirinha⁴; mas senti-a muito, e quis manifestar-lhe meu pesar.

Espero que fique bom depressa, e se não pode vir sem imprudência na 3ª à tarde diga-me para eu dispor do tempo.

Seu amigo

D. Pedro 2º

(A lápis, letra de Capanema:)

“17 Maio 63”

* * *

Capanema

Estimo muito suas melhoras.

Se puder vir hoje às 5 da tarde conversaremos até quando lhe permitirem as cautelas da saúde.

Amanhã às 2 também pode vir, mas para conversarmos mais tempo jantará aqui. Responda-me quando vem logo que receber esta.

Seu amigo

D. Pedro 2º

(A lápis, letra de Capanema:)

“1º fev. 64”

3. *Inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil*, vol. II, pp. 66, 73, 78 e 84.

4. Dr. Francisco Gabriel da Rocha Freire, lente catedrático da então Escola Central.

Capanema

Consultando o programa de estudos de minhas filhas achei que a lição de mineralogia e geologia podia ser mais oportunamente dada nas 5^{as} e sábados do meio-dia à uma hora.

Mande-me dizer se pode já começar a dar a lição 5a. f. próxima a fim de mandar o cupê a hora de estar cá ao meio-dia ou antes se julgar melhor.

Estimo que vá melhor de saúde.

Seu amigo

D. Pedro 2^o

* * *

Capanema

Aí vão os princípios de cristalografia.

Logo que puder venha continuar as lições.

Para minhas filhas tomarem gosto pela doutrina que o sr. lhes há de ensinar faço as ler a obra de Figuier. Elas já concluíram o curso de química e creio que com algum proveito sobretudo da parte da mais velha.

Adeus!

Seu amigo

D. Pedro 2^o

* * *

Capanema

Agradeço-lhe o que me escreve, mas eu insisto no meu pensamento que é o da criação por mim do instituto agrícola duma fazenda-escola, onde pelo exemplo da cultura aperfeiçoada de nossos principais gêneros agrícolas *fazendo-se para isso os precisos ensaios*⁵ ela se generalize⁶ os bons resultados dessa

5. As palavras em grifo estão na entrelinha.

6. Nesta carta sem data estaria o imperador cuidando da criação do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, idéia que foi efetivada pelo decreto nº 2.607 de 30 de junho de 1860. O instituto tinha sua sede no Museu Nacional, ao campo da Aclamação, prédio, mais tarde adaptado e modificado, e onde veio funcionar o Arquivo Público Nacional, que a esse tempo, achava-se instalado no edifício do convento de Santo Antônio.

criação dependem da escolha do diretor dos trabalhos da fazenda-escola ⁷.

Há tempo que não converso com o Pedreira ⁸ sobre tal assunto, mas posso dizer-lhe que foi ele que fez os estatutos dos institutos agrícolas, e seu parecer foi favorável à tentativa do jardim botânico ⁹.

Sei que nem todos têm sido justos para com minhas intenções, mas não será o receio de novas injustiças que me impeça de concorrer para o que julgar de utilidade para o país.

À vista do que lhe escrevo desejo saber se posso utilizar-me de suas idéias, segundo meu modo de pensar, porém não revelando sua origem.

Seu amigo

D. Pedro 2^o

(Em folha separada, servindo de sobrecarta, com letra do imperador:)

Ao sr. Guilherme Schüch de Capanema.

Lente da Escola Central. &c. &c.

(No verso dessa folha, há umas notas de Capanema, escritas a lápis, bastante apagadas e quase ilegíveis. Segue-se:)

Corpo técnico da lavoura.

Oficina para conserto, obras mandou-se fazer-se na Europa.

Tenham os aprendizes nomes (?) que eu abordei (?) já não farão exigências exorbitantes.

Turmas de trabalhadores angariar a sua confiança, levá-los para outros lugares, formar uma caixa econômica que eles mesmos respeitem (?), acabado o serviço voltem para nos lares ensinar a... (?) lavoura racional e indústria pequena”.

7. Velho ideal de d. Pedro II que com esse assunto já se preocupava no seu Diário de 1861 (*Apud* Alcindo Sodrê, *D. Pedro II, chefe de Estado*, in Anuário do Museu Imperial, vol. 3, p. 211): “Alguns melhoramentos se podem generalizar na cultura das terras e a criação de escolas práticas facilitando ao mesmo tempo aos fazendeiros em mais adequadas circunstâncias a aquisição de agricultores entendidos no emprego dos mais úteis processos, assim como dos instrumentos precisos, trará esse benéfico resultado.”

8. Luís Pedreira do Couto Ferraz, barão de Bom Retiro.

9. Em 1860 foi anexado ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura o Jardim Botânico.

(Em outra folha:)

Exportação como a calculou Soares

Aguardente – canadas	3,000.000 a 10 rs.	30:000\$000
Algodão – a. (?)	1,000.000 a 50 rs.	50:000\$000
Açúcar – a	8,000.000 a 40 rs.	320:000\$000
Cacau – a	250.000 a 50 rs.	12:500\$000
Café – a	12,000.000 a 50 rs.	600:000\$000
Farinha – alqueires	100.000 a 40 rs.	4:000\$000
Feijão – alqueires	100.000 a 50 rs.	5:000\$000
Fumo – a. (?)	600.000 a 50 rs.	30:000\$000
Goma elástica – a.	200.000 a 50 rs.	10:000\$000
Erva mate – a.	450.000 a 50 rs.	22:500\$000
Total.....		1.084:000\$000

Essa quantia capitalizada com acumulação de juros dá no fim de

	a 6%	a 7%	a 8%
Cinco anos	7,561:260\$000	7,754:160\$000	7,952:090\$
Dez anos	16,231:100\$000	17,109:620\$000	18,043:730\$

estas primeiras duas quantias dão

a 6%	a 7%
453:675\$	529:288\$
973:866\$	1.136:177\$

ao ano

Para a província do Rio de Janeiro dá Soares a exportação média

Açúcar a. (?)	1,000.000 a 40	40:000\$
Café “	10,000.000 a 50	500:000\$
Fumo “	100.000 a 50	5:000\$
		<hr/>
		545:000\$

que produzirão com acumulação de juros

em 5 anos	3,801:560\$
em 6 anos	8,160:470\$

Capanema,

Hoje não vou ao Instituto ainda que a doente vá muito melhor, e portanto venha às 6h para conversarmos a respeito do que sabe.

Seu amigo,

D. Pedro 2^o

(A lápis, letra de Capanema:)

11 Julho 62

* * *

22 de março 1863 (Letra de Capanema)

Capanema,

Leia os papéis inclusos e faça um apontamento do que contêm de principal, e mande-me tudo até amanhã às 2 da tarde.

Seu amigo,

D. Pedro 2^o

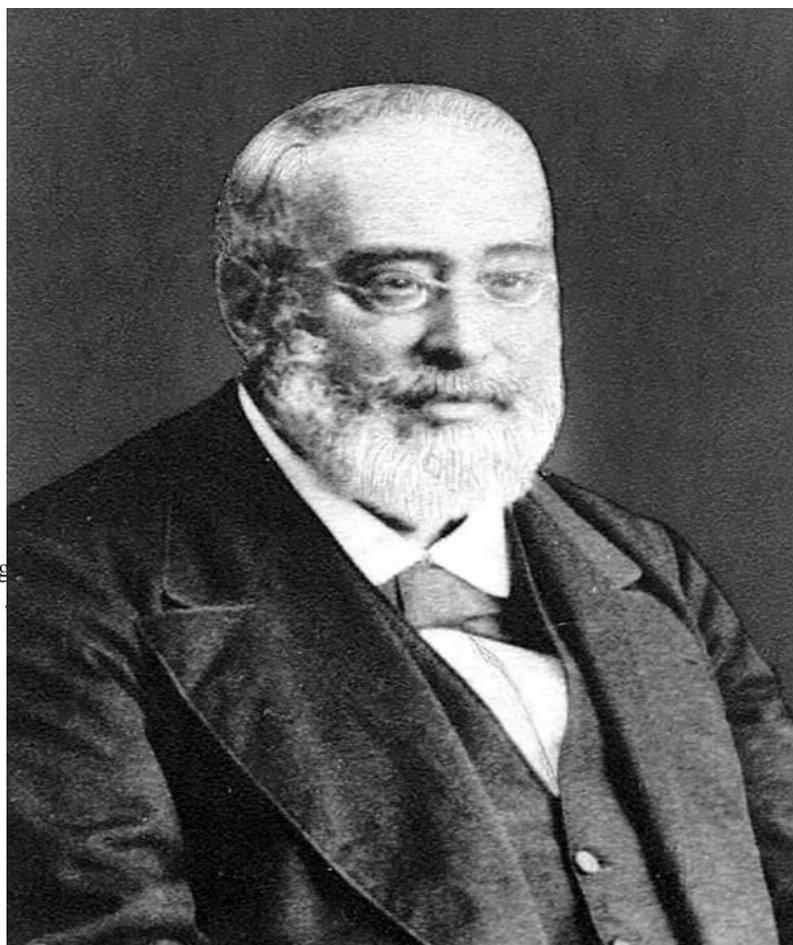
* * *

(Com letra de Capanema:)

a) Proposta do dr. Langsdorff – quer 3 escolas – uma para os pequenos lavradores a 2^a para feitores administradores, e a 3^a para os proprietários que deve ser na corte. Apresenta as mesmas idéias do Glasl ¹⁰. Antes de vir quer viajar a custa do Brasil por tod (sic) Alemanha e Rússia. Quer vir 1^o só com 6:000\$ ajuda de custo 2:000\$ casa, e lenha; além disso duas cavalgadas, 3 criados, quando vier a família três cavalgadas cinco criados e além disso paguem-lhe despesas de demora no Rio, todas as viagens que tiver de fazer.

10. Dr. Carlos Glasl era lente catedrático da Escola Politécnica de Viena, onde o foi convidar d. Pedro II para vir ao Brasil. Aqui chegou a 18 de outubro de 1863 e nesse mesmo ano figura no Laemmert como diretor científico do já citado Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Ocupou o cargo de diretor do Jardim Botânico por cerca de vinte anos, residindo no “Palacete do Jardim”.

Dr. Carlos Glasl. Ampliação de uma fotografia
de do dr.



Prazo 8 anos findos os quais passagem para Alemanha e 6:000\$. – também se sujeita a renovar o contrato.

b) Orçamento da despesa do Jardim Agrícola de Carlsruhe e sua renda: O Otto May de Munique – quer museus zoológico mineralógico botânico – Gabinetes de física – laboratório de química estabelecimento rural de ensaios, e liga importância a fabricação da cerveja. Quer vir ao Brasil por um ano para mandar construir os edifícios para morada do diretor professores e mais pessoal aulas secretaria e nesse tempo ele aprende a língua quer todos os professores alemães no fim do ano voltar para casa, e ser engajado por toda vida com 12.000 francos anuais, e parte nos lucros da fazenda, o contrato só ele o poderá rescindir.

c) Conselheiro Appela (?) apresenta nomes e ficou de indagar as condições deles.

Todos estão na fé de que tem de tratar com o governo, o 1º até exige contrato com o ministro da Agricultura!

(Segue-se uma lista em letra alemã).

* * *

Capanema

A sessão da diretoria do Instituto de Agricultura é depois de amanhã. Seria bom que o Glasl exponha por escrito à diretoria os trabalhos que tem já feito da lavoura, análise etc.

Seu amigo,

D. Pedro 2º

Amanhã não há lição por causa das exéquias do bispo ¹¹.

(A lápis, letra de Capenema:)

8 de maio 1864

11. D. frei Pedro de Santa Mariana, bispo de Crisópolis *in partibus infidelium*. Foi professor de d. Pedro II. Nasceu em Pernambuco em 1797. Faleceu no Paço de São Cristóvão em 1864, carregado de serviços ao imperador, que o elevou ao episcopado e de quem era esmoler-mor. Foi assistente ao sólio pontifício e prelado doméstico de Sua Santidade.

Fontes de consulta

Arquivo do Museu Imperial.

J. C. R. MILLIET DE SAINT ADOLPHE. “Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil..., etc.” Trad. (do Dr. Caetano Lopes de Moura. 2 vols., Paris, J. P. Aillaud, ed. 1845.

SEBASTIÃO FERREIRA SOARES. “Histórico da Fábrica de Papel de Orianda ou a Defesa do Dr. Guilherme Schüch de Capanema por seu Amigo”, 1 fl., Rio, Laemmert, 1860.

WANDERLEY PINHO. “Cartas do Imperador ao Barão de Cotegipe”, 1 vol., São Paulo, C.E.N., 1933.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Biblioteca Nacional. “Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil Existentes no Castelo d’Eu”, 2 vols., Rio, 1939.

NEREU RANGEL PESTANA. “Capanema, o Pioneiro da Indústria do Papel em Petrópolis” (in “Jornal de Petrópolis”, 30 de agosto de 1942).

NOTICIÁRIO

Noticiário

Pela direção do Museu foi apresentado o seguinte relatório:

“Senhor ministro:

Em obediência à determinação regimental, venho apresentar a vossa excelência o relatório sobre as atividades do Museu Imperial durante o ano de 1944:

1. Expediente da Secretaria

Pela secretaria do Museu, foram expedidos: 728 ofícios, 43 processos, 69 cartas, 159 cartões, 4 telegramas, 283 convites e 460 Anuários.

E foram recebidos: 114 ofícios, 39 processos, 101 cartas, 29 circulares, 32 telegramas, 24 cartões e 19 requerimentos.

2. Inventário

Prosseguiu, normalmente, o inventário do material existente no Museu. Em 31 de dezembro de 1943, o registro fora até o nº 4.086, representando Cr\$ 11.017. 690,71 (onze milhões, dezessete mil seiscentos e noventa cruzeiros e setenta e um centavos) valor dos objetos existentes neste museu.

Em 31 de dezembro de 1944 o registro alcançou o nº 5.880, representando Cr\$ 12.316.463,21 (doze milhões, trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e três cruzeiros e vinte e um centavos), valor dos objetos inventariados.

3. Visitação

De 1 de janeiro a 31 de dezembro, foi o Museu Imperial visitado por 32.837 pessoas, sendo 12.808 homens, 15.485 mulhe-

res, 2.654 crianças, e mais 1.890 pessoas componentes de visitas coletivas. Comparada a visitação do ano anterior, após a inauguração do museu em 16 de março de 1943, isto é, nove meses e meio, verifica-se que, em igual período de 1944, houve um aumento de visitação, de 1.116 pessoas.

Dentre os visitantes de caráter coletivo, destacam-se: o ex.^{mo} sr. dr. Getúlio Vargas, presidente da República, acompanhado do dr. Henrique de Toledo Dodsworth, prefeito do Distrito Federal, s. s. ex.^{as} os srs. ministros da Educação, Guerra e Aeronáutica, dr. Gustavo Capanema, general Eurico Gaspar Dutra e dr. Joaquim Pedro Salgado Filho, os srs. interventores federais em Santa Catarina, Sergipe e Pará, dr. Nereu Ramos, coronéis Maynard Gomes e Magalhães Barata, ministros da Educação do Paraguai e México, embaixadores de França, Inglaterra e da República Dominicana, ministro da Fazenda do Panamá, dr. B. T. Saman, ministro da Turquia, ministro da Suécia, missões militares do Uruguai, Chile, México e Estados Unidos, general le Dantec e o capitão-de-mar-e-guerra J. G. Gayral, adido naval francês, ministro da Defesa Nacional do Uruguai e o chefe do Estado-Maior do Exército uruguaio, general H. Brett, chefe da defesa do canal do Panamá, sr. Stanley Lewis, prefeito de Ottawa, no Canadá, general Benício da Silva, comandante da 1^a Região Militar, acadêmico João Luso, jornalista J. E. de Macedo Soares, dr. Joaquim Leitão, secretário perpétuo da Academia das Ciências e antigo inspetor das bibliotecas, arquivos e museus de Lisboa, professores da universidade de São Francisco da Califórnia, Pensilvânia, Buenos Aires, Santiago do Chile, Montevidéu, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, estudantes universitários e alunos de cursos secundários e primários.

No livro de visitantes, destinado à assinatura e impressões de visitantes ilustres, destacam-se as seguintes frases escritas: do acadêmico João Luso: “Depósitos da Morte, não; repositórios da vida! Eis o que pensei e senti, percorrendo este já tão rico, solene, sugestivo Museu Imperial”. Do comandante da 1^a Região Militar, general Valentim Benício da Silva: “A Casa é um templo”. Do dr. Joaquim Leitão, secretário perpétuo da Academia das Ciências e antigo inspetor dos museus municipais de Lisboa: “... um dos museus do mundo que mais me têm impressionado”.

4. Aquisições

Pela verba orçamentária destinada a este Museu, para aquisições de objetos históricos, foram adquiridos: uma tela a óleo de d. Pedro II (do des. Flávio Guamá); um leque da baronesa de Guimarães (do sr. A. A. Gonçalves Pereira); duas cadeiras com coroa imperial, uma mesa de mosaicos de d. Teresa Cristina, um faqueiro do barão de Caxias, sete sanefas, cortinas e guarnições de bronze que pertenceram ao príncipe d. Pedro Augusto, uma mesa de jacarandá do senador Melgaço, dois grandes armários do visconde de Nova Friburgo, quatro candelabros de bronze com coroa imperial, uma cristaleira do visconde de Nova Friburgo, um lustre de prata do barão de Penedo, um canhão de bronze de navio negreiro, um lustre “overlay” do Palácio Isabel, um candelabro de bronze pedestal de mármore e mangas de cristal da princesa d. Isabel (do dr. Joaquim Catrambi); um broche de ouro e pérolas e um par de brincos de pérolas de d. Teresa Cristina (idem); uma cadeira com coroa e dragões imperiais, duas xícaras do Paço Imperial, um lenço de cambraia com o palácio de São Cristóvão bordado, um leque de d. Ana D’Arrigue de Lage (do dr. Francisco Bicalho Filho); um crayon d. João VI por Sequeira, um busto de d. Pedro I pintado sobre alabastro, um fichú de cambraia de linho com coroa real e iniciais M. T., um retrato de d. Pedro I por L. A. Boulanger, uma alegoria de Boulanger a d. Amélia, um crayon de d. Teresa Cristina, um guache de d. Pedro I, um leque comemorativo, um leque do convento da Ajuda, uma xícara d. João VI (do sr. Carlos Frederico da Silva); dois balangandãs de prata, um prato Cia. das Índias do 7º conde da Ribeira Grande, uma xícara Cia. das Índias do conde dos Arcos, uma travessa do Paço Imperial, dois pratos do visconde de Niterói, um prato do visconde de Ouro Preto (do sr. Francisco Marques dos Santos); um bastão de unicórnio com cabo de ouro do conde de Lajes (do dr. Sebastião B. V. de Carvalho); três peças de cristal do 2º barão de Rio Preto, uma terrina, quatro pratos, uma xícara, um centro de mesa, tudo de porcelana do 2º barão do Rio Preto (de d. Marieta Mascarenhas); dois retratos por Barandier de personagens do Império (do sr. Armando Navarro da Costa); dois leques da condessa de Figueiredo (de d. Ernestina de Figueiredo Braga); uma espada de oficial do Império (do sr. Francisco de Carvalho e Silva); doze cálices imperiais (do

sr. F. Barros Pimentel); uma garrafa de faiança com retrato de d. Pedro II (do sr. O. Oliveira & Cia.); um retrato a óleo de cocheiro de diligências do tempo do Império (do sr. Desidério Strauss); um leque da viscondessa de Itamarati (do sr. José Esteves); sete pratos do barão de Tefé, cinco peças de cristal do barão de Tefé (de d. Nair de Tefé Hermes da Fonseca); uma pulseira de ouro, um portaníqueis de madrepérola, um jogo de paciência, uma caixinha com vidrinhos de perfumes (do dr. Américo Jacobina Lacombe); seis peças de talher de prata sendo cinco do visconde de Vergueiro e uma do visconde de Beaurepaire Rohan (do sr. Manoel Rabelo); uma fruteira do visconde de Ubá (de d. Maria Dinorá Pinto Teixeira); vinte sete peças diversas de prata brasileira (do sr. Francisco M. dos Santos); um prato do barão de São Tiago, uma xícara do barão de São Tiago, um copo de cristal com efígie de d. Pedro I, uma molheira “Pavões” (do sr. Miguel Sales); uma travessa de d. Pedro II (do Sr. A. A. Gonçalves Pereira).

5. Donativos

Fizeram donativos ao Museu: Laura Abreu Lima Barcelos, Edgar Vieira Cardoso, E. Vilhena de Moraes, Celina Guinle de Paula Machado, Sebastião Vieira de Carvalho, Olga Werner, Gastão Penalva, Olga da Silva Dantas, Antônio Dias Lima, Flávio Guamá, Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Maria Barbosa Viana, Antônio de Castro, Vasco Machado de Azevedo Lima, família Francisco Antônio Queirós Filho, Desidério Strauss, Alberto Childe, Albertina Berta de Lafayette Stockler, Pedro Gomes da Silva, Luís de Albuquerque d’Orey, Rafael Vieira de Carvalho, Maria Elisa Koeler de Azevedo Cunha, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Guilherme Auler, Américo Jacobina Lacombe, Afonso d’Escragnoille Taunay e irmãos, Guilherme Pedro Eppinghaus, César Rabelo, José Alberto Pelúcio, Lucília do Nascimento, Margarida Consenza do Nascimento, Juanita David de Sanson, Maria Ilza Guimarães Mascarenhas, Gama Rodrigues, Francisco Marques dos Santos, Inácio M. Azevedo do Amaral, Isabel Jacobina Lacombe, Lucien Prouvot, Francisca Jacobina Lacombe, Faustino M. Teysera, Jenny Dreyfus, Salvador de Moya, Pedro Benjamim

de Cerqueira Lima, frei Estanislau Schaette, Manuel Braga, Laurênio Lago, Eugênio Juliette Léon d'Icarai, Carlos Frederico da Silva, Hélio Viana, Vicente Racciopi, Roberto Barcelos de Magalhães, Tobias do Rego Monteiro, Clotilde São Clemente d'Azevedo, Madalena da Gama Berquó Moses, Altair Calheiros da Graça Guigon, Manuel Augusto Velho da Mota Maia, José Cortês, Manuel Viana de Castro, Maria Cândida César de Andrade, Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, Cândido Torres Guimarães, prefeitura do Distrito Federal, Noemi Sales Ganns, Raimundo de Castro Maya, Nair de Tefé Hermes da Fonseca, Inês S. Feltscher, Paulo Afonso de Carvalho, almirante Henrique Boiteux, Álvaro de Sousa Queirós, Jenny de Queirós Teles Morais, neto do barão de São Vítor, Maximiliano de Sousa Resende, Leonor Oliveira do Amaral, baronesa da Bocaina, Maria Luísa Ataliba de A. Botelho, Antonieta de Queirós Teles, Virginius de Lamare, Osvaldo Portugal, Olívia de Sousa Queirós, Umbelina Egídio de Sousa Aranha, Augusto Brant de Carvalho, Renata Crespi da Silva Prado, João Alfredo Paranaguá Moniz, Roberto Thut, Gasparina Amélia dos Santos, Benevenuta Ribeiro Carneiro Monteiro, condessa do Pinhal, Joana de Lima Braga, Leonor Ferreira de Camargo Sales, Ana Barroso, Heitor Maia Filho, Átila Monteiro Aché, Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas, Maria Cristina de Sousa Leão, família Francisco Muniz Barreto de Aragão, Francisca Schmidt Ferreira Bandeira, viúva Alberto Morais, Martins Catarino, Francisco Borges Rodrigues, Maria da Conceição Bandeira Tosta Santos Silva, Célia Sousa Cavalcanti, Laura Bandeira de Melo, Olivina Olívia Carneiro da Cunha, João Medeiros Peretti, José Otávio de Freitas, Alice Moniz Silva, Cícero Dantas Martins, Joaquim de Sousa Cavalcanti, Teresita da Soledade Piereck, Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho, família Antônio d'Amorim Júnior, H. A. de Cerqueira Lima, Eloah de Paula Pessoa, Maria da Conceição do Rego Barros, Laura de Sousa Leão Cavalcanti Salgado, Olegário Mariano, Antônio Bragança de Azevedo, José Calazans Brandão da Silva, Instituto Histórico de Sergipe, arquivo da diretoria da Secretaria Geral do Estado de Sergipe, diretoria de estatística, propaganda e turismo, Claudionor Alves Ferreira, Maria da Glória Pires de Aragão Ribeiro e Sílvio Leitão da Cunha.

6. Transferências

Do Palácio do Catete: diversos móveis, alguns com o brasão do visconde de Itamarati. Da prefeitura do Distrito Federal: um sofá de teca com embutidos de marfim, que pertenceu ao mobiliário do Paço Real do Rio de Janeiro – Dois consolos em vinhático, estilo império, do mobiliário do Paço de São Cristóvão – Uma cadeirinha do século XVIII, com talha dourada e pintura a óleo – Retrato a óleo da princesa Isabel, da autoria de Irineu – Um busto de Meusnier, representando a princesa Isabel menina – Um colar de filigrana de ouro, que pertenceu à imperatriz d. Leopoldina – Um par de brincos, idem, idem – Um colar de ametistas, da marca de Santos – Um porta-toalhas de prata, de d. Pedro II – Um relógio de ouro, com o retrato de d. Pedro II e armas imperiais – Uma caixa redonda, de prata, com as armas do Reino Unido – Uma coroa real, de prata – Três escudos sendo o maior de prata e os outros dois, de bronze – Um busto de d. Pedro I, bronze – Um busto de d. Pedro II, bronze – Um escudo de bronze – Dois escudos de metal amarelo – Um porta retratos de prata (d. Pedro II) – Um sinete tríplice do conde de Iguazu – Um colar da Ordem de Santiago – 14 espelhos de fechadura (P. I., bronze) – Salva e gomil de prata, que pertenceu a d. Pedro I. Da Biblioteca Nacional: dois pequenos escudos de bronze com as armas imperiais, e várias estampas.

7. Permutas

Foram realizadas permutas com os srs.: Manuel A. S. Braga, dr. Antônio Pinto de Avelar Fernandes, d. Vera Paranaguá de Sousa Dantas, dr. Newton da Silva Carneiro e Alfredo Sequeira.

8. Restaurações

Uma mesa de jacarandá do marquês de Abrantes; um óculo de alcance de d. Pedro II; três cadeiras e um sofá de jacarandá do Paço de Petrópolis; mobília da sala de jantar de d. Pedro II; uma cadeira e um sofá do mobiliário de d. Pedro Augusto; um sofá d. João VI; dois grandes armários e uma cristaleira do vis-

conde de Nova Friburgo; dois consolos do Paço de São Cristóvão; uma poltrona da escola politécnica; um grande armário colonial; uma cadeira do Salão dos Embaixadores; dois armários do visconde de Cabo Frio; uma cadeira do Paço de São Cristóvão; dois armários e uma mesa da primitiva Câmara Municipal de Petrópolis; uma estátua de mármore do parque imperial; dois tampos de mármore de aparadores da sala de jantar de d. Pedro II; duas cortinas da sala d. Pedro Augusto; uma fruteira do barão de Tefé; dez molduras diversas para quadros.

9. Biblioteca

Deram entrada, e foram registradas no livro competente 505 obras, num total de 977 volumes, sendo 394 por doação e 111 por aquisição. Somado esse total ao número já inventariado nos anos anteriores, apresenta a biblioteca um acervo de 4.849 volumes.

Entre as doações, verificou-se a apreciável oferta do professor Inácio Azevedo Amaral, diretor da Escola Nacional de Engenharia.

Continuou-se a organização do catálogo, bem como do fichário onomástico, biográfico e genealógico, de personagens ligadas à história pátria.

Foi a mapoteca enriquecida por vários exemplares de interesse histórico, tendo o mesmo ocorrido quanto às coleções de jornais e periódicos em geral.

Regular tem sido a freqüência de consulentes que procuram a biblioteca do Museu Imperial, especializada em história do Brasil, e onde já são encontradas obras raras, entre as quais, várias outrora pertencentes a dom Pedro II.

10. Arquivo

Foi o arquivo enriquecido por cartas, documentos, fotografias e estampas.

11. Anuário

Continuou regularmente, a distribuição do 2º volume a todos os interessados que o solicitaram, observando-se um crescente in-

teresse pelas publicações do museu, não só no território nacional como nos países americanos.

Em dezembro, foi iniciada a distribuição do 3º volume, referente a 1942, e em junho último foram entregues à Imprensa Nacional os originais do 4º volume, referente a 1943.

12. *Catálogo*

Foram por sua vez, entregues à Imprensa Nacional os originais do catálogo do Museu Imperial.

13. *Conferências*

Promovidas pelo Museu, realizaram-se quatro conferências, no salão destinado a esse fim. Tiveram por assunto: “Imperatriz Amélia”, “Barão do Rio Branco”, “Condessa de Itapagipe e outros retratos”, “O marquês de Paraná no Rio da Prata”, e foram proferidas, respectivamente, pelos professores Afrânio Peixoto, Levi Carneiro, Pedro Calmon e dr. Leão Teixeira Filho.

Por sua vez, o Instituto Histórico de Petrópolis realizou quatro conferências sobre “A condessa de Barral”, “Variações em torno da dor”, “Hermogênio Pereira da Silva” e “Dom Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul”, proferidas respectivamente pelo dr. Américo Jacobina Lacombe, ministro Goulart de Oliveira, dr. Sá Earp Neto e Alcindo Sodré.

14. *Tertúlias históricas*

De janeiro a abril, numa das salas da biblioteca, reuniu-se, todos os sábados regular número de intelectuais, promovendo-se tertúlias históricas, com oradores designados e comentários a trabalhos históricos. Entre os participantes dessa porfia, contaram-se os srs.: Afrânio Peixoto, Levi Carneiro, Manuel Bandeira, Carneiro Leão, Goulart de Oliveira, João Marinho, Bulhões Pedreira, Leonídio Ribeiro, Afonso Arinos, Alberto Childe, Cláudio Ganns, Leão Teixeira, visconde de Carnaxide, Marques dos Santos, Nereu Rangel Pestana, Domingos Braga, Aníbal Falcão e Cardoso de Miranda.

15. *Curso de zeladores*

Dada a finalidade especial dos zeladores deste Museu como guias dos visitantes, foi organizado um curso para esses servidores, constando de história do Brasil e noções de técnica de museu, adequadas ao Museu Imperial, realizado pelo diretor e pelo conservador Haydée Di Tommaso Bastos.

16. *Parque*

Tiveram maior desenvolvimento os trabalhos de jardinagem e foi aumentado o número de espécies existentes no parque.

Pelo atual diretor do Jardim Botânico, sr. João Geraldo Kuhlmann, foi feita a classificação das mais importantes variedades vegetais, em número de 102, providenciando-se a fatura das respectivas tabuletas, onde constarão os nomes científicos e vulgar, bem como a procedência das plantas.

Foram construídas duas manjedouras para pássaros, o que tem atraído maior número de aves à já avultada quantidade normal existente no referido parque.

Foi aumentado o número de animais decorativos soltos no parque, bem como o de peixes dos tanques, por espécies nacionais cedidas pelo serviço de caça e pesca.

Foram aprovados os projetos de viveiros para aves e estufa de orquídeas, cuja construção deve ter pronto início.

Realizaram-se no parque obras de calçamento a concreto e caminhos de lajes, bem como serviços de escoamento de águas.

17. *Obras*

Com a assistência da proverbial solicitude e capacidade do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, prosseguiram regularmente as obras de adaptação e restauração.

Prontificou-se toda a ala direita do edifício principal, onde estão sendo instaladas novas salas de exposição, de modo a serem inauguradas em breve a Sala dos Indumentos, e a Sala do Soldado do Império.

Está a termo, no sobrado a obra de restauração do quarto do príncipe dom Pedro Augusto e a sala das pratas e condecorações.

Com a terminação dessas obras puderam ser logo instalados o ga-

binete de dom Pedro Augusto e a sala Dom João VI, bem como ampliadas as salas das porcelanas e cristais.

Foram construídas duas vitrinas, para jóias, completando assim a sala própria que deverá ser inaugurada dentro de poucos dias. Prosseguem as obras nas dependências e foi aprovada a construção de um gabinete fotográfico e uma oficina para restauração de objetos. Foi construída uma caixa d'água com capacidade para 30.000 litros, destinada a alimentar os tanques e satisfazer à rega dos jardins, bem como acha-se concluída uma canalização direta de água alimentando quatro registros para servirem a mangueiras contra incêndio. Foi construída uma rede de iluminação do parque com 26 postes servidos por cabos subterrâneos, devendo parte dessa iluminação ser ligada ao serviço público da cidade conforme concessão obtida junto ao prefeito de Petrópolis.

São estas, sr. ministro, as principais ocorrências havidas neste museu, durante o ano de 1944.

Aproveito a oportunidade para renovar a vossa excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Alcindo Sodré.

Diretor

* * *

Impressões de visitantes ilustres

“Disse alguém que os museus não eram, afinal, senão depósitos de coisas mortas. Mas sem dúvida tal conceito foi emitido longe destas casas da Tradição e da Perpetuidade. Ninguém, aqui dentro, deixará de sentir que tudo isto respira e goza a vida. Cenário e ambiente nos envolvem, transmitindo-nos à alma a alma das imagens que nos rodeiam. Sem os museus andariam estas relíquias dispersas, – e quantas, realmente, se teriam perdido... Quer dizer: teriam morrido. Em velhas casas abandonadas ou pelos seus moradores incompreendidas, seria como se desaparecessem do nosso mundo. Os museus as reúnem e relacionam, num convívio que deverá ser eterno. Não as atinge o destino das pessoas e coisas comuns. Formas e aspectos se encontram, nestes recintos, ao abrigo da lei do tempo e dos caprichos do acaso. Lustros e decênios passam lá fora, respeitando o

que as paredes dum museu sagradamente encerram. Aqui o passado continua. Todas estas figuras, num meio adequado e único, perduram, vibram, ressuscitadas, com os seus júbilos e as suas mágoas, os seus amores e os seus heroísmos, os seus sacrifícios, a sua glória – talvez as suas misérias também, mas, em tal atmosfera, elas se aformoseiam e enobrecem, como tudo se renova, pereneamente. Depósitos da Morte, não; repositórios da vida!

Eis o que pensei e senti, percorrendo este já tão rico, solene, sugestivo Museu Imperial.

João Luso.

23/10/44”.

* * *

“Neste Museu esperavam-me duas emoções: aquela que o passado histórico do Brasil desperta sempre em portugueses, e a do presente Brasil que dispõe já de cultura e de homens como o atual diretor do Museu Imperial de Petrópolis, seu organizador, que realizou magistralmente em lapso de tempo inverossimilmente breve um dos museus do mundo que mais me têm impressionado.

Petrópolis, 1º de dezembro de 1944.

Joaquim Leitão.

Secretário perpétuo da Academia das Ciências de Lisboa e antigo inspetor das bibliotecas, arquivos e museus municipais de Lisboa.”

* * *

“A casa é um templo. E é uma grande honra para o visitante lançar seu nome neste livro.

Em 16/11/1944.

Gen. V. Benício da Silva”.